

CARLOS MARCELO MARTINS CARVALHO

**PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
REDE ESTADUAL DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

CARLOS MARCELO MARTINS CARVALHO

**PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
REDE ESTADUAL DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dr^a Maria Esperança Fernandes Carneiro.

GOIÂNIA-GO

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Carvalho, Carlos Marcelo Martins.
C331p Precarização das Condições de Trabalho dos Professores do
Ensino Fundamental da Rede Estadual de Goiás [manuscrito] /
Carlos Marcelo Martins Carvalho. – 2014.
172 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação,
2014.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria Esperança Fernandes
Carneiro”.

Bibliografia.

1. Professores de ensino fundamental. 2. Ambiente de
trabalho. I. Título.

CDU 373.3-051(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

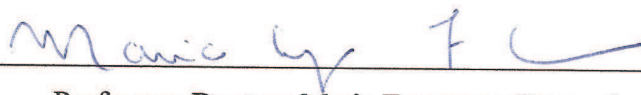
CARLOS MARCELO MARTINS CARVALHO

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DE GOIÁS

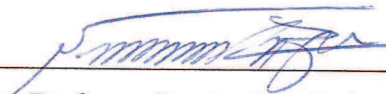
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dr^a. Maria Esperança Fernandes Carneiro.

Aprovada em 4 de abril 2014


BANCA EXAMINADORA



Professora Doutora Maria Esperança Fernandes Carneiro



Professor Doutor Wanderley Azevedo de Brito



Professora Doutora Lúcia Helena Rincón Afonso

Dedico este trabalho à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a todos os professores/as da Rede Estadual de Educação de Goiás.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho científico exige disciplina e dedicação em todas as fases, desde seu projeto inicial, perpassando pelo levantamento bibliográfico, pela definição do referencial teórico, pela observação de campo, pela elaboração e aplicação dos questionários e das entrevistas, pela análise dos dados, pela redação da dissertação, pela qualificação até o momento da defesa.

Ao longo da trajetória deste trabalho a presença de algumas pessoas são imprescindíveis e essenciais para nos tornar mais seguros, incentivados, estimulados e encorajados a continuar na caminhada da construção coletiva do conhecimento.

Meus verdadeiros e sinceros agradecimentos a minha orientadora, Professora Doutora, Maria Esperança Fernandes Carneiro, por ter me ajudado na concretização deste trabalho. Esta pesquisa não seria possível de ser realizada se não fosse pela sua orientação, sabedoria e paciência.

À professora Doutora Lúcia Helena Rincón Afonso, ao professor Doutor Wanderley Azevedo De Brito pelas importantes e necessárias sugestões na banca de qualificação, que contribuíram efetivamente no enriquecimento deste trabalho.

E mais uma vez, agradeço à Lúcia Rincón e a Maria Esperança pelos ensinamentos alcançados na Disciplina do Mestrado sobre Educação, Trabalho e Gênero, por ter me oportunizado o debate e o estudo de teorias que nos possibilitou eleger importantes categorias de análise deste trabalho.

Às/aos professores do Mestrado em Educação pela construção coletiva do conhecimento. À professora Iria Brzezinski pela brilhante maestria que conduziu a Disciplina Políticas Educacionais, que nos proporcionou objetivamente a ampliação da compreensão histórica das políticas públicas no Brasil.

A minha família, que mesmo nos momentos difíceis e adversos que passei, sempre estiveram ao meu lado. A minha grande companheira, professora Ana Rita Marcelo de Castro pela sua presença amiga e solidária, por ter compartilhado comigo os momentos de apreensão, ansiedade e insegurança, no decorrer de todo curso de mestrado, sobretudo, nesta etapa final.

Ao Carlos Eduardo, carinhosamente Cadu, pela afabilidade nas ações, pela ternura nas palavras e pela compreensão quando estive ausente.

Às / aos amigos do Mestrado em Educação, Cláudio Rodrigues, Paula Cabral, Renata Estrela, Maria José, Flavia de Oliveira, Carlos Augusto, Divino de Jesus, em especial a Ana Júlia Rodrigues Carvalho, por sua amizade, pelos momentos de preocupações e estudos, pelos instantes de descontração e alegria.

Aos professores e professoras das duas unidades educacionais pesquisadas, que gentilmente e generosamente concederam parte de seu tempo para responder às perguntas, tanto do questionário quanto das entrevistas. Aos diretores/as e coordenadores/as destas escolas que me receberam com muita presteza, educação e autorizaram minha pesquisa no espaço escolar, externo minha gratidão.

Não poderia deixar de citar e agradecer ao Sindicato dos Trabalhadores/as em Educação do Estado de Goiás – SINTEGO, que forneceram documentos, fotos, informações e dados para a pesquisa. Nesse contato pude perceber o quão desafiadora é a tarefa da atuação sindical.

Finalmente, agradeço ao Grupo JAVA, Jovens Aprendendo a Viver o Amor, da comunidade Nossa Senhora da Boa Esperança, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, as CEBS, Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação que contribuíram para minha formação humana, eclesial, social, política e intelectual.

“A educação libertadora tem como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico.”

István Mészáros

A educação para além do Capital.

RESUMO

O problema central dessa pesquisa é que ao longo dos anos, acompanhando as mudanças na democratização do acesso à educação básica, houve um processo de precarização e intensificação do trabalho do professor do ensino fundamental da rede estadual de Goiás. Nesta perspectiva, pressupõe-se que essa precarização e intensificação são oriundas da omissão do Estado e das políticas educacionais em oferecer educação de qualidade aliada à modernização dos sistemas educacionais públicos através de reformas que são resultantes da modernização do sistema produtivo, como consequência, tem repercutido de maneira profunda no trabalho docente, tanto no trabalho de professores flexibilizados, quanto no trabalho de professores concursados. A justificativa ao aprofundar um estudo como esse é de que a presente pesquisa possui relevância científica e política, à medida que é papel fundamental do conhecimento científico, o de analisar, compreender, e interpretar os fenômenos sociais vivenciados pelas diferentes classes sociais e categorias na sociedade. O objetivo deste trabalho é levantar dados que permitam compreender e analisar o processo de precarização das condições efetivas e materiais de trabalho dos professores do ensino fundamental da rede estadual, em Goiás. O referencial teórico utilizado baseado nos autores: ANTUNES (2005); AZEVEDO (1997); BIANCHETTI (1999); BUFFA (2002); CORIAT (1988); COUTINHO (1996); FRIGOTTO (2010); GHIRALDELLI (2003); GRAMSCI (1979); IANNI (2013); LIBÂNEO (2003); MARX (1982); MESZÁROS (2006); OLIVEIRA (2004); PARO (2008); SAVIANI (2012); entre outros. A metodologia utilizada para realização desse estudo é de caráter qualitativo, ou seja, trabalhamos com o universo de significados, motivos, aspirações, valores, visões de mundo e atitudes dos sujeitos pesquisados. Mas utilizamos também metodologias que permitiram levantar dados quantitativos como, questionários, gráficos; tabelas; legendas; para interpretar e quantificar: Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividade; Qual a jornada de trabalho; Em quantas escolas o professor trabalha; Quantos diários de classe; entre outros. Utilizamos técnicas, como observação de campo, levantamento de material documental, gravações sonoras, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. A nossa pesquisa identificou que existe elevado número de alunos por sala de aula; degradantes condições materiais de funcionamento da escola para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem; precária formação e pouca qualificação dos profissionais; baixos salários; grande rotatividade de professores temporários; contratos flexíveis sem garantia de direitos; desgaste físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho aos profissionais docentes. Identificamos também que o Governo Estadual ao institucionalizar a precariedade do trabalho docente busca formas de economizar ou racionalizar os custos do trabalho na gestão do erário público.

Palavras-chave: Precarização; Intensificação; Trabalho docente; Ensino fundamental; Flexibilização; Modernização.

ABSTRACT

The central problem of this research is that over the years, following the changes in the democratization of access to basic education, there was a process of casualization and intensification of the work of elementary school teacher network state of Goiás this perspective, it is assumed that this casualization and intensification are from the omission of the State and education policy to offer quality education coupled with the modernization of public educational systems through reforms that are arising from the modernization of the production system, as a consequence, has passed a profound way in teaching, both teachers work more flexible, as in the work of official teachers. The justification for plunging a study like this is that this research has scientific and policy relevance, as it is fundamental role of scientific knowledge, to understand, interpret and analyze social phenomena experienced by different social classes and categories in society. The objective of this study is to collect data for understanding and analyzing the process of casualization of labor and effective elementary school teachers from the state system, in Goiás material conditions The theoretical framework we used was: ANTUNES (2005); AZEVEDO (1997); BIANCHETTI (1999); BUFFA (2002); CORIAT (1988); COUTINHO (1996); FRIGOTTO (2010); GHIRALDELLI (2003); GRAMSCI (1979); IANNI (2013); LIBÂNEO (2003); MARX (1982); MESZÁROS (2006); OLIVEIRA (2004); PARO (2008); SAVIANI (2012); among others. The methodology that was used to conduct this study is qualitative, work with the universe of meanings, motives, aspirations, values, worldviews and attitudes of the subjects studied. But we also use methodologies that allowed up quantitative data such as questionnaires , charts , tables , captions , to interpret and quantify What is the average number of students per classroom; How many hours daily on average are used at home with tasks , planning and correction activity; what the workday; How many schools the teacher works; How many daily, among others. We use various techniques such as field observation, survey of documentary material, sound recordings, structured and semi-structured interviews. Our research identified that there is large number of students per classroom; Degrading material conditions of operation of the school for the development of the learning process; Precarious little training and professional qualification; Low wages, high turnover of temporary teachers; flexible contracts without guarantee of rights, physical and mental wear imposed by work overload to teachers professional. We also identified that the State Government to institutionalize the precariousness of teaching seeks ways to conserve or rationalize labor costs in the management of public funds.

Key words: Insecurity; Intensification; Teaching work; Primary school; Easing; Modernization.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

| | | |
|--------------------|--|----|
| Gráfico 1: | Colégio Estadual Nazir Safatle – Quanto a sua formação | 30 |
| Gráfico 2: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul – Quanto a sua formação | 30 |
| Gráfico 3: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul – O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem? | 61 |
| Gráfico 4: | Colégio Estadual Nazir Safatle O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem? | 65 |
| Gráfico 5: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul - Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividades? | 78 |
| Gráfico 6: | Colégio Estadual Nazir Safatle - Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamentos e correção de atividades? | 79 |
| Gráfico 7: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul - Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação | 80 |
| Gráfico 8: | Colégio Estadual Nazir Safatle – Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação | 81 |
| Gráfico 9: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul – Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados | 82 |
| Gráfico 10: | Colégio Estadual Nazir Safatle - Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados | 84 |
| Gráfico 11: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul - A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente? | 85 |
| Gráfico 12: | Colégio Estadual Nazir Safatle - A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente? | 86 |
| Gráfico 13: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul – Qual sua jornada de trabalho semanal | 87 |
| Gráfico 14: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul – Em quantas escolas você trabalha? | 88 |
| Gráfico 15: | Colégio Estadual Nazir Safatle – Qual sua jornada de trabalho semanal? | 89 |
| Gráfico 16: | Colégio Estadual Nazir Safatle - Em quantas escolas você trabalha? | 89 |
| Gráfico 17: | Colégio Estadual Cruzeiro do Sul - Como você se sente em relação | 91 |
| Gráfico 18: | Colégio Estadual Nazir Safatle - Como você se sente em relação | 92 |
| Figura 01: | Colégio Nazir Safatle, demolido em 2010. O Mato toma de conta do terreno | 63 |
| Figura 02: | Sala de Aula na fábrica de sabão com divisória de Pano TNT | 64 |
| Figura 03: | Sala comercial que funcionava como sala de aula | 66 |
| Figura 04: | Alicerce da construção da Nova Escola Padrão Século XXI | 66 |
| Quadro 1: | Escolas Estaduais, que entraram em processo de reforma desde 2010 | 27 |
| Quadro 2: | Porcentagem de assiduidade | 38 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I. CONTEXTUALIZANDO O OBJETO | 17 |
| 1.1 História da Educação no Brasil | 17 |
| 1.2 Um Debate Sobre as Políticas Públicas e as Políticas Sociais no Brasil..... | 23 |
| 1.3 O Contexto Político-Educacional do Estado de Goiás. | 25 |
| 1.4 As Políticas Educacionais do Estado de Goiás e sua Relação com a Política Neoliberal 32 | |
| CAPÍTULO II. DESAFIOS TEÓRICOS: INTENSIFICAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS MUDANÇAS NO TRABALHO DOCENTE | 42 |
| 2.1 O Mundo do Trabalho e o Avanço da Tecnologia | 42 |
| 2.2 Concepção da Categoria Trabalho e as suas Recentes Transformações: Reestruturação Produtiva e Organização do Trabalho Flexível | 45 |
| 2.3 O Avanço da Tecnologia e os Novos Paradigmas Produtivos | 53 |
| 2.4 Flexibilização e Precarização do Trabalho Docente..... | 56 |
| CAPÍTULO III. AS CONDIÇÕES SOCIAIS E MATERIAIS DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS – DESAFIOS E PERSPECTIVAS..... | 60 |
| 3.1 Colégio Estadual Cruzeiro do Sul | 60 |
| 3.2 Colégio Estadual Nazir Safatle..... | 62 |
| 3.3 O Trabalho Docente nas duas Escolas Estaduais: Nazir Safatle e o Cruzeiro do Sul. | 68 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 103 |
| ANEXOS | 108 |

INTRODUÇÃO

A modernidade é estruturada a partir de dois grandes marcos: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Essas revoluções transformaram radicalmente, a forma como o mundo ocidental produz riqueza e estrutura-se politicamente.

Observa-se, uma modificação profunda no mundo do trabalho, com a separação do trabalhador de seus meios de produção. No período da emergência da ordem burguesa, aprofunda-se a discussão acerca da necessidade da escolarização dos trabalhadores. Assim, “a nova ordem econômica da manufatura não exige o trabalhador qualificado, mas, sim o trabalhador disciplinado, disposto ao trabalho diligente e à frugalidade.” (BUFFA, 2002, p. 22).

Na sociedade moderna, a educação constituiu-se como um espaço de formação da identidade e de transmissão de projetos e visão de mundo. Com a Revolução Francesa a educação passa a assumir um papel importante para a consolidação de uma nova ordem política e econômica.

De acordo com Arroyo, à velha ordem social, econômica e política estavam diretamente associadas às concepções religiosas, à monarquia e à servidão. Assim, a imagem do convívio social girava em torno dos seguintes pólos: “liberdade-servidão, civilização-barbárie, república-absolutismo, racionalidade-irracionalidade, saber-ignorância, modernidade-tradição” (ARROYO, 2002, p. 36).

A necessidade de superação dessas dicotomias que segundo Arroyo (2002), estabelece o que a burguesia espera da educação, ou seja, a construção da nova ordem pressupõe uma sociedade constituída de trabalhadores livres para o mercado, livres da ignorância do servo de outrora. Assim, naquele contexto, a educação era o espaço que conduziria a sociedade a uma nova concepção de mundo, baseada nos valores e concepções liberais. Para Arroyo (2002, p. 40), “a construção da moderna utopia social e política passou a ser impensável sem a educação”.

No século XX, a educação teve uma expansão significativa, em praticamente todo o globo a oferta da educação básica foi ampliada e os índices de analfabetismo foram gradativamente caindo, chegando a níveis praticamente zero em países desenvolvidos e com expressivas reduções em países em desenvolvimento. (Programa Nacional de avaliação de estudantes PISA 2012).

O Brasil, na segunda metade do século XX expandiu-se o atendimento a Educação básica. Na década de 1990 e nos anos 2000, praticamente houve a universalização do acesso

ao ensino fundamental em todo país, segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD), realizada em 2008 pelo IBGE, 97,9% das crianças entre 7 e 14 anos, estão na escola, faixa em que se concentra a obrigatoriedade do ensino fundamental, o que significa cerca de 30 milhões de estudantes.

Tais transformações estruturais na educação se consolidaram com o processo de massificação da escola pública. Entretanto, a universalização do acesso ao ensino fundamental para os brasileiros não significou ensino de qualidade. Na sociedade contemporânea a educação formal tem um papel importante na formação do indivíduo. Sendo assim, o que isso significa para os trabalhadores da educação? Que implicações isso traz para o desenvolvimento do trabalho docente na escola pública? Em que condições são desenvolvidos os processos de ensino aprendizagem? Será que o profissional da educação goza de algum prestígio social?

Essas e outras interrogações são pertinentes na medida em que esta dissertação de mestrado busca levantar dados para compreender a realidade concreta da educação e do pouco investimento do Estado na escola pública, que influenciam nas condições do trabalho docente, configurando a desvalorização e a precarização do profissional da Educação.

O trabalho e a educação são dois universos distintos e, ao mesmo tempo, interligados por vários aspectos. Embora Gaudêncio Frigotto (2010), assevere que o sistema capitalista, estrategicamente, sempre subordinou os processos educativos aos interesses do capital, desde seu processo histórico de engendramento até os dias atuais seja no “capitalismo nascente, no capitalismo monopolista, no capitalismo transnacional ou na economia globalizada” (FRIGOTO, 2010, p. 35). Assim, o professor, como trabalhador, não está imune a todas as modificações oriundas do mundo do trabalho e do mundo globalizado.

A definição das políticas educacionais, segundo Janete Azevedo (1997), são resultantes da globalização, do neoliberalismo, do estado minimalista. Tais políticas trouxeram profundas repercussões para o mundo do trabalho e inevitavelmente, para o trabalho docente.

Posto isto, cabe trazer à baila que o objeto de estudo da presente dissertação, é a profissionalização docente do ensino fundamental da rede estadual de Goiás. Para se investigar tal objeto, excedemos o campo epistemológico da Educação em virtude da característica interdisciplinar deste fenômeno. Um estudo como esse possui relevância científica e política, à medida que também é papel fundamental das Ciências Sociais, o de compreender, interpretar e analisar os fenômenos sociais vivenciados pelas diferentes classes sociais e categorias na sociedade. Como dizia Florestan Fernandes (1978), em relação à

atuação político intelectual do sociólogo, não faz sentido a separação entre a ética política e a ética da ciência, a sociologia crítica sintetiza um estilo de pensar a realidade social brasileira e as desigualdades sociais existentes entre classes. Tal afirmativa justifica-se em virtude de nossa formação acadêmica em Ciências Sociais, e por assumir e defender esta perspectiva política intelectual de Florestan Fernandes.

Sendo assim, a pesquisa como um processo e forma de apreensão da realidade, é um modo de produzir conhecimento, parte de um problema ou de uma pergunta. (MINAYO, 2001, p. 37). Nesta dissertação precisamos questionar: Quais são os fatores determinantes que levam à precarização do trabalho docente no Estado de Goiás? Com a perspectiva de responder a tal indagação, o presente trabalho pretende chegar a uma compreensão, interpretação e análise da realidade dos profissionais docentes que se configura como complexa, polimorfa e tentacular.

Na presente pesquisa percorreu-se vários caminhos e buscou-se superar diversos desafios. No primeiro momento fizemos o levantamento bibliográfico, em livros, revistas, dicionários especializados, periódicos, documentos do sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) e documentos da Secretaria de Educação do Estado de Goiás etc. Também Optamos por um referencial teórico: ANTUNES (2005); AZEVEDO (1997); BIANCHETTI (1999); BUFFA (2002); CORIAT (1988); COUTINHO (1996); FRIGOTTO (2010); GHIRALDELLI (2003); GRAMSCI (1979); IANNI (2013); LIBÂNEO (2003); MARX (1982); MESZÁROS (2006); OLIVEIRA (2004); PARO (2008); SAVIANI (2012); entre outros. O que nos possibilitou eleger categorias como precarização, trabalho docente, alienação, educação e trabalho, reestruturação produtiva, acumulação flexível, pós-fordismo, toytismo, globalização, capital e trabalho, jornada de trabalho e políticas educacionais. Tais categorias foram fundamentais para se analisar a precarização do trabalho docente no ensino fundamental na Rede Estadual de Ensino, e, efetivamente, contribuiu para a leitura crítica dos dados levantados pelas demais fases desta dissertação.

Diante do exposto, por razões teóricas, éticas e políticas, afirmamos que a concepção do materialismo histórico dialético foi que orientou e deu unidade a todos os elementos do processo desta dissertação. Ao nosso olhar, esta teoria nos permitiu organizar uma estratégia coerente, articular o particular e o geral, entender a dinâmica e as contradições da realidade, analisar objetivamente as condições do trabalho e da profissionalização docente.

Podemos afirmar que a riqueza de conceitos e formulações teóricas “iluminam” a realidade social que não se consegue enxergar na aparência dos fatos. É preciso que a teoria oriente o pesquisador na seleção adequada dos elementos observáveis.

Para Ulhôa, sem uma teoria, o pesquisador não consegue enxergar o problema, decifrar o seu sentido, o problema é inseparável da visão teórica. Segundo ele, “uma teoria é um modo de ver, isto é, de compreender e de explicar a realidade, o que uma teoria vê como realidade não é o mesmo que outra vê”. (ULHÔA, 1998, pg. 4)

Nesse sentido, Gatti (2010) nos alerta que à primeira vista o mundo das coisas e dos homens nos revela nebulosamente ou sob uma aparência caótica, a realidade complexa, por isso o papel da teoria, como possibilidade interpretativa para construir e compreender o mundo, é um percurso ou um caminho mais seguro.

O trabalho de campo foi um momento privilegiado da pesquisa, pois propiciou a aproximação do pesquisador ao seu objeto, bem como é base importante para análise da realidade estudada.

Para levantar dados sobre a organização, as normas e a estrutura da escola da Rede estadual de Goiás foi necessário realizar um recorte da realidade e escolher duas (02), das quarenta (40) Subsecretarias Regionais de Educação como campo de trabalho. As entrevistas com os (as) professores (as) foram realizadas no Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, situado na Subsecretaria de Aparecida de Goiânia, e no Colégio Estadual Nazir Safatle situado na Subsecretaria de Goiânia.

A escolha dessas unidades escolares de duas subsecretarias regionais da Rede estadual de ensino de Goiás se deu pela necessidade de apreender as determinações diversas do núcleo central do fenômeno, o trabalho docente no ensino fundamental de segunda fase na Rede Estadual de Educação de Goiás. Portanto, o pressuposto essencial é que não precisamos percorrer todas as quarenta (40) subsecretarias da rede estadual de educação, para analisarmos a materialidade objetiva e subjetiva dos fatos sociais.

A metodologia utilizada para realização desse estudo é de caráter qualitativo, ou seja, trabalhamos com o universo de significados, motivos, aspirações, valores, visões de mundo e atitudes dos sujeitos pesquisados. Mas utilizamos também metodologias que permitiram levantar dados quantitativos como questionários, gráficos; tabelas; legendas; para interpretar e quantificar: Qual a média de alunos por sala de aula; Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividade; Qual a jornada de trabalho; Em quantas escolas o professor trabalha; Quantos diários; entre outros.

Nessa etapa da pesquisa utilizamos várias técnicas, como observação de campo, levantamento de material documental, gravações sonoras, bem como foi possível catalogar documentos variados relacionados ao tema, como atas, fotos, arquivos, jornais, entre outros documentos do acervo das escolas onde aconteceu o trabalho de campo, bem como no da

subsecretaria de educação de Goiânia, secretaria estadual de educação e no sindicato dos trabalhadores em educação de Goiás (SINTEGO).

As professoras e os professores que generosamente concederam parte de seu tempo para responder tanto às perguntas do questionário quanto às perguntas das entrevistas, terão suas imagens e as suas identidades preservadas. Ademais, nos capítulos sucessórios, ou seja, no desenvolver desta dissertação utilizaremos nomes fictícios para preservar o anonimato de todos os docentes que contribuíram para realização desta pesquisa.

As entrevistas e os depoimentos permitiram a obtenção de dados qualitativos. É uma metodologia de organização da coleta de dados, a partir da realização de entrevistas. Foram realizadas duas formas de entrevistas dirigidas, com roteiros e questões previamente definidas e fixadas e entrevistas semi-estruturadas, em que o roteiro elaborado permitiu uma flexibilidade maior de abordagem, possibilitando registros de conversas entre o pesquisador e os professores (as) do Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, da Subsecretaria de Aparecida de Goiânia, e do Colégio Estadual Nazir Safatle, da subsecretaria de Goiânia.

Os dados coletados foram criteriosamente organizados, sistematizados e catalogados, para finalmente, serem analisados à luz do referencial teórico apontado nesta dissertação originando três capítulos.

No primeiro capítulo, “Contextualizando o Objeto” introduzimos aspectos que se relacionam com objeto específico de nossa investigação, para isso, no início deste capítulo, consideramos pertinente apresentar uma análise da história da educação no Brasil desde o período colonial até a educação contemporânea.

Analisamos também o processo de massificação da escola pública e suas implicações para o trabalho docente e como os determinantes estruturais do sistema social mais amplo se manifestam na condição escolar das duas unidades educacionais investigadas. Contextualizamos a política educacional do Estado de Goiás, perpassando pelo Piso Salarial Profissional Nacional, as recentes mudanças na Lei nº 13.309/2001 do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual. Buscamos também perceber como se encontram as condições materiais das unidades educacionais e o investimento do Estado no Ensino Fundamental. Faremos um debate sobre as políticas públicas e as políticas sociais no Brasil. Por fim, analisamos como as políticas educacionais do Estado de Goiás são influenciadas pela concepção da política neoliberal internacional.

O segundo capítulo, foi denominado “Desafios teóricos: intensificação e complexificação das relações de trabalho e as mudanças no trabalho docente”. Apresentamos a concepção da Categoria Trabalho e as suas recentes transformações, reestruturação

produtiva e acumulação flexível. Este capítulo traz ainda a concepção da categoria trabalho como condição ontológica essencial na construção da humanidade. Mostra-se também que o próprio trabalho submetido ao julgo e à ordem do modo de produção capitalista se torna alienado, estranhado, coisificado e reificado. Partimos da concepção de que a modernização do sistema produtivo interviu objetivamente no processo do trabalho docente na sociedade contemporânea, provocando também uma reestruturação na esfera do trabalho docente.

No terceiro capítulo denominado como “Condições sociais e materiais do trabalho docente na rede estadual de educação de Goiás – Desafios e Perspectivas”, analisamos cuidadosamente gráficos, entrevistas e depoimentos de professores das duas unidades educacionais pesquisadas, outras formas e mecanismos de intensificação e precarização do trabalho docente. Evidenciamos que o Estado por meio da SEDUC, amplia seu padrão de racionalização de custos do trabalho e que o exercício da profissão docente no ensino fundamental, ainda se constitui como um grande desafio.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZANDO O OBJETO

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para iniciarmos a nossa reflexão acerca do objeto específico de nosso trabalho buscaremos elementos e aspectos que se relacionam com a nossa investigação.

Tomaremos como referencia a clássica obra, “A ideologia Alemã,” na qual Marx (1998) afirmou que o ser humano faz a história, mas não ao seu bel prazer ou com base numa suposta vontade infinita e incondicionada, mas encontrando circunstâncias e condições que não pode escolher por que já se encontram dadas, como herança deixada pelas gerações anteriores. Para ser efetiva, a estratégia de nossa reflexão, precisa ser formulada na teoria do conhecimento científico das determinações que regem a sociedade e no conhecimento preciso não só do terreno histórico social dentro do qual irá desenvolver-se a prática projetada, mas também dos sujeitos que irão defrontar-se.

Nesse sentido, Hannah Arendt (1972), em sua obra “Entre o passado e o futuro”, afirma que fazer história é uma prática a partir de um lugar social, é preciso contar a história produzir um discurso para humanizar o mundo, evidenciar suas distorções, contradições, crises e barbáries.

A partir desta análise crítica anunciada por Arendt (1972), de que só faz a história quem participa na construção dessa história. Como sociólogo, professor e militante de movimentos sociais ligados a teologia da libertação, nos apresentamos nessa perspectiva de contar a história e produzir um discurso para humanizar o mundo.

Embora haja um grande número de investigações abordando os mais diferentes aspectos e com objetos também bastante diversificados sobre a história da educação no Brasil, faremos uma breve retrospectiva histórica tendo como perspectiva a dialética materialista histórica. Percebemos que o movimento da história não é linear, portanto, é preciso interpretar as contradições do passado para podermos desvelar o real a partir presente, ou seja, considerando a organização de produção mais desenvolvida que se apresenta na sociabilidade do capital, segundo as categorias que exprimem estas relações na busca de sua significação. Tal postura reconhece o processo histórico no sentido de que as formações desenvolvidas são as que nos permitem interpretar as menos desenvolvidas, pois segundo Marx é “a anatomia do homem a chave para se conhecer a anatomia do macaco.” (MARX, 1978, p. 120)

Ainda que comecemos este percurso de reconstituição histórica da educação nas raízes da produção escravista, nossa interpretação se faz com o olhar do presente para o passado. Podemos apontar dois grandes marcos históricos tendo como sustentação a base material: primeiro, o da produção escravista do Brasil colonial (1500 a 1822) e imperial (1822 a 1889). O segundo marco, pôde ser visto, com a abolição da escravidão em 1888, quando a organização da produção se dará em outras bases, ou seja, com o capitalismo demandou a constituição do poder político Republicano. Na sociedade escravista agrária a organização da produção se fez com a predominância do trabalho braçal, como também via agricultura extensiva, e não apresentava, como necessidade, a formação da força de trabalho via educação formal, ficando esta restrita e distintiva da classe dominante.

No Brasil Império deu-se continuidade à produção escravista e à agricultura extensiva. Constatamos que a constituição outorgada de 1824, pouco considerou a ampliação do acesso, permanência e conclusão da educação, pois esta ainda não se constituía como necessidade na viabilização da produção econômica.¹

O desenvolvimento do capitalismo durante a primeira República se fez via setor agroexportador, principalmente o cafeeiro, setor este ligado à demanda externa.

Neste processo, a indústria brasileira nasce do próprio movimento de reprodução do capital cafeeiro, predominantemente mercantil e que se corporifica e se desdobra em atividades agrícolas, comerciais, financeiras e industriais, a indicar as distintas formas assumidas pelo mesmo capital social e, por conseguinte, as distintas frações de uma mesma classe (ALMEIDA, s.d. p. 34).

A autora Carneiro (1988) caracterizou a indústria na 1ª República (1889 a 1930) como produção de bens de salários nas diversas regiões do país como também a ausência da produção de bens de produção. Isto levou à completa dependência quer seja do dinamismo da base agrícola quer da demanda externa.

Durante os quarenta anos da república velha a expressão do coronelismo se fez presente enquanto as instituições políticas republicanas começaram lentamente a serem construídas, onde a sociedade civil já expressava certo caráter organizativo marcada por levantes sociais contestatórios, como a Revolta de Canudos de 1894 a 1898, liderado, por Antônio Conselheiro, considerada uma ameaça ao regime republicano. Em 1910 acontece a revolta da Chibata movimento de marinheiros negros que exigiam o fim de castigos físicos.

¹ A organização da produção escravista no Brasil se fez sobre a égide de acumulação de capital, uma vez que a empresa colonial se sustentava na experiência dos engenhos para produção de açúcar, álcool e melado. Processos estes que já incorporavam insumos modernos para época, como produtos químicos na fabricação de açúcar e álcool e certa mecanização na exploração agrícola (Cana de Açúcar). Ver Alberto Passos Guimarães em sua obra “A crise agrária” de 1979.

Na década de 1920, com o crescente processo de industrialização, surgem também as primeiras organizações anarquistas e sindicatos operários como muito bem Historiam Alencar, Carpi e Ribeiro (1981). Os autores continuam mostrando que a contestação da hegemonia da oligarquia paulista e de Minas Gerais firmadas no pacto do café com leite, tiveram que enfrentar a insatisfação dos Tenentes no início da década de 1920, representantes das camadas médias insatisfeitas e empobrecidas. O desdobramento do descontentamento da oficialidade jovem em 1925 foi expresso com o movimento “Coluna Prestes”, que percorreu o País em resistência ao Governo Artur Bernardes. A semana de arte moderna de 1922 se fez enquanto contestação cultural deixando de lado os padrões Europeus e tentando expressar a realidade Brasileira.

Neste período, Ghiraldelli (2003) afirma que 75% da população em idade escolar era analfabeta, a educação era fundamentada no positivismo, que privilegiava uma formação que tinha por base uma cultura cívica e patriótica. O debate educacional ganha alento com o movimento social “entusiasmo pela educação” que combatia o analfabetismo. Um segundo movimento pela educação foi o otimismo pedagógico que expressou suas preocupações questionando a eficiência e a qualidade da educação público.

O processo reivindicatório, que para Carneiro (1988) marcou a 1ª República foi a resposta possível dada pela sociedade à concentração da renda do poder e da educação, que se agravou com a crise mundial de 1929, levando ao rompimento do Pacto do café com leite e à revolução de 1930.

No governo Vargas a ênfase econômica, dada a crise que impedia as compras no exterior, pois o país estava descapitalizado, o modelo de substituição de importações viabilizou o crescimento industrial. É nesta conjuntura, como afirmou Ghiraldelli (2003), que o movimento escolanovista passa a defender que a escola deveria se adequar ao crescente processo de modernização, industrialização e urbanização que vivia o país. Os escolanovistas criaram um movimento pela educação pública em que expressaram suas idéias liberais, mediante o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932. O Governo Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e Francisco Campos foi o primeiro ministro a ocupar esta pasta. Campos criou o Conselho Nacional de Educação, regulamentou o ensino superior no Brasil e o ensino secundário².

² Durante o período dos diferentes governos de Getúlio Vagas a educação no Brasil passou por distintos processos, hora de avanços e progressos, hora de conservadorismos e retrocessos. Na constituição de 1934, existiu uma disputa de diferentes grupos sociais em torno dos mecanismos legais que orientavam a educação no Brasil. Tais grupos sociais entravam em embates, buscavam diferentes projetos de sociedade, alguns grupos baseavam-se no ideário liberal, defendiam a educação pública, laica e obrigatória, enquanto outros grupos sociais se orientavam pelo ideário católico, defendiam os privilégios da educação privada de orientação religiosa. Ver Ghiraldelli Júnior (2003), em sua Filosofia e História da Educação Brasileira.

De acordo com Vieira e Freitas (2003), o golpe do estado novo em 1937 que perdurou até o ano 1945, significou um retrocesso dos poucos avanços conquistados na concepção de educação pública, laica e obrigatória.

O período subsequente à ditadura Vargas, ficou conhecido como período democrático ou ainda democracia limitada, evidentemente, no campo científico, existem diferentes visões sobre este fato histórico. Ghiraldelli Júnior (2003) denomina este momento histórico entre 1945 a 1964 como sendo a quarta república, marcado por instabilidade política, populismo demagógico, nacional desenvolvimentismo, crescimento do parque industrial brasileiro e estímulo ao capital estrangeiro. No campo da educação, dois fatos importantes marcaram a busca de um novo projeto educacional para o Brasil a constituição de 1946 e a tentativa de construção da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN).

Em meados da década de 1960, Vieira e Freitas (2003) afirmam que as estatísticas eram preocupantes, pois cerca de 50% da população era analfabeta e apenas 1% dos estudantes chegava ao ensino superior. Muitas medidas foram criadas para tentar equacionar a grande quantidade de desafios no campo educacional. Em 1962 foi criado o Plano Nacional da educação que obrigava o governo federal investir no mínimo 12% dos impostos com a educação. Entretanto, o PNE foi interrompido com o golpe civil militar de 1964.

José Wellington Germano (1993), em sua obra o “Estado Militar e Educação no Brasil”, afirma que para garantir a Hegemonia burguesa no Brasil, manter seus privilégios de classe e interromper a ascensão e a organização dos trabalhadores da cidade e do campo, a saída encontrada foi o Golpe civil militar em 1964. Embora tenha sido organizado e conduzido politicamente pelos militares, a participação da sociedade civil de diferentes grupos sociais foi notável e estratégico para consolidação do projeto conservador. O golpe representou um remanejamento no controle do Estado e introduziu um novo padrão de reprodução do capital.

A educação durante o período ditatorial no Brasil se orientou ideologicamente pela ordem economicista, ou seja, submeter as diretrizes educacionais ao mercado. Ghiraldelli Junior (2003) afirma que a educação Brasileira neste período não teve saldo positivo e “se pautou pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública, pedagogia calcada em técnicas e não em propósitos” (p. 126).

No cenário educacional houve um aumento significativo do ensino superior devido à expansão de instituições privadas. Do ponto de vista legal o regime militar fez a opção por duas grandes reformas. Em 1968, a Lei n 5.540/68 regulamentou a reforma universitária. Já a

Lei n 5.692/71, aprovada no período de maior repressão do regime, estabelece a reforma de 1º e 2º graus e estabelece suas diretrizes.

Com estas reformas, o objetivo central era racionalizar para atender a demanda de ensino superior e aumentar o ensino profissionalizante de nível médio para diminuir a procura pelo ensino superior. Este modelo de ensino reforçou mais uma vez a perspectiva dualista de educação, baseado na pedagogia tecnicista e não crítica, na medida em que não assegurou a oferta de uma formação capaz de romper com a dualidade estrutural entre formação humana e formação técnica. Nessa perspectiva, as classes populares deveriam contentar-se com o ensino profissionalizante enquanto as elites dominantes teriam acesso ao ensino superior.

Saviani (2012), afirma que durante os vinte anos de regime militar, a década de 1970 foi o período de maior repressão ditatorial, “permitiu que a União fosse reduzindo os gastos com a educação. Assim, o orçamento do Ministério da Educação foi ficando bem aquém dos 12% da constituição 1946, caindo para 9%, 8%, 7%, e houve um ano (1975) em que ficaram 4,3%.” (2012, p. 78). Justamente em meados da década de 1970 que o Brasil vivenciou o refluxo do “milagre econômico,” em virtude da dependência do capital estrangeiro, do aumento da dívida externa, da desvalorização salarial dos trabalhadores e do aumento significativo da concentração de renda.

Na década de 1980 o projeto militar e o seu ciclo educacional, político e econômico, foram derrotados pelas forças progressistas que defendiam a democracia. Conhecida como a década da redemocratização do Brasil este período ficou marcado pela campanha das diretas já, a convocação da assembléia nacional constituinte e em 1989, a primeira eleição direta para presidente da República, grandes mobilizações sociais, reorganização de vários movimentos sociais e populares.

Para Germano (1993), embora a volta a democracia fosse uma conquista lenta com a participação de muitos movimentos sociais, mais uma vez a transição para o estado democrático manteve muitas características da ordem conservadora na nova formação social.

Entretanto, nesse período, várias organizações de educadores por todo Brasil, intensificam a discussão da política educacional e das diferentes concepções pedagógicas. Ganha força também o debate da universalização da educação básica e da necessidade de construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Para Vieira e Freitas, “a constituição de 1988 apresenta o mais longo capítulo sobre a educação de todas as constituições brasileiras. Dez artigos específicos (Art. 205 a 214) detalham a matéria, que também figura em quatro outros artigos do texto constitucional” (2003, p. 159). Assim, a criação do fórum nacional em defesa da Escola com a bandeira da

educação pública gratuita, democrática e laica, fez parte deste momento de transição para a democracia e preparou o caminho para as reformas educacionais que ocorreram na década subsequente.

Depois da década da redemocratização do país, aumentou a produção científica voltada para temática da educação, nos diversos campos científicos como a Sociologia, a Psicologia, a historiografia e a própria Pedagogia, influenciados pelos fatos históricos, políticos e econômicos de âmbito nacional e internacional. Nesse período evidenciou-se um pluralismo de perspectivas teóricas e epistemológicas. Seja no campo científico ou nas mobilizações de diferentes setores organizados da sociedade, havia uma busca de respostas e anseios por mudanças e transformações concretas nas políticas públicas educacionais do Brasil.

A análise aqui empreendida sobre as políticas educacionais concretizadas na década de 1990 mostra que foi mantida uma complexa tessitura de avanços significativos, mas também de retrocessos em vários aspectos. O exemplo desta situação diz respeito à própria aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na ótica de Vieira e Freitas:

É a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961. Trata-se de um texto de 92 artigos, que apresenta os princípios, fins, direitos e deveres (Art. 1º a 7º); dispositivos sobre a organização da educação nacional, aí incluindo as incumbências das diferentes esferas do Poder Público (Art. 8º a 20); níveis e modalidades de ensino – Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional (Art. 21 a 60); Profissionais da Educação (Art. 61 a 67); Recursos Financeiros (Art. 68 a 77); Disposições Gerais (Art. 78 a 86); e, Disposições Transitórias (Art. 87 a 92) (VIEIRA e FREITAS, 2003, p. 167).

Na visão de Gaudêncio Frigotto e Florestan Fernandes a LDB de 1996, nasceu com inúmeras mutilações e subterfúgios. Foram mais de oito anos de debates, realizando seminários, encontros, diálogos e produção de documentos para a construção de uma LDB democrática. Entretanto, no seu texto final não levou em consideração este acúmulo de debates, de propostas e de contribuições da sociedade civil organizada. Assim, equivocadamente cometeu-se um erro histórico ao apresentar apenas a redação do Senador Darcy Ribeiro e do Governo Federal, que não estabeleceu preceitos claros, contundentes para o ensino de qualidade e privilegiou a educação privada com a permissão da transferência de recursos públicos.

É importante ressaltar que ao final dos anos 90 houve um aumento na taxa de escolarização entre a faixa etária de 7 a 14 anos chegando ao índice de 95,3%, diminuiu a taxa de analfabetismo em virtude dos impactos da legislação de 1996. Aparentemente, a ampliação

de todos estes números mostra-se positivo por um lado, entretanto, por outro, analisando a essência dos fatos, verificamos que isso representou uma maior intensificação no trabalho docente, além de aumentar o quantitativo de alunos em todos os níveis da educação e instituições escolares.

Houve uma ampliação na demanda de trabalho aliada às péssimas condições materiais no ambiente onde se realiza o processo ensino aprendizagem. Ademais, os últimos governos, influenciados e orientados pela hegemonia do capital neoliberal, não ampliaram a taxa de investimentos públicos na educação, que é diametralmente oposta ao crescimento ora apresentado de expansão e universalização da educação obrigatória.

Numa perspectiva histórica e dialética, necessariamente, é preciso estabelecer o fio condutor que constrói os significados e os elementos para elucidar como os determinantes estruturais do sistema social mais amplo se manifestam na condição escolar. Deste modo, a partir da pesquisa realizada no chão da escola pública inserida na realidade social concreta, tentacular, contraditória e dinâmica, em que o imperativo conjunto das relações sociais é engendrado na produção da vida material humana, nos indica um ambiente favorável aos conflitos, e estes, por sua vez, ficam mais latentes e inquietantes para o pesquisador.

Assim como afirmou Paro, cada unidade escolar possui sua singularidade que é observada nos fatos e nas relações sociais cotidianas, “sua análise mostra-se útil para o estudo de toda a rede de ensino, na medida em que tal escola encontra-se exposta aos mesmos condicionantes estruturais que atuam nas demais unidades do sistema.” (PARO, 2008, p, 71).

Neste sentido, foram escolhidas duas unidades escolares de duas subsecretarias regionais da Rede estadual de ensino de Goiás de segunda fase do ensino fundamental. Os contratos, as condições de trabalho e exigências aos docentes eram semelhantes e gerenciadas pela Secretaria Estadual de Educação. Portanto, dada que a realidade concreta da totalidade se faz presente em cada escola o pressuposto é capturar as causas mais determinantes da realidade concreta nas duas escolas escolhidas.

1.2 UM DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Não queremos aqui correr o risco de fazer uma simplificação da magnitude dos processos sociais que envolvem a construção da política pública e das políticas educacionais.

Diante da necessidade de se fazer uma análise conceitual do que é política pública, afirmamos que também as políticas educacionais são reflexos das diferentes conjunturas

históricas, das suas múltiplas determinações, das conexões internas e externas. Também é preciso relacionar as políticas públicas e as políticas educacionais com as determinações econômicas, que em cada momento histórico surgem com um caráter específico, ou melhor, um caráter histórico estrutural.

É preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades, já que a existência e persistência da pobreza e das desigualdades sociais são determinadas pela estrutura capitalista de apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e não apenas pela não distribuição equânime de seus produtos (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 195).

As políticas sociais no sistema capitalista encontram limites na superação das desigualdades, na socialização da riqueza, na universalização dos direitos sociais, políticos e econômicos.

Segundo Biancheti (1999), as políticas sociais são consideradas estratégias, com planos projetos e diretrizes com intencionalidades para desenvolver um determinado modelo social. “Em uma formação social concreta os setores dominantes promovem uma determinada política social em função de seus interesses estratégicos, utilizando, para isso, as estruturas políticas sobre as quais exercem hegemonia.” (1999, p. 89). Em outras palavras, significa o risco da dependência, em sua maior parte, de clientes e beneficiários de políticas públicas. Trata-se do mecanismo perverso que, historicamente, as classes dominantes no Brasil usam pra impor aquilo que Gramsci chamou de “hegemonia passiva.”

José Álvaro Moisés (1999), nos alerta que historicamente, a gênese do Estado moderno brasileiro está intimamente ligada à cultura dominante, controladas a partir da conjugação dos interesses da oligarquia dominante, com a nova classe social que surgia articulada com o grande impulso estatal em torno das necessidades de expansão da industrialização e modernização do país, no contexto do capital financeiro. A classe dominante, por sua vez, encontrou no neoliberalismo os valores e o projeto para inserção do capitalismo brasileiro na globalização.

De acordo com Moisés (1999), mesmo as manifestações culturais, instituições e organizações populares sempre foram vistas pelo Estado como expressões “primitivas e não civilizadas”, de um povo preso à indolência e condenado à ignorância. As lutas e mobilizações sociais são consideradas badernas, perturbações da ordem e casos de polícia. Até mesmo a chamada cidadania, garantida em direitos e igualdades formais foram sendo retiradas aos poucos e transformaram-se em liberdades usurpadas.

Gaudêncio Frigotto, afirma que a burguesia dominante se apóia no Estado para fazer uso “dilapidador do fundo público” (2010, p. 40). Sobre a estruturação do Estado na sociedade brasileira ele ressalta com lucidez que:

O Estado é estruturado como uma espécie de Deus Janus que tem uma dupla face: uma privada e a outra pública, que atua em função desta. Historicamente, tem se constituído no grande fiador de uma burguesia oligárquica, protegendo latifúndios improdutivos, terra como mercado de reserva, subsídios sem retorno e especulação financeira. Os incentivos fiscais constituem-se na ampliação de subsídios do fundo público ao enriquecimento fácil e rápido de restritos grupos. Uma burguesia que sabe ser competente quando apoiada no fundo público. Nesta relação misturam-se jogo de influências, formação de quadrilhas de corrupção no âmago do aparelho do estado, nepotismo e usura.

Nesse sentido, Moisés (1999), argumenta que a configuração do Estado no Brasil favorece a centralização de poder e a institucionalização de uma máquina administrativa baseada em pequenas concessões, relações de paternalismo e clientelismo afastando-se da concepção do que é a política social para o bem da coletividade. A maioria da população foi condenada à exploração, à opressão, ao desamparo das políticas públicas e à marginalização política.

Há que se ressaltar, ainda, segundo Dourado (2011) que “compreender a educação como política pública e percebê-la na articulação com as demais políticas é fundamental para contribuir para o processo de sua efetivação como política de Estado” (DOURADO, 2011, p. 55). É preciso entender as múltiplas interfaces das políticas públicas influenciadas pelas injunções das estruturas política, econômica e social. Portanto, a consolidação da Política Educacional como política de Estado implica na participação e cobrança da sociedade civil e no avanço e ampliação da concepção de Estado³ como capaz de “um processo complexo e articulado de embates, efetivados simultaneamente no terreno ideológico e econômico, em que o papel da superestrutura não é meramente mecânico, mas catalizador de uma ação de retorno ativa.” (DOURADO, 2004, p. 68)

1.3 O CONTEXTO POLÍTICO-EDUCACIONAL DO ESTADO DE GOIÁS.

A precariedade enfrentada por professores e alunos nas duas escolas analisadas em nosso trabalho, é um fenômeno complexo e abrangente. Segundo Paro, há algumas décadas, a

³ A análise das políticas educacionais, por essa perspectiva, indica o papel do Estado na proporção em que ele deixa de ser visto como mero mediador de interesses antagônicos, ao situá-lo à luz da correlação de forças que se trava no âmbito da sociedade civil e política (noção de Estado Ampliado). Ver Dourado (2004), “*Gestão Democrática da Escola: Movimento, Tensões e Desafios.*”

escola pública atendia um público oriundo das camadas médias e altas e tinha por objetivo preparar o aluno (a) para o mercado de trabalho, formar o trabalhador autônomo, funcionários públicos e vestibulandos. Estes grupos sociais constituíam parcela pequena da população e tinham poder de pressão junto ao Estado, que oferecia recursos adequados para a manutenção da escola pública de qualidade. Aliada a esta situação, as condições de trabalho do profissional da educação eram outras, pois desfrutavam de certo prestígio e status social.

Quando as camadas mais favorecidas, que tinham poder de pressão junto ao Estado, utilizavam a escola pública, o professor ganhava bem e não precisava sair às ruas para reivindicar melhores salários; hoje o magistério se envolve em intensos movimentos trabalhistas de reivindicação e mesmo assim seus salários continuam caindo (PARO, 2008, p. 99).

Com a universalização e democratização do acesso a partir de 1996, o ensino básico, de acordo com Paro (2008), a educação passa enfrentar condições precárias de funcionamento e desde a mudança de usuário da educação pública, os filhos dos trabalhadores e os filhos das classes médias buscam o ensino privado. Este processo de massificação da escola pública e de extensão da escolarização fez crescer o número de alunos, conseqüentemente uma maior demanda de trabalho para professores.

O trabalho docente na escola pública foi sendo paulatinamente desvalorizado. Nessa perspectiva se faz importante compreender o processo e o sentido do trabalho docente na sociedade capitalista, bem como o trabalho docente e a educação escolar pública no estado de Goiás. Portanto, a ampliação do acesso ao ensino exige, por parte do Estado, um maior investimento. Segundo Paro, “o Estado exime-se de se comprometer com qualquer padrão mínimo de qualidade dos serviços oferecidos” (2008, p. 90).

Em Goiás, a situação não é diferente, as condições materiais em que se encontram o professorado da Rede estadual de ensino são inadequadas para desenvolver o processo de ensino aprendizagem. As escolas estão com a estrutura física deteriorada por falta de reformas que dificilmente saem do papel e dos processos licitatórios. As unidades educacionais sucateadas colocam em risco o bem estar físico de alunos, funcionários administrativos e de professores por falta de condições de trabalho. Em entrevista, o Secretário de Educação, Senhor Thiago Peixoto diz que das “1095 escolas 440 precisam ser reformadas e enfrentam problemas de estrutura.” (g1.globo.com/Goiás/noticia)

O portal do Tribunal de Contas do Brasil mostra dezenas de obras públicas que estão paradas há vários anos no Estado de Goiás. Foram firmados 4 Termos de Ajustamento de Gestão, conhecidos como “TAGs”, para dar celeridade aos convênios em andamento para

ampliação e reformas das escolas; outras serão demolidas pra construção de Escolas “Padrão Século XXI”. Estes TAGs, também prevêm, em diferentes municípios, a construção, ampliação e reformas de hospitais, maternidades, cadeias públicas, centros de referências, ginásios esportivos e estradas.

Analisando os Termos de Ajustamento de Gestão e os registros documentais do SINTEGO (Ofício N 24/2012/SG. SEDUC / CASA CIVIL), identificamos 18 escolas Estaduais, em diferentes municípios do Estado de Goiás, que entraram em processo de reforma e ampliação desde 2010, mas tais obras, até o ano de 2013, encontram-se inconclusas. Conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Escolas Estaduais que entraram em processo de reforma e ampliação desde 2010.

| CIDADE | COLÉGIO ESTADUAL |
|------------------------|--------------------------------|
| Águas Lindas de Goiás. | Tancredo Neves |
| Aparecida de Goiânia | Escola Padrão Século XXI |
| Aparecida de Goiânia | Jardim Tiradentes |
| Cidade de Goiás | Mestre Nhola |
| Goiânia | Benedito Lucimar M. da Silva |
| Goiânia | Castelo Branco |
| Goiânia | Ismael Silva de Jesus |
| Goiânia | José Honorato |
| Goiânia | Nazir Safatle |
| Goiânia | Pedro Gomes |
| Itumbiara | Polivalente Dr. Menezes Júnior |
| Jataí | Nestório Ribeiro |
| Mineiros | Corrijo |
| Morrinhos | Cel. Pedro Nunes |
| Nova Glória | Heloísa de Fátima Vargas |
| Rio Verde | Escola Padrão Século XXI |
| Santa Helena | Vital Oliveira |
| Uirapuru | José Pereira Leandro |

Fonte: SINTEGO.

Evidentemente, a lista de escolas mostrada anteriormente comprova o descaso do poder público com a escola pública e com os profissionais da educação. Além desta situação, existem outras variáveis que também geram insatisfação, desvalorização e aviltamento da categoria docente. Outro fator concreto da precarização dos professores da rede estadual de educação reside justamente no não pagamento do piso salarial nacional. Como veremos a seguir.

Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.738, que cria o Piso Salarial Profissional – PSPN, para todos os professores da educação básica do país, que possuem jornada de trabalho de até 40 horas semanais. No artigo intitulado “o trabalho docente e as novas configurações no mundo do trabalho: sobre o tempo na educação” Carneiro e Fernandes asseveram que:

É pertinente alertar que o valor do piso se aplica aos profissionais do magistério público da educação básica “com formação em nível médio na modalidade normal, com jornada de 40 horas semanais”. Entretanto, o piso foi tomado como parâmetro para todos os professores, mesmo aqueles de nível superior, em vários estados da federação, descumprindo a legislação (CARNEIRO E FERNANDES, 2013, p. 4).

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com sua aplicação, seriam beneficiados cerca de 800 mil professores da rede pública de educação básica do Brasil. Inicialmente o valor do PISO era de R\$ 950,00, este valor já foi reajustado pelo índice custo aluno; em 2009 este valor foi reajustado para R\$ 1.132,40. O Governo federal, por meio de portaria interministerial, informou o reajuste de 7,97%; a partir de 2013, o valor do Piso do Magistério seria de 1.566,64.

No Estado de Goiás, o PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL (PSPN), Lei nº 11.738/2008, não era cumprido até 2012. A data base que é uma reposição salarial que todo servidor público tem direito, também não é cumprida. As consequências em decorrência deste modo do estado em gerir as políticas públicas são preocupantes, pois os profissionais precisam fazer jornadas de trabalho exaustivas, com 60 horas na rede estadual, e em muitos casos mais outra jornada seja na rede municipal ou na rede privada.

De acordo com Freitas, “a definição de prioridades não é simplesmente um critério técnico ou, ainda, aleatório ou arbitrário, trata-se de uma decisão política e, enquanto tal, a alocação de recursos deve ser entendida como uma decisão que atende a determinados interesses, contrariando outros” (2000, p. 157).

O investimento de fundos públicos em educação obedece a deliberações oriundas de legislação estadual e federal. Entretanto, a forma como esses fundos são distribuídos e utilizados nem sempre atendem aos interesses sociais. Ao mesmo tempo, o volume dos recursos a serem gastos, mesmo que obedecendo à legislação em vigor, não é suficiente para atender às necessidades da área. Se o montante de recursos não é o suficiente ou, digamos satisfatório, para atender às necessidades da área, fica então a indignação do grau de prioridade que possa ter o ensino público para o Estado e para a sociedade (FREITAS, 2000, p. 157).

O trabalho docente torna-se precarizado, desvalorizado, resultando na queda de seu prestígio social. Segundo Freitas (2000), em sua dissertação de mestrado, sobre a constituição da profissão docente em Goiás, “nesse contexto, de declínio da escola pública e de insucesso

dos profissionais que nela atuam, a escolha pela profissão de professor não é vista, socialmente, como a escolha de alguém que será bem sucedido na vida profissional.” (p.159).

Para Freitas (2000), as condições que se encontram estes profissionais em Goiás, com baixos salários, precárias condições em que se exerce a atividade docente, os levam a uma falta de perspectiva, a um mal-estar profissional e não raro ao adoecimento.

De acordo com o Sindicato dos trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), o estado de Goiás, está na contra mão do processo de valorização da Educação. Tanto o Governo Alcides Rodrigues quanto o Governo Marconi Perilo, por meio da SEDUC, Secretária Estadual de Educação, usaram de vários subterfúgios para retirada de direitos historicamente conquistados pela categoria docente.

Segundo a direção do SINTEGO, os trabalhadores em educação ficaram 48 dias em greve, dos quais 22 ficaram acampados na Assembléia Legislativa; em 2008 foram mais de 58 dias; em 2009 houve paralisações, audiências públicas, mobilizações da categoria para fazer o governo cumprir a data base e o Piso salarial. Nos anos de 2010 e 2011 não foram diferentes dos anos já citados, contudo, destacamos o ano de 2012 com a greve de 51 dias realizada pelos trabalhadores em educação. O Governo estadual manifestou-se autoritariamente, perseguiu professores e arbitrariamente cortou o ponto e os removeu de seu local de trabalho para outras regiões longínquas.

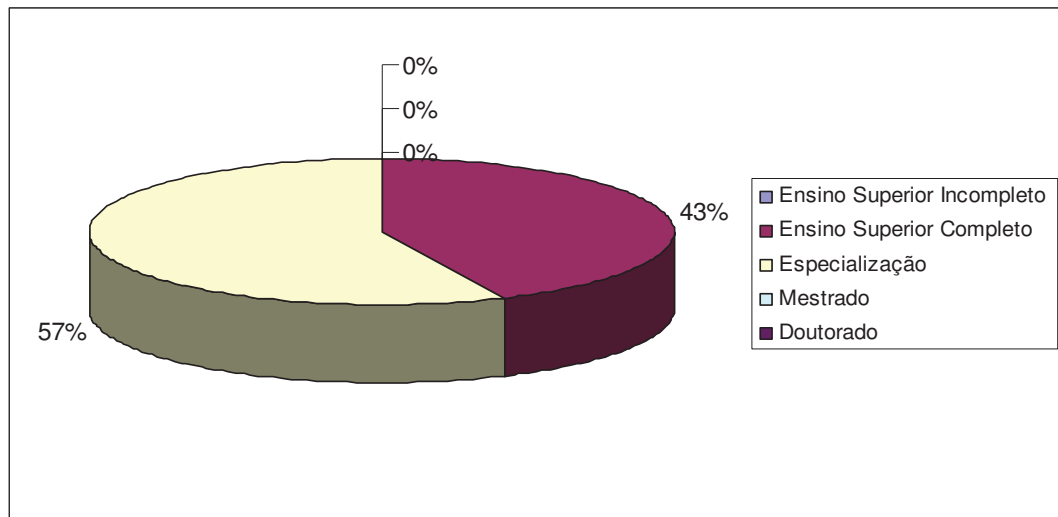
A greve de 2012 teve como principal motivação as alterações empreendidas na Lei nº 13.309/2001, que instituiu o Estatuto e o plano de cargos e vencimentos do pessoal do magistério público estadual da Educação básica e da Educação Profissional no Estado de Goiás. Segundo o seu artigo 4º “Obriga-se o Estado a assegurar ao pessoal de seu magistério: **III** – Remuneração condigna; **IV** – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho.” (p. 1) Em outras palavras, a gratificação de titularidade permitia que o professor que possuísse até 1080 horas em cursos um acréscimo de 30% no salário, com Mestrado 40% e com Doutorado 50%.

Contudo, o Governo Marconi acabou com a titularidade de 30% para os professores com 1080 horas de curso e o incorporou ao vencimento para dizer que paga o piso. Portanto, depois de muitas mobilizações da categoria docente, com debates, seminários e mais de 51 dias de greve, o governo estadual por meio da SEDUC voltou atrás e recuou em alguns pontos. Assim, nessa alteração, o plano de carreira contemplou somente os professores que apresentam comprovação que cursaram o Mestrado ou doutorado. Isto significa dizer que o novo plano excluiu o acesso a titularidade e o acréscimo de 30% no salário dos profissionais que apresentam comprovação por terem concluído curso de especialização. Seguindo à risca o receituário neoliberal o governo Marconi Perilo alterou o Plano de Carreira do Magistério.

O gráfico abaixo revela como essa medida atingiu os profissionais da Rede Estadual de Educação, pois 57% dos professores da Escola Estadual Nazir Safatle possuem Especialização.

Gráfico 1: Colégio Estadual Nazir Safatle

Quanto a sua formação:

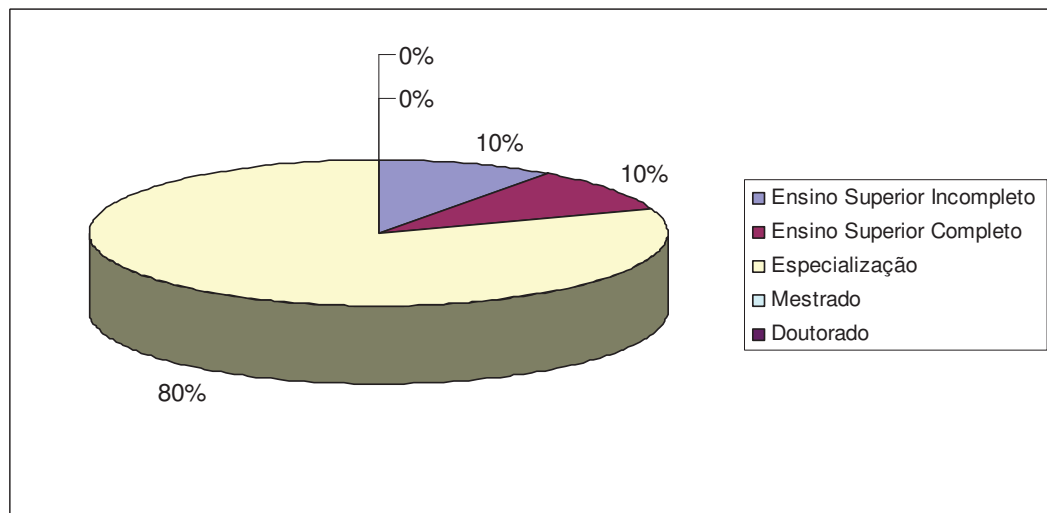


Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Na outra escola pesquisada, Escola Estadual Cruzeiro do Sul, 80% dos professores possuem curso de Especialização. Isso significa que a alteração no plano de carreira dos profissionais retirou deles uma parte significativa do reconhecimento ao seu aprimoramento que incidia diretamente no valor do vencimento de seu salário.

Gráfico 2: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul.

Quanto a sua formação



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Na distribuição das competências entre as diversas instâncias de governo, a LDB incumbe aos municípios a manutenção da educação infantil, garantido, com prioridade, o ensino fundamental. Conforme diz o Artigo 11, Os Municípios incumbir-se-ão de:

I. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados. **II.** Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas. **IV.** Baixar normas complementares para o seu sistema de Ensino. Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seu sistema de ensino. **V.** Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (Lei nº 9.394/96).

Aos estados cabe colaborar com os municípios na oferta do ensino fundamental e manter, com prioridade, o ensino médio. De acordo com o artigo 10 da LDB. Os Estados incumbir-se-ão de:

I. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; **II.** Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; **III.** Elaborar e executar políticas e planos Educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; **IV.** Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; **V.** baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. **VI.** Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio (Lei nº 9.394/96).

Assim sendo, se faz oportuno trazer a justificativa dos municípios por não assumirem a garantia da universalização da Educação básica. De acordo com o parecer da assessoria técnica do conselho municipal de Goiânia, diante do crescimento acelerado da população, e das conseqüências dessa concentração espacial surgiram os problemas sociais: desemprego, precária infraestrutura urbana, favelização, aumento da criminalidade, aumento do tráfico de drogas, ocupação desordenada, entre outros. Portanto, o número de instituições educacionais não é suficiente para o atendimento à população.

Segundo o Conselho Municipal de educação de Goiânia, estes problemas devem ser enfrentados com esforços que não podem ser unilaterais, ou seja, somente o município não consegue superar tais desafios, mas deve ser em conjunto, com a participação de todos, Estado e sociedade cível organizada.

A educação escolar é uma obrigatoriedade garantida por lei, um princípio constitucional, assim, o artigo 10 da LDB responsabiliza tanto os municípios em ofertar com

prioridade o ensino fundamental, quanto o estado que cabe assegurar a oferta deste nível de ensino. Contudo, o estado interpreta o referido artigo como não sendo de sua responsabilidade a vinculação de recursos e investimentos na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental.

1.4 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE GOIÁS.

A partir desta compreensão do que é política pública se faz importante compreendermos a ascensão do pensamento neoliberal nas reformas do Estado, seus ajustes econômicos e seus possíveis desdobramentos para constituição das políticas educacionais.

Octavio Ianni (2013), em sua obra “A sociedade Global”, argumenta que o neoliberalismo foi uma resposta aos profundos impasses do capital, com a crise iniciada nos anos de 1970, que tornou inviável a continuidade da antiga formação social baseada no taylorismo e no fordismo, no capitalismo de Estado e no Keynesianismo, nos acordos de Bretton Woods e no Welfare State. A saída encontrada foi baseada nos oligopólios financeiros que passaram a controlar diretamente o processo de mundialização e reprodução ampliada do capital, a ponto de submeter mercados e Estados nacionais aos seus desígnios.

Ianni (2013) afirma que o contexto mundial, a partir dos anos 1980 é marcado pela implantação de determinados projetos que desembocaram em algumas transformações que se estabelecem sob a exigência do neoliberalismo, ou em outras palavras, pela submissão total ao “mercado” globalizado. A implantação deste projeto neoliberal significa, sobretudo, restrições das instituições e regras democráticas, à supressão dos direitos sociais e humanos conquistados (fruto da luta de tantos homens e mulheres durante séculos), e a produção de um amplo setor de excluídos – os sem-teto, sem-terra, sem-trabalho permanente, etc. Sobre o aprofundamento das desigualdades sociais pelo mundo, Ianni enfatiza:

São os vaivens de um complexo e contraditório processo de globalização altamente determinado pela reprodução ampliada do capital, em escala global, compreendendo os processos de concentração e centralização. O que ocorre nos níveis político, social e cultural não só ocorre em ritmos distintos, mas também de modo desigual, contraditório, desencontrado. Acontece que a globalização em curso produz e reproduz desigualdades e antagonismos, nos quais polarizam-se grupos, classes, etnias, minorias e outros setores das sociedades nacionais e da sociedade global. Na forma como se está realizando a globalização do mundo ao mesmo tempo que integra e articula, desagrega e tensiona, reproduzindo e acentuando desigualdades em todos os quadrantes (IANNI, 2013, p. 145).

Neste contexto, o processo de globalização da economia nada mais é do que a transformação do mercado, ou seja, a penetração econômica através das fronteiras, nos processos de produção e de comercialização, com o domínio do capital financeiro a nível mundial. O Estado nacional perde parte de sua capacidade de controlar a economia nacional, em razão da extrema mobilidade do capital financeiro internacional. Assim como afirmou Ianni:

O neoliberalismo enraíza-se diretamente no mercado mundial, no fluxo de capital, tecnologia, força de trabalho, mercadoria, lucro, mais-valia. Lança-se diretamente num mundo sem fronteiras, alfândegas, barreiras. Reafirma os princípios da liberdade, igualdade, propriedade e contrato, agora sob a égide das multinacionais, corporações, conglomerados, organizações pouco localizáveis, no sentido de que estão em muitos lugares e às vezes operam à margem de instituições, códigos, estatutos ou constituições nacionais (IANNI, 2013, p. 140).

Identificamos, também, que a implantação deste projeto neoliberal na Europa, significou a crise do Estado de Bem Estar Social, que caracterizou a organização dos países desenvolvidos praticamente de 1945 a 1973.

O neoliberalismo é uma concepção econômica, política e social, proposta inicialmente por Hayek em 1944. (OLIVEIRA, 1994, p.9-62). Esta concepção parte do princípio de que o mercado regula a economia. Segundo essas leis de mercado, o que levou às dificuldades econômicas do Estado e o tornou necessariamente deficitário, foi o excesso de responsabilidade com a distribuição de renda, com a implementação de políticas sociais de saúde, educação, emprego, moradia. Para corrigir este erro, o Estado deve largar este peso, deixando as atividades econômicas e a sua regulação para o mercado e a iniciativa privada e enquanto as questões sociais devem ser responsabilidades dos indivíduos.

Esta concepção foi implementada inicialmente pela Inglaterra (governos Thatcher - Major:1979-1996) e pelos Estados Unidos (governos Reagan - Bush: 1980-1992). A Espanha adotou a política neoliberal a partir de 1982 (Felipe González). Na América Latina, o primeiro país a seguir este caminho foi o Chile de Pinochet, e depois, o México e a Argentina. O Brasil aderiu a partir do governo de Collor (1990), e aprofundou sua forma de hegemonia baseado na ideologia neoliberal nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso desde 1994 e dando continuidade a este projeto com sua reeleição em 1998. Estrutura essa que não se modificou substancialmente nos governos posteriores.

Segundo Ianni, é impossível deixar de reconhecer que o capitalismo é um modo de produção material e espiritual, de tal maneira que se organiza, se modifica; que se produz e reproduz, também se constitui como processo civilizatório universal que se transforma e se transfigura. O capitalismo contemporâneo ao mesmo tempo em que se globaliza também se

mundializa, internacionaliza e se universaliza. Sobre esta questão ele afirma que a história do capitalismo:

Pode ser lida como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um vasto processo histórico simultaneamente social, econômico, político e cultural, no qual se movimentam indivíduos e multidões, povos e governos, sociedade e culturas, línguas e religiões, nações e continentes, mares e oceanos, formas dos espaços e possibilidades dos tempos. Um vasto processo histórico no qual emergem conquistas e realizações, impasses e contradições. Na essência da racionalidade do capitalismo, como modo de produção material e espiritual, como processo civilizatório, encontra-se a sua irracionalidade, a sua negatividade, o seu absurdo. Pode-se falar em capital e trabalho, pobre e rico, centro e periferia, industrializado e subdesenvolvido, dominante e dependente, mas também se pode falar em produção e consumo, emprego e desemprego, afluência e pauperismo, integração e fragmentação, massificação e solidão (IANNI, 2013, p. 64).

A Globalização ou sociedade global, como denomina Ianni (2013), com suas relações processos e estruturas, generaliza-se e aprofunda-se como tendência, é um processo ainda em construção com grandes desafios e muitos obstáculos. Assim, este movimento civilizatório mundial não se restringe à concepção econômica, configura-se como uma totalidade histórico-social, cultural, política, complexa e contraditória. Tal como colocou Ianni:

As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas, numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Neste contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, lingüísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global (IANNI, 2013, p. 39).

Com a ascensão do pensamento neoliberal nos movimentos de reforma do Estado ou dos ajustes econômicos, afirma Márcio da Costa, as consequências são: “enxugamento, crise, recessão, medidas duras, privatização de empresas públicas, desregulamentação e redução à esfera da influência estatal.” (2000, p.51). Com o argumento de que o setor público é responsável pela crise e pela ineficiência, e que o mercado e o privado são mais eficientes, surge então, a idéia do estado mínimo para os direitos sociais já conquistados; saúde, educação etc. Tudo passa a ser regulado pela lógica do mercado.

No que se refere à educação o neoliberalismo de mercado se manifesta pelo fim da escola pública. De acordo com Libâneo (2003), ideologicamente configura-se um discurso de fracasso da escola pública, que afirma que existe uma incapacidade administrativa do

estado em gerir o bem comum, então o estado, gradativamente, desobriga-se de investir na educação pública.

Em consonância com as políticas neoliberais, o Governo Marconi Perilo, aplica o receituário neoliberal em outras categorias, diminuindo os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Neste caso, os funcionários administrativos servidores da educação, mais de seis mil administrativos dependiam de complemento para receber o salário mínimo. Conforme determina a Constituição Federal, ninguém pode receber abaixo do salário mínimo. Contudo os administrativos com jornada de trabalho de 40 horas semanais foi reajustado, porém os administrativos de 30 horas semanais estão recebendo um vencimento menor que o salário mínimo.

Este cenário, descrito acima é fonte de fortes contradições na execução das Políticas Educacionais no Estado de Goiás com caráter neoliberal, dirigidas e orquestradas no interior do Governo do Estado e implementadas através da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Registra-se que no terreno das orientações dos organismos internacionais, Banco Mundial, UNESCO e OCDE, para um projeto neoliberal de educação, situam-se neste campo as “Diretrizes do Pacto pela Educação: Reforma Educacional Goiana.” Lançada em setembro de 2011.

Recorreremos a Bianchetti (1999), que nos alerta que para analisar as políticas educacionais de orientação neoliberal devemos levar em consideração dois aspectos intimamente ligados:

Em primeiro lugar, as tendências teóricas coincidentes com essa concepção social e que têm relação com a proposta dos objetivos a serem alcançados pelo sistema educativo, no que se refere à formação e capacitação das pessoas. Neste caso nos referimos às políticas em educação, ou seja, às orientações refletidas na estrutura e nos conteúdos do currículo. Elas dependem não só das condições políticas de uma conjuntura histórica, mas também das características e do poder dos grupos hegemônicos... O segundo aspecto refere-se às políticas para educação desenvolvidas pelo governo como parte das políticas sociais, que se refletem nas características e funções propostas para o sistema educativo. Neste caso as ações se orientam fundamentalmente à conformação de uma estrutura educacional seja o veículo de efetivação das exigências do modelo social (BIANCHETTI, 1999, p.93 e 94).

Dialogando com a reflexão acima, o primeiro aspecto que trata das tendências teóricas com a concepção social do neoliberalismo incide justamente com a proposta da reforma educacional Goiana, ancorada em uma visão economicista, individualista, competitiva, mercadológica, que defende a obtenção de resultados ranqueados e estandardizados. Preconizam respostas rápidas e eficazes, implementação de um sistema avaliativo que busca aferir resultados do desempenho de estudantes e de professores.

A despeito das tendências teóricas do neoliberalismo destacaremos alguns autores que justificam e defendem este sistema que se sustenta a custos sociais altíssimos, incide na legitimação cultural e ideológica do sistema e integra um ciclo iniciado na década de 1970. Alguns autores, Jevons, Schumpeter, Friedman, Hayek e mais recentemente Kenneth Galbraith por que ao nosso olhar, representam bem o exército de justificadores do sistema privado de extração de excedentes produzidos pela sociedade. Estes autores trabalham com diferentes temas como: indivíduo empreendedor, do capitão da indústria; corretivos as falhas estruturais do sistema; tecnoestrutura e mais recentemente aparece a chamada revolução verde.

Segundo Bianchetti (1999), os neoliberais criticam as políticas sociais implementadas pelos modelos socialistas ou pelos modelos de Estado Benfeitor. “A idéia do Estado mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não são reduzidas somente ao aspecto econômico.” (199, p. 88). Entretanto, em momentos de crises agudas do capital a conduta das grandes cadeias oligopolistas é sempre a mesma, recorrem ao poder público, exigem bilhões de dólares para cobrir rombos e manter privilégios de seus executivos. Demitem, cortam direitos, precarizam o trabalho. Pedem a governos que ajam com irresponsabilidade fiscal, em seu favor. E que estes mesmos governos precarizam serviços públicos, para que reste dinheiro necessário à estatização do prejuízo originado na especulação financeira.

A política neoliberal age em consonância com os organismos internacionais que ditam e estabelecem regras, indicadores quantitativos, critérios e objetivos a serem seguidos e cumpridos pelos governos de países pobres e em desenvolvimento, visando à obtenção de resultados rápidos de modo a controlar a ação pública, “especialmente na saúde, na educação e na segurança pública, visando à produtividade, eficiência, controle de custos e qualidade.” (LIBÂNEO, 2011, p. 6).

O pacto pela educação ou a reforma educacional goiana é um exemplo clarividente das pressões dos organismos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO e OCDE que traçam princípios e estratégias a serem seguidas por professores, alunos e dirigentes das escolas públicas, visando a cumprir objetivos pragmáticos e instrumentais. De acordo com professor Libâneo, esta reforma educacional goiana segue modelos semelhantes aos implementados nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. “No entanto, é sabido que as reformas efetuadas naqueles estados (e as implementadas em países latino-americanos) não tiveram êxito; ao contrário, a situação da educação piorou significativamente.” (LIBÂNEO, 2011, p. 1).

Tal reforma educacional traz a lógica da competição alicerçada na economia da globalização, aliado ao uso mecanicista e pouco reflexivo da tecnologia da informação e de

material didático-pedagógico apostilado, como suporte tecnológico ao trabalho do professor através do portal pedagógico, ou seja, corre-se o risco de prover o docente tarefeiro, aplicador de técnicas com pouca autonomia intelectual. De acordo com Libâneo, a proposta didático-pedagógico do pacto pela educação aparece como:

“Insumos”; materiais de apoio padronizados (supostamente material apostilado), tutoria aos professores, ou seja, não se tem garantia de atuação nos conteúdos, na metodologia, nas formas de acompanhamento do aluno em sala de aula, nos procedimentos de avaliação em sala de aula; c) a menção ao acompanhamento “prático” deixa entrever que se trata de prover ao professor “kits” de habilidade práticas, acentuando seu papel de professor tarefeiro, não seu papel de intelectual no trabalho com os conteúdos e de criador de suas práticas de ensino... (LIBÂNEO, 2011, p. 5).

De fato, nesta perspectiva de educação instrumental, que reduz a educação a um mero fator de reprodução, que visa resultados imediatos, pode haver conseqüências perversas e alienantes, tanto para os professores como para os alunos. Eclodiu-se um pragmatismo econômico fazendo-se acompanhar de uma padronização de condutas preestabelecidas que retira do professor sua autonomia pedagógica e a sua visão crítica de educação e de sociedade, assim nos alerta Libâneo:

[...] concepção estritamente instrumental de educação, com objetivos padronizados, retira do professor a possibilidade de por em prática os saberes que dão especificidade à sua profissão. Ele passa a trabalhar apenas para o que pedem as avaliações estandardizadas. Além do mais, os professores são responsáveis pelos seus atos e decisões, mas não forçosamente pelos resultados, porque eles dependem de um conjunto de fatores sobre os quais não têm controle. Exigir que os professores se subjuguem à obrigação por resultados é quase exigir o impossível. Eles são profissionais do humano, das relações entre pessoas, do conhecimento, não técnicos ou operários que lidam com coisas. Quem trabalha com seres humanos, sabe que há nessa atividade sempre alguma coisa que lhes escapa que não podem ser controladas, ao menos que se trate de uma escola totalitária ou completamente mecanizada (LIBÂNEO, 2011, p. 5).

Outro fator extremamente negativo reside justamente nos bônus salariais, nas remunerações meritocráticas, nas premiações para os docentes que desempenharem suas funções seguindo critérios, regras e metas estabelecidas pelo “programa reconhecer, educação o mérito é seu.” Segundo a própria Secretaria de Estado da Educação, esta é uma das principais diretrizes do pacto da educação. Tal programa torna-se um mecanismo de sedução de professores, constrói-se uma imagem aliada à exaltação exacerbada da eficiência econômica e da eficácia institucional como “princípios pétreos”, contrários aos valores da dimensão humana, éticos e políticos que orientam os fins e objetivos da educação formal.

Entendo que são aspectos negativos todos os mecanismos previstos na reforma em relação ao reconhecimento e remuneração dos professores por mérito, incluindo critérios de evolução salarial, bônus, prêmios, etc. As medidas de capacitação decorrentes da “avaliação rígida de performance e empenho”, da formação prática, levam o professor a se transformar em um profissional tarefeiro ... Além disso, o controle do trabalho do professor por avaliação externa será visto como punição, falta de reconhecimento e baixa auto-estima, ao contrário do que se espera em reforma; os bônus e prêmios são formas de sedução artificial dos professores, cedo tomarão consciência de que não estão sendo valorizados no seu trabalho... (LIBÂNEO, 2011, p. 4).

“O Programa Reconhecer” estímulo a regência para professores efetivos das escolas estaduais, estabelece critérios a serem seguidos pelos docentes, a assiduidade é a principal condição para o recebimento da bonificação. Contudo, no ano de 2012, criou-se um outro critério, um planejamento quinzenal, o modelo deste planejamento será fornecido pela secretária de educação, que deverá ser preenchido pelos professores junto com a equipe pedagógica da unidade escolar. Veja a seguir tabela do programa “Reconhecer” que determina qual porcentagem de assiduidade que o professor deverá conquistar para receber a bonificação.

Quadro 2: Porcentagem de assiduidade

| Percentual de faltas no semestre | Recebimento do bônus % |
|----------------------------------|------------------------|
| Até 1% de faltas | 100% |
| De 1,01% a 2% | 85% |
| De 2,01% a 3% | 70% |
| De 3,01% a 4% | 55% |
| De 3,01% a 5% | 40% |
| Mais de 5% de faltas | Não receberá o bônus |

Fonte: Cartilha do Programa de estímulo a regência – Reconhecer 2012.

De acordo com a SEDUC, o “Bônus de Estímulo à Regência será proporcional ao número de faltas do professor no semestre,” seguindo orientações estabelecidas pelo quadro 2. Cada professor regente deverá acompanhar o relatório de frequência fixado no mural da escola, caberá ao grupo gestor da unidade escolar incluir a frequência dos professores no sistema. De acordo com a SEDUC colocar a frequência dos professores em um local visível para que toda comunidade escolar tenha acesso, pais, alunos, administrativos e o corpo diretivo, é um procedimento baseado no artigo 4º da resolução 004 do Conselho Estadual de Educação, aprovada em 20 de março de 2009. Esta decisão é uma afronta ao trabalho docente e representa uma desvalorização da dignidade humana.

É importante ressaltar que os dois critérios estabelecidos pelo programa, assiduidade e planejamento de aulas entregues a cada duas semanas à coordenação pedagógica, devem ser avaliados conjuntamente, “para efeito de bonificação, uma aula será efetivamente ministrada apenas se o seu planejamento tiver sido entregue.” (PROGRAMA RECONHECER – Critérios e Procedimentos, 2012, p. 4).

A SEDUC também se responsabiliza por fazer “auditoria permanente para conferência dos dados. Caso seja constatada fraude em uma unidade educacional, todos os professores regentes desta unidade perderão o direito à parcela semestral do Bônus.” (PROGRAMA RECONHECER – Critérios e Procedimentos, 2012, p. 4). Em relação a este procedimento da SEDUC, em realizar uma auditoria periódica nas unidades educacionais, fica evidente que se trata de controlar, monitorar, vigiar a ação e a conduta dos docentes, com o pretexto de acompanhar as frequências e o planejamento. Ademais, criou-se um ambiente permanente de competitividade e disputa, de conflito e tensão; a qualquer momento pode chegar alguém da subsecretaria de educação para fiscalizar, trata-se de um intervencionismo por parte da SEDUC dentro dos muros da Escola. Em entrevista concedida a esta dissertação de mestrado um professor da rede estadual de Educação, senhor Jaime Braga diz que:

O Pacto da Educação está muito longe de atingir e transformar essa escola pode transformar uma escola centralizada, que tem uma estrutura maior, um investimento, mas Pacto da Educação para cá não funciona. O governo lançou um projeto de competição entre os docentes, os que não faltam, não chegam atrasados, eles vão ter uma gratificação, eu acho isso um absurdo, educação não é competição. Eu não ensino isso para os meus alunos, eu ensino eles a absorverem um conhecimento para transformar e buscar os espaços deles sem querer desmerecer o outro. Aqui acontece isso, se o professor faltar no final do ano ele não recebe bonificação, eu sou vítima disso anualmente. Eu sou pai de dois filhos, eles adoecem, eu adoço, tenho que levá-los ao hospital, você traz o atestado e eles ignoram o atestado. Eles criaram uma certa competição que chamam de meritocracia que é uma coisa absurda e vai contra todos os princípios educacionais que nos aprendemos na faculdade. (Professor Jaime Braga, entrevista concedida para esta dissertação de mestrado, 2012).

A reflexão do professor Jaime Braga demonstra claramente que a meritocracia é uma enganação, uma ilusão criada para colocar os professores em constante processo de disputa e competição. Na própria cartilha de orientação do “Programa Reconhecer” tem uma nota que diz, “caso seja constatada fraude em uma unidade educacional, todos os professores regentes dessa unidade perderão o direito à parcela semestral do bônus”, (2012, p. 4). Este trecho da cartilha traz um tom ameaçador, além do mais, estimula um ambiente de trabalho a ser fiscalizador com um constante “clima policalesco.” Ademais, parte-se da perspectiva “a priori” que o professorado irá cometer algum tipo de fraude para se beneficiar do programa

indevidamente e, a punição para tal, será coletiva, todos os professores irão perder o direito à parcela.

Em nota oficial publicada no sitio da SEDUC, no ano de 2012, o secretário de educação, Thiago Peixoto, “diz que com um ano de funcionamento do “Programa Reconhecer,” houve uma melhora significativa na qualidade da educação, pois os professores passaram a ficar mais tempo em sala de aula, dedicando-se mais aos alunos.” (www.educacao.go.gov.br/imprensa/noticia). Com este pronunciamento do secretário, fica evidente que o objetivo da SEDUC é de convencer a sociedade e a própria categoria docente que, o aumento da freqüência do professorado irá revolver as mazelas da educação; existe uma tentativa da SEDUC em responsabilizar e culpabilizar os professores pela má qualidade do ensino, como se a qualidade da educação ou o seu “sucesso e o seu fracasso” perpassassem única e exclusivamente por este fator. Portanto, fica claro que estão usando a persuasão, isto é, a ideologia, tentando criar o consenso ao redor de seu projeto de sociedade, e de sua concepção de mundo e de educação. É como Gramsci (1979) afirmou, ideologia é um dos vários mecanismos de manutenção e reprodução das relações numa determinada sociedade, ela é mais sofisticada, por isso é mais difícil de ser identificada e de se perceber o seu papel.

Nos “Cadernos do Cárcere,” Gramsci diz que as ideologias são como instrumentos de direção das massas nas mãos dos grupos dominantes, mas também instrumento da inversão de práxis. “São armas de ataque e defesa, por isso, a necessidade que cada grupo social fundamental sente de elaborar a sua ideologia, e difundi-la pelo corpo social” (GRAMSCI, 1981, p.16).

A reforma educacional goiana é a concretização de um modelo de intervenção baseado na política neoliberal economicista de educação; são políticas sociais mais liberais, cuja proteção social diminui e, por conseguinte, os resultados são: menos custos sociais, aumento significativo da cultura da competição e do individualismo, ausência e perda da perspectiva da formação do individuo, voltada para emancipação humana com vistas ao desenvolvimento dos aspectos intelectuais e morais, a fim de prover nos indivíduos as capacidades humanas necessárias para vida em sociedade. Estamos diante de uma situação que Libâneo (2011) qualificou como a pedagogia dos resultados, uma verdadeira competitividade na busca dos melhores resultados, com vistas a mensurar o rendimento dos alunos e o desempenho de professores.

Em suma, as políticas educacionais do estado de Goiás e a sua relação com a política neoliberal, consistem em um fenômeno mais amplo e abrangente por isso recorreremos à reflexão de István Mészáros (2008) concretizada em sua obra “A educação para além do

capital” que denuncia a concepção de sociedade e de educação baseada na lógica desumanizadora do capital, com fundamentos profundamente mercantilistas, individualistas e competitivos.

O simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal. O que está em jogo não é apenas a modificação política dos processos educacionais que praticam e agravam o apartheid social, mas a reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil. (JINKINGS, apud MESZÁROS, 2008, p. 11 e 12).

Neste contexto do neoliberalismo e com este modelo de acumulação flexível do capital e de desregulamentação do trabalho, acompanhado por grandes doses de inovações tecnológicas, evidenciando um cenário contraditório e excludente, em que as atenções se prendem às mudanças sociológicas no mundo trabalho e na educação proveniente destas transformações: sociais, políticas e econômicas, assim como analisaremos com maior ênfase e profundidade no capítulo II.

CAPÍTULO II

DESAFIOS TEÓRICOS: INTENSIFICAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS MUDANÇAS NO TRABALHO DOCENTE

O trabalho e a educação são duas categorias fundamentais de nossa pesquisa, que do ponto de vista epistemológico, nos possibilitam apreender e interpretar as condições materiais efetivas do trabalho docente na rede estadual de ensino de Goiás. Por esta razão, neste capítulo, se faz mister trazer a concepção da categoria trabalho como condição ontológica essencial na construção da humanidade, tal como colocou Marx. Vamos abordar o mundo trabalho e o avanço da tecnologia. Em seguida, vamos apresentar suas recentes transformações, reestruturação produtiva e acumulação flexível, assim como vamos expor a Flexibilização e a precarização do trabalho docente na sociedade contemporânea.

2.1 O MUNDO DO TRABALHO E O AVANÇO DA TECNOLOGIA

O desenvolvimento e o uso da tecnologia, como forma de contribuir para sobrevivência humana, a fabricação de produtos ou bens materiais, a construção dos mais variados tipos de equipamentos, o desenvolvimento de serviços, entre outros, são realizações possíveis graças ao domínio de técnicas, que são aplicadas por meio do trabalho humano. Marina Marconi e Zelia Presotto, afirmam que “o conhecimento do ser humano exige o estudo das diferentes fases pelas quais a humanidade passou, desde o homo primitivo até o homem atual, isto é moderno.” (2001, p. 68).

Segundo Marconi e Presotto (2001), o conjunto de conhecimentos que permite ao ser humano, entre outras coisas, modificar a natureza chama-se técnica. Assim a busca de desenvolvimento de técnicas e instrumentos que possibilitassem ao ser humano maior agilidade e qualidade em seu trabalho, tornou-se uma atividade constante no cotidiano de todas as sociedades.

O antropólogo Maurice Godelier (1971), em seu artigo “Condições e formas de produção e de circulação de bens materiais nas sociedades primitivas e rurais.” Afirma que neste período, existiam inúmeras formas de cooperação no trabalho e o saber técnico estava ao alcance de todos os indivíduos, os utensílios são simples e de fácil fabricação. Assinalou Godelier:

Por meio da produção de utensílios e instrumentos para praticar a agricultura e armazenar os alimentos, da confecção de vestuários e da construção de abrigos para se proteger da chuva e das variações de temperatura, os seres humanos foram satisfazendo suas necessidades de sobrevivência. Essa capacidade de desenvolver técnicas lhes deu condições de habitar diferentes áreas da superfície da terra. (GODELIER, 1971, p. 167).

De acordo com Marconi e Presoto (2001), com o passar do tempo, os seres humanos foram adquirindo e acumulando mais conhecimentos. Isto que permitiu o domínio de maior quantidade de técnicas e a produção de maior variedade de bens materiais. Ademais, com o crescimento da população surgiu a necessidade do aumento da produção. Assim, o aumento da capacidade produtiva em relação à agricultura, ao vestuário, aos utensílios domésticos, às moradias, entre outros, constituiu uma característica importante da humanidade ao longo da história.

A partir da revolução industrial ocorrida, primeiramente, na Inglaterra no século XVIII, que significou uma ruptura qualitativa nas estruturas sócio-econômicas do feudalismo e a efetivação do capitalismo, as alterações técnicas aumentaram a produtividade do trabalho e a implementação de um ritmo novo à produção. O trabalho do homem sofreu uma profunda desvalorização e uma grande degradação física e mental, como afirmou Marx:

O capital não tem por isso a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. A queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício do trabalho levado até a completa exaustão responde: Por que nos atormentamos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro? De modo geral, isto não depende, entretanto, da boa ou da má vontade de cada capitalista. A livre competição torna as leis imanentes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente considerado (MARX, 1982, p. 306).

Mas este grande desenvolvimento tecnológico, ou esta revolução na forma de produzir não veio a contribuir com a qualidade de vida da maioria da população da época. Muito pelo contrário o que se constatou foi a exploração do capital sobre o trabalho, pois o proletariado se viu submetido a dramáticas condições de vida e ao ritmo das máquinas com extensa jornada de trabalho. Ainda segundo Marx:

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador... Sem dúvida, as pretensões do capital no estado embrionário (quando começa a crescer e se assegura o direito de sugar uma quantidade suficiente de trabalho excedente não através da força das condições econômicas, mas através da ajuda do poder do Estado) se apresentam bastante modestas, comparadas com a jornada de trabalho resultante das concessões que, rosnando e resistindo, tem de fazer na idade adulta. Foi preciso que decorresse séculos para o trabalhador “livre”, em conseqüência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é,

ser socialmente compelido a vender todo o tempo ativo de sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas. (MARX, 1982, p. 309 e 310)

O salto tecnológico que tivemos, no século XX, sobretudo com a introdução da automação, da robótica, a informática e da microeletrônica no universo das fábricas, evidencia uma sensível alteração nas relações de trabalho e na produção de capital. Este intenso surto tecnológico incorporou novos instrumentos às forças produtivas, elevando em muito o potencial do trabalho, engendrando a emergência de novos tipos de intensificação do trabalho com o aumento da taxa de exploração. O trabalho da mulher passou a ser explorado de forma incessante. “E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente da divisão sexual do trabalho.” (ATUNES, 2005, p. 109).

É evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Mas isso tem sido central, o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho. Os salários, os direitos, as condições de trabalho, em suma, a precarização das condições de trabalho tem sido ainda mais intensificada quando, nos estudos sobre o mundo fabril, o olhar apreende também a dimensão de gênero. (ATUNES, 2005, p. 109).

Por um lado, verifica-se o surgimento de novos processos de trabalho, como a flexibilização da produção e a especialização flexível do trabalhador. São inseridos novos padrões de busca de produtividade, isto significou mais uma vez, a adequação da produção à lógica do mercado. As conseqüências desse processo são o aumento da produtividade e a intensificação da exploração da força de trabalho.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial. Real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo. Reengenharia, lean production, team work, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário e da prática cotidiana da fábrica moderna. Se no apogeu do taylorismo / fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade de trabalho, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” merecem destaque, e são citadas como exemplos a ser seguidos, aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso têm maiores índices de produtividade (ANTUNES, 2005, p. 53).

Posto isto, vemos penetrar nas fábricas novas modalidades de desconcentração industrial, ou seja, novos padrões de gestão da força de trabalho, novos vínculos com o

controle da qualidade tanto do trabalho quanto da produção se configurando na busca da qualidade total.

2.2 CONCEPÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO E AS SUAS RECENTES TRANSFORMAÇÕES: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FLEXÍVEL

É através do trabalho em sua atividade cotidiana que o ser social, ou melhor, o homem e a mulher diferenciam-se dos demais seres vivos. Para Marx (1982), somente através do trabalho é que os seres humanos vão satisfazer as suas necessidades essenciais para a sobrevivência e perpetuação da espécie. Assim, é o trabalho que dá concretude ao conjunto de necessidades do homem, este, por sua vez, precisa alimentar-se, vestir, beber e reproduzir. Contudo, ao satisfazer suas necessidades básicas, o homem, cria outras necessidades e isso ocorre sucessivamente ao longo do processo de engendramento histórico do ser social.

Certamente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como o único meio para satisfazer uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida (MARX, 2006, p. 116).

Duarte (1993) afirmou que o gênero humano se constitui como uma categoria que expressa os resultados da formação do homem singular, portanto, um ser genérico, síntese da história social humana. Assim, a genericidade humana implica também sua socialidade, sua formação enquanto ser genérico concernente ao gênero humano. Em outras palavras, Silvio Costa (1996), em seu artigo, “o trabalho como elemento fundante da humanização”, enunciou que “o homem enquanto ser genérico, é resultado da forma em que se relaciona com a natureza, como a transforma como produz e da maneira como o faz”. (1996, p. 02).

Newton Duarte (1993) em sua obra, “a individualidade para-si”, faz a defesa de que a pedagogia histórico-crítica precisa elucidar de forma coerente seu entendimento de individualidade humana, seu objetivo é contribuir para uma teoria da formação do indivíduo. Desta maneira, precisa contrapor, superar as teorias que concebem o indivíduo como uma dicotomia. Duarte (1993) assevera que é um problema no campo teórico interpretar o ser individual de maneira dicotômica. Já que o indivíduo se constitui como uma síntese de muitas relações sociais, assim, a formação do indivíduo também é resultado da apropriação das características humanas historicamente objetivadas. Para Duarte, todos os seres humanos

precisam se apropriar da objetivação genérica para sobreviver, ou seja, é uma das determinações que constitui a formação da sociabilidade do indivíduo. Um exemplo cabal de objetivação humana, de acordo com Duarte (1993) é a linguagem, que também se constitui como uma objetivação genérica, ou seja, que pertence ao gênero humano.

Marx (1982), no capítulo cinco do volume I de O Capital, intitulado “Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valor,” formulou ontologicamente o entendimento da categoria trabalho, ele entendia o fazer laborativo como imprescindível para constituição da essencialidade humana. Assim, assevera que o trabalho é uma forma exclusivamente humana.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é algo fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (Marx, 1982, p. 202).

A reflexão acima, por um lado, mostra que uma aranha ao construir sua teia a faz instintivamente, ela adapta-se à realidade natural. Por outro lado, evidencia-se que o trabalho é um processo que o homem, diferente do animal, ao defrontar-se com a natureza, transformando-a externamente, modificando-a, modifica ao mesmo tempo sua própria natureza e vai criando o ser social. De acordo com Saviani, “o homem ao extrair da natureza, ativa, intencionalmente, os meios para sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura.” (2012, p. 11).

Mészáros diz que a “intervenção humana sobre o meio material diferencia o homem do animal, já que este último não distingue a sua atividade vital de si mesmo, enquanto o homem faz da sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência”. (2006, p.53).

A ontologia singularmente humana se reconhece a partir do trabalho; de acordo com Antunes (2005), o trabalho foi interpretado na história do pensamento ocidental, como um “movimento pendular”, em determinados momentos o trabalho é concebido como sofrimento e em outros momentos como felicidade, ora o trabalho era servidão e às vezes visto como emancipação, mas também entendido como ato vital e ora como expressão de sujeição.

Mészáros (2006), em sua obra “a teoria da alienação em Marx”, assegura que o trabalho é uma necessidade humana imprescindível, mas que o próprio trabalho submetido ao

jugo e à ordem do modo de produção capitalista se torna alienado, estranhado, coisificado, reificado e o trabalhador não se reconhece no próprio ato produtivo. Tal como colocou Marx:

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. (MARX, 1982, p. 209 e 210)

O conceito, ou a compreensão de como acontece o processo de alienação tem a sua gênese em Hegel, mas somente ganha concretude ontológica com Marx que argumenta que existe uma alienação em relação ao produto do trabalho, mas também em relação ao processo de realização do trabalho, ou seja, alienação na própria atividade produtiva. E esta alienação expressa um não reconhecimento da individualidade que não se vê no resultado de seu trabalho.

Para Meszáros (2006), a categoria trabalho não pode ser interpretada como uma dicotomia entre o bem e o mal, mas sim como uma ampla e ontológica dialética do trabalho. Ele afirma que existem mediações de primeira e segunda ordem do trabalho. A ontologia singularmente humana do trabalho de primeira ordem realiza-se sem a mediação do dinheiro e do valor. Enquanto a mediação de segunda ordem é típica da alienação do sistema de metabolismo social do capital.

De acordo com Duarte (1993), a objetivação e a apropriação são categorias, que evidenciam a autoconstrução do indivíduo ao longo da história, mas também são processos que se realizam nas relações sociais de dominação. E estas relações sociais de dominação provocam ou resultam no fenômeno da alienação que desfaz, destrói e cerceia a formação do indivíduo enquanto gênero humano. Segundo Duarte (1993), mesmo no capitalismo e nas suas relações sociais de dominação e alienação, é preciso criar as condições objetivas e subjetivas para construção da sociabilidade livre e universal, neste processo, torna-se fundamental o ininterrupto questionamento e a incessante desfetichização.

Segundo Ricardo Antunes (2005), o trabalho continua presente como sempre esteve na história da humanidade, é entendido como atividade fundamental de produção de conhecimento, de cultura e sobrevivência do ser humano. Segundo Costa (1996), a produção

dos meios de existência humana por intermédio de sua atividade social é que vai determinar a sua organização social e o seu modo de vida.

Só ontologicamente é que se pode afirmar que as relações de produção são determinantes, que o trabalho é o elemento fundante, o que permite a uma determinada espécie animal, ao homo sapiens sapiens, em seu processo evolutivo, de hominização, se humanizar e ao produzir sua humanidade, ela se integra como elemento característico da espécie e do gênero. (COSTA, 1996, p. 3).

E acrescentou:

Neste sentido, a produção dos meios que lhe permite a satisfação de necessidades, as condições materiais de produção, é o dado primário, é a protoforma da atividade humana, que determina a forma humana de ser, o seu modo de vida, a sua organização social, a maneira como produz seu pensamento, suas idéias, enfim, sua consciência. (COSTA, 1996, p. 3).

Antunes (2005), afirma que o mundo do trabalho passou por grandes transformações nas últimas décadas, e o capital redesenhou seu processo produtivo em uma situação crítica e acentuada.

O entendimento dos elementos constitutivos essenciais dessa crise é de grande complexidade, uma vez que nesse mesmo período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no ideário, na subjetividade e nos valores constitutivos da classe-que-vive-do-trabalho. (ANTUNES, 2005, p. 35).

Nas últimas décadas o capitalismo aprofundou sua lógica destrutiva, pois o modelo taylorista- fordista de acumulação capitalista foi alterado ao longo dos anos de 1970. Segundo Antunes (2005), o esgotamento do modelo fordista é a expressão da crise estrutural do capital. Os aspectos com maior notoriedade foram: “Queda da taxa de lucro; retração do consumo que se acentuava em resposta ao desemprego estrutural; hipertrofia da esfera financeira; crise do welfare state; incremento acentuado das privatizações e flexibilização do processo produtivo”. (2005, p.30).

Com a crise do fordismo a partir dos anos de 1970, ganha força a idéia de reestruturação produtiva, ou seja, para vários estudiosos, com a ruptura do modelo fordista, configura-se a consolidação de novas tendências trabalhistas no mundo do trabalho. Surge a noção de pós-fordismo e, posteriormente, a noção de acumulação flexível, ou toyotismo.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a

desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2005, p. 31).

Segundo David Harvey (2003), a acumulação flexível do capital ocorre em um sistema integrado, se caracteriza pela flexibilização dos processos do trabalho e dos mercados de produtos e de consumo, sendo assim, surge um novo modo de acumulação, com dispersão da produção e do trabalho, ao mesmo tempo em que tem lugar a desregulamentação e a monopolização da produção.

Neste contexto, de globalização econômica e acumulação flexível do capital, traz grandes transformações e conseqüências ao mundo do trabalho. Afirma Antunes (2005), o trabalho desformaliza-se, espalha-se, diversifica-se e fica cada vez mais escasso. Aliada a esta situação aprofunda-se a redução do emprego regular, ou seja, surge o trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, precarizado e o estabelecimento de uma política salarial flexível. Ainda, intensificação e superexploração do trabalho imigrante e infantil, por fim, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de 1 bilhão de trabalhadores no mundo.

Assim, verificamos que o neoliberalismo é uma concepção econômica da sociedade global, concomitantemente, trata-se também, de uma “totalidade histórico-social, diversa, abrangente, complexa, heterogênea e contraditória, em escala desconhecida.” (IANNI, 2013, p. 50). Embora o neoliberalismo tenha raiz, começo e os fundamentos no liberalismo moderno, além da liberdade e o individualismo, esta concepção foi sendo gradualmente alterada e modificada, já que o liberalismo moderno se difere do neoliberalismo à medida que aquele defendia “assegurar o maior bem-estar para o maior número possível de indivíduos. Esta abordagem abriu espaço para legitimar o aprofundamento da ação estatal na economia e em outras instâncias privadas” (AZEVEDO, 1997, p. 19).

Notadamente, podemos afirmar que as políticas sociais, são vistas pelos neoliberais como “fatores que tendem a tolher a livre iniciativa e a individualidade, acabando por desestimular a competitividade e infringir a própria ética do trabalho.” (AZEVEDO, 2008, p.13). De acordo com esta visão, a intervenção do Estado afeta o equilíbrio econômico, social e moral. Portanto, é preciso diminuir o corpo burocrático, reduzir os gastos públicos, limitar o poder do Estado e não intervir na economia para que o mercado exerça o seu papel com sua “grande mão invisível.”⁴

⁴ De acordo com Adam Smith, o governo deveria deixar o mercado e os indivíduos livres para enfrentar e lidar com seus próprios assuntos. Ver sua Obra “A riqueza das nações.”

Do ponto de vista da questão das relações trabalhistas, o neoliberalismo vai levar à desregulamentação dessas relações, com a chamada flexibilização dos contratos de trabalho. Esta desregulamentação e flexibilização do trabalho, diminui as exigências legais no que tange ao emprego da força de trabalho, deixando que as relações trabalhistas sejam orientadas pelo mercado. Uma das conseqüências práticas disso é o enfraquecimento das organizações trabalhistas de uma forma geral.

Se por um lado a política neoliberal flexibiliza e desregulamenta as relações trabalhistas, por outro lado a introdução de novas tecnologias restringe o uso de força de trabalho nas fábricas e nas indústrias. Com a introdução no processo produtivo da microeletrônica, da informática e da robótica, milhares de trabalhadores foram substituídos pela máquina. Segundo Ricardo Antunes (2005), por um lado, criou-se o trabalhador que possui um alto nível de especialização com capacidade “polivalente e multifuncional”, capaz de operar máquinas de alta complexidade tecnológica com multivariabilidade de funções. Mas por outro lado, também surgiu uma grande massa de trabalhadores, sem qualificação e desempregados em função do desemprego estrutural, característica esta, inerente ao sistema capitalista.

A terceirização também, se tornou uma realidade, dentro da nova lógica do mercado, ou seja, um grande número de novas formas de organização do trabalho antes realizadas pela indústria passa a ser transferida a pequenas empresas. Ricardo Antunes (2005) afirmou que o padrão de acumulação flexível do capital, acentuou muitas maneiras de precarização, como trabalho parcial, trabalho temporário, trabalho subcontratado, trabalho terceirizado, e tem se intensificado no mundo inteiro, tanto em países periféricos como em países centrais.

Neste contexto, uma boa parte do processo produtivo é realizado por trabalhadores autônomos ou por trabalho familiar. Assim, é uma realidade em todos os países neoliberais o aumento do trabalho informal, ou seja, de camelôs, ambulantes e até mesmo a criação de oficinas domésticas que na maioria dos casos funcionam de forma precária, degradante e aviltante. Estes trabalhadores não possuem nenhuma garantia dos direitos trabalhistas e garantia de seguridade social, direitos historicamente conquistados pela organização da sociedade civil em sindicatos e associações de diversas categorias do trabalho.

Desta forma, dentro deste contexto político e econômico a categoria trabalho se tornou um dos grandes desafios da sociedade contemporânea e os efeitos da crise que atinge o mundo do trabalho são perversos e catastróficos, pois isto desemboca na formação de um exército de excluídos à beira da marginalidade. Diante deste cenário do mundo globalizado de mudança do metabolismo social do capital, afirmamos que a modernização dos sistemas educacionais são conseqüências desta reestruturação produtiva. Assim, o processo de flexibilização chegou

ao campo escolar o que acabou por determinar profundamente uma reestruturação do trabalho docente, como veremos com maior ênfase e profundidade no terceiro capítulo.

No auge da crise do taylorismo e do fordismo, emergiram novas formas de produção. Esta nova organização está calcada em alguns elementos básicos.

A especialização flexível possibilitou o surgimento de uma nova forma produtiva “que articula por um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas” (ANTUNES, 1995). Este é um modelo produtivo que recusa a produção em massa, que uma característica básica do fordismo-taylorismo e recupera uma concepção de trabalho que sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho, pois o trabalhador tem pleno controle do processo produtivo.

Contudo esta especialização flexível traz consigo uma intensificação do trabalho que consiste em um meio de desqualificar e desorganizar os trabalhadores. Assim, a descentralização produtiva e o avanço tecnológico têm o sentido de combater a autonomia e a coesão de setores trabalhistas, ou seja, a fragmentação do trabalho, adicionada ao elemento tecnológico pode possibilitar ao “capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre as forças de trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 43).

Acumulação flexível está intimamente ligada às novas formas de organização produtiva e das transformações capitalistas.

[...] O núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973, baseado numa produção em massa... Os padrões de vida para a população trabalhadora dos países capitalistas centrais mantiveram relativa estabilidade e os lucros monopolísticos também eram estáveis. Porém, depois da aguda recessão instalada a partir de 1973, teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação do capital (ANTUNES, 1995 p. 43).

Diferentemente da rigidez do modelo fordismo o modelo de acumulação flexível se apóia, fundamentalmente, na flexibilidade do processo de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. As principais características deste tipo de acumulação são o surgimento de setores de produção; novas maneiras de fornecimento de serviço financeiro e novos mercados; inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. Assim temos como consequência disso a desestruturação do trabalho organizado, altos níveis de desemprego estrutural e retrocesso na ação sindical. Nessa dinâmica de acumulação flexível e especialização flexível, vemos emergir do toyotismo ou modelo japonês, grande impacto na desconcentração produtiva, que por sua vez, tem se expandido por todo o mundo. O

Toyotismo é um processo ágil e lucrativo de produção de mercadorias. Segundo Coriat (1988), as fases que levaram ao toyotismo foram às seguintes:

- a) Introduziu-se na indústria automobilística a mesma experiência que foi realizada no ramo têxtil, dada especialmente à necessidade do trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo.
- b) Necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentar a produção sem aumentar o número de trabalhadores.
- c) Importação de técnicas de gestão de supermercados dos EUA, o Kanban, um método que consiste em produzir somente o necessário, o que já está vendido, em melhor tempo.

As fases que levaram ao Toyotismo também possuem duas outras características básicas. A primeira é a necessidade de atender ao mercado interno que solicita produtos sofisticados e em pequena escala vinculada à demanda. A segunda, enfrentar o combativo sindicalismo japonês, marcado por muitos confrontos grevistas que se constituía como um entrave à expansão da acumulação produtiva.

A partir destas transformações ocorridas no mundo oriental, de acordo com Ricardo Antunes (2005), houve uma transferibilidade do Toyotismo para os países ocidentais, com inevitáveis adaptações às singularidades de cada país. Seu desenho organizacional é o de empresas mais “enxutas,” com menor quantidade de trabalhadores e maiores índices de produtividade, ou seja, aumento da extração intensificada do trabalho.

Mas para consolidação deste modelo produtivo no ocidente, de imediato, era necessário o controle sindical, a criação de um sindicalismo de empresa, que assume o ideário patronal, que se constitui calcado ideologicamente no capitalismo, combinando repressão com cooptação. De acordo com Antunes (2005), com o fim do bloco socialista, da quebra do muro de Berlim, houve uma social-democratização, institucionalização, burocratização dos partidos e dos sindicatos de esquerda, isto significou certa acomodação e resignação das lutas e das demandas sociais que se subordinaram à ordem do capital.

Neste novo contexto, de acordo com Ricardo Antunes (2005), constata-se a diminuição do trabalho industrial fabril, ou seja, uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Por conseguinte, “efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho *assalariado*, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços.” (ANTUNES, 1995, p. 41).

Mediante este contexto, surgiu o debate sobre se as questões da centralidade ontológica do trabalho e da divisão da sociedade em classes, teriam sido superadas. Todavia, continua em vigor

o modo de produção capitalista, com sua racionalidade, suas formas ideológicas e seus planos empresariais ou políticos, bem como a centralidade do trabalho ainda mais acentuada pela expansão da produtividade através da intensificação da exploração, expansão do setor de serviços e do assalariamento. De acordo com Antunes (2005), verifica-se a presença de uma enorme massa de assalariados transferidos para serem explorados pelo capital informal marginal.

Por conseguinte, Ricardo Antunes (2005) para conferir maior atualidade ao conceito de classe trabalhadora, e compreender sua complexificação, fragmentação e a sua heterogenização, apresentou o conceito de classe-que-vive-do-trabalho, uma noção ampliada da classe trabalhadora na contemporaneidade.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviço, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time,... Os trabalhadores assalariados da economia informal que indiretamente são subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005, p.104).

Dialogando com a reflexão acima é possível afirmar que existe uma nova morfologia que se consubstancia da emergência do próprio universo multifacetado do trabalho com diversas potencialidades. Ademais, Antunes (2005) argumenta em sua obra “O caracol e a sua concha – ensaios sobre a morfologia do trabalho,” que as teses defensoras do fim da classe trabalhadora e do fim da centralidade do trabalho e do seu sentido estruturante que estiveram em evidência nas décadas de 1980 e 1990, são equivocadamente eurocêntricas e articulam uma disjunção analítica entre o mundo real e o sistema ontológico do trabalho.

Além do mais, ao contrário destas tendências, apesar do aumento de trabalhadores nos bancos, no comércio, no setor administrativo das empresas, na máquina estatal e numa gama de outras funções novas, as estatísticas mostram o equívoco da afirmativa que teria havia uma diminuição numérica da classe trabalhadora. Ao contrário, de acordo com Antunes (2005), houve um aumento, contudo, o que tem acontecido, de fato, é a complexificação desta classe, que inclui agora trabalhadores com os mais diversos níveis de remuneração e educação, bem como aqueles alocados nas novas funções produtivas emergentes nos setores pós-fordistas e pós-tayloristas.

2.3 O AVANÇO DA TECNOLOGIA E OS NOVOS PARADIGMAS PRODUTIVOS

Dentro deste novo panorama, iniciado a partir dos anos 1970, constatou-se que os modelos Taylorista e Fordista de produção, entram em uma profunda crise. Para

compreendermos melhor isto, vejamos os elementos básicos, constitutivos do padrão produtivo do taylorismo e do fordismo desenvolvidos nos primeiros decênios do século XX, nos Estados Unidos e depois expandindo-se para os principais países capitalistas. De acordo com Coriat (1998), suas características mais preponderantes foram as seguintes:

- Produção em massa através da linha de montagem e de produção homogêneas
- Controle do tempo pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista
- Existência do trabalho parcelado e a fragmentação das funções
- Separação entre elaboração e execução no processo de trabalho.
- Existência de unidades de execução no processo de trabalho
- Existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas
- Constituição e consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo, entre outros.
- Trabalhadores executavam suas atividades com ação mecânica e repetitiva.

Este paradigma entra em crise devido a dois fatores básicos apontados por Coriat (1998). Os processos taylorista e fordista de trabalho que se baseiam em grandes massas de trabalhadores não qualificados, submetidos a ritmos de trabalhos muito intensos, freqüentemente acompanhados de precárias condições de trabalho. Por conseguinte, o alto grau de sofisticação tecnológica alcançado, a linha taylorista e fordista, tornaram-se pelo menos em parte “contraproducentes”, cujo resultado é o contrário do que se esperava. Ricardo Antunes (2005) qualificou a crise do padrão produtivo fordista-taylorista, como a hipertrofia do metabolismo social do capital, ou seja, excesso de liquidez no mercado em decorrência da incontrolabilidade da alta produtividade.

A partir dos anos 1970, de acordo com Coriat (1998), verificou-se um processo intenso de pesquisas e de experimentações por parte das empresas em matéria de organização do trabalho e da produção. Assim como analisou Paulo Meksenas, que “do século XIX ao XXI a ciência foi o principal fator para o desenvolvimento da tecnologia que economiza tempo de trabalho.” (2002, p.53). Para ele, a ciência com perspectiva instrumental se constitui como uma relação de poder que está a serviço de uma concepção mercadológica e não produz conhecimento a serviço da humanidade, Meksenas (2002) comenta a seguir sobre o desenvolvimento da Ciência:

O desenvolvimento da ciência implicou maior produtividade com menor número de empregados assalariados, isto é, maiores lucros a custo do desemprego. Modernizar os modos de produzir, robotizar linhas de montagens, informatizar sistemas produtivos e financeiros, dinamizar os meios de comunicação e criar um mercado global passaram a ser palavras de ordem no capitalismo contemporâneo. (2002, p.53)

Em síntese todas estas pesquisas vão ter como eixo central a busca de uma nova organização de trabalho e de produção que busque reduzir o uso do “trabalho vivo” e a intensificação do uso de máquinas que diminuam a quantidade de tempos “mortos” e de tempos improdutivos dentro da fábrica. Acrescenta Coriat:

Do ponto de vista tecnológico, a novidade consiste em que os novos meios de trabalho apresentam a particularidade de serem programáveis... serem capazes de incluir instruções para séries alternativas e diferentes de operações. Os controladores informatizados dos equipamentos operam segundo as informações que lhes são fornecidas pelos sensores, sendo capazes de ativar automaticamente o programa de operação correspondente à peça a ser produzida. (CORIAT, 1998, p. 58)

Deste fragmento do texto de Coriat (1998), podemos identificar que neste novo modelo produtivo, o operador desta máquina conectada à outras, possui uma noção de todo ou pelo menos de boa parte do processo produtivo, o que não ocorria dentro do fordismo-taylorismo que exigia dele um alto grau de qualificação e conhecimento de outros setores da indústria. Ao mesmo tempo isto significa que milhares de postos de trabalho foram substituídos, pois a indústria não tem mais a necessidade empregar muitos trabalhadores em seu processo produtivo como no período Taylorista-fordista.

Dentro desta perspectiva da automação, Coriat (1998) nos alertou para as novas formas de produção, que são distribuídas entre quatro séries de equipamentos:

- a) *Manipuladores*: São máquinas dotadas de ferramentas, que ao serem programadas, são capazes de realizar várias operações (Ex: aplicação de pontos de soldagem, pintura, manipulação automática entre duas máquinas, etc.)
- b) *Meios de manipulação de materiais e alimentação*: São equipamentos dotados de ferramenta, que não intervêm no processo de transformação da matéria-prima. Sua função é transferir peças de um posto a outro, executar empilhamento, armazenamento e às vezes embalagem. São indispensáveis para assegurar a entrega de partes na ordem correta e também de fazer circulações entre postos de trabalho necessários para o bom funcionamento de máquinas mais sofisticadas.
- c) *Meios de Computação e de Controle Programáveis de Equipamentos*: São os meios de recepção e controle de informações no fluxo de produção. Ligados e conectados aos manipuladores e às máquinas, tornam-se capazes de operar e comandar seus movimentos.
- d) *Meios de auxílios a projetos*: é utilizado para projetar formas, a partir de dados numéricos relativos às especificações das peças. Este meio permite substituir um

trabalho considerável de cálculo e de desenho em todas as etapas de elaboração de perfis, de superfície de peças, ou de conjunto de peças.

Assim, conclui Coriat (1998), a informática da produção se junta à automação para absorver as tarefas; na prática, todo um conjunto de atividades de regulação outrora atribuídas ao trabalho vivo, cuja execução constituía o coração das técnicas de organização do trabalho, agora não possui a mesma centralidade.

Esta mudança na base material de produção, agora voltada para acumulação flexível de capital, com intensa precarização do trabalho e flexibilização das leis trabalhistas, são conseqüências de um intenso avanço tecnológico que irá alterar profundamente a materialidade dos processos sociais. É neste contexto, afirmou Frigotto (2010), que as políticas educacionais são resultantes de um projeto internacional baseada na teoria do capital humano, mediadas pelos organismos internacionais como Banco Mundial, UNESCO e FMI, legítimos representantes dos interesses do capital.

Segundo Dourado, “em escala mundial, essas transformações societárias redimensionam o papel das políticas públicas, particularmente da educação e da escola.” (2004, p. 64). As reformas educacionais brasileira dos anos 1990 têm como orientação as premissas das políticas neoliberais, da economia globalizada, com grande ênfase nas teorias da pedagogia da qualidade total advindas desta base técnico - científica do processo de produção. No tópico a seguir, analisaremos com maior profundidade tais questões.

2.4 FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.

É preciso compreender e interpretar como o processo de transformação social ocorre concretamente na sociedade. Para tanto, cabe ao pesquisador descobrir quais são as leis dos fenômenos de suas transformações, onde a análise apreendida não pode ser descolada da base material. Tal como enfatizou Marx na Ideologia Alemã, a base material é um elemento constitutivo da própria materialidade dos processos sociais. Neste sentido, quando a mudança na base material entra em contradição com a superestrutura, esta se modifica e altera profundamente o tecido social de sua organização. Daí a justificativa da análise apreendida até aqui, em relação à categoria trabalho e suas transformações com as mudanças no sistema produtivo do capital. Assim sendo, veremos a seguir, como a modernização do sistema produtivo influenciou objetivamente no trabalho docente na sociedade contemporânea.

O trabalho como categoria ontológica fundamental que permite a humanização do ser humano, “é o ato do qual o homem em relação à Natureza, objetiva-se, afirmando ao mesmo

tempo, sua individualidade e produzindo-se, realizando-se como ser genérico dotado de sociabilidade.” (COSTA, 1996, p. 14). Argumentou Duarte (1993), que, como seres sociais, o ser humano precisa se apropriar da experiência socialmente existente, isso significa dizer, que o social é construído historicamente. Portanto, ao se apropriar dessas experiências os indivíduos se objetivam como seres humanos que se transformam em fenômenos sociais objetivados.

Para Costa, “a objetivação é resultado, é o produto do trabalho, a forma como o ser humano se afirma como ser genérico, afirma sua humanidade. O estranhamento é o trabalho desfigurado, aviltado.” (1996, p. 15). Neste sentido, Duarte (1993), argumentou que na sociedade capitalista a formação social do indivíduo é restrita, limitada e cerceada pelo fato que a riqueza material e não material produzida pelo gênero humano se transforma em capital.

Não existem dúvidas de que historicamente os governos, os gestores públicos e a sociedade brasileira têm uma imensa dívida com a categoria docente e com outros profissionais que atuam no campo da Educação. Perpassam nos discursos políticos eloqüentes, nas promessas de campanhas, nas formidáveis propagandas midiáticas, nas legislações municipais, estaduais e federal, nos congressos e nas conferências de educação que é preciso implementar educação de qualidade social, políticas de formação e valorização do professor que assegurem melhores condições de trabalho e salários condignos.

Para tanto, viabilizar e garantir melhores condições de trabalho aos professores exige uma ampliação da concepção política e o entendimento que estruturalmente é preciso majorar concretamente o financiamento das políticas educacionais. Contudo, no mundo globalizado, a definição de ampliação dos recursos das políticas educacionais se tornou um grande desafio, já que não depende exclusivamente de fatores endógenos, mas também de fortes influências exógenas das dimensões políticas e econômicas.

Segundo Oliveira (2004), o processo de flexibilização e de precarização das relações de trabalho e emprego também se concretizou no campo da esfera escolar. A modernização dos sistemas educacionais públicos através de reformas são resultantes da modernização do sistema produtivo, como consequência, tem repercutido de maneira profunda no trabalho docente, aumentando significativamente sua intensificação e precarização.

As reformas educacionais dos anos de 1960, que ampliaram o acesso à escolaridade, assentavam-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos. Apesar de serem orientadas pela necessidade de políticas redistributivas, essas reformas compreendiam a educação como mecanismo de redução das desigualdades sociais. Já as reformas educacionais dos anos de 1990 tiveram como principal eixo a educação para a equidade social. Tal mudança de

paradigma implica transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Passa a ser um imperativo dos sistemas escolares formar os indivíduos para a empregabilidade, já que a educação geral é tomada como requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visem à contenção da pobreza. . (OLIVEIRA, 2004, p. 1129)

Oliveira anunciou que ocorreram mudanças nos referenciais e no ideário educacional brasileiro. Na década de 1960 a educação situava-se na perspectiva ideológica nacional desenvolvimentista baseado no padrão produtivo fordista. Na década de 1990 houve uma transição desta concepção educacional para o modelo baseado na perspectiva da globalização, “a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1129)

As reformas educacionais dos anos 1990 no Brasil foram orientadas pelos organismos internacionais, como o FMI, Fundo Monetário internacional, e a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura. Os países pobres e os países em desenvolvimento com grande concentração populacional deveriam reduzir as desigualdades sociais e a pobreza a partir da expansão da educação básica, sem aumentar os investimentos financeiros.

Diante do que foi abordado sobre as reformas educacionais, se torna imprescindível evidenciar, demonstrar e destacar nossa concepção do conceito “reforma”, que está ancorado na perspectiva de reestruturar, consertar, corrigir, reparar, reorganizar e melhorar. Entretanto, as reformas educacionais realizadas no Brasil, são diametralmente contrárias às garantias de direitos e às melhorias das condições do trabalho docente. De acordo com Souza, “apesar de serem chamadas de reformas devem ser consideradas como contra-reformas.” (2013, p. 226).

De acordo com Oliveira (2004), com a expansão e o aumento do atendimento da educação básica baseado em critérios de custos mínimos, significou uma sobrecarga no trabalho dos professores com aumento de sua intensificação. Por conseguinte, determinou uma reestruturação no sentido e no processo do trabalho docente.

Desta maneira, podemos perceber que o movimento de reformas que toma corpo nos países da América Latina nos anos de 1990, demarcando uma nova regulação das políticas educacionais, traz conseqüências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição. O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, conseqüentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

A flexibilização expressa nos contratos temporários de trabalho docente, na subcontratação de funcionários administrativos de apoio pedagógicos, merendeiras, auxiliar administrativo, evidencia um processo de precarização do trabalho na escola pública, baseado na perspectiva das teorias administrativas das empresas privadas, com forte ênfase do modelo toyotista de flexibilização das formas contratuais. Estes trabalhadores são submetidos à instabilidade no vínculo empregatício, pois os contratos temporários podem ser rescindidos a qualquer momento, gerando um mal estar profissional. Conseqüentemente, surgem inúmeras incertezas, inseguranças, contradições, tensões e frustrações.

Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (OLIVEIRA, 2004, p. 1140).

O desmonte dos direitos trabalhistas, a desregulamentação, a flexibilização dos contratos de trabalho e a precarização são conseqüências do processo de modernização produtiva como vimos até aqui. Portanto, a modernização dos sistemas educacionais também é resultante desta reestruturação produtiva.

CAPÍTULO III

AS CONDIÇÕES SOCIAIS E MATERIAIS DO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No terceiro capítulo, analisamos outras formas e mecanismos de precarização e intensificação do trabalho docente. Evidenciaremos que, cotidianamente, o Governador Estadual, por meio da Secretaria Estadual de Educação, amplia seu padrão de racionalização de custos do trabalho e que o exercício da profissão docente no ensino fundamental, ainda se constitui como um grande desafio.

3.1 COLÉGIO ESTADUAL CRUZEIRO DO SUL

O Colégio estadual Cruzeiro do Sul situa-se no Conjunto Cruzeiro do Sul, região de alto grau de adensamento populacional no município de Aparecida de Goiânia. De acordo com os registros documentais da própria escola a unidade Educacional foi inaugurada pelo senhor Governador, Irapuan Consta Júnior, no ano de 1979. Naquele período, era uma unidade escolar de Ensino Médio⁵ para atender os filhos dos trabalhadores da CELG – Centrais Elétricas de Goiás, SANEAGO – Saneamento de Goiás – e da Polícia Militar que residiam naquela região.

Atualmente, o colégio funciona em três turnos, com ensino médio nos períodos matutino, vespertino e noturno. O ensino fundamental de segunda fase funciona somente no período vespertino, com quatorze turmas (14), duas turmas de 6º ano, duas turmas de 7º ano, quatro turmas de 8º ano e seis turmas de 9º ano. Possui um total de cento e dez funcionários, dos quais oitenta e seis (86) são professores. São atendidos mais de dois mil e cem (2100) alunos⁶, sendo que aproximadamente oitocentos e cinquenta (850) no período matutino, setecentos (700) no período vespertino e por volta de quatrocentos e cinquenta no período noturno.

⁵ De acordo com os registros documentais, a terminologia continua com a denominação unidade escolar do 2º grau da Vila Cruzeiro do Sul.

⁶ Segundo a secretaria da escola, 2100 é a média de alunos que freqüentam aquela unidade escolar.

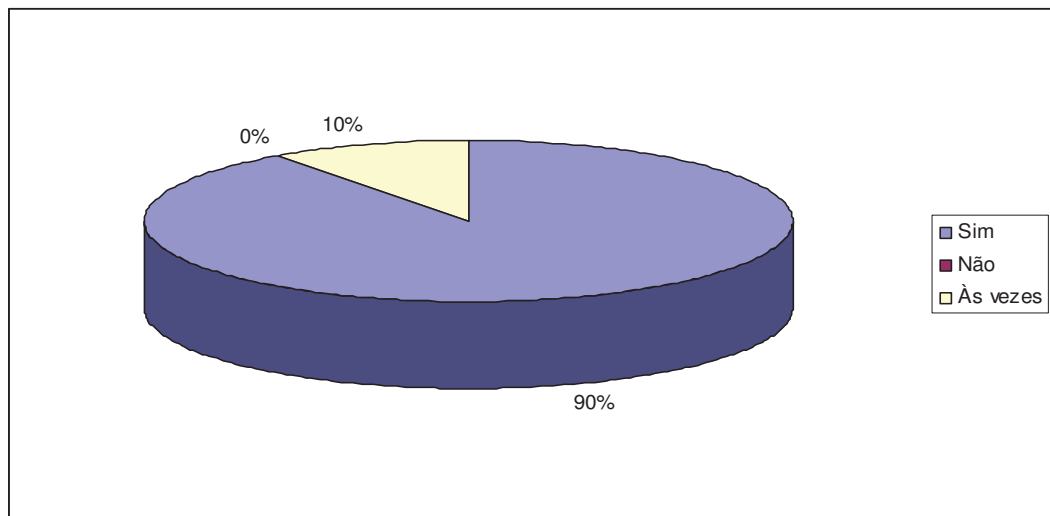
Destes oitenta e seis professores, somente vinte três trabalham no ensino fundamental de segunda fase. Contudo, identificamos que não são professores exclusivos para o ensino fundamental e este nível de ensino funciona como espaço de complementação da carga horária.

Realizamos as entrevistas entre os dias 04 de setembro de 2012 a 25 de setembro de 2012. Foram entrevistados (as) onze (11) professores (as), que também responderam um questionário de vinte e três (23) perguntas com, quatro, cinco ou seis alternativas. Os docentes assinaram um termo de consentimento declarando que foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, por conseguinte, concordaram em responder as perguntas de modo voluntário.

Quando os professores desta unidade educacional foram interpelados se o espaço físico influencia na qualidade do processo ensino aprendizagem, 90% afirmaram que sim, enquanto apenas 10% acreditam que às vezes pode influenciar.

Gráfico 3: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul

O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Esta unidade educacional foi avaliada pelos professores em cerca de 90% consideram a estrutura física desta escola construída a mais de 30 anos, como danificada e influenciando negativamente no processo ensino aprendizagem. Os problemas enumerados quanto a estrutura física vão desde instalações elétricas, telhado, banheiros, quadra poliesportiva, portas e janelas e o mobiliário dentro das salas de aula. Constatamos que a realidade física estrutural mostra uma das condições de trabalho precarizado que alunos e professores enfrentam cotidianamente.

3.2 COLÉGIO ESTADUAL NAZIR SAFATLE

O Colégio Estadual Nazir Safatle situava-se no bairro Jardim Curitiba I, na região noroeste do Município de Goiânia. Foi criado a partir da Lei N.º 11.236 de 05 de junho de 1989, no governo do Senhor Henrique Santillo. No final de 1992 o Conselho Estadual de Educação de Goiás aprova o atendimento ao ensino fundamental. De acordo com os relatos da comunidade, o nome do Colégio foi uma homenagem a família Safatle de Catalão que era amiga do Governador em exercício à época.

Na atualidade, o colégio possui 414 alunos matriculados, funciona nos três turnos, porém, o ensino fundamental é oferecido somente no período vespertino, com quatro 8º anos e um 9º ano. Dos vinte nove docentes que trabalham na escola, somente doze professores lecionam no ensino fundamental, destes, seis professores possuem contrato temporário e outros seis professores são efetivos. Assim como ocorre no Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, os professores não são exclusivos para o ensino fundamental, apenas complementam suas cargas horárias.

As entrevistas e o questionário foram realizados entre os dias 25 de outubro de 2012 a 29 de novembro de 2012. Dos doze professores que ministram aulas no ensino fundamental, sete professores responderam a entrevista e ao questionário. Atualmente o colégio está provisoriamente alojado em dois pavilhões construídos de placas pré-moldadas de concreto⁷, cedido pelo Colégio Estadual Jaime Câmara.

O colégio estadual Nazir Safatle, que tinha uma estrutura física construída de placa pré-moldada de concreto, foi demolido em 2010. Atualmente, existe um grande outdoor do governo de Goiás informando que uma nova unidade escolar será construída no local, no "Padrão Século XXI" (com salas de informática, auditório, biblioteca, quadra poliesportiva coberta, laboratório de ciência e sala para a direção). De acordo com a professora Eliana França, idealizadora do projeto "Escola Século XXI - Arquitetando uma Escola para o Futuro," trata-se "de uma proposta em que a escola é de fato pensada como centro de referência do bairro, sua arquitetura e sua organização interna são fatores que favorecem a aproximação necessária da comunidade com a escola" (SEDUC, Projeto Escola Século XXI, 2002).

⁷ Estruturas em esqueleto de concreto, consistindo de pilares e vigas, para edificações de alturas médias e baixas, e com um número pequeno de paredes para estruturas altas. As estruturas em esqueletos por ser um material mais barato e de rápida construção, foi bastante utilizado nas décadas de 1980 e 1990, principalmente para construções de escritórios, escolas, hospitais, estacionamentos, etc.

O projeto da Escola Século XXI, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação, contou com a parceria da Agência Goiana de transportes e Obras Públicas (AGETOP) e do Programa Fundescola – Fundo de Fortalecimento da Escola. O Projeto da Escola Século XXI, com vistas aos aspectos sociais e tecnológicos da Educação, procura resgatar a tipologia de uso do edifício escolar, dos espaços de convivência, aliando formas, funcionalidade e características visuais, favorecendo assim a identidade da escola no seu papel perante a comunidade. (SEDUC, Projeto Escola Século XXI, 202 p. 03, 05).

Mais de quatro anos depois do início da obra, verifica-se que a realidade do colégio Nazir Safatle é bem diferente da proposta apresentada pelo projeto da Escola Século XXI, já que apenas os alicerces foram construídos e o mato toma conta da área, que ocupa quase uma quadra toda, conforme a Figura 01.

Figura 01: Colégio Nazir Safatle, demolido em 2010. O mato toma de conta do terreno.



Fonte: Secretaria do Colégio Nazir Safatle.

A demolição ocorreu durante o período letivo e um professor, senhor Jaime Braga, nos relatou que lugares inapropriados para o funcionamento de uma escola tiveram de ser improvisados para receber os estudantes, durante um período de oito meses; uma parte da escola ficou instalada num dos galpões de uma antiga fábrica de Sabão e a outra parte num prédio comercial do Jardim Curitiba I com uma distância de mais de um quilômetro da fábrica. O professor Jaime Braga nos relatou que:

Quando demoliu a escola, foram alugados dois prédios, pois só um não comportava os alunos, e um prédio com uma distância de mais de um quilometro do outro, em um prédio ficaram alguma turmas e outras turmas no outro. Os professores que tinham turmas nos dois prédios tinha que se deslocar de um local para o outro, três horas da tarde, debaixo de sol, isso era o problema maior que a escola enfrentava, o

deslocamento de professores, a escola não tinha transporte para levar. Passei por essa situação, mas eu tenho carro, eu ia de carro, mas o Estado não pagava a gasolina. Além disso, havia o problema do prédio que era uma fábrica, é como se tivesse colocado vários bois dentro de um curral, era uma bagunça, não tinha uma divisão entre as turmas, era um galpão mesmo, tudo fechado, sem ventilação, com um banheiro para cem alunos, um masculino e outro feminino, não tinha banheiro para o professor, não tinha sala de professor, a cozinha funcionava lá dentro, na hora de fazer o lanche cozido subia o cheiro forte de gordura, fumaça. O aluno não me entendia e eu não entendia ele, escutávamos todas as aulas ao mesmo tempo. Era uma bagunça, fazendo comida, panela batendo, tinha cinco turmas e a divisão era com um tecido de TNT, não era compensado, a divisão era um pano, todas escutavam a aula de português, a aula de matemática, ciências, história, tudo ao mesmo tempo. E isso durou um semestre inteiro. Acomodaram uma turma em uma sala tão pequena e quente que os meninos passavam mal, era horrorosa. Esse foi o período que a escola menos ensinou, perdemos muitos alunos, os pais que iam lá ficavam horrorizados. O outro prédio era melhor, mas também não foi feito com adequação para ser uma escola, eram salas comerciais, era muito quente e tinha uma escada muito alta e inclinada, então os meninos caíam, o bebedouro ficava encima, tínhamos que subir para beber água, muito quente e sem ventilação. Foi um período muito conturbado e falávamos que a escola ia acabar. O conselho tutelar entrou com uma ação, tinha uma TV, o Ministério Público conseguiu esse espaço aqui, que é provisório, que pertence ao Colégio Jayme Câmara. Mas as condições aqui não são diferentes de lá, é a mesma coisa. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver anexo I)

O relato do professor Jaime Braga mostra todo contexto de mudança do colégio Estadual Nazir Safatle para um galpão alugado com cinco salas e em outro prédio que funcionava uma fábrica de sabão, desencadeando um processo crítico e conflituoso vivenciado pelo corpo docente, alunos, pais e a comunidade do Bairro Jardim Curitiba I.

Figura 02: Sala de Aula na fábrica de sabão com divisória de Pano TNT.

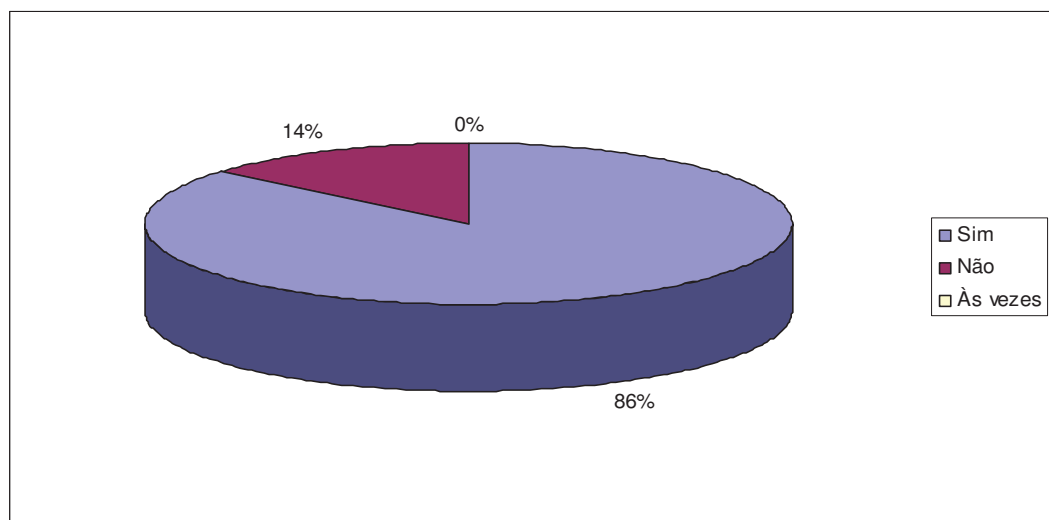


Fonte: Secretaria do Colégio Nazir Safatle.

A figura número 02 ilustra e confirma o depoimento do professor Jaime Braga que afirmou que enquanto estavam na fábrica de sabão as divisórias das salas de aula eram feitas por um tecido fino de TNT, “todos escutavam as aulas de português, matemática, história, ciências tudo ao mesmo tempo.” A escola era totalmente improvisada não tinha a mínima condição de ser considerada um ambiente salubre para realização do processo ensino aprendizagem. O gráfico abaixo expressa a concepção dos professores em relação a influência do espaço físico no processo de ensino aprendizagem.

Gráfico 4: Colégio Estadual Nazir Safatle.

O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Os professores do Colégio Estadual Nazir Safatle, quando foram interpelados, 86% disseram que o espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

É muito calor à tarde, isso influencia muito no aprendizado dos meninos. Nós não temos materiais pedagógicos fora os livros didáticos, que também são de péssima qualidade e essa questão do livro, quero enfatizar, nós escolhemos o livro, mas não chega o livro que escolhemos. Nosso espaço é ruim, nosso material didático é ruim, nada disso funciona aqui. Nossa ferramenta de trabalho é só o giz e o quadro negro. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver Anexo I)

Ao observar a foto a seguir, não é difícil constatar que o Governo Estadual não prevê o sistema escolar de recursos necessários para desenvolver as condições essenciais que garantam o processo ensino aprendizagem.

Figura 03: Sala comercial que funcionava como sala de aula.



Fonte: Secretaria do Colégio Nazir Safatle.

A Fotografia foi tirada nas salas comerciais alugadas para funcionar como salas de aulas; de acordo com relato dos próprios professores um lugar muito quente e inapropriado para se desenvolver as atividades escolares. Esta realidade mostra a desvalorização do profissional docente em virtude do descaso, por parte de gestores e governantes, com educação pública.

Figura 04: Alicerce da construção da Nova Escola Padrão Século XXI.



Fonte: Secretaria do Colégio Nazir Safatle.

De acordo com um professor da Escola Estadual Nazir Safatle, a situação da construção da nova escola é lamentável, quase nada da obra foi realizada, seu orçamento no início da construção era de R\$ 2.485.109,07, somente o alicerce foi construído até o momento da realização do trabalho de campo.

O Estado no exercício do poder executivo distribui os recursos entre as classes sociais destinadas à educação dos trabalhadores de formas diferenciadas de qualificação para o trabalho. Como afirma o autor Bernardo (1998), o Estado na repartição do acesso aos bens materiais e imateriais como a educação, divide o conhecimento, fragmenta e designa para uma minoria uma educação de qualidade e para esmagadora maioria das pessoas o ensino fundamental, uma vez que estes estão reservados ao trabalho precário e ao desemprego.

Com base nessa reflexão, torna-se fundamental evidenciar que o Estado representativo moderno, de acordo com Farias (2000), “é um ser social situado no tempo e no espaço; é rico em determinações; trata-se de uma totalidade concreta, complexa e contraditória” (FARIAS, 2000, p. 27).

Segundo relato de professores do Colégio Estadual Nazir Safatle aumentou o número da evasão escolar na região noroeste de Goiânia, em virtude da demolição de duas escolas: Nazir Safatle, no Jardim Curitiba I, e do Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus, no Bairro Vitória. Vale ressaltar que a Colégio Nazir Safatle antes da demolição tinha cerca de mil e duzentos (1.200) alunos, atualmente situado a mais de cinco quilômetros de distância da comunidade de origem, possui cerca de quatrocentos e quatorze (414) alunos matriculados, ou seja, uma queda de mais de 60% do alunado, já que a Secretaria Estadual de Educação não garantiu o transporte coletivo para o deslocamento do corpo discente. De acordo com o professor Jaime Braga a segunda mudança de local, da fábrica de sabão e do galpão para um local cedido por outro colégio, não melhoraram as condições de trabalho dos professores.

A escola não tem espaço físico, é de placa, não tem laboratório, não tem uma biblioteca. Enfim, a escola foi demolida, aí entrou o conselho e nada foi feito, foi estipulado uma data e não foi cumprida. Os meninos permaneceram nas salas esperando, com o discurso da direção, do secretário, que tudo isso seria provisório e que tudo iria se resolver. No final disseram que os processos licitatórios não estavam corretos, aí aconteceu que o espaço lá era ruim, montaram uma escola de placa com estrutura ruim e ainda dentro de outra escola e fora da comunidade, perdemos todos os nossos alunos lá do Curitiba. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver anexo I)

Outro fator relevante que merece ser analisado reside justamente no quadro de professores. Com estas mudanças de localidade da escola, aliadas às péssimas condições efetivas e materiais de trabalho do corpo docente, houve uma queda significativa de professores concursados que solicitaram transferências para outras unidades escolares.

A solução apontada pela Secretaria de Educação do Estado foi a contratação de professores temporários, contrariando a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério do Estado de Goiás. Conforme o Artigo 4º. “Obriga-se o Estado a assegurar ao pessoal de seu magistério: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.”

Ao realizar contratação de professores temporários o Estado descumpriu a Lei que exige o ingresso no magistério por concurso público. Estes professores estão sujeitos a qualquer momento à rescisão contratual e possuem condições precárias de contratos de trabalho, não recebem adiantamento de férias, recebem décimo terceiro salário somente proporcional aos meses trabalhados, não recebem auxílio transporte para se deslocarem de sua casa até o ambiente de trabalho, não têm direito ao auxílio alimentação e não possuem estabilidade de vínculo empregatício e ao final do contrato não têm direito ao seguro desemprego.

Nesse sentido, a gestão do Governo Estadual ao fazer a contratação de professores temporários sem garantia de direitos trabalhistas, amplia seu padrão de racionalização de custos em função da exploração da mais-valia do trabalhador docente. Tal como afirmou João Bernardo, “a mais-valia é apropriada por uma dada instituição, tanto privada como pública, quem controla superiormente essa instituição apodera-se da mais-valia e determina, certamente em benefício próprio as modalidades de repartição interna” (BERNARDO, 1998, p. 52). Mais-Valia é tempo de trabalho não pago apropriado privadamente.

Na atualidade, 60% do corpo docente da Escola Nazir Safatle é composta por contratos temporários, além de possuir uma rotatividade muito grande de professores em virtude das condições de trabalhos que são impostas pelo Governo Estadual.

3.3 O TRABALHO DOCENTE NAS DUAS ESCOLAS ESTADUAIS: NAZIR SAFATLE E O CRUZEIRO DO SUL.

O processo de precarização e flexibilização foi constatado no trabalho de campo realizado em nossa pesquisa, tanto em documentos coletados, quanto em entrevistas efetuadas com os professores. Entre os profissionais identificamos dois grupos distintos: os professores efetivos, que passaram no concurso público e possuem estabilidade, os professores flexibilizados, numericamente expressivo nas duas escolas pesquisadas, que não têm estabilidade e possuem contrato temporário de trabalho. Os depoimentos dos profissionais que integram o segundo grupo salientam a situação de exploração vivenciada cotidianamente como contrato temporário.

A professora Maria Joaquina⁸, quando foi questionada se as condições de trabalho, as condições salariais e as oportunidades de trabalho são as mesmas do professor efetivo concursado, foi enfática:

Não, pelo contrário, como temporária eu tenho um contrato onde tanto eu percebi isso, quanto os meus colegas têm reconhecido que trabalho muito. Eu tenho visto o seguinte: Nós trabalhamos a mais e ganhamos bem menos do que aqueles que são efetivos, não só pelo tempo de serviço do efetivo, mas pelas condições que o contrato nos impõe. Por exemplo, se nós tivermos uma determinada carga horária, e os nossos colegas efetivos a mesma carga horária, seus vencimentos serão maiores que o nosso. Eles já possuem direitos conquistados que são somados aos seus salários que é diferente do nosso. Nós temos que trabalhar muito mais para conseguir uma renda mediana. E isso nos traz um cansaço muito grande e também nos impede de buscarmos uma melhor qualificação profissional. Uma vez que, não temos apoio do governo para buscar essa qualificação para o exercício da docência. Eu confesso a você, estou um pouco desmotivada, porque se eu não tenho respaldo financeiro e não tenho tempo para fazer qualificação é desanimador. Trabalhar em dois turnos, não só na sala de aula, aliás, diga-se de passagem, eu trabalho muito mais fora da sala de aula, porque eu tenho que planejar, eu tenho que antever para trazer. E somando também aos déficits dos alunos, aos problemas pessoais que seu alunado está sofrendo, quer dizer, você trabalha dobrado e não recebe sequer aquilo que seria o equivalente a estar em sala de aula, que seria o mínimo. Então eu creio que não condiz, é totalmente desproporcional o contrato temporário e o contrato efetivo, é totalmente diferente. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver anexo I)⁹

Como pode ser observado, o depoimento da professora Maria Joaquina, afirmou que o professor que possui contrato temporário na Rede Estadual de Ensino é mais explorado que o professor efetivo, já que não possuem as mesmas condições de trabalho, as mesmas garantias de direitos e igualdade salarial. Ademais, o professor que possui contrato temporário, tem uma carga horária maior que a carga horária do professor efetivo, estes profissionais tem uma jornada de trabalho maior que a jornada de trabalho dos professores concursados, entretanto, seus salários são bem menores. Nesta realidade recorremos a Marx (1982), em sua obra “O Capital – Crítica da Economia Política,” que assevera que existem dois tipos de mais-valia: a mais-valia relativa e a mais valia absoluta. Portanto, podemos afirmar que a situação descrita pela professora Maria Joaquina trata-se da exploração da mais-valia absoluta, “adquirida através do aumento da jornada de trabalho, tendo em vista que é o tempo social médio de trabalho que determina a produção de mais-valia” (VIANA, 2006, p. 55).

Contudo, fica evidente que não podemos limitar a discussão da precarização do trabalho docente restritamente ao campo econômico e nas formas de remuneração, embora seja uma variável de grande relevância que se tornou imprescindível para interpretar a realidade concreta que estes profissionais vivenciam.

⁸ Conforme já anunciado na introdução dessa dissertação, todos os nomes citados são fictícios.

⁹ As entrevistas permanecem transcritas como foram faladas sem correções.

Existem outras variáveis que também influenciam diretamente nos fatores de precarização como atraso do pagamento, chegando a ficarem mais de quatro meses sem receber. Os professores que possuem contrato temporário não podem reclamar ou se indispor com a coordenação ou a direção da unidade educacional, entre outros. Assim, como foi relatado pela professora Cristina Marinho, em entrevista concedida para esta dissertação:

Como eu disse anteriormente, eu estou trabalhando há um longo período e ainda não recebi. Então começa o problema com a forma de pagamento. Eu não entendo o porquê desse atraso do pagamento de agosto, do pagamento de setembro e o salário não veio. Outra coisa, por estar na condição de temporário o professor vive em uma condição onde ele tem que se eximir, se calar, não pode se indispor publicamente, não pode reclamar, porque ele é frágil e tem que “dançar conforme a música”. Quem não faz assim é cortado, então tem que abaixar a cabeça e pensar só no salário no final do mês, se ele vier. Só não pode incomodar. Apesar de tudo eu acredito que a Educação é um meio de equiparação social, sem a educação a maior parte da população não terá nenhuma oportunidade. Eu não acredito que possamos fazer um trabalho esperando do governo para o povo, de cima para baixo, é muito mais no corpo a corpo, o professor tem que conseguir mostrar para o aluno que a Educação é uma forma de sair da pobreza, não se envolver com marginalidade e se ele aceitar esse processo de ensino aprendizagem eu vou ficar muito feliz, porque eu sei que ele poderá ter oportunidade (Entrevista concedida a esta dissertação. Ver anexo I).

O relato acima da professora Cristina Marinho é extremamente impactante ao afirmar que o professor temporário não pode expressar suas opiniões publicamente, deve se eximir, calar-se e se resignar diante dos conflitos cotidianos da vida Escolar. Além disso, se assim não proceder, as medidas e as conseqüências podem ser drásticas chegando até a rescisão contratual. Esta realidade da organização do trabalho Bernardo (1998), em sua obra “Estado: a silenciosa multiplicação do poder,” evidencia as relações de poder, de exclusão e estigmatização do professor regente, que é vítima de outros professores em cargo de gestão que se prestam a organizar, discriminar e cobrar o processo de trabalho enquanto representantes do capital.

Estes trabalhadores que são explorados passam por um processo, que José Manuel Esteve (1999), qualificou como “o mal-estar-docente,” vivenciam em uma situação permanente de insegurança, conflito e tensão; em virtude destes fatos suas dimensões objetivas e subjetivas são diretamente alteradas enquanto ser social.

A professora Cristina Marinho afirma que o professor temporário encontra-se em uma relação de fragilidade diante das condições que lhes são impostas, tanto pela gestão do Estado, quanto pela direção da unidade escolar. É o que mostrou Cação ao afirmar que, “progressivamente, o docente foi sendo expropriado do controle e da autonomia sobre o processo de trabalho, que se torna cada vez mais fragmentado” (2001 p.160).

Esta perda da autonomia do trabalho leva a uma alienação em relação ao produto do trabalho, mas também em relação ao seu processo de realização, ou seja, alienação na própria atividade docente. E esta alienação expressa um não reconhecimento da própria individualidade do trabalhador que não se vê no resultado de seu trabalho, tornando-se alheio, estranho e coisificado. Rezende (2009), argumentou “que o homem, ao alienar-se de seu trabalho e de si mesmo, conseqüentemente se aliena dos outros homens, pois o vínculo real entre os homens, a verdadeira comunidade humana, só se constrói sobre a verdadeira essência da humanidade” (p. 83). Diante dessa realidade concreta, a alienação afeta as diferentes esferas da vida do trabalhador docente que perde a dimensão da exploração do trabalho e do processo de conscientização, que se desencadeia tanto em nível de consciência pessoal como em nível de consciência de classe e de organização da categoria docente, o que implica no enfraquecimento sistemático das ações coletivas.

Além disso, na pesquisa de campo, identificamos outros aspectos extremamente preponderantes da precarização em virtude dos contratos flexíveis e que devem ser criteriosamente analisados. Existe uma grande rotatividade de professores temporários nas unidades educacionais, são trabalhadores que começam a atividade docente em uma determinada escola mas, devido às condicionalidades impostas, como ausência de remuneração salarial nos primeiros meses de trabalho e o não pagamento de auxílio transporte para o deslocamento até o local de trabalho, estes profissionais não permanecem mais do que três meses no ambiente escolar. Em suma, quando acaba o dinheiro para pagar as despesas com transporte ou até mesmo por não suportarem as condições degradantes, estes professores abandonam o contrato de trabalho.

De acordo com João Maria, outro professor entrevistado, esta situação se naturalizou. “Ninguém recebe o primeiro mês, todo mundo que entra trabalha de graça para o estado. Já virou até motivo de piada entre os colegas, ‘olha é o seu primeiro mês, então não vai receber’, parece até que é normal” (Anexo I). Quando foi interpelado se deve haver mudanças na educação sua resposta foi categórica:

No ensino tem que haver mudanças drásticas. Mudança total na Educação, começando pela estrutura física das escolas, para gerar um conforto para professores e alunos, que com certeza vai melhorar na aprendizagem dos alunos como todo. Outro fator importante é a questão dos contratos, no caso da nossa escola, troca-se muito de professor durante o ano, por exemplo, nos temos o caso da disciplina de educação física que trocou seis vezes de professor este ano, outro caso é a disciplina de matemática que trocou de professor quatro vezes no ano, esta rotatividade afeta diretamente na aprendizagem do aluno, como o aluno vai aprender com esta rotatividade grande de professor? Não há continuidade, não existe uma seqüência na aprendizagem. Existem professores que são contratados, que trabalham um mês, não

gosta das condições de trabalho, não recebe ao final do mês, então desiste das aulas. Tem professor que chegou a ficar três meses sem receber, trabalhando sem receber um centavo, sem ajuda nenhuma de auxílio transporte. No meu caso eu trabalhei e não recebi o primeiro mês até hoje. Mais de um ano depois. (Entrevista concedida a esta dissertação de mestrado. Anexo I)

Este trecho da entrevista do professor João Maria ressaltou as necessidades urgentes de mudança na educação. Entre outros fatores, é preciso mudar as formas de contratação de professores temporários, que em virtude dos baixos salários, das péssimas condições do trabalho e da alta rotatividade destes profissionais nas unidades educacionais, afeta diretamente a aprendizagem dos alunos. As políticas Educacionais no Estado de Goiás estão ancoradas no modelo neoliberal, que impôs a precarização do trabalho, progressivamente fomos sendo vitimados com as terceirizações e os contratos flexíveis. Esta realidade está afetando diretamente professores e alunos.

Podemos identificar nas três entrevistas até aqui realizadas alguns elementos ou fatos, presentes em todos os relatos destes docentes. Primeiro, estes professores encontram-se desmotivados para o exercício da docência; segundo, sobrecarga de trabalho; atraso no pagamento salarial; terceiro, os professores encontram-se numa situação de fragilidade diante das condições impostas.

Em decorrência de conceber a educação como uma ação de caráter provisório que o Sistema Estadual de Educação menospreza o conhecimento das disciplinas que são passadas de qualquer maneira, ficando evidente que a relação ensino aprendizagem, os procedimentos didáticos pedagógicos, a capacidade cognitiva dos alunos, o desenvolvimento e a apreensão dos conteúdos ficam profundamente prejudicados.

Diante desta situação, não queremos responsabilizar os professores flexibilizados por estas conseqüências na aprendizagem dos alunos, ao contrário, eles são vítimas e atribuímos todos estes nefastos resultados à própria sociedade dividida em classes sociais, historicamente determinadas por relações de exploração, tal como afirmou Marx (1982), em que uma classe social se apropria do trabalho da outra classe por ocupar postos diferentes na estrutura econômica de um modo de produção. Aliada a esta realidade concreta atribuímos responsabilidade à gestão do poder público estadual, ao poder legislativo que não fiscaliza o poder executivo, e mais, votou em favor da mudança da Lei nº 13.309/2001, que instituiu o Estatuto e o plano de cargos e vencimentos do pessoal do magistério público estadual da Educação básica e da Educação Profissional no Estado de Goiás, para retirada de direitos conquistados ao longo décadas de mobilizações da categoria docente. Responsabilizamos também, o Ministério Público por não cumprir com seu papel como defensor da cidadania e

da sociedade por não interpelar, por não acionar juridicamente o governo Estadual para melhorar as condições objetivas e materiais da categoria docente em Goiás.

É importante destacar a organização dos trabalhadores da educação na defesa categoria docente por melhores condições de trabalho, tendo em vista que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEGO), por via judicial impetrou ação de cobrança contra o Estado de Goiás para garantir o retorno das gratificações de titularidade de 30% para professores com 1080 horas de cursos ou que possuem Especialização “lato sensu”. Em 2008 foi regulamentado o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)¹⁰ do magistério público da Educação Básica, considerada uma conquista da categoria docente. Entretanto, a gestão do Governo Estadual não cumpriu com o pagamento do piso salarial; desde 2008 o SINTEGO fez várias paralisações, greves, audiências públicas, mobilizações da categoria para que a Gestão do Governo Estadual cumprisse a data base e o Piso salarial.

Em 2010, seis Governadores, incluindo o de Goiás, Marconi Perilo, entraram com pedido de liminar de Ação Declaratória de inconstitucionalidade (ADI 4848). Esta medida visava o fim do Reajuste do Piso Salarial dos Professores. O SINTEGO fez várias paralisações, campanhas e espalhou diversos “outdoors” pela cidade que denunciavam a intenção da Gestão Governo Estadual de impedir o reajuste do PSPN. Em 2011 o Supremo Tribunal Federal julgou que o Piso Salarial Nacional do magistério é constitucional e negou o pedido de liminar ADI 4848.

No que concerne aos professores que possuem contratos de trabalho flexibilizados, funda-se, efetivamente, numa relação social de exploração, entre governo estadual e professores temporários; estes, por sua vez, são caracterizados por uma lógica ainda mais aviltante que a do professor concursado. Assim, nas duas escolas pesquisadas, quando entrevistamos os professores temporários, questionamos o professor João Maria. “Então quer dizer que em um ano de contrato os professores não recebem os doze meses? Somente onze meses?” Sua resposta foi:

Isto mesmo. A situação é muito pior, porque existem alguns que não recebem nem mesmo os onze meses, tem professores que não recebem até três meses, e o Estado não paga o retroativo. Nós professores entramos com recurso, mas a Secretária de Educação enrola tanto que os professores acabam desistindo. Eles pagam quando eles quiserem, se eles quiserem pagar. Existem processos protocolados na Secretária Estadual de Educação desde 2009, que até o ano de 2013 não receberam os dois primeiros meses de salários. (Entrevista concedida a esta dissertação)

¹⁰ O piso salarial nacional destina-se aos profissionais mais do magistério público da educação básica e possui vigência simultânea ao fundeb, uma vez que se constitui em âmbito da Lei 11.494/07 e por encontrar-se nas partes das disposições transitórias da Constituição Federal (art. 60, III, e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT). Ver. Educação Pública de Qualidade: Valorização Profissional, Financiamento e Gestão. SINTEGO, 2013.

Indagamos: o governo estadual não paga os salários dos profissionais em regime de contrato temporário?

Sim, literalmente o estado dá o calote nos professores. E mais, existem situações que o professor está recebendo normalmente, então, de repente, no mês seguinte não vem o salário, a secretaria de Educação fala que deu problema no sistema, o professor está fora do módulo, eles inventam uma desculpa que um funcionário errou na modulação e deixa o professor fora da folha de pagamento. (Entrevista concedida a esta dissertação)

Neste aspecto, em particular, os professores precisam protocolar recursos administrativos na própria Secretaria Estadual de Educação, por não receberem o pagamento ao final do mês, fruto de seu trabalho, ou por ficarem meses sem ter acesso aos seus proventos, em função do Governo Estadual não pagar os atrasados retroativamente. Isto transformou, profundamente, a flexibilização do trabalho docente em uma tensa e conflituosa organização das relações sociais de trabalho.

A Política Educacional do Estado de Goiás tem como princípio norteador a competição, a rotatividade da força de trabalho e a ausência de concurso público. As escolas públicas estão fadadas ao projeto neoliberal, a formar força de trabalho desqualificada, pois esta constitui-se em força de trabalho de reserva para o sistema capitalista. Além do mais, o próprio Governo Estadual tratou de formalizar e institucionalizar a precarização e a instabilidade através dos contratos temporários. Ao proceder desta forma, rebaixam os direitos dos trabalhadores docentes.

Assim, a gestão pública, ao institucionalizar a precariedade do trabalho docente busca formas de economizar ou racionalizar os custos do trabalho na gestão do erário público. Este aspecto de racionalizar os custos para fins de lucratividade também foi objeto de análise em nossa entrevista com o professor João Maria. “O senhor acha que o estado economiza dinheiro, ou racionaliza custos, ao fazer o contrato flexibilizado ou contrato temporário?”

O estado economiza sim, porque se a gente for fazer uma tabela comparativa, o professor efetivo recebe uma média de dois mil e quinhentos reais, se ele pegar a carga máxima de 42 aulas semanais. Agora se pegar um professor contrato formado, ele vai ganhar no máximo mil e oitocentos reais, se ele pegar carga máxima de 42 aulas, só aí já deu uma diferença grande. E se pegar um professor contrato temporário, não formado, ele ganha menos ainda, por volta de 300 a 400 reais a menos que o professor contrato formado com a mesma carga horária. Existem dois tipos de contratos temporários, o professor formado, e o contrato temporário de professor não formado que ganha um valor menor.

Esta realidade faz com que a legislação que exige curso superior, para lecionar na Educação Básica, não seja cumprida.

É possível identificar que, além do professor efetivo concursado, existem dois tipos de contratos temporários, o professor com ensino superior completo e o professor que ainda está cursando uma graduação, neste último, estão estudantes em busca do primeiro emprego e de experiência profissional. Em virtude da ausência de concurso público para professor efetivo, o déficit é muito grande no quadro de professores da rede estadual de ensino. De acordo com o Documento do SINTEGO: “Educação Pública de Qualidade: Valorização profissional, financiamento e gestão” há cinco anos a Gestão do Governo do Estado não realiza concurso público para professor efetivo e há 13 anos não realização concurso para funcionário administrativo da Educação¹¹.

De acordo com o Relatório Estadual da pesquisa “Trabalho decente na Educação no Brasil,” coordenada pelo professor João oliveira o numero de professores da Rede Estadual de Ensino de Goiás, somam-se 30.124 docentes estatutários, enquanto que os temporários compreendem 6.602 docentes.

Segundo informações da Superintendência da Educação Básica da SEE/Goiás, os professores temporários são classificados sob as siglas PA-C e PA-D. Nesses termos, resulta que possuem salários inferiores aos dos demais professores do quadro permanente com igual nível de formação, ficando igualmente à margem dos benefícios do plano de carreira do magistério estadual, pois sendo professores classificados como assistentes (PA) suas trajetórias profissionais e ganhos salariais são bastante restritos (Oliveira, 2010, p. 30).

Mediante este fato, a SEDUC recruta professores através dos contratos flexíveis sem passar por um processo mínimo de seleção, qualificação e formação inicial para a assunção das práticas educativas escolares. Notadamente, estes professores são subjugados à condição de receber seus proventos com valores até 44% menor que os salários dos professores concursados,¹² evidenciando outro aspecto da precarização da profissão docente.

Estes professores que ainda estão cursando uma graduação e que estão na condição de contrato temporário, encontram-se numa situação de grande instabilidade no emprego, de vulnerabilidade, constantemente são submetidos à competição com o objetivo de obter uma maior carga horária para compensar os baixos salários em virtude da precarização da profissionalização docente. Ademais, outro fator que intensifica seu trabalho é a grande quantidade de diferentes campos do conhecimento que precisa lecionar. Este docente carece

¹¹ Há 13 anos os Governo do Estado não realiza concurso público para administrativos, o quadro está com um déficit de pelo menos 12 mil funcionários, cujas as vagas, vem sendo preenchidas por meio de contratos temporários. Ver. Educação Pública de Qualidade: valorização profissional, financiamento e Gestão. SINTEGO 2013.

¹² Fonte obtida a partir das entrevistas realizadas com professores que possuem contratos de trabalho flexibilizados na Rede Estadual de Ensino.

de um maior tempo extraclasse para se dedicar na elaboração dos conteúdos e das atividades de cada disciplina. Como nos relatou o professor João Maria:

[...] A gente tem que inventar um horário para elaborar o conteúdo e as atividades das seis disciplinas diferentes que tenho. Preparar as provas e corrigi-las, arrumar o diário. É um trabalho multiplicado por seis vezes. De química são 4 turmas, uma de biologia, uma de Física, duas de ciências, uma de matemática e a oficina que são alunos de turmas diferentes. Quase fico louco, é muito trabalho e uma pressão para entregar tudo na data. Não pode atrasar. É uma corrida contra o tempo. É muita prova, é muito trabalho, é muita disciplina, cada disciplina é um diário. E não conseguimos avaliar o aluno como deveria. É turma demais. A avaliação acaba sendo fragilizada em vários pontos. (Entrevista concedida para esta dissertação. Anexo I).

O senhor João Maria afirmou que leciona seis disciplinas diferentes, algumas delas não tem nenhuma relação com o seu campo de formação acadêmica. Portanto, precisa estudar e assistir diversos vídeos para aprender os conteúdos e somente depois de assimilados pode preparar suas aulas. Segundo Souza (2013), estes professores se tornaram trabalhadores polivalentes, que exercem diversas funções em sua profissão e são, constantemente, subjugados a necessidade de competitividade e produtividade.

Por conseguinte, mais uma vez, indagamos ao professor João Maria: O excesso de carga horária e de turmas, com uma grande quantidade de disciplinas, isso sobrecarrega o trabalho do profissional docente?

Com certeza, porque a gente não tem um horário, espaço nem momento de preparar a aula. Entro às 7h e saio 12h15 e retorno às 13h e saio 18h15. Antes o horário de saída era 12h no matutino e 18h no vespertino, mas depois eles acrescentaram 15 minutos. O professor tem 45 minutos para almoçar, descansar e preparar a aula, Isso porque eu trabalho na mesma escola, porque se eu trabalhasse em outra escola chegaria atrasado todos os dias ou ficaria sem almoçar como muitos colegas meus ficam. Porque 45 minutos não dá pra chegar à outra escola e almoçar. 12h15 termina a aula ai vou organizar as coisas e guardo meu material, pois temos que dar uma organizada na sala. Quando chego à cozinha para almoçar são 12h30. Quando termino de almoçar são 12h50. Às 13h o sino bate e eu tenho que voltar para a sala de novo. Não tem um momento para descansar. Saio da escola correndo para ir para a Faculdade, pois estudo no período noturno. Preparo as coisas da escola na madrugada. Pois o coordenador pedagógico não quer saber se você estuda, se tem 42 aulas. Ele quer os planos quinzenais em dia e as atividades realizadas, as provas em dia, pois o nosso cronograma tem que ser obedecido. Eu fico na escola o dia todo (Entrevista concedida para esta dissertação de mestrado. Anexo I)

Diante do que foi exposto pelo professor João Maria, é preciso, evidenciar que em virtude da sobrecarga de trabalho de dois períodos, aliados a horas de estudos no período noturno, como estudante de graduação em Química, estes condicionantes impõem-lhes um desgaste físico e mental. Diante de tudo isso, acrescenta-se o pouco tempo para se alimentar condignamente, registra-se também o escasso tempo para descanso já que precisa preparar suas aulas durante o período da madrugada.

Outro fator da difusão da precarização, ao nosso olhar, extremamente preocupante, que emergiu durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo, reside fundamentalmente na ausência da licença maternidade, garantia para professora que está em regime de contrato temporário. É o caso da docente Ângela Prado, cujo depoimento em relação às garantias e os direitos da trabalhadora docente, veremos a seguir.

Eu estou grávida, meu contrato vence agora em janeiro, perguntei se eu tinha direito a licença maternidade, a funcionária da Secretária de Educação me informou que sou contrato e não tenho direito o Estado não vai pagar para mim. Então procurei o INSS, pois como eu contribuí eu tenho o direito de receber quatro meses já o efetivo tem direito a seis meses. Por que a diferença? Sendo que eu trabalhei, suportei os trinta e cinco alunos em cada sala, trabalhei sessenta horas e agora na hora do direito eles vão diferenciar. Por que na hora do ensino, estar na sala de aula, está enfrentando os alunos, enfrentando dificuldades, nós somos os mesmos? E na hora do direito somos podados. E falou bem claro para mim, que eu não tenho direito e ponto final e eu que fui buscar meus direitos no INSS, eu acho que eles não deveriam me mandar embora, como eu vou ficar depois de quatro meses? Eu deveria ficar os seis meses e depois continuar no meu contrato, pelo menos mais um ano, mas nós não temos esse direito. Você não recebe décimo terceiro no seu aniversário e sim no final do seu contrato recebe somente proporcional aos meses trabalhados, Não tenho direito ao plano de saúde, adiantamento de férias e ao auxílio transporte. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver anexo I)

Esta situação de descaso e desrespeito da gestão da SEDUC ao não garantir o direito de licença maternidade da professora Ângela Prado que se encontra em regime de trabalho por tempo determinado, implica em uma condição de incerteza, insegurança profissional, desgaste físico, mental e emocional. De acordo com Rocha (2012), uma das contradições do sistema capitalista reside na incorporação do trabalho feminino de modo desigual e diferenciado. Por conseguinte, se torna útil ao capital para sua ampliação de lucro, lançar a “mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções sociais associadas à crescente instabilidade da família” (ROCHA, 2012, p. 58).

A opressão da sociedade sobre as mulheres submete todas elas a discriminações e outros tipos de violências. Mas a materialização e a forma como se dão variam de acordo com a condição social de cada uma delas. A idéia de que o interesses das mulheres são únicos, independentemente de sua posição na sociedade, mascara as diferenças existentes entre as mulheres das classes populares, dos setores médios, dos segmentos mais abastados e da burguesia. Em cada um desses segmentos a opressão de gênero apresenta problemas diferentes, enfoques diversos e percepções variadas (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

Todos os relatos dos professores supracitados caracterizam as condições concretas da jornada de trabalho do professor temporário, nos remete a tese de doutorado de Cação (2001), que afirmando que o professor da rede pública, entre outros fatores, “teve queda dos seus

níveis salariais, cada vez mais aviltados e progressiva perda de prestígio ocupacional, o professor foi se proletarizando e se tornando um assalariado mais barato” (p.160).

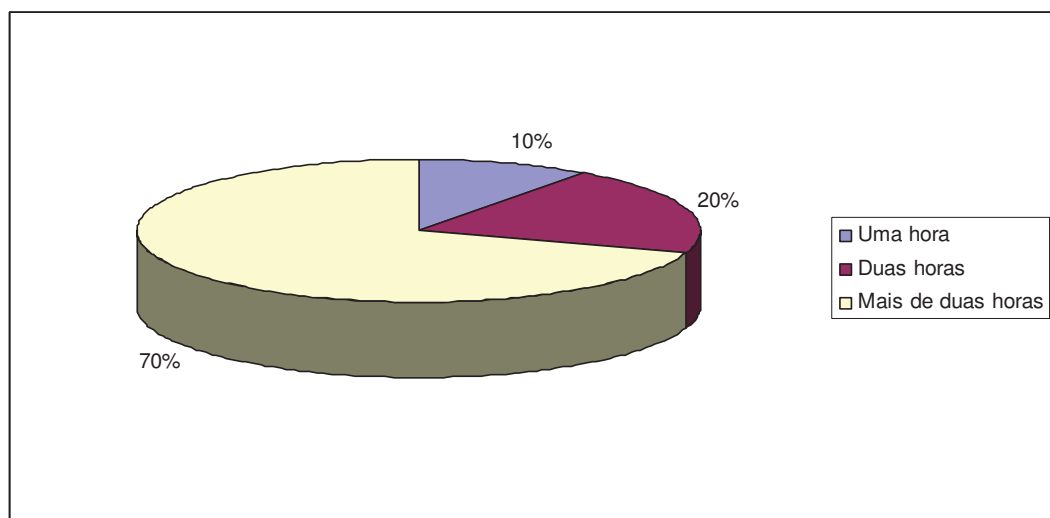
O processo de flexibilização chegou ao campo escolar o que acabou por determinar, profundamente, uma reestruturação do trabalho docente, como verificamos na pesquisa realizada nas duas unidades educacionais da Rede Estadual de Ensino. Mediante estes fatos, fica evidente que os interesses do Governo Estadual e de sua gestão pública, não coincidem com as perspectivas dos trabalhadores docentes. Mostramos que a flexibilização e a precarização do trabalho se institucionalizaram, e que sua difusão ocorre de várias formas.

Outro ponto de extrema relevância a se considerar ao analisar o trabalho docente na Rede Pública Estadual, é que a precarização das condições objetivas de trabalho não se limita aos professores em regime de contrato flexível. A questão também se amplia com muita gravidade, com o progressivo processo de intensificação e aviltamento do trabalho do professor efetivo, que passou no concurso público e possui vínculo empregatício estável.

Ao averiguar a realidade das duas unidades educacionais a partir dos questionários e nas entrevistas realizadas no contexto da pesquisa, pudemos verificar diversos fatores determinantes da intensificação do trabalho docente. Nos gráficos a seguir das duas escolas estaduais pesquisadas, Cruzeiro do Sul e Nazir Safatle, respectivamente, questionamos:

Gráfico 5: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul.

Quantas horas diariamente, em média, são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividades?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

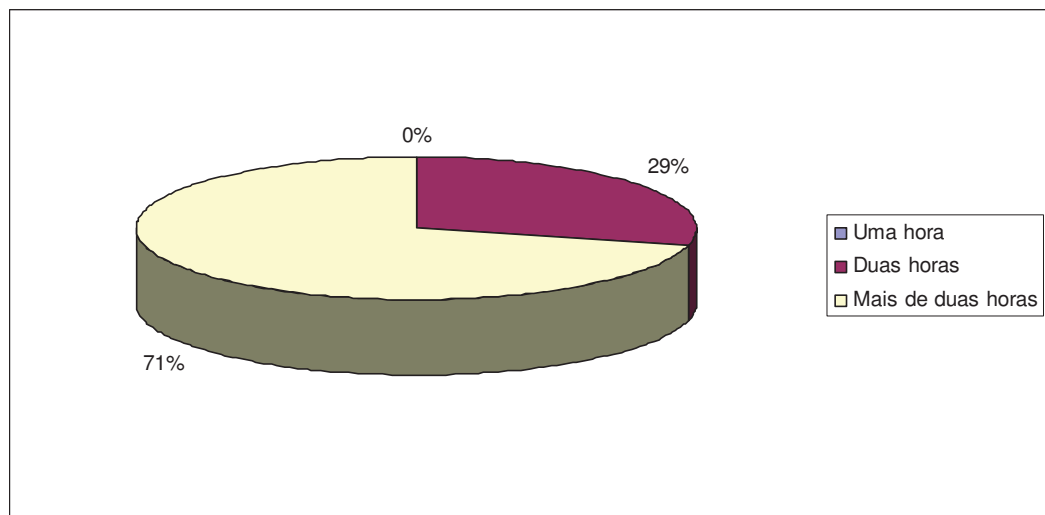
No caso do gráfico 5 que representa o Colégio Estadual Cruzeiro do Sul, 70% dos professores utilizam mais de duas horas diariamente com a elaboração de atividades e

planejamentos. E 20% dos professores entrevistados usam uma média de duas horas para realizar as atividades em casa. Por fim, somente 10% utilizam uma hora para realizar estas atividades. Atualmente, da forma como está instituído o modelo de carga horária do professor da rede estadual de ensino, não se reserva um tempo específico em seu horário de trabalho, para planejar as aulas da semana, corrigir trabalhos, provas e atividades. O professor Jaime Braga faz uma comparação da rede municipal de ensino de Goiânia com a rede estadual de ensino do Estado de Goiás. “No município o professor tem folga, faz todo o serviço na escola e não leva para casa. Seria um avanço muito grande para o professor, ter aquele tempo para planejar, para corrigir as atividades, deixar tudo na escola e ir para casa sem trabalho”

Em virtude desta situação, este profissional é obrigado a levar uma quantidade excessiva de atividades para serem realizadas em casa e isso leva à exploração da mais-valia, assim como asseverou Bernardo que “tanto a burguesia como os gestores encontram-se do mesmo lado na extorsão da mais-valia. Burgueses e gestores detêm o controle sobre o seu próprio tempo de trabalho e exercem o controle sobre o tempo de trabalho alheio, o que significa que ambos são exploradores” (1998, p.52)

Gráfico 6: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamentos e correção de atividades?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

No gráfico 6 que representa o Colégio Estadual Nazir Safatle a situação se mostra parecida com o Colégio Cruzeiro do Sul. Constatamos que 71% dos professores utilizam mais de duas horas diariamente para elaboração de aulas e correção de atividades. Enquanto 29% usam duas horas por dia para o mesmo fim. A esse respeito, na maioria das entrevistas, os professores argumentaram sua insatisfação com a sobrepajante quantidade de atividade levadas

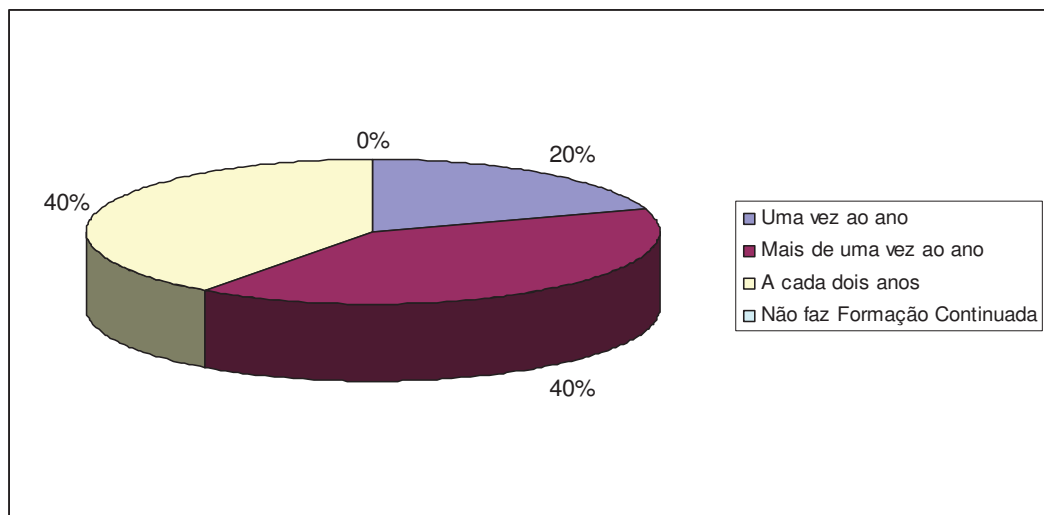
para casa. O professor Jaime Braga disse que trabalha em dois turnos. “Mas faço o terceiro turno em casa. Eu levo serviço para casa, a minha área é língua portuguesa então levo muitas redações e não sou remunerado a mais por isso” (Ver Anexo I).

Segundo a Professora Paula Braga, “muitas vezes o professor tem que ficar a noite toda trabalhando em cima do livro, principalmente quando está perto das avaliações. Isto implica em afastar de coisas importantes como a família e o lazer que todo ser humano precisa” (Anexo I). Como assegurou Bernardo (1998), o lazer é um componente necessário da formação da força de trabalho e que a escola, por ser uma empresa capitalista, domina as vinte quatro horas por dia da vida do trabalhador.

Outro fato importante que precisamos destacar aqui, presente nos depoimentos de muitos professores, é a relação entre sobrecarga de trabalho e escassez de tempo para qualificação profissional. A professora Maria Joaquina disse que “nós temos que trabalhar muito para conseguir uma renda mediana. E isso nos traz um cansaço muito grande que nos impede de buscar uma melhor qualificação profissional” (Ver anexo I). Esta realidade objetiva e consequência da Política Educacional praticada pela Gestão do Poder Público Estadual, baseada na política e no Estado Neoliberal. Marx (1982) aponta que o capitalismo é um sistema economicamente autoritário ao controlar a vida do trabalhador. Tal sistema fundamenta-se em contradições e no antagonismo entre capital e trabalho, foi o que constatamos com o processo de proletarianização e precarização da profissão docente no Estado de Goiás, em virtude dos baixos salários os professores são submetidos a uma exaustiva jornada de trabalho, tornando-se despossuídos do controle sobre sua própria atividade o que incide na exploração da mais-valia e na alienação do trabalhador em relação ao processo do seu trabalho.

Gráfico 7: Colégio Cruzeiro do Sul

Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação



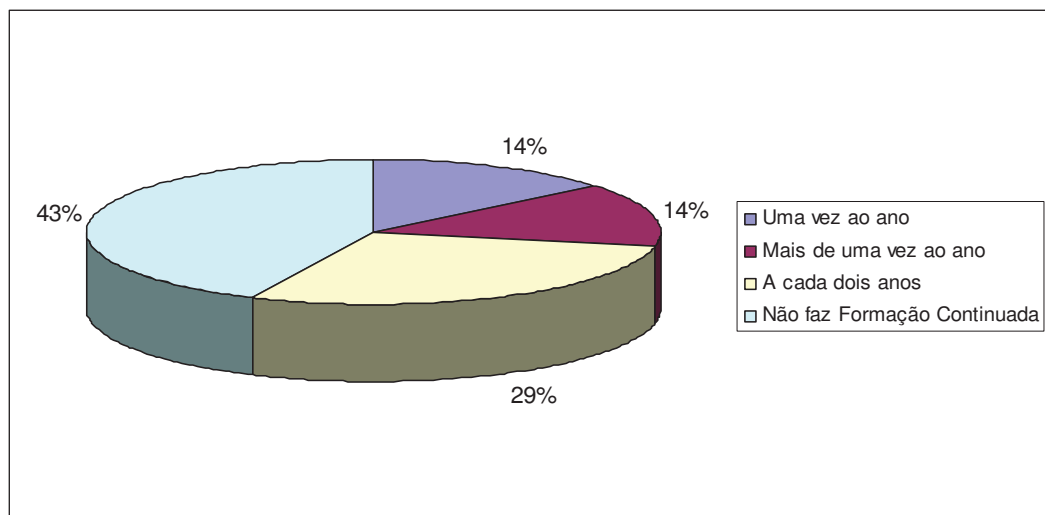
No gráfico 7, que trata da periodicidade da formação continuada no Colégio Cruzeiro do Sul, 40% dos professores, que responderam ao questionário, assumiram que fazem formação duas vezes ao ano, 20% afirmou que faz formação uma vez ao ano, e por fim, 40% a cada dois anos.

Os baixos salários realmente contribuem bastante para a precarização, porque o professor só tem uma carga excessiva, porque se assim não proceder não vai conseguir sobreviver, não irá conseguir ter uma qualidade de vida. Sessenta horas por semana é muita coisa, significa que são muitas turmas, são muitas avaliações para corrigir e são muitas atividades para preparar. Porque se o professor tem uma carga de sessenta horas, ele precisa achar um tempo para fazer a capacitação profissional, cursos e nem sempre é possível. Isso contribui para que você não seja aquele profissional que deveria ser. (Entrevista concedida para esta dissertação. Ver anexo I).

Na pesquisa de campo vários professores nos relataram que, em virtude da elevada jornada de trabalho em função da grande quantidade de horas aula em sala de aula, pelo excesso de atividades que levam para casa diariamente, como correção de provas trabalhos e pelo tempo que gastam na preparação de aulas, sobra-lhes pouco tempo para se dedicarem à formação continuada. De acordo com Bernardo (1998), o tempo de trabalho e a mais-valia estão indissociavelmente ligados, o que significa dizer que o a exploração incide, necessariamente, na questão do controle do tempo.

Gráfico 8: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação:



FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

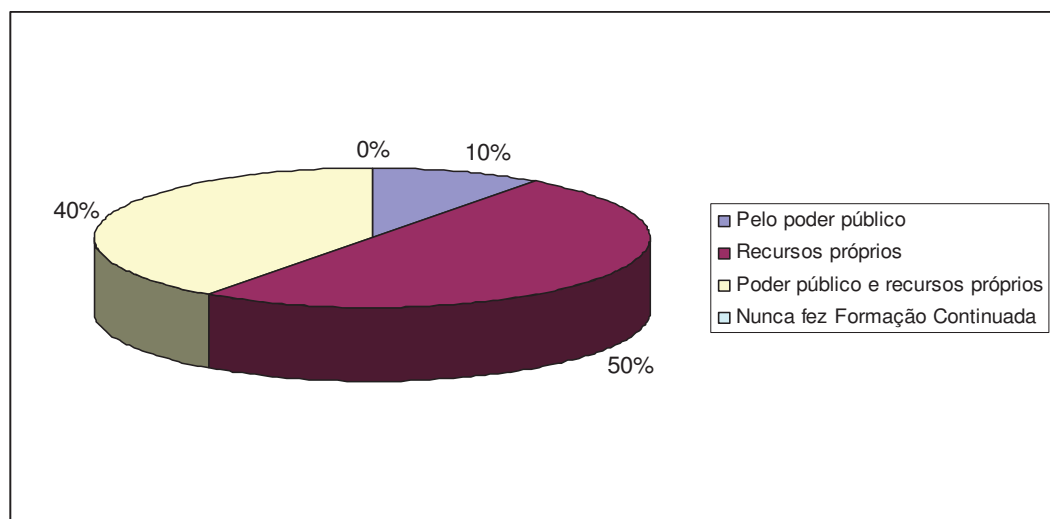
A realidade objetiva do Colégio Nazir Safatle é extremamente preocupante no que diz respeito à periodicidade da formação continuada. O gráfico 8 evidencia que 14% dos que

responderam ao questionário participam de formação continuada uma vez ao ano, e outros 14% mais de uma vez ao ano, 29% a cada dois anos, por fim, 43% não fazem formação continuada. O professor Ricardo Borges em entrevista para esta dissertação, afirmou que “poderia ser um professor de melhor qualidade, eu me esforço para ser. Mas se eu tivesse mais tempo para ler, para me preparar, para fazer uma pós-graduação, eu acho que daria aulas melhores.” Bernardo (1998) afirmou que a formação dos trabalhadores compõe uma das contradições do Sistema Capitalista, já que uma maior qualificação implica em maior sobreexprolação de sua força de trabalho, “um desempenho profissional mais qualificado equivale à execução simultânea de um maior número de tarefas” (1998, p. 18).

Por outro lado, de acordo com Paro (2008), a qualidade da educação perpassa também pela formação continuada, pela atualização constante destes profissionais; é preciso buscar medidas e soluções visando melhores resultados. Tornou-se “uma espécie de círculo vicioso, com a baixa qualidade do ensino fundamental estimulando a baixa qualidade dos cursos formadores de profissionais que vão atuar no ensino fundamental e concorrer para a perpetuação de sua baixa qualidade” (PARO, 2008, p. 96).

Gráfico 9: Colégio Cruzeiro do Sul.

Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados:



FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Segundo os professores do Colégio Cruzeiro do Sul, o Governo Estadual investe muito pouco no que se refere à qualificação profissional e na formação continuada. Somente 10% dos que responderam ao questionário fizeram formação continuada custeados com

recursos do poder público, 40% foram financiados tanto pelo poder público quanto por recursos próprios, enquanto 50% dos entrevistados custearam a formação continuada exclusivamente com recursos próprios.

De acordo com Plano Plurianual¹³ da Secretaria de Estado da Educação (PPA 2012 a 2015), foi estimada em sua dotação orçamentária o valor de R\$ 25.979.613.91 para formação inicial e continuada, presencial e a distância dos profissionais nas diversas áreas do conhecimento, para o período de 2012 a 2015.

É importante esclarecer que os vinte cinco milhões novecentos e setenta e nove mil seiscentos e treze reais e noventa e um centavos (25.979.613.91), não é o valor que foi gasto com formação inicial e continuada dos profissionais da educação, e sim uma previsão ou uma estimativa de gastos para o quadriênio 2012 a 2015. Por conseguinte, se dividirmos este valor para os quatro anos para os quais seria designado o recurso, teríamos uma média anual de seis milhões quatrocentos e noventa e quatro mil novecentos e três reais e vinte cinco centavos (6.494.903.25). Entretanto, segundo o “Relatório de acompanhamento dos Programas e Ações dos órgãos e entidades públicas do Estado de Goiás,”¹⁴ no ano de 2012 foram gastos apenas trezentos e vinte quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos (324.745,17), o que corresponde apenas 1,25% do valor estimado, o que evidencia o pouco investimento do Governo do Estado com a formação continuada.

Mas a questão é ainda mais preocupante à medida que se percebe que existem poucos projetos e ações para formação continuada. De acordo com o “Relatório de Consolidação das ações e programas dos órgãos e entidades,”¹⁵ o programa profissional da educação qualificado e valorizado, prevê a criação e implementação da escola de formação dos profissionais da educação, mas até o primeiro semestre de 2014 tal projeto ainda não saiu do papel.

De acordo com Paro (2008), o professor realizar formação continuada é uma condição essencial do trabalho intelectual, pois exige freqüente atualização. Entretanto, este

¹³ O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de 4 anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvos, produtos a serem entregues à sociedade, etc. Ver: <http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/115737/o-que-e-o-plano-plurianual-ppa> Acesso em: 08/05/2014

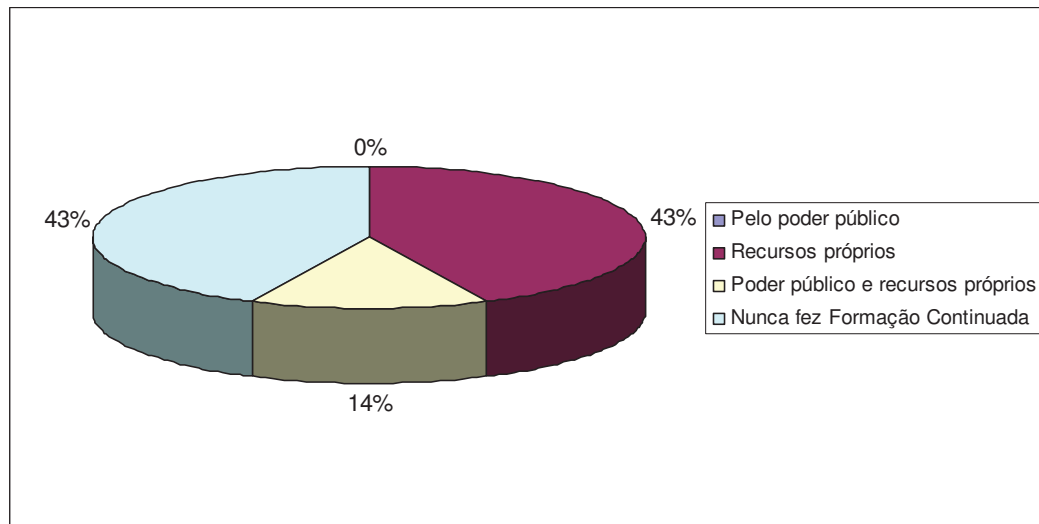
¹⁴ Fonte: <http://www.transparencia.goias.gov.br/pagina.php?id=686> Acesso em: 08/05/2014

¹⁵ Fonte: <http://www.transparencia.goias.gov.br/admin/uploaded/VolumeI.pdf>

profissional se sente pouco incentivado a se aperfeiçoar em virtude da exaustiva carga horária para equilibrar os baixos salários, “restando-lhes pouco tempo para dedicar-se a uma formação continuada” (PARO, 2008, p. 96).

Gráfico 10: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados:



FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Em comparação com o gráfico anterior, nota-se que o gráfico 10 aponta uma condição objetiva estereotípica em relação aos custos da formação continuada do corpo docente do Colégio Nazir Safatle. O gráfico mostra que 43% dos professores que fizeram algum tipo de qualificação profissional foram totalmente financiados por recursos próprios. A situação é mais desfavorável para o último aspecto que revela que 43% daqueles professores não fizeram qualquer tipo de formação continuada. No que concerne ao primeiro aspecto, constata-se que nenhum professor desta escola participou de algum curso de formação continuada totalmente financiado pelo poder público. Diante deste dado objetivo precisamos relacionar dialeticamente as contradições apontadas no que se refere a formação de trabalhadores. Marx (1982) asseverou que, quanto menor as despesas com a formação dos trabalhadores, menores os valores a ser pagos na compra das suas forças de trabalho.

A formação dos indivíduos na sociedade capitalista, argumentou Duarte (1993), está cerceada, limitada, fragmentada e impedida pelo fato de que a riqueza material e não material produzida pelo gênero humano transformou-se em capital. Tal sociedade é marcada pela alienação, portanto, a formação do indivíduo deve ter como expectativa a busca de superação da alienação humana.

Outro aspecto relevante a ser analisado, é o fato de os professores terem poucas oportunidades de acesso à formação continuada o que influencia diretamente na qualidade da educação ofertada na unidade escolar. Outro fator preocupante reside na ausência de uma proposta sistematizada de formação continuada dos professores/as que atuam na rede estadual de ensino, no Estado de Goiás. Isso sinaliza que essa problemática não será resolvida em curto prazo. Sobre a formação:

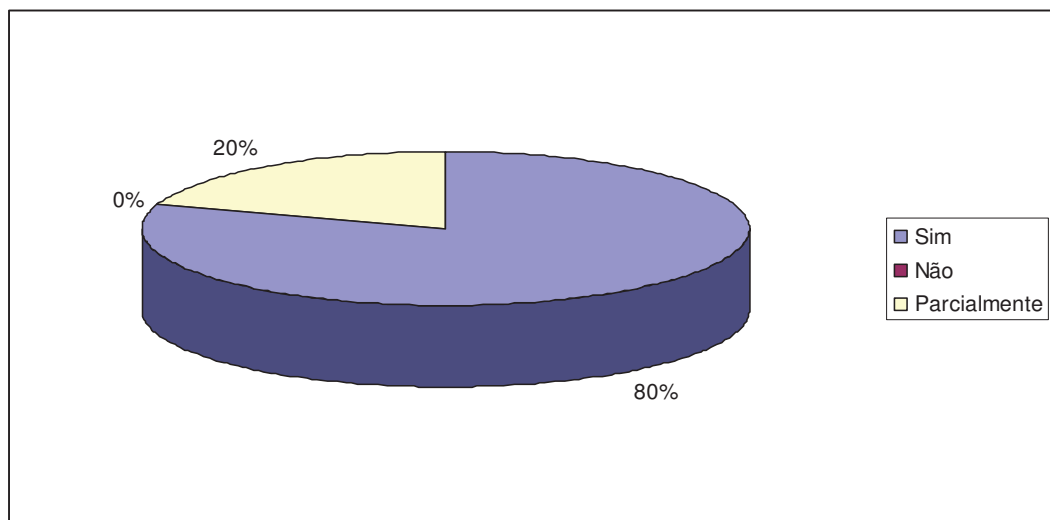
Em termos de perspectivas de solução, a questão de baixa qualidade da força de trabalho docente mostra-se mais grave quando se considera que a situação que aí está foi produzida por décadas e décadas de descaso para com o ensino, requerendo medidas profundas e amplas que, em muitos casos, só apresentarão resultados satisfatórios a longo prazo. (PARO, 2008, p. 97).

A formação continuada é uma necessidade, é fundamental para aumentar a qualidade da força de trabalho dos professores no exercício de sua profissão. Um processo contínuo, articulado e integrado apresenta resultados lentos.

Duarte (1993) apontou que a formação do indivíduo deve ter como perspectiva dominar o conhecimento e permitir que este faça uma análise crítica da sociedade. Por conseguinte, estes indivíduos precisam de ferramentas intelectuais altamente desenvolvidas, para que se forme em suas consciências e nos seus processos intelectivos uma apropriação mais elaborada da arte, da ciência e da filosofia, com vistas a entender, explicar e analisar o mundo contemporâneo.

Gráfico 11: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul

A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente?

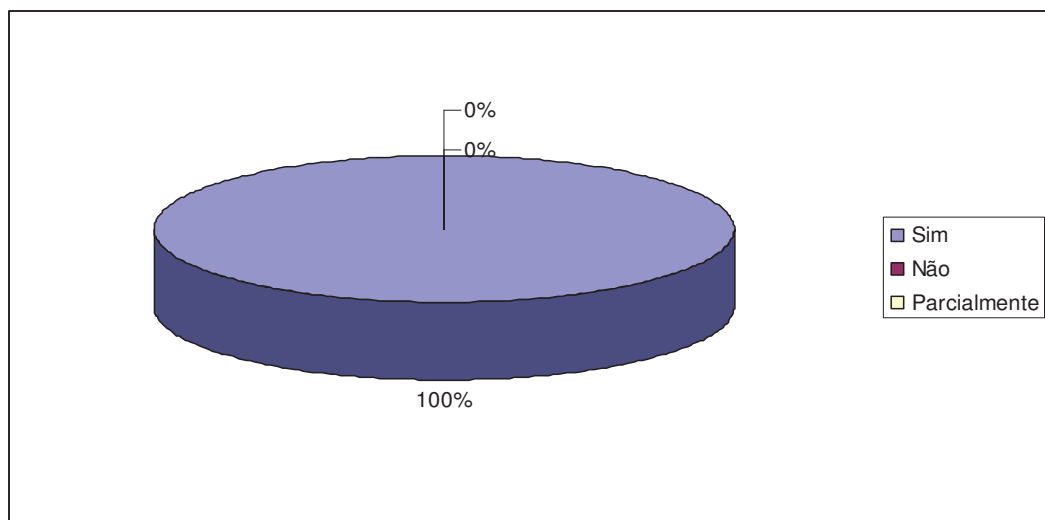


FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

No que se refere ao gráfico 11 é possível identificar que 20% dos professores acreditam que a intensa jornada de trabalho pode sobrecarregar parcialmente o trabalho docente. Enquanto 80% declararam que a intensa jornada de trabalho leva sim a uma sobrecarga do profissional docente. A professora Daniele Rodrigues, em entrevista concedida a esta pesquisa, nos relatou que: “A sobrecarga está relacionada ao baixo salário, ao grande contingente de alunos que gera uma aula mais trabalhosa, acarretando pouca aprendizagem do aluno e desgaste psicológico do professor” (Ver anexo I).

Gráfico 12: Colégio Estadual Nazir Safatle.

A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

No gráfico 12 que diz respeito ao Colégio Nazir Safatle, 100% dos que responderam ao questionário afirmam que sim, a intensa jornada de Trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente, esse dado mais uma vez evidencia a extorsão da mais-valia. Bernardo (1998) defende a tese de que no capitalismo o sistema escolar pertence ao sistema produtivo e que a “mais-valia aplica-se ao âmbito escolar, é o tempo de trabalho despendido pelos professores e funcionários que se realiza na formação dos alunos, enquanto futuros trabalhadores” (1998, p.33). Em relação à sobrecarga de trabalho a professora Mara Ribeiro nos relatou que:

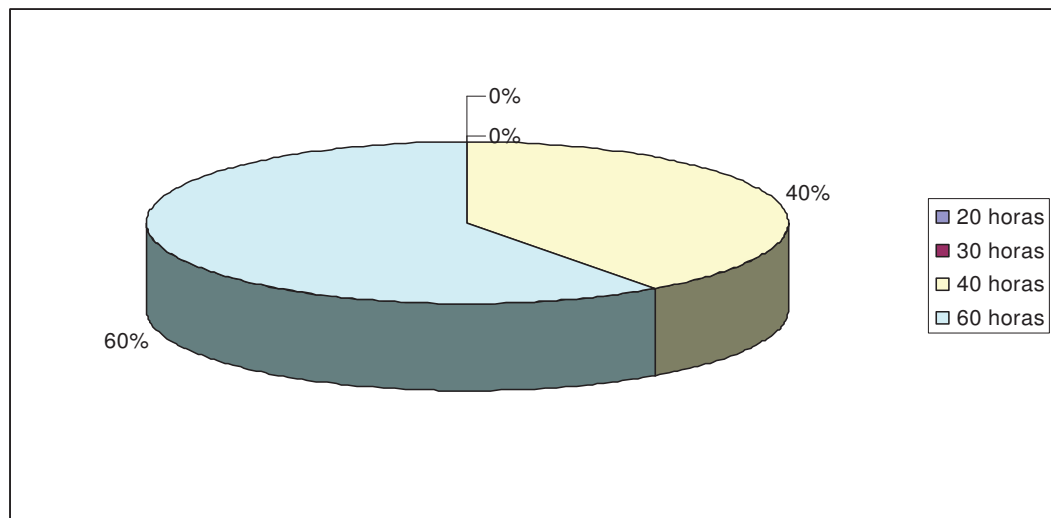
[...] Temos que dar aula em muitas escolas para completar nossa carga horária. No percurso de uma escola para outra não tenho tempo de passar em casa para me alimentar e tomar banho, isso provoca cansaço, gerando um desgaste físico e psicológico, faço um tratamento por crise de enxaqueca que eu adquiri porque enfrento três turnos de trabalho. (Entrevista concedida a esta pesquisa. Ver anexo I)

De acordo com Souza (2013), a intensificação do trabalho docente é mais uma forma de precarização. O exercício da profissão, nestas condições, torna-se ainda mais aviltante, degradante, estressante, intensivo e desestimulante.

Na apreciação da jornada de trabalho é preciso ainda levar em consideração que a carga horária realizada por estes profissionais, evidentemente, suscita um condicionante imediato da precarização. A intensa jornada de trabalho do professor se constitui como uma importante categoria de análise para se compreender e interpretar a precarização do trabalho docente. Ao analisar tal categoria, não queremos restringir a intensificação do trabalho docente apenas a uma determinante, é preciso acrescentar, entretanto, que esta precariedade, segundo Paro (2008), é resultado de múltiplas determinações, políticas, econômicas, históricas e sociais.

Gráfico 13: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul.

Qual sua jornada de trabalho semanal

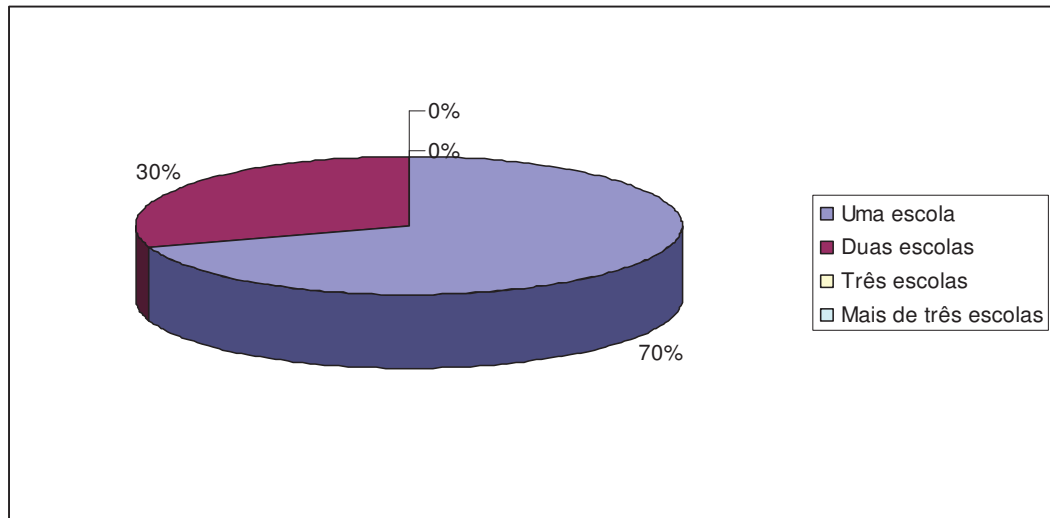


FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

No que concerne à carga horária dos professores do Colégio Cruzeiro do Sul, verificou-se que nenhum docente possui a carga mínima de vinte horas e a carga de trinta horas semanais. Entretanto, constatou-se que 40% dos professores realizam uma jornada de 40 horas semanais, enquanto 60% dos que responderam aos questionários afirmaram possuir uma carga horária de 60 horas semanais.

Gráfico 14: Colégio Cruzeiro do Sul.

Em quantas escolas você trabalha?



FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Podemos observar no gráfico 14 que 70% dos professores trabalham em uma escola, enquanto os outros 30% trabalham em duas escolas; dos entrevistados, nenhum professor declarou que trabalha em três escolas ou mais de três escolas.

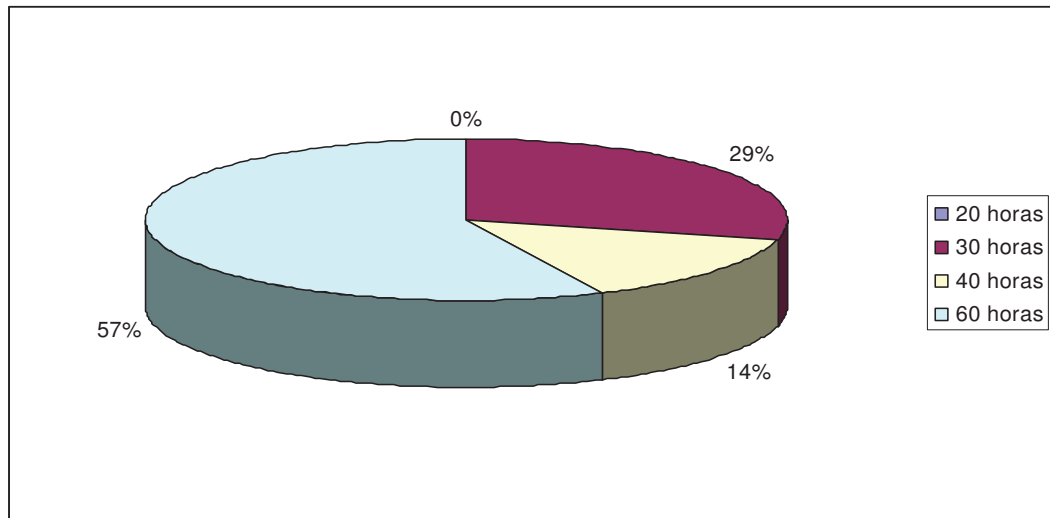
O Cruzeiro do Sul é o maior colégio da regional de Aparecida de Goiânia, em termos de funcionamento de salas de aula, com vinte e uma salas em atividades, tanto no período matutino quanto no vespertino, e dezoito salas em atividades no período noturno.

Este fato possibilita ao professor deter uma maior carga horária em uma unidade educacional, excetuando-se a necessidade de complementar carga horária em outros colégios, ou, até mesmo, em outras redes educacionais como: a rede municipal de ensino e a rede privada de ensino.

No entanto, ao se analisar as mesmas categorias no Colégio Estadual Nazir Safatle, a situação se diferencia em alguns aspectos, na jornada de trabalho semanal e na quantidade de escolas que os professores trabalham. Isto veremos nos gráficos a seguir:

Gráfico 15: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Qual sua jornada de trabalho semanal:

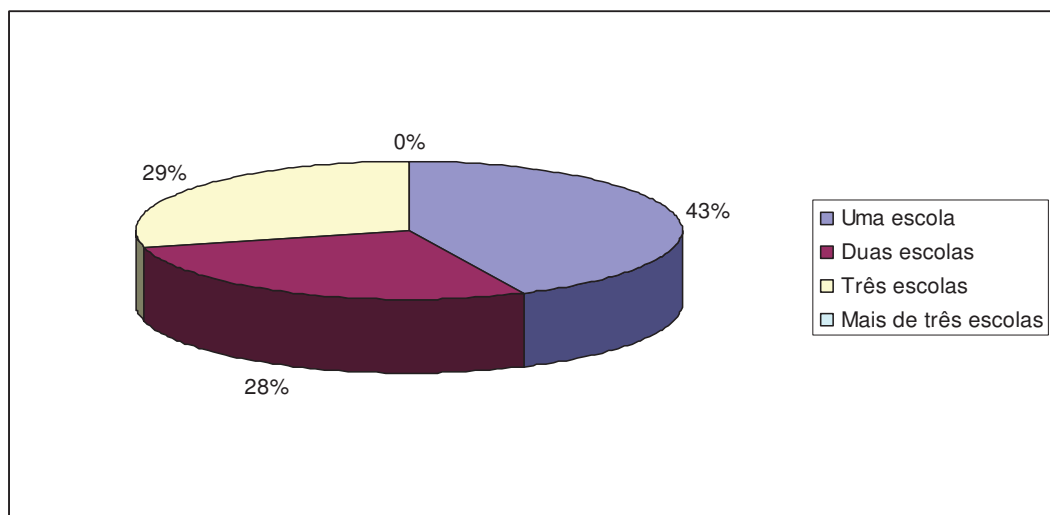


FONTE: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

O gráfico 15, que trata da jornada de trabalho semanal dos professores do Colégio Nazir Safatle, permite evidenciar que este não possui nenhum professor que cumpra uma carga horária de vinte horas, enquanto 29% realizam uma carga de trinta horas semanais e 14% cumprem quarenta horas. Os dados indicam que os docentes que cumprem uma carga horária de sessenta horas semanais chegam a 57% dos que responderam às perguntas do questionário. A seguir analisaremos a quantidade de escolas que estes professores trabalham.

Gráfico 16: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Em quantas escolas você trabalha?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

O gráfico 16 nos possibilita visualizar que 43% dos professores trabalham em uma escola, enquanto 28% dos professores trabalham em duas escolas. Por fim, 29% dos docentes trabalham em três escolas. É interessante assinalar que, se comparado ao Colégio Cruzeiro do Sul, o Nazir Safatle não é um colégio grande em termos de quantidade de salas de aulas em atividade. Em função deste fato, alguns professores necessitam trabalhar em duas escolas ou mais de duas escolas da rede estadual de ensino, para conseguirem complementar suas cargas horárias. Enquanto outros professores, além de trabalharem na rede estadual de ensino, também trabalham na rede municipal de ensino ou na rede privada para aumentarem suas rendas salariais, assim como constatamos em algumas entrevistas.

O fato importante a ressaltar é que o professor fica refém de um modelo de Política Pública adotado pela Secretaria Estadual de Educação que explora a força de trabalho, intensifica, desvaloriza e precariza a atividade profissional docente. Se por um lado, a grande quantidade de aulas sobrecarrega o professor, como já foi dito anteriormente e constatado ao longo desta pesquisa, por outro lado, Fernandes e Carneiro (2013), afirmam que esse fenômeno mostra-se contraditório, pois, se o professor não tiver uma quantidade significativa de aulas, terá expressiva redução em seus proventos.

Em termos concretos, a carga horária se torna um mecanismo que a gestão da SEDUC, utiliza para controlar a quantidade de aulas que o professor vai ministrar durante o ano letivo. Em síntese, o docente pode ter uma determinada carga horária durante um ano, e no ano seguinte, efetivamente, não possuir a mesma quantidade de aulas, o que significa redução salarial.

A seguir verificaremos o que diz a legislação e o plano de carreira docente do Estado de Goiás em relação à jornada de trabalho. A lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, regulamenta o estatuto e o plano de cargos e vencimentos do Pessoal do Magistério da Educação Básica e da Educação Profissional. No artigo 204 diz que “Todos os integrantes do quadro permanente têm o mesmo título de professor, distribuindo-se segundo suas habilitações, por quatro níveis, de I a IV.”¹⁶ Isso significa professor de nível PI, professor de nível PII, professor de nível III e professor de nível P IV.

De acordo com o artigo 121 do estatuto do magistério a jornada de trabalho do professor é “fixada em vinte, trinta ou quarenta horas semanais, nas unidades escolares e em trinta ou quarenta horas a nível central ou regional, com vencimento correspondente a respectiva jornada.”¹⁷

¹⁶ Fonte: Lei 13.909, de 25 de setembro de 2001.

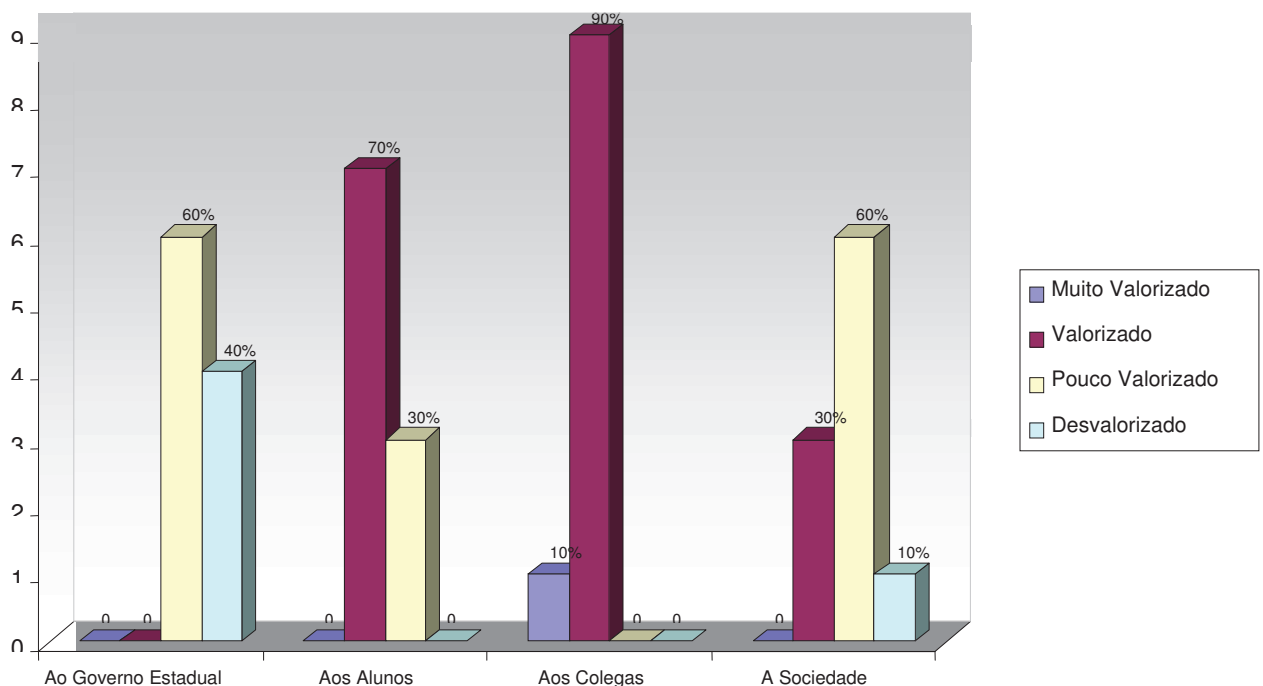
¹⁷ Fonte: Lei 13.909, de 25 de setembro de 2001

O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL (PSPN), Lei nº 11.738/2008, diz que nenhum vencimento inicial de carreira do magistério público da educação básica seja praticada abaixo do piso, outro ponto importante diz respeito à jornada de trabalho que deve ser de no máximo de 40 horas semanais. A reivindicação dos professores, do SINTEGO e da confederação nacional dos trabalhadores (CNTE), é de que a os docentes deverão lutar pela manutenção do piso salarial, mas com redução da jornada para trinta ou vinte horas semanais e que se garanta 1/3 da jornada para atividades de planejamento, como elaboração de aulas, provas e acompanhamentos. Verifica-se que a reivindicação dos trabalhadores docentes do Estado de Goiás, se diferencia da jornada de trabalho que se pratica na Rede Estadual de ensino. Os professores defendem redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

Nos gráficos a seguir analisaremos como o professor se sente em relação: ao Governo Estadual, aos alunos, aos colegas de trabalho e por fim, em relação à sociedade.

Gráfico 17: Colégio Estadual Cruzeiro do Sul.

Como você se sente em relação: Ao governo estadual / aos alunos / aos colegas / a sociedade



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

O gráfico 17 nos mostra que 60% dos professores se sentem pouco valorizados pelo Governo Estadual, enquanto 40% dos professores se sentem totalmente desvalorizados pelo Governo Estadual. Tais características, ao serem analisadas sob o enfoque dos alunos, os

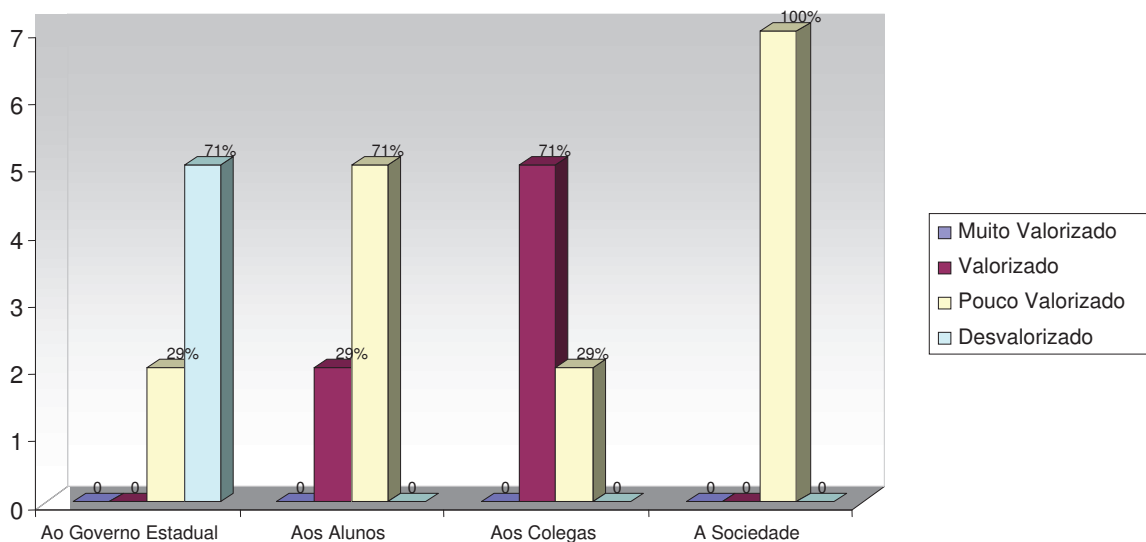
resultados se diferenciam muito pouco, já que 30% dos professores disseram que se sentem pouco valorizados pelos alunos. Enquanto 70% disseram que se sentem valorizados pelos alunos.

Na variável seguinte, que trata do enfoque dos colegas de trabalho as avaliações mudaram substancialmente, pois 90% dos professores disseram que se sentem valorizados pelos colegas de trabalho, enquanto 10% afirmaram que se sentem muito valorizados pelos colegas.

No que diz respeito ao enfoque que trata da sociedade, os dados observados se aproximam da primeira variável que trata do Governo Estadual, pois 60% dos entrevistados disseram que se sentem pouco valorizados pela sociedade, enquanto 30% disseram que se sentem valorizados pela sociedade, por fim, 10% se sentem desvalorizados pela sociedade. Na sociedade capitalista dividida em classes sociais, a classe que domina os meios de produção, também detém as idéias e os sistemas de valores. Portanto, a sociedade constrói uma visão de mundo permeada de valores dominantes. No caso dos professores, por serem uma categoria que não dispõe da riqueza material, torna-se pouco valorizada pela sociedade.

Gráfico 18: Colégio Estadual Nazir Safatle.

Como você se sente em relação: Ao governo estadual / aos alunos / aos colegas / a sociedade



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

O gráfico 18 indica os dados referentes às respostas dos professores do Colégio Nazir Safatle e nos mostra que 29% dos docentes se sentem pouco valorizados pelo Governo

Estadual, enquanto 71% disseram que são totalmente desvalorizados pelo Governo do Estado. Na variável posterior, 71% dos docentes afirmaram que se sentem pouco valorizados pelos alunos, enquanto 29% disseram que se sentem valorizados pelos alunos. Na variável que trata do enfoque dos colegas de trabalho, 71% dos professores asseveraram que se sentem valorizados pelos colegas, enquanto 29% disseram que se sentem pouco valorizados pelos colegas de trabalho. Os dados que tratam do enfoque da sociedade verificou-se que 100% dos professores se sentem pouco valorizados pela sociedade.

Apesar da pluralidade de interpretações de como os professores se sentem em relação aos quatro diferentes enfoques, salienta-se que os gráficos das duas escolas apontam algumas semelhanças. Os resultados foram muito parecidos em relação aos enfoques que dizem respeito ao Governo Estadual, em ambos os casos, nenhum professor declarou que se sente valorizado ou muito valorizado, o conjunto de suas respostas foram pouco valorizados ou desvalorizados pelo Governo Estadual. Esta questão nos remete ao que afirmou Dourado (2004), a profissão docente é vista com pouco prestígio social e passa por um processo de aguda proletarização.

Ao longo desta pesquisa já analisamos muitas categorias e diferentes dimensões que nos ajudaram a entender, compreender e interpretar o fenômeno da precarização do trabalho docente. Nesse sentido, ao realizamos as entrevistas nas duas unidades educacionais, verificamos que muitos professores se sentem desvalorizados no exercício da profissão e esta condição implica uma profunda insatisfação profissional. Paro (2008), argumenta que a realidade concreta da prática docente no seu cotidiano com condições precárias de funcionamento da escola pública articulado com os determinantes históricos, tem levado o profissional docente a uma falta de perspectiva, frustração profissional e “não é raro observar-se nos professores uma postura de total alienação com respeito às conseqüências de sua atividade profissional.” (PARO, 2008, p. 99)

Em relação aos salários dos trabalhadores docentes é pertinente salientar, que o Estado detém o monopólio na compra da força de trabalho dos professores. Fernandes e Carneiro, afirmam que o Estado encontra-se numa situação privilegiada, nota-se que esta circunstância é vantajosa ao “impor o preço da compra do tempo de trabalho desta categoria” (CARNEIRO e FERNANDES, 2013, p. 5). Diante disso, é possível identificar que o Estado, além de possuir o monopólio da contratação, manipula os salários e também controla a quantidade da precarização. Assim, toma-se como referencia que a os trabalhadores docentes da rede estadual de ensino, situam-se numa relação de exploração permanente por parte do Estado.

De acordo com Dourado (2004), no contexto das reformas educacionais dos anos de 1990, o professor é visto como o “grande vilão” das mazelas da educação formal, é responsabilizado pelo fracasso e pela ineficiência da escola pública. Este profissional também é culpabilizado pelos índices de evasão escolar, pela falta de sucesso dos alunos por não saberem ler e escrever ao final do ensino fundamental. Ficou evidente que os articuladores de tais reformas educacionais usaram a persuasão, isto é, a ideologia, tentando criar o consenso ao redor de seu projeto de sociedade, e de sua concepção de mundo e de educação. Como Gramsci (1979) afirmou, ideologia é um dos vários mecanismos de manutenção e reprodução das relações numa determinada sociedade, ela é mais sofisticada por isso é mais difícil de ser identificada e de perceber o seu papel.

É preciso criar condições necessárias e adequadas para formação continuada destes profissionais, este é um fator condicionante e determinante para lidar com os novos desafios da intersectorialidade e da interdisciplinaridade que o currículo escolar precisa focar. Parte-se do princípio de que os professores precisam qualificar-se para lidar com temas como: Direitos humanos, Lei 10.639/ 2003 que inclui o estudo da história da África e cultura afro-brasileira; Lei 11.645/ 2008 que trata do estudo da história e cultura indígena; Violência física e simbólica; tráfico de drogas; Educação Ambiental; Diversidade Sexual; Questões de Gênero entre outros.

Outro desafio que identificamos ao longo da pesquisa, reside na temática da educação na perspectiva inclusiva, este tema é muito recorrente nos relatos e nos depoimentos dos professores. Os docentes afirmaram que não estão tecnicamente preparados para lidar com pessoas com deficiência, pois a secretaria estadual de educação não oferece uma política de formação voltada para a docência a pessoas com deficiência. Um professor nos afirmou que existem poucos profissionais de apoio na rede estadual para lidar com a educação inclusiva. Na ausência deste profissional, os docentes sobrecarregam suas atividades, pois, precisam elaborar para a mesma turma dois tipos de aula diferentes. Uma específica para os alunos com deficiência e outra para o restante da turma. É evidente que se trata de mais uma condicionante da intensificação do trabalho docente. De acordo com Pireto, “os dados censitários do Ministério da Educação apontam que no ano de 2009 houve um aumento de matrículas da educação especial, chegando a 640 mil, destes matriculados, 61% estão em classe comum.” (2010, p. 312). A cada ano tem aumentado o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação básica.

“É cansativa a jornada do professor, a maioria fica irritado, estressado, perde a voz, entra em depressão, eu controlo muito isso para não acabar com minha voz. Uma colega

minha teve depressão por causa das condições da escola. Nós não somos valorizados” (Ver Anexo I). Este foi um trecho do relato da professora Paula Braga. Durante a pesquisa de campo tivemos inúmeros depoimentos sobre doenças desenvolvidas em virtude das péssimas condições objetivas que se desenvolvem a ação pedagógica, pela sobrecarga em decorrência da extenuante jornada de trabalho, pelo cansaço, pelo desgaste físico e psicológico. “Eu vi muitos colegas meus que pediram exoneração por problemas psicológicos, problemas na família, por estar há muito tempo na educação, por não terem um conforto maior para a esposa e para os filhos.” Relato do professor Jaime Braga concedido para esta pesquisa.

Tais condicionantes geram mal estar docente, desânimo, insatisfação profissional e falta de expectativa. Em que pese esta situação, os condicionantes apresentados, revelam que a saúde e a qualidade de vida do professor, também se constituem como um grande desafio do trabalho docente.

Quanto às perspectivas do trabalho docente, recorreremos à crítica formulada por Paro (2008), de que o professor precisa lutar por melhores condições salariais, por condições verdadeiramente adequadas de trabalho, entretanto, não se deve ficar restrito a esfera corporativa econômica de interesses dos professores. É preciso progredir para uma consciência crítica e política, pela reafirmação de seu objeto de trabalho, concomitante aos interesses populares com vistas à melhoria da educação, por melhores escolas para atender os filhos das classes populares. Em que pese sua importância, se torna imprescindível, que o professorado tome posição diante dos determinantes estruturais mais amplos, tendo em vista que “a realidade social está repleta de contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação social.” (PARO, 2008, p. 19).

Assim, o estímulo à organização da categoria docente aliada à perspectiva da melhoria da qualidade da educação, deve se constituir como força política para mobilizar a categoria e suas reivindicações econômicas para se alcançar maiores níveis de investimentos e ampliação de recursos públicos. Maiores investimentos com vistas à melhoria da educação pública em seu conjunto, ao mesmo tempo, que valorizem o magistério com elevação salarial, com uma política de formação continuada consistente e permanente, com investimento da estrutura física, com aquisição de material pedagógico, mobiliário e equipamentos adequados para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. Por fim, que se invista na melhoria das condições de trabalho do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de tentar desvelar a realidade acerca da precarização da profissionalização docente na rede estadual de ensino, trabalhamos com muitas categorias “a priori”, entretanto, ao longo desta pesquisa emergiram categorias a “posteriori,” o que efetivamente resultou na produção deste trabalho.

A educação, na ordem social capitalista, que transcorre no interior de uma instituição criada para tal, é vista como um elemento essencial no amoldamento da moderna cidadania, da igualdade e da liberdade das massas para serem constituídas como trabalhadores disponíveis, livres para o mercado.

A escola é o local onde se busca o saber historicamente acumulado, organiza-se em seu tempo, em cada época assume as características políticas e econômicas da sociedade. Partindo desta premissa, as transformações estruturais na educação que consolidaram o processo de massificação da escola pública e universalizaram o acesso ao ensino fundamental para os brasileiros, efetivamente, não significaram ensino de qualidade.

Estas transformações são conseqüências das reformas educacionais dos anos 1990, no Brasil, que foram orientadas pelos organismos internacionais, como o FMI, Fundo Monetário internacional, e a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura. Os países pobres e as nações em desenvolvimento com grande concentração populacional deveriam reduzir as desigualdades sociais e a pobreza a partir da expansão da educação básica, sem aumentar os investimentos financeiros, o que representou o aprofundamento da intensificação do trabalho docente.

O processo de proletarização e precarização da profissionalização do trabalho docente não se dá no vazio, por acaso, existe objetividade nesta realidade, disso decorre que é preciso desvelar o que está por trás da aparente realidade.

O trabalho é uma categoria que analisamos ao longo desta pesquisa. É através do trabalho em sua atividade cotidiana que o ser social, ou melhor, o homem e a mulher diferenciam-se dos demais seres vivos. Mas este mesmo trabalho, submetido à ordem do capital se torna alienado, coisificado e reificado. Esta pesquisa se ancorou na tese de que o sistema capitalista redesenhou seu sistema produtivo em um momento da crise de 1970. O Padrão de acumulação fordista deu lugar ao chamado pós-fordismo ou modelo de acumulação flexível. Assim, com a mudança na base material de produção muda-se a materialidade das relações sociais.

O ideário neoliberal nas reformas do Estado defende a perspectiva minimalista e impõe o modelo de auto-regulação da economia sem a intervenção do Estado, redução de financiamentos públicos nas políticas sociais e avançado incremento das privatizações das empresas públicas.

Do ponto de vista das relações trabalhistas o neoliberalismo leva à desregulamentação dessas relações, com a chamada flexibilização dos contratos de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização do trabalho diminuem as exigências legais no que tange ao emprego da força de trabalho, deixando que as relações trabalhistas sejam controladas pelo mercado. Uma das conseqüências práticas disso é o enfraquecimento das organizações trabalhistas de uma forma geral.

Ao longo do processo de realização desta pesquisa, constatou-se objetivamente a confirmação do pressuposto inicial, de que a modernização do sistema produtivo influenciou objetivamente o trabalho docente na sociedade contemporânea. Trata-se da modernização dos sistemas educacionais públicos através de reformas que são, por sua vez, resultantes da modernização do sistema produtivo; como conseqüência, isto tem repercutido de maneira profunda no trabalho docente, tanto no trabalho de professores flexibilizados, quanto no trabalho de professores concursados, aumentando significativamente sua intensificação e precarização. Sob essa ótica, afirma-se que o trabalho docente, no ensino fundamental, é repleto de inúmeros, antigos e novos desafios.

Percebe-se que as recentes mudanças nas políticas educacionais, no âmbito do Estado de Goiás, aumentaram o processo de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente que estava em curso. Lançada em setembro de 2011 e influenciada pelos organismos internacionais como Banco Mundial, UNESCO e OCDE a reforma educacional goiana ou “Pacto pela Educação”, é a concretização de um modelo de intervenção baseado na política neoliberal economicista de educação, o que diminui a proteção social que o estado propicia.

Nesse sentido, a flexibilização está expressa nos contratos temporários de trabalho docente, na subcontratação de funcionários administrativos de apoio pedagógicos, como merendeiras, auxiliar administrativo; isto evidencia um processo de precarização do trabalho na escola pública, baseado na perspectiva das teorias administrativas das empresas privadas, com forte ênfase do modelo toyotista de flexibilização das formas contratuais. Estes trabalhadores são submetidos à instabilidade no vínculo empregatício, pois os contratos temporários podem ser rescindidos a qualquer momento, até mesmo para as professoras grávidas, gerando um mal estar profissional. Ao longo de nossa pesquisa verificamos que em toda rede estadual de ensino de Goiás existem 6.602 professores com contratos temporários,

em uma das unidades educacionais pesquisadas, ou seja, no Colégio Estadual Nazir Safatle, este número chega a 60% do quadro de professores.

Nas duas escolas analisadas ao longo da pesquisa, verificamos que os contratados temporários flexibilizados são mais explorados que os professores concursados, tendo em vista que não possuem as mesmas garantias de direitos, não existe equidade salarial e permanecem durante vários meses sem receber seus proventos. Na maioria dos casos, necessitaram protocolar recurso ou processo administrativo na própria secretaria Estadual de Educação, para que finalmente conseguissem receber seus salários.

As políticas educacionais ancoradas na perspectiva neoliberal e implementadas no Estado de Goiás, aprofundaram a flexibilização do trabalho docente, tendo como consequência uma tensa e conflituosa organização das relações sociais de trabalho. Além do mais, o próprio Governo Estadual tratou de formalizar e institucionalizar a precarização e a sua instabilidade. Assim, o governo estadual, ao institucionalizar a precariedade do trabalho docente busca formas de economizar ou racionalizar os custos do trabalho na gestão do erário público.

A estrutura física das escolas é outro aspecto importante que foi analisado ao longo da pesquisa. Verificou-se que muitas unidades educacionais encontram-se em estado degradante, ainda existem muitas escolas construídas com placas pré-moldadas por todo Estado de Goiás. Estas unidades educacionais não possuem ventilador nas salas, não tem acessibilidade para pessoas com deficiência. E no período vespertino o calor se torna mais intenso, os professores e alunos enfrentam condições precárias para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

A nossa pesquisa também identificou que existe uma grande rotatividade de professores temporários nas unidades educacionais. São trabalhadores que começam a atividade docente em uma determinada escola, mas devido às condicionalidades impostas, como a ausência de remuneração salarial nos primeiros meses de trabalho e o não pagamento de auxílio transporte para os deslocamentos até o local de trabalho, muitos profissionais não permanecem mais do que três meses no ambiente escolar.

Verificou-se no decorrer da pesquisa que o governo estadual investe pouco na formação continuada ou na qualificação profissional, visto que para o quadriênio 2012 a 2015 foram previstos na dotação orçamentária uma estimativa de (R\$ 25.979.613.91), com formação inicial e continuada, presencial e a distância dos profissionais da educação, mas que no ano de 2012 foram gastos apenas trezentos e vinte quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos (324.745,17), o que corresponde apenas 1,25% do valor

estimado, o que evidencia o pouco investimento do Governo do Estado com a formação continuada.

Em uma das unidades educacionais pesquisadas 43% dos professores nunca fizeram qualquer tipo de formação. Outro dado preocupante reside no financiamento destes cursos de formação. No colégio Cruzeiro do Sul, por exemplo, somente 10% dos professores que tiveram formação continuada totalmente financiados pelo poder público.

Nesta pesquisa também constatamos que a reivindicação dos trabalhadores docentes do magistério público de Goiás, do SINTEGO e da confederação nacional dos trabalhadores (CNTE), é de que os docentes deverão lutar pela manutenção do piso salarial, mas com redução da jornada para trinta ou vinte horas semanais e que se garanta 1/3 da jornada para atividades de planejamento, como elaboração de aulas, provas e acompanhamentos.

O sistema capitalista fundamenta-se em contradições e no antagonismo entre capital e trabalho, foi o que constatamos com o processo de proletarização e precarização da profissão docente no Estado de Goiás; em virtude dos baixos salários os professores são submetidos a uma exaustiva jornada de trabalho, tornando-se despossuídos do controle sobre sua própria atividade o que incide na exploração da mais-valia e na alienação do trabalhador em relação ao processo do seu trabalho.

Outro aspecto constatado nessa pesquisa é relativo às condições de trabalho. Os professores têm poucos recursos didáticos e pedagógicos. Não existem bibliotecas apenas salas de leitura, além de elevado número de alunos por turma, espaço físico inadequado e baixa remuneração. Com efeito, estes elementos interferem objetivamente na qualidade do processo ensino aprendizagem desenvolvida nas unidades escolares. Ao fim e ao cabo, a intensificação e a precarização das condições objetivas do trabalho docente, não são resultantes de uma só variável, mas sim de complexas determinações políticas, econômicas, sociais e culturais. Aliada a negligência do Estado para com a escola pública e com o magistério.

O processo de precarização e proletarização do trabalho da categoria professor tem sua viabilidade na adoção, pelo Estado Brasileiro ao modelo político, econômico e social neoliberal, que alcançou as unidades da federação na continuidade dos fundamentos neoliberais na aplicação de suas políticas públicas, o que resultou na intensificação da extorsão de mais-valia absoluta e relativa da categoria docente.

Em suma, a concepção neoliberal que norteia as políticas educacionais em curso em Goiás, gera uma distância entre a escola que temos e a escola desejada pelos profissionais da educação, alunos e pais. Alterar essas condições objetivas impostas é um desafio não só dos profissionais da educação, mas para o conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco, CAPRI, Lúcia, RIBEIRO, Marcus Venício. **História da Sociedade Brasileira**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico S/A. 1981.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. Coleção Mundo do trabalho.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** 7ª edição. São Paulo: Boitempo, 2005. Coleção Mundo do trabalho.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. Coleção polêmicas dos nossos tempos; v. 56.

BERNARDO, João. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

BIANCHETTI, Roberto. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1999. Coleção Questões de Nossa Época.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre instituições escolares: o Método Dialético Marxista de investigação**. Eccos Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 02, p. 351-368, 2005.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2002. Coleção Questões da nossa época.

CAÇÃO, Maria Izaura. **Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista**. Campinas, UNICAMP, 2001. (tese de doutorado).

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil – Leitura Crítico – Compreensiva**. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Goiás. Editora da UFG. 1988.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes; FERNANDES, Marinalva Nunes. **O trabalho docente e as novas configurações no mundo do trabalho: sobre o tempo na educação**. Goiânia: PUC-GO, 2013.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 8ª ed. Campinas, SP: Papiros, 2003.

CIAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio. **A experiência do Trabalho e a Educação Básica**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2002

CORIAT, Benjamim. **Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção.** In: SCHIMITZ, H e CARVALHO, R de Q. (orgs.). Automação, competitividade e trabalho. São Paulo: Hucitec, 1988. 13-61.

COSTA, Márcio. **A educação em tempos de conservadorismo.** In: GENTILLE, Pablo. (org). Pedagogia da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Silvio. **O trabalho como elemento fundante da humanização.** In: Estudos da Universidade Católica de Goiás. V. 22 n.3/5. Dezembro 1996, p. 171- 188.

CURY, Carlos R. Jamil. **Políticas da educação: um convite ao tema.** In: FÁVERO, Osmar, SEMERARO, Giovanni. (Orgs.) Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. 3ª Ed. Petrópolis Vozes, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DOURADO, Luiz Fernando. **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** 2ª ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Gestão Democrática da Escola: Movimentos, Tensões e Desafios.** In: AGUIAR, Márcia Angela, SILVA, Aída Maria. (Orgs.) Retrato da Escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004.

DUARTE, Newton. **A individualidade para si – Contribuição a uma teoria histórico social da formação do indivíduo.** Campinas SP: Autores Associados, 1993.

DUMÉNIL, Gérard; LOWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. **Ler Marx.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente – a sala de aula e a saúde dos professores.** Bauru SP, EDUSC, 1999.

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo.** São Paulo: Hucitec, 1978

FREITAS, Revalino Antônio de. **O professor em Goiás – sociedade e Estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado.** Goiânia, UFG-GO, 2000 (Dissertação de mestrado)

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva.** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 6ª Ed. São Paulo: 2010

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** 3ª Ed. Brasília, Líber Livro Editora, 2010.

GHIRALDELLI, Júnior Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira.** 1ª Edição. Barueri, SP: Editora Manole, 2003.

GODELIER, Maurice. **Condições e formas de produção e de circulação de bens materiais nas sociedades primitivas e rurais**. In: J. COMPANS; S. TORNAY; M. GODELIER. *Antropologia Ciência das Sociedades Primitivas?* Trad. J. Pinto de Andrade. São Paulo: Edições 70, 1971.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Relatório de acompanhamento dos Programas e Ações dos órgãos e entidades públicas do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.transparencia.goias.gov.br/pagina.php?id=686> Acesso em: 08/05/2014

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. O que é Plano Plurianual. Disponível em: <http://www.segplan.go.gov.br/post/ver/115737/o-que-e-o-plano-plurianual-ppa> Acesso em: 08/05/2014

_____. Secretaria de Estado da Educação. Projeto Escola Padrão Século XXI: Arquitetando uma escola para o futuro. Goiânia, 2002.

_____. Relatório de consolidação das ações e programas dos órgãos e entidades. Disponível em: <http://www.transparencia.goias.gov.br/admin/uploaded/VolumeI.pdf> Acesso em: 08/05/2014

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Literatura e Vida Nacional**. 3ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Escritos Políticos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S.A., 1979.

GUIMARÃES, Maria Teresa Canezin, NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Apontamentos sobre a noção de Conhecimento e o Processo de Investigação nas Ciências Humanas**. In: Educativa, Goiânia, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HARNERCKER, Marta. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. São Paulo: Editora Global, 1981.

IANNI, Octavio. **A sociedade Global**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em formação.

LIMA, Antonio Bosco, MUNOZ, Gabriel Humberto. **Estado & Políticas Públicas em tempo de reformas**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008.

LOPES, Eliane M. Teixeira, FILHO, Luciano M. de Farias, VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: Uma Introdução**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. 8ª Ed. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. São Paulo: Difusão Editorial, 1982.

_____. **Manuscritos econômicos – filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006

_____. **Manuscritos econômicos – Filosóficos**. Trad. José Carlos Bruno. Rio de Janeiro, 1978.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: Conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2002.

MESZAROS, Istivan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINAYO, Mª Cecília de Souza (org). **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NILDO, Viana. **Introdução a Sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do Trabalho Docente: Precarização e Flexibilização**. In: Educação. Soc., Campinas: Vol. 25, n 89, p. 1127-1144, Set. /Dez. 2004.

OLIVEIRA, João Ferreira. **Relatório Estadual da Pesquisa – Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil**. NEDESC/UFG, Goiânia, 2010.

OLIVEIRA, Sheila Maria. **Feminismo e luta de Classe**. In: O papel dos movimentos populares. Rio de Janeiro: Ed. Especial, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2008.

RESENDE, Anita C. Azevedo. **Para a Crítica da Subjetividade Reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

ROCHA, Ana. **Trabalhadoras da FAET: Condições de trabalho e sobrecarga doméstica**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012.

SANTOS, Regina Célia P. Batista dos. **A escola pública, o trabalho docente e os professores iniciantes**. USP, 2008. (Tese de doutorado)

SINTEGO, Sindicato dos trabalhadores em Educação de Goiás. **Educação Pública de Qualidade: Valorização Profissional, Financiamento e Gestão**. Congresso Estadual. Goiânia 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11^a Ed. Capinas SP: Autores Associados, 2012. Coleção Educação Contemporânea.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. 1^a ed. – 18 reimpressão – São Paulo: Atlas, 2009.

ULHÔA, Joel Pimentel. **Apontamentos para Reflexão sobre o conceito de problema e sua aplicação em trabalhos acadêmicos**. Artigo (para discussão em sala de aula), Goiânia, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino. **Política Educacional no Brasil – introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.

ANEXOS

ANEXO I

ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

Entrevistador: Carlos Marcelo Martins Carvalho.

ENTREVISTA 01

1. Pergunta: Professora, quantos turnos você trabalha atualmente?

R: Dois turnos, matutino e vespertino.

2. Pergunta: Ao longo de sua profissão, já pensou em desistir da profissão docente?

R: Não em função do meu chamado, do meu amor pela educação.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem, hoje para se tornar um professor?

R: Em parte, em se tratando dos alunos e do espaço que nos temos na Escola. Talvez, eu diria pela segurança, que hoje em dia somos muito ameaçados pela própria liberdade e libertinagem que se dá diante de algumas leis. Por exemplo: da infância, da juventude, tudo isso a gente tem tido na sociedade uma certa libertinagem com isso. E isso tem cerceado o trabalho do professor. O professor já não tem mais a liberdade de agir de uma forma apropriada, até mesmo para ajudar o aluno, que pretende através da educação e espera-se através da educação que se torne um cidadão.

4. Pergunta: A seu ver, a educação deve ter mudanças, e quais mudanças ela deve ter?

R: Sim, devem ter mudanças sim. A partir dessa proposta da pergunta que você fez anteriormente, eu já disse a respeito da segurança. Em nenhum momento, em nenhum estágio da sociedade você encontra-se feliz, por mais que isso seja uma realização pessoal, se você se sente coagido. Em detrimento justamente de você estar lidando com seres humanos, numa parte muito afetiva, porque educação para mim é isso, Existe muito de afetivo na educação, mas ao mesmo tempo você que é educador se vê coagido por leis e pela ação libertina daquelas pessoas que você vai lidar para essa educação, para essa preparação da vida em sociedade.

5. Pergunta: Quando a senhora fala ação libertina, se refere a que?

R: A indisciplina do aluno e a defesa que a lei trás para algumas pequenas infrações. Uma criança de oito anos, por exemplo, que passa a usar drogas, eu não posso tratá-la como alguém com alguns déficits, com alguns problemas no relacionamento pessoal em sala de aula com os demais alunos, muito menos com a minha pessoa. Então isso para mim é uma gravidade muito grande. Veja você, uma criança de oito anos, que é usuário de drogas, é uma criança

que precisa ter um olhar diferenciado. E ela está para a educação assim como a educação está para ela. Logo isso precisava de ser visto pelos nossos legisladores para que se cuide dessas mazelas que ocorrem na sociedade como um todo, e que legisla sabe que acontece. Isso trás o que? Uma criança deficitária, criança problemático em relacionamento interpessoal. Isso é problema para educação e que eu como professor educador não tenho condição e não posso, mesmo tendo certa afinidade pela educação e querendo me aproximar daquele aluno, eu fico privada de agir com aquele aluno, por medo, eu me sinto coagida, eu me sinto temerosa com uma criança de oito anos de idade.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Qual a visão da senhora sobre todo esse processo que foi citado aqui?

R: Bem, é uma visão bem aérea, e bem difícil da gente pontuar cada situação dessas que você colocou aqui, porque é exato isso que nós vivemos em sala de aula e reconhecemos o que você acabou de dizer e reconhecemos que nós temos esses nomes. Mas a solução para isso nós não temos. De tudo isso que você citou agora temos em sala de aula e talvez em todas e até mesmo naqueles que ainda vão surgir nós temos os mesmos problemas que você acabou de citar. A precariedade nós observamos ela como um todo de uma forma aérea e eu penso que um aluno é um sujeito, é um indivíduo e na sua individualidade, ele tem os seus problemas, já, como você bem colocou aí e eu também como individua que faço parte dessa sociedade, da educação, eu também vejo problemas assim porque os mesmos déficits que o meu aluno enfrenta, com seus problemas diários, com seus problemas do dia a dia e isso não pode ser desassociado de dentro da sala de aula, de dentro da educação, porque somos indivíduos de toda essa sociedade e tanto quanto o meu aluno eu também enfrento essas dificuldades e esse déficits. E veja você, se juntos nós estamos dentro de quatro paredes, por assim dizer, imagina isso somado com trinta cinco alunos, quarenta, cinquenta, cinquenta cinco alunos. Então nós temos uma somatória de problemas de cada um desses indivíduos, e quando junta tudo isso num todo, aí nós temos infelizmente, não deveria ser assim, mas nos temos no educador, no caso do professor, ele como o salvador da pátria. Ele como alguém que deva vir e trazer uma proposta que solucione esses trinta cinco, cinquenta problemas, sem considerar que ele também faz parte do processo e ele também é um ser humano, pelo menos é o que deveria ser, e que ele não consegue administrar isso e deixar do lado de fora da sua profissão, do seu profissionalismo os seus déficits, então é algo muito complicado e é algo que se pontuar precisaria de muito tempo para se encontrar o prumo deles e solução, que é o pior, eu creio que ninguém tem, pelo menos não conheço ninguém que tem.

7. Pergunta: A senhora me disse que é contrato temporário. Em relação às condições materiais de trabalho e em relação ao salário, a senhora tem as mesmas oportunidades que o professor efetivo, e as condições de trabalho também são as mesmas?

R: Não, pelo contrário, como temporária eu tenho um contrato onde tanto eu percebi isso, quanto os meus colegas têm reconhecido que trabalho muito. Eu tenho visto o seguinte: Nós trabalhamos a mais e ganhamos bem menos do que aqueles que são efetivos, não só pelo tempo de serviço do efetivo, mas pelas condições que o contrato nos impõe. Por exemplo, se nós tivermos uma determinada carga horária, e os nossos colegas efetivos a mesma carga horária, seus vencimentos serão maiores que o nosso. Eles já possuem direitos conquistados que são somados aos seus salários que é diferente do nosso. Nós temos que trabalhar muito

mais para conseguir uma renda mediana. E isso nos traz um cansaço muito grande e também nos impede de buscarmos uma melhor qualificação profissional. Uma vez que, não temos apoio do governo para buscar essa qualificação para o exercício da docência. Eu confesso a você, estou um pouco desmotivada, porque se você não tem respaldo financeiro e não tem tempo para fazer qualificação é desanimador. Trabalhar em dois turnos, não só na sala de aula, aliás, diga-se de passagem, eu trabalho muito mais fora da sala de aula, porque eu tenho que planejar, eu tenho que antever para trazer. E somando também aos déficits dos alunos, aos problemas pessoais que seu alunado está sofrendo, quer dizer, você trabalha dobrado e não recebe sequer aquilo que seria o equivalente a estar em sala de aula, que seria o mínimo. Então eu creio que não condiz, é totalmente desproporcional o contrato temporário e o contrato efetivo, é totalmente diferente

8. Pergunta: Quando a senhora diz que trabalha mais, em que condições se dão à essas questões de trabalhar mais, onde efetivamente que o contrato trabalha mais que o efetivo?

R: Por exemplo, o professor efetivo que trabalha aí em média de trinta horas semanais, trinta horas/sala de aula, trinta horas semanais e o contrato que trabalha quarenta e duas horas semanais, ele vai ter o salário bem inferior, em torno de uns 50% aproximado, daquele que é efetivo e trabalha trinta horas semanais. Então aí está, é gritante mesmo, é desproporcional os valores do contrato temporário e de um efetivo.

ENTREVISTA 02

1. Pergunta: Professor quantos turnos o senhor trabalha atualmente?

R: Atualmente eu trabalho em dois turnos.

2. Pergunta: O senhor já pensou em desistir da profissão de docente, em algum momento da sua vida, da sua carreira docente?

R: Sim, às vezes a cada dois, três anos, você acaba tendo uma crise e pensa vou largar tudo. Então, apesar de gostar, eu acho que tem muito problema na educação que acaba te jogando para fora dela.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Não, se tem condições precárias no sentido de, às vezes nossa escola tem muita condição material, mas, por exemplo, o laboratório de informática não está ativado, já há um problema de pesquisa, às vezes não tem como você adquirir um livro, para o aluno ler, para a didática, como é caso da minha área de estudo. Também, outro problema que eu vejo, em termos de condições é que às vezes para eu preparar uma aula melhor, eu preciso de mais tempo, tempo que às vezes eu gasto dentro da sala de aula, que eu poderia estar aqui me preparando. Então eu tenho que pegar muita aula para ter um salário suficiente.

4. Pergunta: A seu ver deveria haver mudanças na educação, e caso haja mudanças, quais seriam essas mudanças necessárias?

R: Na minha visão em termos de mudança, tem que ter mudança, mas eu acho que se faz errado, se começa de cima para baixo, começa a se mudar pela universidade, como por

exemplo, as cotas para a escola pública para a universidade, sendo que o problema vem do fundamental. O menino tem uma alfabetização precária, um conhecimento matemático precário, ele chega ao ensino médio totalmente despreparado para o ensino médio e não se muda isso, criar vagas para o aluno em vez de dar condições para ele competir de verdade, é como se falasse assim: o aluno de escola pública nunca vai conseguir competir, vamos dar um jeito de ele entrar na universidade pública. Sendo que se tivesse um investimento legal em educação, principalmente básica, a exemplo de países de 1º mundo onde o professor de ensino fundamental básico ele é o mais valorizado, para atrair os melhores profissionais para essa área. Por quê? Porque o aluno chega alfabetizado. Ter programas que realmente funcionem para reforço, porque o que nós temos é paliativo, não funcionam. O menino vai para o contra turno pegar o reforço, reforço com quem? É um profissional preparado para esse reforço? Por exemplo, na Coreia, eu estava lendo, o profissional que dá o reforço é tão qualificado quanto o professor que chega lá. Então você dá um reforço que realmente não funciona e acaba que o aluno não aprende de verdade, mas você finge que aconteceu.

5. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Qual a sua visão sobre esse processo?

R: O acesso à educação realmente tem que ser democrático, só que, uma coisa é você dar um acesso democrático e a outra é dar uma qualidade necessária para esse aluno. Não adianta ter cinquenta salas de aula e não ter os cinquenta profissionais qualificados para entrar nessas salas de aula. O outro problema nessa massificação é o aluno que tem condições diferentes, por exemplo, ele tem necessidades diferentes, ele vai ser bem suprido? Porque no meio de cinquenta alunos eu sei que eu tenho um aluno especial, mas eu não vou ter como parar a minha aula para dar assistência para um aluno especial para depois eu voltar a minha aula. Porque uma coisa é você ter um professor de apoio, o professor de apoio ajuda, mas quem tem que ensinar é eu.

6. Pergunta: O senhor tem esse professor atualmente?

R: Hoje já tem alguns professores de apoio em sala de aula, por exemplo, eu tenho uma professora de apoio que eu tenho de manhã, que eu sou coordenador, ela supriu quatro alunos e são quatro alunos em duas salas diferentes. Então, um dia ela fica numa sala com duas, outro dia com outras duas. Então não vejo uma efetividade nisso, os únicos alunos que realmente tem um professor de apoio exclusivo, são os alunos que são surdos e mudos, esses tem o professor o tempo todo. Mas no caso das outras necessidades especiais, ele tem que ter um revezamento.

7. Pergunta: Quanto aos salários, atualmente o senhor está satisfeito com o salário que o senhor recebe? O senhor acha que ele está à altura das funções que o senhor desempenha?

R: Não, se a gente comparar com outros profissionais que tem a mesma formação da gente, o nosso salário é muito aquém, como por exemplo, um engenheiro ganha muito mais e às vezes tem a mesma formação, ou seja, passa por um banco de universidade e é graduado e é muito mais valorizado. Sendo que quem vai preparar o aluno para chegar lá somos nós professores. Então há uma desvalorização sim. Se você pensar bem o professor hoje não é mais classe média. Seus salários estão cada vez mais baixos. Então o professor tem que pegar muita aula,

o que deixa a qualidade a desejar, ou seja, o professor vai corrigir duzentos trabalhos, ele vai corrigir realmente do jeito que deve ser corrigido ao invés de corrigir cinquenta? Ele tem o mesmo tempo para corrigir duzentos, qual vai ser mais bem corrigido? Logicamente é o que tem cinquenta. Então eu sempre defendo o seguinte, se eu ganhasse melhor por menos tempo de trabalho, se eu ganhasse pelo menos o que ganho hoje para trabalhar muito menos, eu poderia ser um professor de melhor qualidade. Eu me esforço para ser, mas se eu tivesse mais tempo para ler, para me preparar, para fazer uma pós-graduação, eu acho que daria aulas melhores.

ENTREVISTA 03

1. Pergunta: Professor quantos turnos o senhor trabalha?

R: Eu trabalho por dois turnos. Cedo e a tarde.

2. Pergunta: O senhor já pensou em desistir da profissão docente?

R: Para ser sincero, para falar a verdade ainda não.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo de ensino e aprendizagem na realidade em que o senhor se encontra hoje?

R: Elas poderiam ser melhores. Poderiam ter uma forma de apresentar, suprir as expectativas de nós docentes de maneira que nós pudéssemos oferecer aos estudantes, um desenvolvimento, um conhecimento, uma experiência maior do meu ponto de vista.

4. Pergunta: Gostaria que o senhor citasse para nós três motivos de não ser um professor hoje, caso o senhor tenha?

R: Uma delas é a falta constante de valorização dos governos que nós temos enfrentado, vamos dizer, nessas três últimas décadas. O outro motivo é a falta de conscientização da família, da sociedade, com relação à falta do profissional da educação que não faz, não tem feito, mas eu creio que fará para a sociedade. E o outro, na verdade é uma conscientização do corpo docente em harmonizar a categoria para lutar em favor da sua carreira. Vejamos, eu penso que o corpo docente em termos de reação contra as políticas públicas com relação à educação, fosse mais condizente, mais firme, mais harmoniosa, com relação as políticas que tem agido contra essa categoria, vamos dizer assim essa classe que é tão sustentada pela esperança, pelo ânimo.

5. Pergunta: A seu ver, deveria haver mudanças na educação? Quais mudanças seriam essas?

R: Deve haver mudanças e essas mudanças e tem que ser urgente, Primeiro, hoje a sociedade espera muito da educação, da escola pública, e a escola pública tornou-se um lugar para amparar e suportar as mazelas da sociedade. Essa sociedade que é sufocada pelas políticas que nós temos em nosso país. Então à medida que a escola, ela começa a sofrer mudanças em termos de ensino, em termos de disciplina, em termos de valorização, certamente aqueles que ali estão inseridos não só o docente, quanto o corpo discente, eles vão ter uma reação contrária aquilo que realmente alguns governantes querem de certa forma fazer de modo ruim

para essa própria escola, própria sociedade, então essas mudanças devem acontecer e eu penso que elas devam acontecer surgindo nas cabeças pensantes que nós temos, sindicatos, grupos de professores que lêem mais, são mais inseridos nessas mudanças tecnológicas, dessas manobras políticas. Então precisa haver mudanças. E essa mudança ela precisa ser urgente para que haja uma escola competitiva, escola compatível, uma classe de estudantes realmente atentos a novas tecnologias, novas modalidades de ensino, de produção. Então essa, no meu ponto de vista, essa mudança precisa acontecer o mais breve, mais urgente possível.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Qual a visão do senhor sobre esse processo?

R: Esse processo, formalizado pelos governos atuais que nós temos, não tende a melhorar a qualidade de ensino em nosso país. Porém, nós podemos visualizar por outros ângulos, por outras políticas públicas de países desenvolvidos que, por exemplo, uma sala com número compatível, vinte cinco, trinta alunos no máximo, traria aos mesmos uma condição, um ambiente melhor de ensino e aprendizagem tanto quanto para o professor. A tentativa de uns governos, por exemplo, massificar as escolas, sobrecarregar ou tumultuar a sala de aula com um número estridente, vai trazer um retrocesso. Porque quanto maior o número de alunos por sala de aula, com a falta de uma estrutura física adequada, menor vai ser a probabilidade de aprendizado desse aluno e menos conforto o profissional vai sentido no decorrer da sua caminhada, tornando cada vez mais o que nós temos visto pouco divulgado, caso de professores sendo internados com problemas, atormentados, vai dizer assim com tanto barulho, com tanta desordem, não por falta do planejamento escolar interno, mas por essa imposição numérica em lançar para as escolas achando o governo que seria o resultado da educação no Brasil. Por isso o resultado negativo da educação no Brasil seria quanto maior o número de alunos em sala, talvez tentando o governo, o resultado não ter crianças na rua ou corresponder aos investidores exteriores de que o Brasil está na verdade correspondendo com a sua população em colocá-los dentro da escola. Eu penso que se houver uma modificação nesse pensamento e na prática desse pensamento, talvez a escola seja mais bem vista e melhor desenvolvida. Eu penso dessa forma.

ENTREVISTA 04

1. Pergunta: Professora quantos turnos você trabalha?

R: Dois turnos.

2. Pergunta: Já pensou em desistir da profissão docente?

R: Não.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Sim.

4. Pergunta: Cite três motivos para não se tornar um professor hoje. Você teria esses motivos?

R: Para não ser professor, primeiro, se ele não gostar do que faz só se faz aquilo que gosta. Se ele quer ser rico e se ele também não tiver interesse para não continuar a aprender, aí ele não pode ser professor.

5. Pergunta: A seu ver deveria haver mudanças na educação, caso haja, quais seriam essas mudanças?

R: Mais valorização do professor, no sentido da gente ter mais direitos, as escolas deveriam ser mais autônomas, ter suas normas, regras e respeitar mais o professor pela sociedade, pelo ministério da educação, pelo governo, muitas decisões são tomadas aqui na escola e não são levadas adiante por barrar em leis que parecem que não foram feitas para a educação.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Qual a visão da senhora em relação a todo esse processo?

R: Difícil, porque eu acho que o professor deveria trabalhar exclusivamente para uma instituição somente, no meu caso mesmo, eu trabalho para duas instituições específicas, no estado e no município de Aparecida de Goiânia. Em que as realidades se tornam bem diferentes, lógico, tem momentos ótimos, pois estamos lidando com alunos e professores, educadores de um modo geral, pessoal da limpeza, secretária, converso com os pais. Mas a rede em si é diferente. Então o desgaste físico e psicológico é muito grande. Você quer produzir, fazer algo diferente, em prol da comunidade e não consegue pela ausência de tempo, pelo excesso de cansaço e pela falta de motivação.

7. Pergunta: Professora, a senhora acha que hoje acaba exercendo para além das suas atividades obrigatórias, outras atividades? Como por exemplo, ter que atender a algum aluno que tem algum problema familiar, ter que atender aos pais, a senhora acha que o professor acaba tendo uma sobrecarga para além das horas em sala de aula?

R: Sim, eu acho que acabamos sendo médico, advogado, engenheiro, todas essas profissões, porque a gente forma esses profissionais. Eu acho que a gente deve sim fazer esse papel, mas dentro de um limite. É ele que vai ter que detectar o primeiro sinal da dificuldade do aluno, mas não é ele quem deveria resolver esse problema, deveria ter outros profissionais dentro da escola, que fosse por região, que realmente funcionasse esses profissionais, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeira, médico da família, mas que realmente atuasse na comunidade e não ficar fazendo visitas esporádicas ou simplesmente por ser o professor você ter que resolver tudo.

8. Pergunta: Qual é a diferença do contrato temporário para o professor efetivo e se o contrato temporário tem uma jornada de trabalho mais exaustiva, se o salário é diferenciado, se a senhora puder fazer uma avaliação desse processo.

R: O salário do contrato ele é diferenciado, mas da mesma forma para o efetivo ele tem os seus níveis, para pessoa que concluiu o curso, para quem não concluiu, e para quem tem mestrado. Isso também ocorre para os efetivos, a diferença realmente existe, de valores, mas

no Estado o efetivo também tem essas graduações, de acordo com a graduação que você tem. Mas a carga horária é igual, o valor do salário é diferente, mas a carga horária é a mesma. Em valores reais, eu não sei te falar agora o valor exato, mas há diferença em valores reais. Um professor que ganha por vinte horas contrato e um efetivo tem valores diferentes. Assim como no Estado tem valores diferentes para quem é professor há um ano, há dois, há três. Assim sucessivamente.

9. Pergunta: Você acha que o contrato ele é mais precarizado do ponto de vista da segurança, do que o professor efetivo?

R: Realmente o contrato não tem essa segurança, porque esse contrato hoje em dia é válido apenas por um ano, e esse ano nem chega a ser exatamente os doze meses, mas na verdade ele acaba sendo apenas o ano letivo. Se a pessoa começar em janeiro ele vinda em dezembro, então ele não acaba sendo doze meses.

10. Pergunta: Tem garantia dos direitos, décimo terceiro, férias?

R: Eu não tenho direito as férias e nem ao décimo terceiro também. Eu não tenho certeza, porque algumas coisas a gente só vai ficar sabendo quando findar o contrato. O certo é que a gente tem desconto como os demais e não tem todos os benefícios, mas tem desconto como os efetivos.

ENTREVISTA 05

1. Pergunta: Com quantos turnos você trabalha?

R: Dois.

2. Pergunta: Você já pensou em desistir da profissão docente?

R: Embora eu esteja no início, às vezes.

3. Pergunta: Mesmo estando no início, o que levou a senhora a pensar em desistir da profissão docente?

R: Eu acho que a falta de visão dos alunos em de fato saber o que é educação, porque eles estão na escola e o que isso vai acarretar para eles futuramente.

4. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho atualmente são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Em parte, porque depende muito da escola. Essa escola é uma escola razoavelmente equipada, mas a outra escola nem tanto. Então eu acho que isso é em parte, depende da escola, da região do bairro, mas, sim é bom.

5. Pergunta: Gostaria que a senhora citasse dois ou três motivos para não ser professor hoje. Se é que você tem?

R: Eu acho que um eu até já disse, porque o meu problema, na verdade isso me deixa diretamente triste é a falta de visão dos alunos e essa questão de social e econômico, porque

isto está diretamente ligado. Então como eles já vêm de uma cultura que não tem muita coisa, e que já começam a pensar que não será muita coisa e acabam não entendendo o que é esse processo de educação, eu falo a nível intelectual já que eles não conseguem entender nem esse aqui intelectual, não significa que eles não tenham a base de educação que deveriam ter. Então esse é um dos motivos, para mim esse é o primordial. E é uma coisa assim que para mim é o principal e o que gera todos os outros, porque o aluno vem para a escola obrigado. N coisas, mas na verdade para mim é o principal o social e o econômico. É eles não compreenderem porque ter educação, porque estão na escola, porque eles precisam estar na escola.

6. Pergunta: A seu ver deveria haver mudanças na educação, caso haja, quais são essas mudanças?

R: Com certeza, deve haver mudanças na educação, porque enquanto a educação for vista por obrigação e não por uma compreensão do que de fato ela é, de que ela abre portas, abre caminhos, abre mundo, aliás, te leva a outros mundos, eu acho que enquanto o aluno não começar a entender e a ver que isso é educação e para isso é o conhecimento, eu acho que vai chegar ao fracasso. Então é isso que eu penso.

7. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Qual a visão em relação a todo esse processo?

R: Essa pergunta é tão complexa que ela acaba englobando o que eu já havia dito, o meu pensamento é que quando você não tem a base necessária vai se construindo de qualquer forma, qualquer que seja a base vai se construindo em cima daquilo, na verdade é que quando chega lá em cima é que vai ficar claro essa questão.

ENTREVISTA 06

1. Pergunta: Quantos turnos a senhora trabalha?

R: Dois turnos.

2. Pergunta: Em algum momento a senhora já pensou em desistir da profissão docente?

R: Não.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais do trabalho atualmente são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem?

R: De certa forma sim, não apropriadas, mas ainda falta muita coisa para que seja um processo satisfatório mesmo.

4. Pergunta: As condições efetivas e materiais do trabalho atualmente são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Primeiro ele não deve pensar na profissão de professor como uma profissão qualquer que ele fale assim “há eu não estou fazendo nada eu vou ser professor”, porque não é assim. Ele

tem que gostar, tem que ser nato dele, não é uma coisa assim “ não, é um concurso público que eu vou fazer, para ter estabilidade” porque ele vai enfrentar diversos desafios e pode ser que ele não consiga chegar até o final, ter uma carreira de verdade. Então o primeiro motivo é esse, ele tem que realmente amar essa profissão, Segundo, se ele não for assim tão disposto a mudanças, a ser aberto para outras coisas, se preparar e tudo, é melhor não entrar. E acho que ele precisa ter coragem, quanto a isso, porque ele vai enfrentar uma realidade difícil, sistema, país, sociedade, alunos, que são diversificados. Não tem um aluno ideal, esse modelo é utopia, não tem uma escola ideal, também é utopia. Então ele tem que ter coragem para enfrentar a realidade. É isso.

5. Pergunta: A seu ver deveria haver mudanças na educação? Caso haja essas mudanças, quais seriam as mudanças que a senhora acha que deveriam ser realizadas?

R: Tem muitas mudanças para serem realizadas. Primeiro, a valorização mesmo da escola em si, não necessariamente só a valorização da questão salarial. Mas a valorização da escola. Como você pode verificar essa escola tem um espaço enorme, aonde o governo poderia investir em questão de esporte, ampliar a quadra de esporte, oferecer cursos para os alunos mesmos. E uma série de outras mudanças. Uma valorização maior da educação. Por causa que todas as mudanças estão resumidas nisso, valorizar a educação, que é o único meio de uma sociedade seguir em frente e progredir. Muitas são as mudanças mesmo, na questão da estrutura física, na valorização do profissional, valorização dos alunos também.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: o aumento de alunos na sala de aula, condições inadequadas para o funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. O que você acha de todos esses elementos que foram colocados aqui, como a senhora vê todo esse processo enquanto profissional docente?

R: Tudo isso contribui para o processo de ensino e aprendizagem, uma das coisas que influenciam muito é o excesso de teorias, não se olha muito para a realidade da escola, da comunidade em si. Elaborasse teorias e muitas vezes a escola não consegue. Baixos salários realmente contribuem bastante para a precarização, porque o professor só tem uma carga excessiva, porque se ele não tiver, ele não vai conseguir sobreviver, não vai conseguir ter uma qualidade de vida. Sessenta horas por semana é muita coisa, porque você não conta só na hora que você está na escola, você conta que sessenta horas são muitas turmas, são muitas avaliações para corrigir, muitas atividades para preparar. Muitas vezes o professor tem que ficar a noite toda trabalhando em cima do livro, principalmente quando está perto das avaliações. Implica em afastar de coisas importantes, família, lazer, que todo ser humano precisa. E conseqüentemente na falta de capacitação profissional, porque se você tem uma carga de sessenta horas, você precisa achar um tempo para fazer cursos e nem sempre é possível. Isso contribui para que você não seja aquele profissional que deveria ser. O stress da sala de aula é muito grande, não é uma coisa simples. Você lida ali com todo tipo de aluno, todo tipo de problema, problema existencial, problema de família, problema de aprendizado. Você tem que estar super preparado, tem que estar capacitado. Hoje o professor lida muito com a questão de aluno com necessidades especiais, está chegando à escola pública esse público em grande quantidade, mas faltam profissionais capacitados para poder lidar com estas pessoas.

7. Pergunta: Quando a senhora fala que faltam profissionais, a senhora fala só os profissionais da educação ou seriam outros profissionais que iriam colaborar também, é nesse sentido que a senhora disse?

R: Os dois, porque existem os profissionais por exemplo, numa classe que tem pessoas com problemas auditivos, não temos um monitor aqui, uma professora que está amparando este aluno. Mas por exemplo, um aluno meu que tem surdez ele não aceita a monitora, ele quer fazer a leitura labial.

8. Pergunta: A monitora é concursada?

R: Não, ela é contrato. Então assim ele não aceita a deficiência, ele não que a monitora, ela fica na sala de aula, mas ele não senta próximo a ela. E ela tem que ter toda aquela psicologia para não espantar ele da escola. Ele quer a aula do professor, então, se o profissional, por exemplo, tivesse libras, a língua de sinais ou soubesse comunicar com esse aluno, não haveria nem tanto a necessidade de um monitor. Monitor sim, ele é importante, ele ajuda individualmente aquele aluno, mas o professor também teria estar capacitado para isso, porque são alunos que tem um processo emocional diferente, um aprendizado mais lento, então você vai ter que aprender a lidar com isso, então ele tem que se capacitar também. E muitas vezes não tem como.

9. Pergunta: A senhora acha que hoje os profissionais da educação, o professor não passa por uma sobre carga, tendo que executar outras funções que não são suas atribuições? Por exemplo, ter que atender um aluno que tem problema social e ter que atender uma série de outras questões que acabam saindo além da sua profissão como professor?

R: Sim, o que mais você percebe hoje na escola é o professor diante de problemas familiares, problemas sociais, e ele têm que tentar entrar no universo desse aluno. Por exemplo, voltando na realidade, eu tenho alunos que não dão abertura para você chegar e conversar com ele vê o porquê ele está tendo determinado comportamento. Eu tenho um aluno que eu não consigo chegar até ele, porque ele é muito sério, calado, ele não sei exatamente quando ele está aprendendo ou não, exceto quando ocorrem as avaliações bimestrais. Ele não fala, então a gente tem que estar sempre observando o comportamento dele, as modificações. Um dia está mais triste, outro dia mais alegre, tudo isso contribui, se ele brigar na rua, se ele brigar com a família, se o pai é alcoólatra, se não tem tanta atenção e tudo mais isso vai refletir dentro da sala de aula. Então é importante que você o conheça, pelo menos o básico. Porque hoje o professor, ele atua como psicólogo, ele atua como pai e mãe. Acontece muito de alunas irem conversar comigo antes de conversar com a mãe e falar “olha eu estou grávida o que eu faço? Como que eu vou falar com a minha mãe?”. Existem inúmeros casos dessa natureza. Alunos que são super ativos, produtivos e de repente eles caem, ele não caiu por acaso, a gente tem que ir atrás saber. E nessa hora que a gente acaba se envolvendo muito com os alunos. Eles buscam no professor aquele amparo que ele não teve dentro da família ou na rua. Minha caixa de e-mail está sempre lotada, alunos que conversam comigo até de madrugada. A minha vida está ficando em torno dos alunos mesmo. Tem aluno que chega e diz “tô triste porque morreu fulano de tal, morreu meu cachorro”, então tudo isso acaba influenciado na sala de aula.

ENTREVISTA 07

1. Pergunta: Professor quantos turnos o senhor trabalha atualmente?

R: Só vespertino.

2. Pergunta: A senhora trabalha quantas horas diariamente, quantas aulas horas a senhora têm?

R: Diariamente seis horas, seis aulas.

3. Pergunta: Em algum momento a senhora pensou em desistir da profissão docente ao longo dos trinta anos?

R: Já.

4. Pergunta: Quais os motivos que levaram?

R: Rebeldia de alunos, recentemente riscaram vários carros de professor de coordenador aqui, E também a falta de compromisso dos pais que jogam os alunos só pra escola né, a escola é tudo, é pai é psicólogo é tudo.

5. Pergunta: As condições efetivas e materiais do trabalho atualmente são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem na realidade de hoje?

R: Eu acho que nossa escola aqui é muito beneficiada, mas deixa muito a desejar.

6. Pergunta: Gostaria que a senhora citasse três motivos para uma pessoa não ser professor hoje, caso a senhora tenha esses três motivos?

R: Primeiro salário, segundo segurança e terceiro o acúmulo aquele que comentei com você, do pai querer jogar a toda responsabilidade do filho pra você. Esses seriam os três principais motivos.

7. Pergunta: A seu ver, deveria haver mudanças na educação, quais mudanças seriam essas?

R: Muitas. Primeiro o salário mesmo o professor seria um pouco mais valorizado, segundo os problemas de segurança que estamos vendo no país inteiro, o terceiro que eu não sei nem como resolver seria o problema do pai, trazer o pai para a escola, que já tentamos isso várias vezes e não conseguimos.

8. Pergunta: Quando a senhora fala segurança a senhora fala do ponto de vista da integridade física do professor é isso?

R: Sim, inclusive aqui no colégio já aconteceu de aluno ameaçar o professor, o professor sair as vezes até escondido porque o aluno ameaçou, então é essa mudança mesmo.

9. Pergunta: A senhora já passou por uma situação como essa?

R: Não, graças a Deus não.

10. Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esse elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Eu acho que tudo isso, o resultado é o que estamos vendo ai, alunos que chegam até o ensino médio sem saber ler. Vamos por parte, quando você falou de muitos alunos em sala de aula, quando são alunos disciplinados mas por exemplo mas no nosso caso aqui não tem um pingão de disciplina, são alunos assim rebeldes, rebeldes mesmo, quer dizer, trabalhar com 35 alunos não é fácil, você vê o resultado também não é satisfatório.

11. Pergunta: E também falei da questão dos baixos salários o que acha?

R: Baixo salário também, eu te pergunto. Se você lá na universidade você dá uma aula você ganha bem mais que nós, lógico que você já é motivado a dar uma aula não é. Por mais que você queira se recebe mal ele deixa em casa problemas em casa isso tudo influi muito na sala de aula não influi?

12. Pergunta: E em relação a questão da sobrecarga de trabalho?

R: Também, eu por exemplo, não tenho uma sobre carga, mas vejo muitos aqui que tem muitas, quarenta e cinco aulas, impossível né a pessoa, dentro de sala de aula. Você acha que é possível uma pessoa dar uma boa aula nessas condições? Não. E por que dão? Por necessidade não é porque querem é por necessidade.

13. Pergunta: O que a senhora acha dessa questão do trabalho do profissional da educação, aliás, que um professor ele acaba tendo que desempenhar para além das suas funções. Por exemplo, questão psicológica e vários outros elementos, isso também não trás uma precarização do trabalho de vocês e uma sobre carga?

R: Lógico, e as vezes você leva até pra casa um problema de um aluno que é tão grave, eu aqui por exemplo, já tive de observar que um aluno não vem a aula porque não tinha dinheiro para pagar o ônibus, sabe, o outro o pai é drogado então quer dizer, tudo isso agente carrega também ninguém consegue separar.

ENTREVISTA 08

1. Pergunta: Professora, atualmente em quantos turnos a senhora trabalha?

R: Atualmente eu trabalho em dois turnos, matutino e vespertino.

2. Pergunta: Em algum momento na profissão da senhora, já pensou em desistir da profissão docente?

R: Olha, com todos os conflitos que tem na educação eu gosto da minha profissão, não pensei em desistir.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho atualmente são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Eu acho que deixa a desejar, tem que ser feito muito investimento na educação espaço físico, mais assim investimentos no aluno no professor, em todos aspectos faltam investimentos.

4. Pergunta: Gostaria que a senhora citasse para mim pelo menos três motivos para a pessoa não ser um professor, caso a senhora tenha esses motivos?

R: Olha pelo que estou vendo, pela realidade que agente vive, começa pelo financeiro, as pessoas acham assim, estudou tanto tempo, dedicou tanto tempo e o financeiro não compensa, começa por ai. Ai o professor pra ter um salário mais ou menos digno ele tem que estar dobrando tudo ter uma sobre carga então isso ai começa por ai. E também a desvalorização social que o professor está tendo parece que antes ser professor era status, hoje em dia.

5. Pergunta: A senhora acredita que está tempo uma sobre carga de trabalho?

R: Eu acredito.

6. Pergunta: Quantos diários a senhora têm?

R: Trinta. Trinta diários que eu dou aula de sociologia e é um diário por turma porque tem uma aula por semana em cada turma, então, pra ter uma carga horária de quarenta e duas aulas.

7. Pergunta: Quantos alunos a senhora tem em média, se a senhora fosse contar fazer o cálculo quantos alunos a senhora tem?

R: Eu acho que devo ter mais de mil alunos.

8. Pergunta: São mais de mil provas?

R: Mais de mil provas, isso ai estou te falando que cada sala tem que ter no mínimo quatro avaliações entendeu? Então agente tem que ter uma disciplina e uma organização planejamento astronômico pra não deixar passar.

9. Pergunta: Então a senhora tem que aplicar quatro mil provas em média?

R: Com certeza, em média é uma sobre carga pra ter um salário que assim, não é compatível com o trabalho que você faz.

10. Pergunta: A seu ver deveria haver mudançana educação, e quais essas mudanças?

R: Olha, eu acho que começa pela valorização do professor, pela valorização salarial do professor e também pela formação, e atualização eu tenho pavor quando eles falam assim, professor tem que reciclar o que recicla é lixo, o professor tem que se atualizar não reciclar entende? Ele tem que fazer exame tem que estar buscando e atualmente com esse salário o professor não tem nem tempo de ler um livro, entendeu? Então o professor precisa de tempo para ele pesquisar, para ele ler, para ele buscar se atualizar no ramo de tecnologia porque a tecnologia está ai, e tem professor que não sabe nem mexer no computador porque não tem tempo.

11. Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esse elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Olha, eu acho que voltando para aquilo que falei, começa pela motivação tanto do professor como do aluno, o professor atualmente está trabalhando muito sobre pressão, tanta cobrança que está complicado e investimento, tem que ter investimento na educação tem que ter valorização, tem que ter mais condições do professor trabalhar principalmente para as tecnologias que estão aí, e a telefonia, computação, professor tem que ter acesso a isso, e ele tem que ter tempo para pesquisar, ele tem que trabalhar por motivação não sobre pressão.

12. Pergunta: Hoje nós sabemos que existem outros elementos que o professor acaba tendo que também administrar para além das suas atribuições. Como por exemplo, o aspecto psicológico, como o aspecto cognitivo, que não é necessariamente uma atribuição do professor. A senhora acha que essas outras atribuições a mais que ele assume acaba também influenciando nessa precarização do trabalho docente?

R: Eu acho que a família delegou muita coisa para a escola, a educação, o limite, então você enfrenta muito indisciplina, você enfrenta agressão na sala de aula, isso dá um desgaste total para o professor. Então eu acho que na escola deveria ter.... A educação deveria vir de casa, ministrada pelos pais, e o professor deveria o que? Ministar o conhecimento acadêmico. E agora o professor tem que ser psicólogo, tem que ser pai, tem que ser mãe, tem que ser médico, tudo, psicopedagogo, está complicado. E também tem a questão da inclusão, que agora tem a inclusão e às vezes o professor não está nem preparado para receber aquele aluno da inclusão, quer dizer, mais uma atribuição para o professor.

13. Pergunta: Professora a senhora gostaria de fazer algum comentário?

R: Bem, o que eu gostaria é o seguinte, que os professores fossem valorizados, que houvesse mais investimentos na educação, porque, vou usar aqui o pensamento de Paulo Freire “*A educação não muda o mundo, mas sem ela tampouco o mundo muda*” outro pensador fala assim, que a educação é cara, mais cara é a falta dela é muito mais cara para o cidadão.

ENTREVISTA 09

1. Pergunta: Professora, em quantos turnos a senhora trabalha atualmente?

R: Matutino e vespertino.

2. Pergunta: O período noturno a senhora também utiliza para fazer correção de trabalho?

R: Com certeza, pois é o único tempo que a gente tem.

3. Pergunta: A senhora já pensou em desistir da profissão de docente?

R: Não, porque eu amo essa profissão.

4. Pergunta: Mesmo com todos os desafios?

R: Mesmo com todos os desafios. Eu me realizo através da aula, ficar no meio dos meninos.

5. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho, atualmente, são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem?

R: Não, porque precisa de muita coisa ainda.

6. Pergunta: Quais as coisas que a senhora acha que precisam melhorar?

R: Participação da família, dos pais na escola, interesse do aluno, que eles estão muito desinteressados. Principalmente, os pais na escola, para mim é o principal. Porque se os pais participassem mais, os filhos desses pais que estão aí trabalhando para eles serem alguém na vida.

7. Pergunta: Eu gostaria que a senhora citasse pelo menos três motivos para uma pessoa hoje não ser um professor. Não se tornar um professor, se a senhora tem esses três motivos?

R: Para ela não se tornar um professor, o salário não compensa, trabalha muito, e tem que gostar, porque se você não gostar não tem como. Importante não é nem tanto o salário, é gostar do que está fazendo.

8. Pergunta: A seu ver, deveria haver mudanças na educação, quais mudanças são essas?

R: A gente trabalhar menos, a carga horária mínima e a gente ganhar mais um pouquinho. Porque a gente trabalha muito, no final do mês aquele trabalho que você vê que ocupa muito ganha pouco. Mas pelo menos está pingando, tá pouco mas está vindo todo mês, diminuir mais os alunos na sala de aula para o rendimento ser melhor, seria melhor no atendimento ao aluno, ele aprenderia mais, a gente envolvia mais com os alunos, porque a sala tem trinta aluno e são muitos.

9. Pergunta: Como a senhora vê esse processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esse elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Eu acho que deveriam com um pouquinho de carinho para a educação, que a educação seria melhor, porque se você pensar no desgaste que o professor tem e desgaste também dos alunos. Em primeiro lugar o professor tem que conhecer bem o seu aluno, e a sala cheia, você não tem como conhecer todas as dificuldades dos seus alunos. Eu tento que conhecer meus alunos antes de analisar, de falar dele, eu tento que buscar um pouquinho dele, você entra na sala de aula são muitos alunos, mas você tem que conhecê-los melhor. Com esse tempo é cansativo a jornada do professor, a maioria fica irritado, estressado, perde a voz, entram em depressão, eu controlo muito isso para não acabar com minha voz. Uma colega minha teve depressão por causa das condições da escola. Nos não somos valorizados.

10. Pergunta: Quantos diários a senhora tem?

R: São vinte dois diários.

11. Pergunta: A senhora já tentou fazer uma média de quantos alunos tem no total?

R: Eu dou aula em nove salas de manhã, a tarde eu dou em seis salas, e cada sala tem trinta e cinco alunos, quarenta alunos. Seiscentos alunos.

12. Pergunta: Então a senhora tem que corrigir seiscentas provas?

R: Com certeza, são quatro provas por aluno.

13. Pergunta: São quatro provas por aluno, seiscentos alunos, então são duas mil e quatrocentas atividades cada semestre? A senhora acha que representa uma sobrecarga de trabalho para a senhora?

R: Acho. É muito desgastante, principalmente quando você pega uma prova, você elabora uma aula, com todo o carinho e amor, você vai na prova e o aluno te detona. Detona assim, não lembra, não busca responder as questões certas, não está nem aí para o que respondeu ou deixou de responder. É preocupante, eu falo que quando eu estudava não tinha isso. Meu pai falava assim: *“Tem que estudar, pronto acabou”* Agora os alunos não tem hora de estudar, chegam aqui em tempo de prova e perguntam *“ que prova é mesmo que tem hoje?”* Nem sabem o que vão fazer no colégio.

14. Pergunta: Hoje nós sabemos que o professor ele não fica restrito apenas as suas atribuições, e acaba expandindo suas atribuições para outros afazeres, a senhora poderia falar quais seriam essas funções e se isso provoca uma sobrecarga de trabalho para o professor?

R: Você precisa ser amigo, precisa se mãe, precisar ser tudo, tem hora que você é até mãe em sala de aula para os alunos. Você é aclamado para uma coisa e acaba fazendo muito mais coisas do que você é aclamado.

15. Pergunta: Do ponto de vista da inclusão, qual posição ela se encontra, ela é um elemento que vai sobrecarregar o profissional?

R: Eu acho que não, porque quando tem inclusivos na sala de aula, tem um acompanhante para ajudar a gente na sala de aula. Acumula se não tiver um profissional o tempo todo. Mas aqui a gente sempre tem. São várias pessoas aqui nesse colégio. Os ajudantes trabalham junto com a gente, então não fica cansativo.

16. Pergunta: A senhora gostaria de fazer algum comentário?

R: Eu gostei de passar esses momentos com você. Suas perguntas estão bem formuladas. É bom você saber como é a vida da gente para poder passar isso para a frente.

ENTREVISTA 10

1. Pergunta: Professora em algum momento durante esses vinte três anos de profissão docente, a senhora pensou em desistir dessa carreira profissional?

R: Já sim, já prestei muitos concursos né, só que eu não atingi, não passei, mas eu tentei.

2. Pergunta: O que levou a senhora a pensar em desistir da profissão docente?

R: Carga horária excessiva, salário baixo, então eu penso assim, se eu arrumar outro serviço, passar no concurso, vou trabalhar menos, mesmo eu trabalhando oito horas por dia, eu vou ganhar a mais e não vou cansar tanto, não vou ter tanto desgaste físico e psicológico.

3. Pergunta: A senhora me falou que tem cinco turmas de ensino fundamental e vinte oito turmas no ensino médio. Quantos diários a senhora têm?

R: Trinta e três diários é um por turma.

4. Pergunta: Quanto tempo a senhora leva colocando em dias esses diários, lançando aulas?

R: Eu sei que todo dia tem que ter um tempo. Por exemplo, a noite quando eu estou em casa, eu sempre vou atualizando. Porque se eu deixar acumular, aí até que eu consiga colocar em dia demora.

5. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que a senhora vive. Quando a senhora entra na sala de aula, a quantidade de alunos na sala de aula, a senhora acha que isso é apropriado?

R: A nossa escola é até uma escola que oferece bastante apoio, a gente tem material, diferente de outras escolas que existe por aí. A gente está bem centralizado, não é cem por cento servido de material, mas dá para a gente trabalhar com os alunos.

6. Pergunta: Cite três motivos para o jovem hoje não ser um professor. Caso você tenha três motivos, que motivos seriam esses?

R: Baixo salário, você estuda muito, faz um curso de capacitação e não é reconhecido. A carga horária excessiva e o desgaste. Até então, porque uma pessoa que tem curso superior em outra área, ele ganha muito mais do que um professor que tem curso superior, um mestrado. Deveriam ser equiparadas todas as áreas para quem tem curso superior, deveriam ganhar mesma coisa.

7. Pergunta: A seu ver, deveria haver mudanças na educação? Quais?

R: Sim, com certeza. Diminuir a carga horária, e que a gente tivesse mais respaldo salarial, por exemplo assim, professor trabalha dois, três períodos, duas três escolas, bastava só uma para ganhar o que ganha nessas três.

8. Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a

enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esse elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Nós professores não temos o respaldo da família e nem da sociedade, e aí o que acontece? Sala cheia de aluno, hoje o que é valorizado é a quantidade e não a qualidade. Aluno tem que ficar na escola, mesmo que ele não seja aprovado, mas só o fato de estar na escola o aluno está estudando, a sala está cheia de aluno, daí vai desgastando, porque a família não dá aquele respaldo, apoio, a sociedade. O professor tem que ser pai, mãe, psicólogo, e outras coisas para poder segurar esse aluno na escola e fazer com que ele tenha retorno para isso.

9. Pergunta: O professor tem que assumir outras atribuições, que não só as atribuições de professor. Você acha que isso também causa uma sobrecarga, eleva a quantidade de horas que ele tem que atender, você não acha que o Estado tem que ter outros profissionais que atendam nessa área específica?

R: Com certeza, o professor envolve tanto com o aluno, que você se envolve com o problema do aluno, envolve a escola, cesta básica, arrecadar dinheiro para comprar sit-passe para ir embora, ligar na sua casa, pega o telefone no processo do aluno, você liga e pergunta “*O que aconteceu que o aluno está faltando?*” E o Estado deveria ter, deveria ter psicólogo, assistente social, fonoaudiólogos, tudo isso em sala de aula, na escola, devia ter para acesso, porque hoje, a vida hoje não é como antigamente, o aluno mora só com a mãe, ou só com a avó, devia ter esses profissionais para dar respaldo. OUTRAS FUNCÕES.

ENTREVISTA 11

1. Pergunta: Quantos turnos você trabalha?

R: Três, matutino, vespertino e noturno.

2. Pergunta: Em algum momento em que a senhora dá aula, a senhora pensou em desistir da profissão docente?

R: Já, na segunda-feira, quando eu fui impedida de entrar na sala de aula porque eu estava sete minutos atrasada. Vou contar a história, a aula começa às sete da manhã na escola, eu cheguei às sete horas da manhã e sete minutos, na segunda-feira do primeiro dia de horário de verão, eu tenho dificuldade de acesso a escola, a escola tem tolerância de até sete e quinze, para os alunos, então mesmo eu estando em sala de aula, eu não posso fazer chamada antes de sete e quinze da manhã e eu cheguei a sete e sete e a vice-diretora da escola me proibiu de entrar em sala, eu fiquei sentada do lado de fora, e os alunos ficaram sentados do lado de dentro da sala de aula. Ficamos sem aula e ela cortou meu ponto. Eu não achei tão ruim pelo meu ponto ser cortado, mesmo porque eu estou trabalhando desde o dia vinte de agosto até a data de hoje, dia vinte e cinco do dez, eu não recebi um centavo. Esse contrato do estado é um contrato precário, eles não dão nem o vale transporte, então o que eu ganho na escola, eu tenho uma pessoa que me ajuda, minha mãe, me dando o vale transporte para eu vir trabalhar e mesmo assim a vice-diretora não titubeou, ela simplesmente chegou e disse “Professora, a senhora só entra a partir da segunda aula”. O que eu pude fazer foi tudo bem. Mas não foi levado em consideração os horários que nós trabalhamos fora da nossa carga horária, por

exemplo, na visita do Memorial do Cerrado da PUC, dispensei uma tarde inteira para essa atividade, a questão do envolvimento na feira de ciência da escola, hoje mesmo, eu teria apenas duas aulas, mas eu estou aqui, dei as minhas duas aulas, a três restantes eu estou envolvida no projeto. Então assim, essas coisas não são levadas em consideração. Então quando eu vejo esse tipo de situação e que fica o impasse, realmente, dá uma sensação de incapacidade, como que eu posso fazer para mudar isso dentro dessa escola? Mesmo porque fica implícito que eu sou um mero contrato. Então realmente meu dever e me adequar.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que a senhora vive. Quando a senhora entra na sala de aula, a quantidade de alunos na sala de aula, a senhora acha que isso é apropriado?

R: Alguns por conta da questão estrutural da escola, no período vespertino a escola é muito quente, uma escola de placa, eu não um ambiente onde eu possa levar os meus alunos para fora da sala de aula, para debaixo de uma árvore, fazer uma aula diferenciada, não existe quadra de esporte. Então nós compreendemos que os alunos eles passam por uma fase, uma idade complicada, uma transição do ser criança para o ser adolescente. É uma explosão hormonal mesmo, eles tem mudanças psicológicas, físicas e o professor tem que controlar tudo isso em sala de aula, tendo em mãos o giz e o quadro, e sendo assalariado é muito difícil, a sorte o trabalho que a coordenadora pedagógica desenvolve aqui a tarde, ela é muito boa nessa questão, no início nos conseguimos trazer os alunos assim, mais disciplinados. Mas não é culpa deles, a escola permite que eles sejam assim e isso prejudica o processo ensino aprendizagem.

4. Pergunta: Cite três motivos para não ser um professor hoje.

R: Primeiramente, por causa da exaustão do trabalho, porque além de trabalhar na escola, eu dou aula para todos os alunos desta escola, são mais de trezentos, meu trabalho no Estado não se resume ao trabalho que eu tenho na escola, diferentemente do Município que eu tenho um dia para fazer planejamento, no Estado não, todo o trabalho que eu vou realizar na escola ele tem que ser planejado em casa, eu não horário na minha carga horária que me permite trabalhar. Então eu tenho que preparar plano de aula, atividades, tudo isso seria no meu momento de descanso e lazer. Estou procurando há três meses um horário para eu ler um livro, uma oportunidade para eu estar me qualificando. Se eu quiser hoje participar de um congresso, um seminário, como eu participei na graduação, a escola não me dá oportunidade para eu fazer isso, eu tenho que cumprir as minhas horas aulas. Então me chocou essa lógica que o Estado nos apresenta, eu nunca iria atualizar meu currículo lá. E não atualizando meu currículo qual é a oportunidade que eu tenho de estar ingressando em um projeto de mestrado de uma universidade pública se uma dos requisitos é ter publicações e participações em congressos acadêmicos. Então o próprio sistema está me cerceando à possibilidade de eu estar me qualificando. Eu vejo esse projeto de formação qualificada apenas voltado para o ambiente escolar e não há perspectivas para o ambiente acadêmico no geral. Isso foi uma coisa que começou a me preocupar quando eu tive ciência deste fato. Eu questioneei a gestão sobre a possibilidade de eu estar participando de um evento, como eu participei de um congresso internacional em Salvador ano passado com a apresentação de trabalho e tudo mais. Eu tenho interesse de ir em outro evento agora e você não pode ir porque vai atrapalhar o seu horário de trabalho. Como esse professor vai expandir os seus conhecimentos. O terceiro motivo seria por questão financeira.

5. Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esse elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Eu não gosto desse termo massificação, esse conceito para mim é complicado, porque parece que levar acesso a educação a todas as pessoas, a oportunidade de educação, quando se coloca nesse contexto de massificação parece que é uma coisa ruim e vulgar. Não é assim, eu acho que todos devem ter o acesso a educação sim. O problema é como esse processo se deu, então o problema não está na massificação, na minha perspectiva o problema está justamente na falta de preparo da escola para atender com qualidade essa massificação, que oferece vagas, mas não oferece estrutura. O problema está em não garantir a estrutura no processo de massificação, mas todos têm o direito de ter acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Outra questão é lidarmos com alunos que são agressivos, que xingam, são violentos, o professor em nenhum momento pode demonstrar a sua humanidade e sua insatisfação. É uma incoerência, a gente é pressionada o tempo inteiro, dentro e fora de sala de aula e ainda acontece esse desgaste. O que o Estado tem feito para cuidar desse professor? Que amparo o Estado dá para o professor?

6. Pergunta. Em relação ao contrato de trabalho temporário, como é ter um contrato temporário no Estado?

R: Como eu disse anteriormente, eu estou trabalhando há um longo período e ainda não recebi. Então começa o problema com a forma de pagamento. Eu não entendo o porque desse atraso do pagamento de agosto, do pagamento de setembro e o salário não veio. Outra coisa, por estar na condição de temporário o professor vive em uma condição onde ele tem que se eximir, se calar, não pode se indispor publicamente, não pode reclamar, porque ele é frágil e tem que “dançar conforme a música”. Quem não faz assim é cortado, então tem que abaixar a cabeça e pensar só no salário no final do mês, se ele vier. Só não pode incomodar. Apesar de tudo eu acredito que a Educação é um meio de equiparação social, sem a Educação a maior parte da população não terá nenhuma oportunidade. Eu não acredito que possamos fazer um trabalho esperando do governo para o povo, de cima para baixo, é muito mais no corpo a corpo, tem que conseguir mostrar para o aluno que a Educação é uma forma de sair da pobreza, não se envolver com marginalidade e se ele aceitar esse processo de ensino aprendizagem eu vou ficar muito feliz, porque eu sei que ele poderá ter oportunidade.

ENTREVISTA 12

1. Pergunta: Quantos turnos a senhora trabalha por dia professora?

R: Duas vezes por semana, três turnos. E os outros dias dois turnos. Se for contar as atividades que eu levo para casa serão quatro turnos, porque é diferente a educação estadual e a municipal, não se consegue conciliar. No município você trabalha e corrige tudo lá, no Estado se leva tudo para casa, fica bem contraditório.

2. Pergunta: Durante esses vinte um anos que a senhora dá aula já pensou em desistir da profissão docente?

R: Não, a profissão que eu escolhi foi esta, o que eu gosto de fazer eu faço.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que a senhora vive. Quando a senhora entra na sala de aula, a quantidade de alunos na sala de aula, a senhora acha que isso é apropriado?

R: Não, ainda falta muita coisa para entrar. Nós estamos ainda no século passado, onde se usa o giz, você perde muito tempo, seus alunos perdem com isso, deveria ter um data-show para acelerar a suas atividades. Tenho que dar conta de três turnos e não tem um data-show, o que tem está queimado, então não há como dar aula de qualidade só com giz e caneta. A questão do calor, nessa época do ano os alunos ficam muito inquietos e dificulta na questão da aprendizagem mesmo, se você for nas salas vai ver que não tem um ventilador. E a parede de placa produz calor demais.

4. Pergunta: A senhora pode me dar três motivos para a pessoa não ser professor hoje?

R: Eu vejo que é a questão de gostar, a pessoa tem aprender a gostar do que faz, não fazer por fazer, ser professor e jogar na cara de todo mundo que ganha mal e sofre como professor. Aí sim eu falaria para a pessoa não ser professor, não atuar na Educação, vai procurar outra coisa para fazer. É preciso gostar.

5. Pergunta: Ao seu ver deveria haver mudanças na Educação e quais seriam essas mudanças?

R: Várias mudanças, eu trabalhei em uma escola que era rodízio, quem mudava de sala eram os alunos e não os professores, enquanto você está escrevendo no quadro, três ou quatro vezes a mesma coisa em turmas diferentes, lá não, só esperamos os alunos nas salas. Isso faz eles se cansarem por não andarem. Não só nesse sentido, as mudanças deveriam ser também para aumentar cursos para os alunos, informática com um profissional cadastrado para trabalhar com eles, não deixa-los aleatoriamente como ocorre em nosso laboratório de informática. Tem que fazer um trabalho direcionado. Uma biblioteca que deveria também funcionar de forma diferente, incentivando o aluno a ler, levar livros para casa, devolvendo os livros. Fazer apresentações de teatro na escola, música, incentivar o aluno a gostar de ler. Os alunos de ensino médio eles não sabem ler, eles falam que não sabem ler porque não sabem interpretar.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O quê que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Não vejo como processo de massificação não, pois se o professor que gosta do que faz já teria saído. Mas falta muita coisa para que melhore. Aqui a quantidade de aluno é suficiente, nós não ultrapassamos a cota por sala de aula, que é de 35 a 45 alunos. Isso é de acordo com a medida padrão de cada escola. Tem um grupo que faz a medição das salas para verificar quantas carteiras e alunos cabem por sala. Então aqui não acontece isso. A questão da sobrecarga de trabalho é porque temos que procurar outras escolas para completar a carga horária. Isso provoca cansaço, porque não estou na minha casa, não me alimento bem, trabalha três turnos, não toma banho. Isso é um desgaste físico, psíquico, tanto é assim que hoje eu faço um tratamento por crise de enxaqueca que eu adquiri. Uma médica me disse que

se admira de tantos professores que estão com crise de enxaqueca na Educação e ela me perguntou por que, eu disse que é porque os professores enfrentam três turnos de trabalho.

7.Pergunta: A senhora gostaria de fazer mais algum comentário? Fique livre para fazer.

R: Eu penso que os governantes deveriam valorizar, não ficar indo para a mídia e ficar anunciado que está tudo uma maravilha, que fizeram tantas salas, eles deveriam ir nas escolas e verificar a realidade que nossos alunos realmente enfrentam, o tipo de ensino que está sendo oferecido, o livro didático que está sendo usado, verificar as matrizes curriculares que estão sendo colocadas trocadas. Deve haver uma pessoa realmente qualificada para verificar o que nós estamos precisando nas escolas. Pergunta se o governador já foi uma vez nas escolas, ele só vai para inaugurar. Ele tem que assistir uma aula de um professor da rede pública. O subsecretário vem na escola só para dar bronca, não para assistir aula, verificar se os professores são realmente competentes para dar aula. Porque tem professores que só pensam no financeiro, se não for pelo dinheiro não querem nem passar na porta da escola. Tem que ter mais clareza, tem que mostrar para os pais que o problema da Educação não é apenas dos professores, mas da também da qualidade oferecida pelo governo. Na universidade há data shows e chama mais atenção dos alunos que apenas um giz na mão. Principalmente na minha área, que preciso mostrar imagens, mapas, disseram que viria um mapa digital para a escola e nada disso aconteceu. Mas eu tenho esperança que tudo vai melhorar e as coisas vão acontecer.

8.Pergunta: Professora a senhora acompanhou o processo de mudança que escola passou, desde a sua sede original, passou para a fábrica, depois da fábrica veio para este outro prédio que é provisório. Gostaria que a senhora me explicasse como foi este processo, como a senhora se sentiu, como foi em sala de aula, como era o processo de ensino aprendizagem?

R: Mesmo sendo férias, eles decidiram demolir a escola, e quando voltássemos de férias eles iriam entregar uma escola nova, em agosto entrei de licença prêmio de seis meses, foi quando mudaram para a fábrica de sabão e eu já não estava, fui lá só para pegar as minhas coisas, pois iriam arrancar os armários e jogar no lixo. Quando cheguei lá fiquei assustada, eu os vi começarem a demolir uma escola três vezes melhor que esta aqui. Toda a escola estava pintada, os meninos tinha feito uma gincana a noite e tinham pintado todas as salas de aula, pintamos em junho e em julho decidiram derrubar a escola. Mudamos para dois prédios, tinha um outro na rua da escola militar, umas cinco salas comerciais separadas. Estas eram mais agradáveis para dar aula, melhor que na fábrica de sabão, porque lá no início foi colocado fitas para separar as turmas e depois foi colocado TNT, mesmo com o TNT não funcionava, ouvia-se todas as professoras, a acústica era ruim, muito baixo o prédio, calor demais, sem ventilador, o mesmo que estamos passando aqui hoje. Depois, quando eu voltei, eles já tinham colocado as divisórias, tinha colocado ventiladores nas salas, mas os ventiladores ligados não se ouviam nada, ou não dava aula, ou morria de calor. Desde o nosso prédio original, até a fábrica de sabão e este prédio provisório, eu preferia lá no primeiro, pois tínhamos mais de mil alunos e nesse processo caiu para duzentos e poucos alunos. Éramos suporte dois, caímos para suporte três e agora somos suporte quatro. Então, nesse período de transição nossa nós não recebemos apoio nenhum da secretaria de educação, nós fomos forçados, nós não queríamos sair, fizemos um acordo com o subsecretário e a diretora, que não sairia mais nada na mídia sobre a fábrica de sabão e o outro prédio, porque por mais ruim que estava não estaria pior que aqui, pela distância, pelo risco que esses alunos correram vindo para cá, ficou de ter transporte, apoio da polícia, mas foi só no primeiro dia. Esse período de transição foi muito sofrido, o primeiro dia para nós aqui foi só choro. Porque nós estávamos em uma escola que nós tínhamos um conforto

para irmos para uma escola que nós não temos conforto nenhum, lá tínhamos sala de professor. Então eu não vejo nenhuma vantagem de estamos aqui como o subsecretário coloca para a gente. Eles nos ameaçam em derrubar o muro que divide as duas escolas e tornar uma escola só, a cada passo novo que ocorre na escola e eles não gostam, ameaçam em transformar tudo em uma escola só. E não foi nada disso que foi prometido para nós, disseram que iriam reformar a nossa escola, iam nos dar uma escola nova, e nós acreditamos neles. Agora não sei mais nada na mídia, aí uma pessoa do conselho tutelar, uma senhora que se diz pioneira na região e que sempre ajudou a escola, colocou algo na mídia, no mesmo dia o subsecretário de educação veio e nos mandou para o Jayme Câmara, mandou apenas os caminhões, não mandou os ajudantes, aí o Diretor Marcelo pagou os ajudantes, nós fizemos todo o trabalho braçal, no primeiro dia foi mutirão. Nós tínhamos uma escola de suporte dois, com um nome bem conceituado e de repente nossa escola caiu de mil e duzentos alunos para apenas quatrocentos alunos. Para nós foi ruim, temos poucos alunos na sala agora, mas não sei até que ponto isso foi favorável. Não vejo ser favorável ter dez ou quinze alunos em uma sala, e importante ter alunos nas salas até para chamar atenção dos outros alunos. Teve dia de ter apenas dois alunos na sala de aula, até hoje ninguém concorda em estar trabalhando aqui, estamos só esperando para ver se esse período passa que nós voltemos para nosso prédio.

9. Pergunta: Como é a sala de professores aqui?

R: Nós não temos sala, tem uma mesa que fica ali naquela área, nossos armários ficam do lado de fora, nós não temos segurança nenhuma, o guarda aqui só começa às dez da noite. Então das sete até as dez da noite ficamos aqui só mulheres sozinhas, sem um guarda, ele só chega às dez da noite, antes nós tínhamos guarda das seis da tarde às seis da manhã. Às vezes eu fico aqui sozinha, apenas com a menina que varre as salas, sem segurança nenhuma. Aqui nós temos uma biblioteca que não funciona, lá nós tínhamos biblioteca e laboratório de informática que funcionavam os três turnos, aqui nenhum e nem outro e nem sala de professores. O secretário chegou aqui um dia e disse: “Nossa, vocês não podem ficar assim nessa mesa desse jeito, vou alugar aquela casa ali para guardar os materiais, guardar esse cimento que está aqui...” , então veja, é mais importante para ela um local para guardar o material do que o ser humano ter um local digno, que nós não temos. Você está conversando com outro professor e o aluno está aqui atrás de você, isso é de manhã, de tarde e de noite, não temos nenhuma privacidade para convivermos. Essa escola não tem uma árvore, a nossa escola era toda arborizada. Aqui é um contraste, parece que estamos isolados do mundo, eu me sinto isolada. Tem esse campo de futebol abandonado e não tem uma árvore, não podemos plantar nem um jardim, pois isso aqui não é nosso. Ninguém valoriza essa escola, a noite quando estamos dando aulas jogam pedras de lá para cá, nós não temos recreio a noite, nossos alunos tem que sair mais cedo para não encontrar com a turma de lá para não ter brigas. Tem outra escola aqui na mesma situação, o Ismael, estão tendo aulas apenas a noite em um prédio alugado, estão esperando o prédio deles desde fevereiro. Estavam deixando apenas as meninas entrarem e não deixavam os meninos, isso fez com que os meninos não viessem mais. E nós continuamos aqui tentando.

10.Pergunta: Professora, depois de toda essa narrativa sobre a mudança de escola que a senhora fez, a senhora tem alguma perspectiva de mudança quando chegarem na escola nova, mudanças pedagógicas no processo ensino aprendizagem, a senhora acha que a nova escola vai melhorar a situação?

R: Eu não vejo por esse lado que vai mudar nada não, eu já disse no início que não é só o prédio que influencia, posso até dar aulas debaixo de uma árvore, vai ser uma aula prática. A escola não precisa ser sofisticada, com laboratórios, bibliotecas, com esse requinte todo, deveriam ter

nos deixados onde estávamos, tínhamos a nossa escola, eu não vejo por esse lado que a escola nova vai mudar algo, é necessário que a secretaria de educação nos ampare com material didático de qualidade, ofereça cursos. Esse negócio de um tablete para cada aluno não é necessário, pois o aluno mal intencionado não vai usá-lo para a finalidade de sala de aula, vai usá-lo com o que ele quiser. Ele não vai prestar atenção nas aulas de português, matemática, ou qualquer outra disciplina, ele vai querer estar no Facebook ou na FM, com certeza não vai ser na aula. Eu vejo que só estrutura vai mudar nada não, depende da formação de cada professor de estar elaborando suas aulas de forma diferenciada fazendo com que os alunos se interessem realmente pelo conteúdo a ser trabalhado. É preciso ter projetos que estimulem o aluno a ler, ir à biblioteca, é preciso ter aula de canto, para isso você tem que fazer uma adaptação na sua aula, na universidade é obrigado a ter aula de canto, como eu vou obrigar o aluno a ter aula de canto, como eu vou falar rocha se o aluno fala pedra? Como falar de árvores e arbustos se o aluno não vai para o campo? Devemos ter uma aula bem planejada, usar um data show, isso chama muito mais a atenção. Por mais que nos falemos que esse prédio aqui é ruim nos nunca deixamos de ter uma aula de qualidade. Tem aluno que vem de longe para vir estudar aqui a noite, pois a escola tem um nome, um tradição. Então não adianta colocar ar condicionado numa sala se não tem qualidade de aula. O que eu vejo é a necessidade de preparação das aulas, cada um sabe o que faz, não é só o financeiro que vai resolver a questão. O professor tem que gostar mesmo.

ENTREVISTA 13

1. Pergunta: Quantos turnos o senhor trabalha atualmente?

R: Trabalho dois turnos. Mas há o terceiro turno em casa. Eu levo serviço para casa, a minha área é língua portuguesa aí eu levo muitas redações e não sou remunerado a mais por isso, acabo trabalhando muito em casa.

2. Pergunta: O senhor já pensou em desistir da carreira docente?

R: Várias vezes, o meu objetivo é deixar a Educação, existem problemas maiores que eu não consigo sanar. É uma questão de investimento na Educação, questão de projetos na secretaria de Educação, que são lançados e não são distribuídos na coletividade, muitas teorias e a nossa prática aqui está muito longe desta teoria que lançam. O Pacto da Educação está muito longe de atingir e transformar essa escola, pode transformar uma escola centralizada, que tem uma estrutura maior, um investimento, mas Pacto da Educação para cá não funciona. O governo lançou um projeto de competição entre os docentes, os que não faltam, não chegam atrasados, eles vão ter uma gratificação, eu acho isso um absurdo, educação não é competição. Eu não ensino isso para os meus alunos, eu ensino eles a absorverem um conhecimento para transformar e buscar os espaços deles sem querer desmerecer o outro. Aqui acontece isso, se o professor faltar no final do ano ele não recebe bonificação, eu sou vítima disso anualmente. Eu sou pai de dois filhos, eles adoecem, eu adoço, tenho que levá-los ao hospital, você traz o atestado e eles ignoram o atestado. Eles criaram uma certa competição que chamam de meritocracia que é uma coisa absurda e vai contra todos os princípios educacionais que nos aprendemos na faculdade.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que o senhor vive. A estrutura física da escola, o material didático, o senhor acha que tudo isso é apropriado?

R: Como o senhor já percebeu, até pelo processo histórico da escola, ela foi demolida com essa pergunta que o senhor me fez. A escola não tem espaço físico, é de placa, não tem

laboratório, não tem uma biblioteca. Enfim, a escola foi demolida, aí entrou o conselho e nada foi feito, foi estipulado uma data e não foi cumprida. Os meninos permaneceram nas salas esperando, com o discurso da direção, do secretário, que tudo isso seria provisório e que tudo iria se resolver. No final disseram que os processos licitatórios não estavam corretos, aí aconteceu que o espaço lá era ruim, montaram uma escola de placa com estrutura ruim e ainda dentro de outra escola e fora da comunidade, perdemos todos os nossos alunos lá do Curitiba

4. Pergunta: Cite pelo menos três motivos para alguém não ser professor hoje?

R: Primeiro, remuneração, se alguém quer ser professor para ter boa remuneração é um motivo para deixar. Outro motivo é essa relação entre ideologia e prática, que está muito difícil. O professor chega com uma ideologia, um sonho, mas quando se depara com a prática é outro motivo. O primeiro ano que eu cheguei para dar aula eu tinha um sonho, uma ideologia, mas o sistema e a prática acabaram com isso. Outro motivo é a falta de investimentos na educação, na teoria é bom, 10% do PIB, mas na prática isso não chega ao professor. Então, primeiro salário, segundo a realização de um sonho, ver seu trabalho dar frutos, mas no dia a dia a prática vai destruindo tudo isso. E terceiro, essa relação entre o Estado e o professor é muito complicada. Nós entramos em greve e eu fui o líder da greve, ficamos dois meses em greve e já repomos, mas houve uma perseguição por parte do governo, a escola pressionando. Eu não entendo esse sistema de querer esconder as mazelas da educação. Aqui, principalmente, fiquei horrorizado, quanto mais longe a escola é do centro, mais as pessoas querem controlar umas as outras, aqui acontece isso com os alunos, a direção trata o professor como um moleque, está um caos aqui. Então esse é um motivo muito forte para não se querer seguir essa profissão. Vai faltar professor na escola pública por causa disso tudo, o meu filho não vai ser professor de escola pública, são muitos problemas que não damos conta de enfrentar. É uma categoria muito desunida, eu percebi isso nas três greves que participei, existem grupos diferentes que não falam a mesma língua, o sindicato não fala a mesma língua. Entra aquela questão de interesses.

5. Pergunta: Professor, o senhor presenciou todo esse processo de mudanças dessa escola, era placa, depois fábrica, como o senhor viu essa questão da fábrica, como isso influência no processo de ensino aprendizagem, como o senhor vê essa mudança uma sala para outra? Eu tive a informação que vocês percorriam quase um quilometro de uma sala para outra unidade, eu gostaria que o senhor explicasse um pouco esse processo.

R: Quando demoliu a escola, foram alugados dois prédios, pois só um não comportava os alunos, e um prédio com uma distância de mais de um quilometro do outro, em um prédio ficaram alguma turmas e outras turmas no outro. Os professores que tinham turmas nos dois prédios tinha que se deslocar de um local para o outro, três horas da tarde, debaixo de sol, isso era o problema maior que a escola enfrentava, o deslocamento de professores, a escola não tinha transporte para levar. Passei por essa situação, mas eu tenho carro, eu ia de carro, mas o Estado não pagava a gasolina. Além disso, havia o problema do prédio que era uma fábrica, é como se tivesse colocado vários bois dentro de um curral, era uma bagunça, não tinha uma divisão entre as turmas, era um galpão mesmo, tudo fechado, sem ventilação, com um banheiro para cem alunos, um masculino e outro feminino, não tinha banheiro para o professor, não tinha sala de professor, a cozinha funcionava lá dentro, na hora de fazer o lanche cozido subia o cheiro forte de gordura, fumaça. O aluno não me entendia e eu não entendia ele, escutávamos todas as aulas ao mesmo tempo. Era uma bagunça, fazendo comida, panela batendo, tinha cinco turmas e a divisão era com um tecido de TNT, não era compensado, a divisão era um pano, todas escutavam a aula de português, a aula de

matemática, ciências, história, tudo ao mesmo tempo. E isso durou um semestre inteiro. Acomodaram uma turma em uma sala tão pequena e quente que os meninos passavam mal, era horrorosa. Esse foi o período que a escola menos ensinou, perdemos muitos alunos, os pais que iam lá ficavam horrorizados. O outro prédio era melhor, mas também não foi feito com adequação para ser uma escola, eram salas comerciais, era muito quente e tinha uma escada muito alta e inclinada, então os meninos caíam, o bebedouro ficava encima, tínhamos que subir para beber água, muito quente e sem ventilação. Foi um período muito conturbado e falávamos que a escola ia acabar. O conselho tutelar entrou com uma ação, tinha uma TV, o Ministério Público conseguiu esse espaço aqui, que é provisório, que pertence ao Colégio Jayme Câmara. Mas as condições aqui não são diferentes de lá, é a mesma coisa.

6.Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, como o senhor já relatou agora, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O quê o senhor acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhor tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião do senhor com relação a isso?

R: Durante esses sete anos, eu tenho percebido que apesar de todos esses problemas de ordem estrutural, política, problemas que a nossa escola passou e que a educação passa, se o professor quiser, ele ainda pode transformar esse menino, esses meninos estão abertos ao conhecimento. Mas esses problemas vão destruindo o professor, é uma profissão solitária, já vi vários colegas meus que pediram exoneração por problemas psicológicos, problemas na família, por estar muito tempo na educação, por não terem um conforto maior para a esposa e para os filhos. Mas eu ainda acredito na Educação, eu acredito que possível ainda transformar, capacitar esses meninos, eu me vejo nesses meninos, porque eu cresci assim, sofrendo exclusão, preconceito, passei muitos problemas para estudar. Temos que enfrentar muitos problemas que vão destruindo os sonhos do professor, a ideologia do professor. Quando eu entro em sala eu sinto que é possível mudar, até mesmo porque eu vejo muitos alunos meus do ensino médio e fundamental que chegam a universidade, universidade federal, eu vejo que a semente germinou, ela deu frutos, mas como eu falei anteriormente, para mim já deu, já basta, são vários problemas que eu não dou conta de lutar contra eles, mas é o caminho, é uma longa jornada na Educação, eu acho que um sistema de certa forma dividido, deveria ser um sistema mais homogeneizado, é muito descontrolado, principalmente no Estado que é maior, o descontrolado é geral, a gente não fala a mesma língua, são tomadas muitas decisões a portas fechadas que chegam para a gente, e tudo isso vai desmotivando, decisões que deveriam ajudar para nós termos uma aula de qualidade. Nós tentamos dar uma aula de qualidade, mas manter um aluno aqui sem ventilação, com a merenda ruim, sem recursos fica difícil. Seis aulas, é muito complicado. Alguns meninos aqui vão para frente, vão dar frutos, vão ser cidadãos, outros não, a Educação ainda não conseguiu atingir 90% por cento do que eles querem, 100% é impossível, o sistema ainda não consegue atingir esse volume, e os números não condizem com a prática, são totalmente distorcidos os números, aqui na escola eles puseram uma norma que nós temos que aprovar noventa por cento dos alunos, só que aprovar um aluno é uma grande responsabilidade, temos que ter critério, só que eles querem que o aluno seja aprovado, que tem subir no IDEB, tem que subir a nota. A Educação não é um número, a Educação é conhecimento e informação, outro dia falei para os meninos para darmos o que eles querem. A pressão vem de cima, para por aqui e querem ver a aprovação dentro da sala de aula, são muitos alunos com a realidade diferente, eles querem que a gente

passa a régua, não pode, não é isso. Os números do IDEB não condizem com a realidade da escola.

7. Pergunta: Deveria haver mudanças na educação, quais seriam essas mudanças?

R: Deveriam sim haver mudanças na Educação, deveriam sistematizar a Educação, é muito desestruturado, as coisas que vem do governo federal, vem para o estado e chegam na escola, já chegam de maneira distorcida, as decisões que foram tomadas em âmbito federal não são cumpridas no estadual. As leis para a Educação são aprovadas, como o piso salarial, mas não são cumpridas pelo governo estadual, é uma coisa absurda. A primeira coisa que deveria mudar era isso, fazer valer a lei, se tem um aumento para o professor que esse aumento seja cumprido. Outro, deveria ser feito um estudo maior sobre essas escolas de periferia, os investimentos maiores deveriam ser feitos nessas escolas, questão de estrutura, questão de projetos pedagógicos, carga horária, o professor deveria ter uma folga por semana. No município o professor tem folga, faz todo o serviço na escola e não leva para casa. Seria um avanço muito grande para o professor, ter aquele tempo para planejar, para ele corrigir as atividades, deixar tudo na escola e ir para casa sem trabalho. Outra coisa que deveria mudar é sobre a direção da escola, a direção vê a realidade que tem dentro da escola mas tem medo de falar. Nós listamos os problemas da escola e entregamos para o gestor e esses problemas não foram resolvidos, vários problemas, uma professora com trinta cinco anos e não estava aposentada ainda. A educação está muito dividida, tem muita gente falando muita coisa, coisas absurdas, tem muitas coisas tradicionais dentro da escola, aqui nós já modernizamos muita coisa. O diário de papel deveria deixa de existir. Outra coisa é a presença dos pais na escola, os pais estão muito ausentes, estão fora da realidade, pai só vem para pegar a nota e ir embora. Tem menino que fica o dia inteiro na escola em projetos como Mais Educação, Jovens de Futuro e nessa escola não funciona, a coisa mais absurda dessa escola é que as verbas chegam nessa escola e não há transparência para o professor, para o servidor, para quem quiser chegar e saber onde e como estão sendo investidas essas verbas. Esta tudo aqui parado, tem computadores mas estão tudo parado e tudo influencia no ensino aprendizagem.

ENTREVISTA 14

1.Pergunta: turnos o senhor Atualmente, quantos trabalha?

R: Trabalho três turnos, todos os dias de manhã, dois à tarde e três à noite. Corrijo provas mais à tarde, o período que estou mais livre e final de semana.

2.Pergunta: Nesses doze anos como profissional da área docente, o senhor já pensou em desistir da profissão?

R: Desistir não, mas agregar outra profissão, mas desistir de tudo não. Agregar mais uma profissão, ou licenciatura e bacharelado ou outro serviço público em outra instituição, IBAMA, SANEAGO, mas mantendo a profissão docente. Esse interesse foi em arrumar mais um emprego foi em decorrência de complementação de salário.

3.Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que o senhor vive. A estrutura física da escola, o material didático, o senhor acha que tudo isso é apropriado?

R: Poderiam ter mais equipamento para auxiliar no trabalho docente.

4. Pergunta: Se o senhor fosse dar conselhos aos jovens, cite três motivos que o senhor daria para eles não se tornarem professores hoje?

R: Salário, jornada exaustiva e falta de respeito dos alunos. Dificuldade de trabalho.

5. Pergunta: A seu ver deveriam ocorrer mudanças na educação e quais seriam essas mudanças?

R: Quantidade de alunos em sala de aula, diminuir alunos para melhorar questão de aprendizagem e assimilação dos alunos, questão salarial, questão da aprovação, permitir que o professor seja mais criterioso na questão da aprovação, pois a facilidade que os alunos são aprovados leva ao desinteresse deles, a falta de querer em se aprimorar mais, a busca deles em querer aprender mais.

6. Pergunta: Professor o senhor acompanhou o trajeto que essa escola fez, saindo de sua sede própria e foi para uma fábrica e depois veio para este espaço que é dividido com outra escola, o quê que o senhor acha de todo esse processo que essa escola enfrentou nos últimos dois anos?

R: Situação difícil, que levou a espera da sede definitiva, trabalhoso para os professores e para os pais, para os alunos por não saberem aonde vão estudar, o que com certeza trouxe dificuldades, tanto para os pais, alunos, professores e funcionários.

7. Pergunta: O senhor acha que naquele processo, onde todos estavam instalados na fábrica, houve um processo ensino aprendizagem?

R: Pouca coisa, no espaço em si não, mas na falta de equipamentos.

8. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O quê o senhor acha de tudo isso, de todos esses processos, o que o senhor tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião do senhor com relação a isso?

R: Um está ligado ao outro, uma coisa depende da outra, questão da sobrecarga de trabalho devido ao baixo salário, a sobrecarga de alunos leva a uma aula mais trabalhosa, com pouca aprendizagem do aluno e mais descontrole o que leva a uma sobrecarga psicológica do professor. São temas interligados.

9. Pergunta: Na literatura hoje há quem diga que o professor acaba por desempenhar um papel para além da sua atividade docente, na falta de psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, o senhor concorda?

R: Concordo muitos alunos que freqüentam a escola pública, trazem diferentes problemas, seja da ordem física ou da ordem emocional e psicológica e esses alunos não tem um acompanhamento dos pais e por não terem um laudo médico não são tratados de uma maneira diferenciada. Os professores tem que adotar uma avaliação diferenciada para esses alunos, adotando por si mesmo quais são esses alunos que têm necessidades especiais, mesmo que esses alunos não tenham um laudo médico, psicológico, neurológico e acaba o professor atribuindo algo por si próprio.

ENTREVISTA 15

1. Pergunta: Professor quantos turnos o senhor trabalha atualmente?

R: Três turnos.

2. Pergunta: O senhor em algum momento já pensou em deixar a sua atividade docente?

R: Já, por causa da falta de apoio que o professor recebe, se o professor não recebe apoio na sala de aula, falta o resto.

3. Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que o senhor vive. A estrutura física da escola, o material didático, o senhor acha que tudo isso é apropriado?

R: Não, ventilação, o aluno ter mais educação quando queira falar, no início do ano eu peguei uma sala entupida e no final é uma quantidade menor de aluno, questão de acústica também.

4. Pergunta: Cite três motivos para uma pessoa não se tornar professor hoje.

R: Eu não daria esses motivos para ninguém, porque nós precisamos ser professores de todo tipo.

5. Pergunta: O senhor acha que deveriam haver mudanças na educação? Quais mudanças seriam essas?

R: Se eu soubesse dessa resposta eu já teria feito, não sei te dizer. Na questão salarial, tem um país que o imperador se curva para o professor, em nosso país o professor se curva para toda autarquia que existe, o professor não é nada. Então, se dê algum respeito para o professor as coisas caminharão depressa, mas as coisas não vão por esse caminho, elas são estagnadas.

6. Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O quê o senhor acha de tudo isso, de todos esses processos, o que o senhor tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião do senhor com relação a isso?

R: O salário, enquanto tiver gente achando que ser professor é só entrar na sala e ficar enrolando, essa pessoa finge que ensina e o poder público finge que paga. Então não precisa melhorar nada, por esse aspecto, mas quem realmente quer fazer um trabalho de qualidade, para quem estudou e se preparou para isso é necessário pagar para ele. Quanto mais carga tiver o professor para se dedicar, menos pesquisa e menos condição para se qualificar ele vai ter, ou ele se sobrecarrega ou não terá recurso para nada e ele precisa de recursos. Muitas vezes a bolsa de materiais é ele que compra. A sala de professores aqui é um horror, nós ficamos rodeados pelos alunos, os professores não podem falar nada, pois as vezes o que é alvo da conversa pode estar atrás de você, o outro não sabe e você acaba tendo que dizer no ouvido dele o que aconteceu. Ninguém tem privacidade alguma, nossos armários ficam semiabertos, nem todos os professores tem direito a um armário porque a quantidade é pequena, o pessoal da cozinha guarda material em nossa sala pois não tem onde guardar o

material deles. Então é um espaço suscetível de qualquer tipo de coisa, o professor não tem onde sentar, o aluno passa e carrega a cadeira do professor. O professor chega é que esticar as pernas um pouquinho, pois as vezes ele vem de coletivo, não tem nenhuma cadeira para ele sentar, pois os alunos chegaram primeiro e pegaram e ele não vai brigar com o aluno? Não, tem mais é que ir atrás de uma cadeira, vai brigar com o diretor? O diretor não pode fazer outra coisa não. O espaço é aberto e entra quem quiser, ao ar livre, ventilado por todos os lados. A quem de direito for essa pesquisa que saiba o tanto de coisa que envolve o docente.

ENTREVISTA 16

1.Pergunta: Professora, quantos turnos a senhora dá aulas?

R: Matutino e vespertino, o horário para correção de trabalhos é a noite e aos finais de semana. Sacrificio o horário de folga para poder fazer as atividades, corrigir as atividades.

2.Pergunta: Em algum momento já pensou em desistir da carreira de docente? E quais motivos a levaram a pensar em desistir?

R: Sim, as dificuldades em sala de aula com os alunos, a falta de recursos na escola e por essa falta de tempo que a gente tem. Temos que sacrificar o final de semana para fazermos esses planejamentos, as correções de avaliações.

3. Pergunta: Em relação às condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que o senhor vive. A estrutura física da escola, o material didático, o senhor acha que tudo isso é apropriado?

R: Não, não são apropriadas, faltam muitos recursos ainda, aqui não temos um laboratório, não temos computadores, temos alguns computadores aqui, mas faltam teclados. Não temos esse laboratório apropriado, na biblioteca não temos uma bibliotecária, e falta muitos materiais aqui, a vezes falta data show, retroprojeto, vários recursos. O espaço físico da escola é precário, porque essas placas aqui elas esquentam muito, agora justamente no turno vespertino esquenta, fica muito quente na sala, a temperatura aumenta muito. Influencia no processo ensino aprendizagem porque os alunos ficam inquietos, como está muito calor eles querem sair toda hora da sala, ficam conversando, eles não prestam atenção durante a aula, conversam bastante. E a carteiras também, tem muitas carteiras estragadas.

4. Pergunta: Se a senhora fosse dar um conselho para os jovens, a senhora teria três motivos para esses jovens não se tornarem professores?

R: Um motivo é o salário, não é um salário que está de acordo com o trabalho que o professor realiza. Outro motivo é que hoje o professor não é valorizado como ele deveria ser. O terceiro é que tem que ter muita paciência, o dom, se não tiver muita paciência hoje para entrar em sala de aula e aguentar tudo, não tem jeito não, então não consegue.

5. Pergunta: Tem uma discursão hoje, do ponto de vista teórico, que o professor acaba tendo outras funções para além das suas, como: psicólogo, ausência dos pais, assistente sociais, fonoaudiólogos, a senhora concorda com essa fala?

R: Concordo plenamente. Os professores acabam tendo uma sobrecarga de trabalho por causa disso, hoje as escolas públicas não tem uma assistente profissional, uma psicóloga, para poder

estar auxiliando ali no dia a dia. A ausência dos pais, porque as vezes os pais trabalham fora e não dão a atenção merecida dos filhos ou então é uma forma mesmo da família que os pais não estão dando a atenção suficiente para os filhos, principalmente na vida escolar deles.

6.Pergunta: Hoje, com o processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobrecarga de trabalho. O quê a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Primeiramente quanto ao salário, o salário da educação ele não condiz com o trabalho que o professor realiza, o salário merecido é bem maior que esse recebido hoje, deveria ser bem maior, deveria ser levado em consideração que o professor realiza trabalho não só no colégio, mas ele leva muito trabalho para casa, muitas atividades que são da escola, então por isso o salário deveria ser melhorado. Quanto ao número de alunos por sala, deveria ser mais bem dividido, trinta, trinta e cinco alunos no máximo, porque fica difícil o professor realizar o trabalho dele. Quando uma turma tem muitos alunos não tem os resultados que você teria em uma turma que fosse menor. O excesso de alunos ele traz a indisciplina, pelo fato de aglomerar vários grupos dentro da sala de aula. A sobrecarga de trabalho é maior pelo fato de você levar trabalho para casa, aqui no colégio tem professor que trabalha os três turnos, matutino, vespertino e noturno, fora o trabalho que leva para casa. Trabalha três períodos e ainda tem que fazer planejamento, avaliação, questão do diário também e projetos da escola. Então é assim a sobrecarga é muito grande mesmo, tem que ser melhor avaliada.

7.Pergunta: Em relação ao contrato temporário, qual é a diferença de um contrato temporário para um professor efetivo? As condições são as mais precárias, quais as diferenças?

R: Com certeza é bem inferior que um professor efetivo, porque o contrato é assim, além de não ter estabilidade, o salário sempre é pago com diferença, vem errado, ou faltando ou que não vem mesmo. Quando eu entrei, fiquei dois meses sem receber, acho isso injusto, não recebi nada, trabalhei de graça na verdade. Tem professor que quando entrou ficou dois, três meses sem receber. Contrato de um ano recebe 13º salário, férias não, não tem os mesmos benefícios que um professor efetivo tem, inclusive aquele Plano Reconhecer é direito somente dos efetivos, penso que o contrato trabalha da mesma forma ou até mais.

8.Pergunta: Ao seu ver deveria haver mudanças na educação?

R: Com certeza, tem que mudar tudo. Vejo pelo lado do governo investindo mais na educação, favorecendo a ampliação de turmas para não haver essa sobrecarga de alunos na sala de aula, mais recursos de materiais, mais acesso do aluno as áreas biológicas e tecnológicas, mais laboratórios de biologia, informática e também não só governamental, como todos os funcionários do colégio, professores, diretores, todos pensando numa forma do aluno continuar no colégio. O índice de evasão escolar é muito grande, eu acho que deveria ter mais estratégias elaboradas em conjunto nessa ênfase da permanência do aluno na escola, para a escola ser mais atrativa para o aluno.

ENTREVISTA 17

1.Pergunta: Professora com quantos turnos você trabalha atualmente?

R: Dois turnos.

2.Pergunta: A senhora me falou que é apoio, eu queria que a senhora me explicasse esse processo porque que a senhora se tornou apoio e qual que é a formação da senhora. A senhora já esteve em sala de aula como regente depois se tornou apoio que aconteceu para a senhora se tornar apoio?

R: Primeiro eu comecei como professor de adulto uma época professor de reforço o governo veio valorização as crianças ou os aluno com necessidades especiais e viu que precisava de alguém para cuidar ai começamos como professor de recurso. O que é professor de recurso? Aqui ele faz cursos, aqui ele busca os recursos tanto para o aluno como para o professor regente, essa era minha função, trabalhar fora da sala com todos os alunos com todas as deficiências tanto surdo como deficiente visual como deficiente físico então eu era professor de todos esses. Trabalhei, fui atrás, buscava apoio para essas crianças essa era minha função. Já trabalhei como professor regente de matemática e ai depois que peguei essa função deixei de atuar como professor de matemática, ai passou o professor de recurso entrou essa nova gestão do Marconi e acabaram com os professores de recurso e o professor de recurso passou a ser professor de AEE. Então esse professor de AEE tem que trabalhar com trinta alunos, como na maioria das vezes não tem eu passei a ser apoio e pra ser apoio você tem que fazer vários cursos também porque se você não fizer curso não pode entrar, como eu tenho todos esses cursos libras, braile, português para o surdo, todos esses cursos eu tenho e como eu fiz uma pós-graduação em cima dessa área então me deu esse direito de ser professor de apoio, de continuar. Hoje eu tenho de manhã um cadeirante que fica de um lado e o deficiente intelectual do outro então eu interajo com o professor regente a menina que tem deficiência intelectual faz readaptação de conteúdo e para o cadeirante é só um apoio para ajudar as atividades então é só uma ajuda. E a tarde tem um menino que é muito participativo, mas tem a coordenação motora muito prejudicada então eu copio para ele.

3. Pergunta. A senhora recebe alguma gratificação como professora de apoio ou o salário da senhora é o mesmo que dos outros professores?

R: Meu salário é igual de todos quarenta é meu salário e mais vinte é substituição.

4. Pergunta. A senhora é apoio em todos os tipos de disciplinas?

R: Todos os tipos de disciplinas, e acabo tendo que aprender todas as disciplinas, mas, estou gostando porque estou aprendendo.

5. Pergunta: Mas isso gera uma sobre carga para senhora?

R: Não, porque eu não tenho que ficar lá fora estudando depois da aula, trabalho naquele momento ali com o professor regente que está explicando e o que o aluno não der conta eu vou explicar. Os dois tanto o cadeirante como a deficiente intelectual, ele tem muita dificuldade com matemática a menina é só a interação dela com os outros alunos que é muito prejudicada.

6. Pergunta: Em relação às condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, dessa escola?

R: Não, é muito difícil principalmente com esse calor insuportável as condições não são adequadas.

7. Pergunta: Se a senhora fosse dar um conselho para os jovens, a senhora teria três motivos para esses jovens não se tornarem professores?

R: Primeiro lugar o salário que é muito baixo. Segundo lugar seguindo do salário pois a motivação é outra mesmo pois não tem motivação nenhuma, é alvo de nada só temos sobrecarga.

8. Pergunta: Em algum momento já pensou em desistir da carreira de docente? E quais motivos a levaram a pensar em desistir?

R: Eu já, pela falta de motivação, de suporte para trabalhar. Para começar você sai da sua casa e não ganha a passagem para vir trabalhar e o salário não é lá essas coisas e tiro do meu salário para pagar gasto duas horas para ir duas para voltar, no final são quatro horas dentro do ônibus são oito ônibus.

9. Pergunta: Como foi esse processo de mudança da escola na placa, na fábrica, até chegar aqui hoje se poder fazer um relato?

R: Primeiro veio a demolição do colégio, e por quê? Por acharem fácil, nós fomos para um galpão de uma fábrica de sabão, espaço horrível, colocamos divisórias de panos, o espaço quente e abafado, era muito difícil as divisórias de TNT, o pessoal gritava mesmo, um falando mais alto que outro. Foi um transtorno, o colégio perdeu muito aluno. Era um colégio bonito, muito procurado, aí perdeu muito aluno. Poucos alunos vieram de lá, a maioria é daqui mesmo. Os problemas continuam mas são menores agora. Nós não temos sala de professores, nunca tivemos, nem no colégio antigo. A sala de professores aqui é o pátio.

10. Pergunta: A seu ver, a senhora acha que deveria haver mudanças na educação? Quais seriam essas mudanças?

R: A começar pela estrutura da escola, a formação de professores, os salários.

11. Pergunta: Do ponto de vista da literatura científica diz que houve um processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que que a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Eu acho difícil a sala cheia, a falta de valorização que o professor tem, o professor quase não tem autonomia na sala, hoje a nós vemos que o professor não tem aquela autonomia, o aluno hoje não respeita o professor. A escola precisa de uma mudança muito grande, o professor tem que ser mais valorizado. A falta de espaço físico prejudica o aluno e deixa o professor muito irritado

ENTREVISTA 18

1.Pergunta: Quantos turnos a senhora trabalha?

R: Dois turnos, matutino e noturno, o vespertino eu deixo para fazer as atividades e corrigir provas.

2.Pergunta: A senhora já pensou em desistir da profissão de docente nesses dez anos de carreira?

R: Sim já fiquei dois anos afastada, fui para a área da saúde onde me identifiquei e fiz um curso de técnico em enfermagem, trabalhei dois anos no hospital das clínicas, no entanto no momento estou estudando para concurso na área da saúde, tenho pretensão de prestar concurso na área da educação, mas no momento estou me dedicando mais na área da saúde.

3.Pergunta: A profissão docente para você hoje é uma profissão provisória?

R: Há dez anos quando eu comecei era uma paixão, amava mesmo lecionar, auxiliar, assistir o aluno, mas hoje cada dia que passa está ficando mais difícil. Fico frustrada quando entro na sala e me deparo com dez alunos que querem e vinte cinco que não querem nada e infelizmente ao final do ano todos passam. Então isso vai acabando com a gente, acabando com a motivação, aquele ensino de qualidade já não tem mais, nós vivemos de aparência. Eu quando entro na sala de aula, eu entro para me doar por inteiro, porque eu gosto, mas quando está no momento em que estou estressada, fico frustrada, e perco tempo planejamento. Eu poderia estar fazendo algo, fazendo outro curso, fazendo uma pós, um mestrado, fico planejando aula aí chego à sala o aluno não dá moral. Hoje se eu passar em um concurso para a área da saúde com certeza largarei a educação.

4.Pergunta: As condições efetivas e materiais de trabalho são apropriados para o processo ensino e aprendizagem, hoje na realidade que a senhora vive. A estrutura física da escola, o material didático, a senhora acha que tudo isso é apropriado?

R: Muito deficiente, deficiente mesmo, a situação é precária, o prédio da escola está muito acabado, os recursos são mínimos, hoje fui elaborar um projeto mas a escola não tem tesoura e cola para oferecer para o aluno, não tinha cartolina, como montar um projeto? Como que a escola quer que a gente desenvolva um trabalho se não tem recursos? Fica difícil. A escola é bem antiga de placa e atrapalha faz calor, essa foi uma das primeiras escolas da região, feita de placa e o calor é insuportável. Com trinta alunos, ficam pior ainda, não tem como dar uma aula de qualidade em nenhum momento.

5.Pergunta: A senhora está grávida e isso influencia nas condições físicas e psicológicas da senhora, em um ambiente quente, que podemos dizer insalubre?

R: Com certeza, como aqui na escola também não tem um bebedouro com água gelada eu trago de casa uma garrafinha com água e a todo o momento me hidratando, porque como a sala é muito quente desidrato muito rápido e também deixo os alunos saírem o tempo todo para ficarem se hidratando, tenho medo que ocorra uma desidratação dos mesmos. Não existe sala dos professores aqui, é uma vergonha, nós estamos no relento, não tem armário, não tem apagadores, eu estou frustrada nessa escola, falando sério de coração, eu não consigo dá uma aula de qualidade aqui porque toda vez que vou procurar algo nunca tem e como vou planejar algo? Eu busco na internet tantos projetos bonitos, mas quando vou exercitar não tem o

material, não tem o recurso para eu utilizar, não tem um data show, não tem um vídeo, nem um DVD que é o mínimo das escolas, aqui não tem. Aqui infelizmente é difícil, aqui o ensino é quadro é giz.

6. Pergunta: Cite pelo menos três motivos para um jovem hoje não se tornar professor. Quais são esses motivos?

R: Primeiro motivo é o salário que não é atrativo. Segundo motivo é uma categoria desunida, que não tem respeito da sociedade, tem preconceito, quando falamos que vamos fazer um curso de pedagogia as pessoas riem da cara da gente, por que? Porque hoje os professores não são respeitados, nem pela sociedade, nem pelo governo e nem por nós mesmos, não estamos conseguindo nos unir para tentar vencer e transformar essa situação. E o terceiro motivo é a falta de educação dos alunos. Porque hoje o mundo evoluiu, tanto na tecnologia, quanto dentro de casa, hoje os pais não conseguem passar uma educação para os filhos, hoje ficou muito fácil educar um filho quando se compra um computador, dá um vídeo game Playstation 3. Então a cultura, aqueles valores foram perdidos ao longo do tempo e hoje se reflete tudo na sala de aula, e o professor que é obrigado a suportar, obrigado a educar o aluno que vem de casa sem educação, então esse é um dos motivos que o curso de licenciatura está sendo desvalorizado pela maioria dos jovens.

7. Pergunta: A escola pública hoje não tem alguns profissionais que ajudariam nesse processo de ensino aprendizagem como o psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, a ausência desses profissionais a senhora acha que trás uma sobrecarga para o profissional docente?

R: Com certeza, se tivéssemos o apoio desses especialistas nós poderíamos ter um acompanhamento melhor daquele aluno que tem dificuldade, até aquele aluno que muitas vezes os pais dizem que ele não tem nenhum déficit, mas na verdade ele tem. Se tivéssemos esses especialistas poderíamos diagnosticar, acompanhar, trabalhar de uma maneira diferenciada com o aluno, mas não tem. Então o professor dentro da sala de aula é multiuso, é psicólogo, médico, assistente social, tem que olhar para o aluno e diagnosticar se ele tem algum déficit de atenção, se ele tem algum problema psíquico, algum problema familiar, se está sendo abusado, molestado, é difícil, se ele estivesse tendo acompanhamento com certeza teria um ensino de mais qualidade.

8. Pergunta: Com processo de massificação e democratização do acesso ao ensino básico, porém a educação passou a enfrentar precárias condições de funcionamento, como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas de funcionamento da escola, baixos salários, desgastes físicos e psíquicos imposto pela sobre carga de trabalho. O que quê a senhora acha de tudo isso, de todos esses processos, o que a senhora tem a dizer de todos esses elementos que foram colocados aqui, qual a opinião da senhora com relação a isso?

R: Realmente há uma sobrecarga de trabalho, é exagerada, muito alta. Eu faço 60 horas para ganhar R\$ 1.600,00. Quanto menos aulas eu pegar o salário vai diminuir, então eu pego mais aulas para poder receber mais. O professor precisa ter decência mental, o próprio aluno quando a sala está sobrecarregada não consegue prestar atenção, não consegue assimilar o conteúdo e fica difícil também para o professor, ele monta um projeto para vinte cinco alunos, mas tem que trabalhar com dez a mais, fica muito mais difícil.

9. Pergunta: Em relação ao contrato temporário, qual é a diferença de contrato temporário para um professor efetivo? A situação é diferente?

R: Muita diferença, a insegurança é maior, a todo momento está sendo visado. Trabalhei como contrato na prefeitura de Trindade e na prefeitura de Goiânia, e eu vejo essa diferença. Do ponto de vista salarial é ruim, estabilidade não temos, o tempo todo sofremos ameaças. O contrato dá uma aula de mais qualidade porque eu vejo, já tem muito tempo que estou na área, ele preocupa mais com a educação, não sei por quê. O efetivo já está estável e ele não tem essa preocupação. Eu dou a minha aula que eu me esforço muito para que seja de qualidade, às vezes os alunos não contribuem, não tem aquela recíproca, mas eu tento dar a minha aula com qualidade, mesmo com todos os transtornos, todas as dificuldades, eu faço o possível.

10. Pergunta: Do ponto de vista do décimo terceiro, férias, o contrato tem todas essas garantias, esses direitos?

R: Eu estou grávida, meu contrato vence agora em janeiro, e eu fui perguntar se eu tinha direito a licença maternidade, a funcionária da Secretária de Educação me informou que sou contrato e não tenho direito o Estado não vai pagar para mim. Então procurei o INSS, pois como eu contribui eu tenho o direito de receber quatro meses já o efetivo tem direito a seis meses. Por que a diferença? Sendo que eu trabalhei, suportei os trinta e cinco alunos em cada sala, trabalhei sessenta horas e agora na hora do direito eles vão diferenciar. Por que na hora do ensino, está na sala de aula, está enfrentando os alunos, enfrentando dificuldades, nós somos os mesmos? E na hora do direito somos podados. E falou bem claro para mim, que eu não tenho direito e ponto final e eu que fui buscar meus direitos no INSS, eu acho que eles não deveriam me mandar embora, como eu vou ficar depois de quatro meses? Eu deveria ficar os seis meses e depois continuar no meu contrato, pelo menos mais um ano, mas nós não temos esse direito. Você não recebe décimo terceiro no seu aniversário e sim no final do seu contrato recebe somente proporcional aos meses trabalhados, Não tenho direito a plano de saúde, adiantamento de férias e ao auxílio transporte.

ENTREVISTA 19

Pergunta. Eu gostaria de saber sobre as condições que são estabelecidas seu contrato de trabalho. Mas antes disso eu quero fazer alguns questionamentos para depois nos entrarmos propriamente na questão do seu contrato de trabalho como professor temporário. Eu quero saber sobre as condições efetivas e materiais do trabalho, em que o senhor desenvolve as aulas, elas são apropriadas para o processo de ensino e aprendizagem? Condições materiais quando digo é a estrutura física da Escola, quantidade de alunos por sala de aula, etc.

Resposta: A estrutura física é horrível, a escola e de placa não tem ventilador nas salas, não tem acessibilidade para deficientes físicos. No período vespertino é muito calor, os professores e alunos quase cozinham nas salas de aula, de tão difícil que é a questão do calor. As salas de aula são totalmente desapropriadas, isso afeta na aprendizagem do aluno, a tarde é insuportável dar aula, os alunos ficam muito perturbados com o calor muito grande.

Pergunta. Você acha que deveria haver mudanças na educação? Quais seriam estas mudanças?

Resposta: Na educação tem que haver mudanças drásticas. Mudança total na Educação, começando pela estrutura física das escolas, para gerar um conforto para professores e alunos,

que com certeza vai melhorar na aprendizagem dos alunos como todo. Outro fator importante é a questão dos contratos, no caso da nossa escola, troca-se muito de professor durante o ano, por exemplo, nos temos o caso da disciplina de educação física que mudou seis vezes este ano, outro caso é a disciplina de matemática que trocou de professor quatro vezes no ano, esta rotatividade afeta diretamente na aprendizagem do aluno, como o aluno vai aprender com esta rotatividade grande de professor? Não há continuidade, não existe uma seqüência na aprendizagem. Existem professores que são contratos, que trabalham um mês, não gosta das condições de trabalho, não recebe ao final do mês, então desiste das aulas. Tem professor que chegou a ficar três meses sem receber, trabalhando sem receber um centavo, sem ajuda nenhuma de auxílio transporte. No meu caso eu trabalhei e não recebi o primeiro mês até hoje. Mais de uno depois.

Pergunta. Então o Estado deve a você o primeiro mês trabalho até hoje?

Resposta: Ninguém recebe o primeiro mês, todo mundo que entra trabalha de graça para o estado. Já virou até motivo de piada entre os colegas, “olha é o seu primeiro mês, então não vai receber”, parece até que é normal esta situação se naturalizou.

Pergunta. Então quer dizer que em um ano de contrato os professores não recebem os doze meses? Somente onze meses?

Resposta: Isto mesmo. a situação é muito pior, porque existem alguns que não recebem nem mesmo os onze meses, tem professores que não recebem até três meses, o Estado não paga o retroativo. Nos professores entramos com recurso, mas a Secretária de Educação enrola tanto que os professores acabam desistindo. Eles pagam quando eles quiserem, se eles quiserem pagar. Existem processos protocolados na Secretária Estadual de Educação desde 2009, que até o ano de 2013 não receberam os dois primeiros meses de salários.

Pergunta. Ou seja, o Estado dá o calote em vocês?

Resposta: Sim, literalmente o estado dá o calote nos professores. E mais, existem situações que o professor está recebendo normalmente, então, de repente, no mês seguinte não vem o salário, a secretária de Educação fala que deu problema no sistema, o professor está fora do módulo, eles inventam uma desculpa que um funcionário errou na modulação e deixa o professor fora da folha de pagamento.

Pergunta: O senhor acho que o estado economiza dinheiro ou racionaliza custos ao fazer o contrato flexibilizado, o contrato temporário?

Resposta: O estado economiza sim, porque se a gente for fazer uma tabela comparativa, o professor efetivo recebe uma média de dois mil e quinhentos reais, se ele pegar a carga máxima de 42 aulas semanais. Agora se pegar um professor contrato formado, ele vai ganhar no máximo mil e oitocentos reais, se ele pegar carga máxima de 42 aulas, só aí já deu uma diferença grande. E se pegar um professor contrato temporário não formado ele ganha menos ainda, por volta de 300 a 400 reais a menos que o professor contrato formado com a mesma carga horária. Existem dois tipos de contratos temporários, o professor formado, e o contrato temporário de professor não formado que ganha um valor menor.

Pergunta: Então o estado economiza mais com o contrato temporário não formando?

Resposta: Sim, os contratos temporários são alunos que estão na universidade, no quarto ou no quinto período, estão em busca de uma vaga, de uma oportunidade de trabalho de um

emprego. Aí a secretaria de educação sempre faz estes contratos porque tem um déficit muito grande de professores.

Pergunta: Mas isto tudo em decorrência da ausência de concurso público?

Resposta: Isto, não tem concurso público então a secretaria de educação aproveita os alunos que estão começando agora e estão entrando no mercado de trabalho. Os contratos temporários têm uma responsabilidade maior, pois os professores efetivos já estão muito cansados, desmotivados, enquanto os novos professores entram com uma força, uma energia, mas com os salários e a questão estrutural das escolas, em pouco tempo este professor também fica desestimulado. Isto quer dizer que quando ele se formar, não vai mais querer dar aula.

Pergunta: E o senhor se insere em qual dessas categorias de contrato, professor formado ou em fase de formação?

Resposta: Estou estudando, o 4º período de química, na PUC GOIÁS.

Pergunta: Quais as disciplinas que você trabalha na escola? E qual sua carga horária você tem na escola?

Resposta: Eu comecei na escola com uma disciplina e depois com o déficit de professores no primeiro semestre eu peguei seis disciplinas. Foi Química, Física, Biologia, Matemática, Ciências e uma oficina para pré eletivas que tem nas escolas para complementar carga horária. Oficina Escola Colorida.

Pergunta: O Senhor é professor do ensino Fundamental e do Ensino Médio, qual sua carga horária?

Resposta: Eu comecei com 42 horas/aula e recebia por 60 hora/aula.

Pergunta: O senhor tem que preparar quantas aulas por semana? E me fale também quantos alunos o senhor tem e quantas provas tem que preparar ao final de cada bimestre?

Resposta: São muitas provas e trabalhos, pois Química, Física e Biologia, cada turma são três aulas. Ciências são 4 aulas em cada turma. A oficina é uma vez por semana. Então, além de preparar aula que tem em cada turma todos os dias, tem que entregar plano quinzenal diferente em cada uma, elaborar as atividades e preparar a oficina da quinta que é uma atividade diferenciada, tem que ter o tempo para coisa que a gente não tem. Então o meu horário é das 7h às 12h15 e a gente tem que inventar um horário para elaborar o conteúdo e as atividades das seis disciplinas diferentes que tenho. Preparar as provas e corrigi-las, arrumar o diário. É um trabalho multiplicado por seis vezes. De química são 4 turmas, uma de biologia, uma de Física, duas de ciências, uma de matemática e a oficina que são alunos de turmas diferentes.

Pergunta: E quantos alunos?

Resposta: Ao todo tenho 9 turmas. As turmas são diferenciadas. A tarde as turmas são muito cheias, já de manhã são um pouco mais vazias. No início do ano são mais cheias e depois vai reduzindo um pouco. Mas são aproximadamente 30 alunos no período matutino e no vespertino 35 anos.

Pergunta: O senhor acha que esse excesso de carga horária e de turmas, quantidade de disciplinas isso sobrecarrega o trabalho do profissional?

Resposta: Com certeza, porque a gente não tem um horário, espaço nem momento de preparar a aula. Entro às 7h e saio 12h15 e retorno às 13h e saio 18h15. Antes o horário de saída era 12h no matutino e 18h no vespertino, mas depois eles acrescentaram 15 minutos. Você tem 45 minutos para almoçar, descansar e preparar a aula, pois estudo no noturno. Isso porque eu trabalho na mesma escola, porque se eu trabalhasse em outra escola chegaria atrasado todos os dias ou ficaria sem almoçar como muitos colegas meus ficam. Porque 45 minutos não dá pra chegar em outra escola e almoçar. 12h15 termina a aula aí vou organizar as coisas e guardo meu material, pois temos que dar uma organizada na sala que eu chego para almoçar são 12h30. Quando termino de almoçar são 12h50. Às 13h o sino bate e eu tenho que voltar para a sala de novo. Não tem um momento para descansar. Saio da escola correndo para ir para a Faculdade estudar. Preparo as coisas da escola na madrugada. Pois o coordenador pedagógico não quer saber se você estuda, se tem 42 aulas. Ele quer os planos quinzenais em dia e as atividades realizadas, as provas em dia, pois o nosso cronograma tem que ser obedecido. Eu fico na escola o dia todo

Pergunta: Nessa carreira do senhor de professor docente já pensou em desistir e trabalhar somente com pesquisa?

Resposta: Várias vezes. No começo é muito difícil. Tanta pressão da coordenação e junta com os colegas que estão a muitos anos e estão cansados e desestimulados e ficam lhe perguntando: o que você está fazendo aqui? O sistema acaba fragilizando os professores. Aliado a tudo isso o cansaço e a falta de tempo para preparar é um esforço grande demais. Várias vezes eu pensei em desistir. Eu tenho colegas que vão 15 dias para a sala de aula e nunca mais aparece. No meu curso de Química tem 20 alunos. 5 falam em ir para a sala de aula. Os outros 15 de maneira alguma, não querem ir para a sala e a vêem como um bico. Estão totalmente desestimulados antes de chegar lá.

Pergunta: E quando você formar você pensa em dar continuidade a profissão docente ou pensa em entrar em outro trabalho?

Resposta: Se eu passar numa outra instituição como o Instituto Federal sim, mas na rede estadual não. Ou então fazer um mestrado e dar aula na Universidade. Dar aula na Educação Básica é muito complicado e cada ano fica pior.

Pergunta: Com o processo de massificação e democratização do ensino básico a educação passa a enfrentar precárias condições de funcionamento, tais como: aumento do número de alunos por sala de aula, condições inadequadas no funcionamento da escola, baixos salários, desgaste físico e psíquico imposto pela sobrecarga de trabalho. Faça um comentário geral sobre isso.

Resposta: Em resumo geral. A escola e a educação estão muito fragilizadas e o professor que chega a educação, os professores novos que chegam com idéias novas, nós somos quebrados pelo sistema. Você quer realizar uma atividade diferente e você é podado eles querem um professor quadrado em sala de aula. Tem que chegar lá dar aquela aula, eu sou professor de matemática. Eu não sou educador eu sou professor de Física e tem que dar aula de física. Eu não posso preparar uma atividade diferenciada na sala de aula porque isso é problema isso dá trabalho. Porque a escola tem que ser quadrada. A escola de hoje não está formando cidadãos, está formando que vão terminar o 3º ano e pronto. Um ou outro vão prestar o vestibular e entrar na Universidade. Não

estamos formando cidadãos e alunos que são pensadores. Eles querem que os alunos entrem lá e termina o 3º ano e pronto. A região Noroeste onde trabalho tem um índice muito grande de uso de drogas. Poderíamos realizar um trabalho voltado para a cidadania, mas não eles não querem contextualização de nada. Eles querem que fiquemos na sala de aula. Não temos liberdade para dar aula. Eu cheguei com uma expectativa grande que vamos colocar várias coisas em prática. A gente chega com idéias novas. Mas somos podados pela coordenação e pelos próprios colegas que falam não compensa, não recebemos para isso. Eles falam: “Você ta doido!” Eles querem professores de sala de aula, de quadro e giz, professores quadrados que formam alunos quadrados que vão sair dali e acabou. O sistema quebra a gente.

Pergunta: Quanto ao seu contrato de trabalho, quais são suas garantias: plano de saúde, se você ficar doente tem direito licença remunerada?

Resposta: Você tem direito no Estado de trabalhar, trabalhar e trabalhar. Não tenho direito a Plano de saúde. Quando a gente entra eles não explicam nada pra gente. Quando assinei o contrato na secretaria não me explicaram nada, pois somos modulados na escola. A escola que define a escola que vamos trabalhar. E no decorrer do ano com a desistência dos colegas eles vão aumentando a nossa carga horária de acordo com a sua formação.

Pergunta: Você tem 6 disciplinas todas elas estão relacionadas com o seu curso?

Resposta: Na minha grade eu tenho matemática básica em um único período. Então tenho que estudar todo o conteúdo para dar aula. Biologia, não tem na minha grade. Então eu tenho que estudar, assistir vídeos, preparar aula e passar da melhor maneira para os alunos.

Pergunta: O senhor gasta quanto tempo para corrigir prova?

Resposta: Quase fico louco, é muito trabalho e uma pressão para entregar tudo na data. Não pode atrasar. É uma corrida contra o tempo. É muita prova, é muito trabalho, é muita disciplina, cada disciplina é um diário. E não conseguimos avaliar o aluno como deveria. É turma demais. A avaliação acaba sendo fragilizada em vários pontos.

Pergunta: A bonificação que o governo do estado implementou vocês tem direito?

Resposta: Não temos direito. Parece que os professores são cachorrinhos atrás da ração, não podem faltar nem um dia, se entregar atestado perde. Eu fico olhando, eu não recebo mas tenho que entregar o diário e o plano no mesmo dia que eles. É uma humilhação essa bonificação. não pode faltar, nem chegar atrasado, que você é chamado a atenção. Eles falam: “você não vai ganhar o reconhecer!” É uma situação policialasca e ameaçadora.

Pergunta: O que acha quando eles colocam no mural a frequência dos professores?

Resposta: Humilhação. Nós que somos colegas de trabalho fica feio. Quando vai assinar o plano tem lá: “Parabéns você desenvolveu bem o seu trabalho!” outros tem: “você precisa melhorar”. Não só no mural mas também na ficha de frequência.

Pergunta: Você acha com a utilização do contrato temporário é uma economia para o estado.

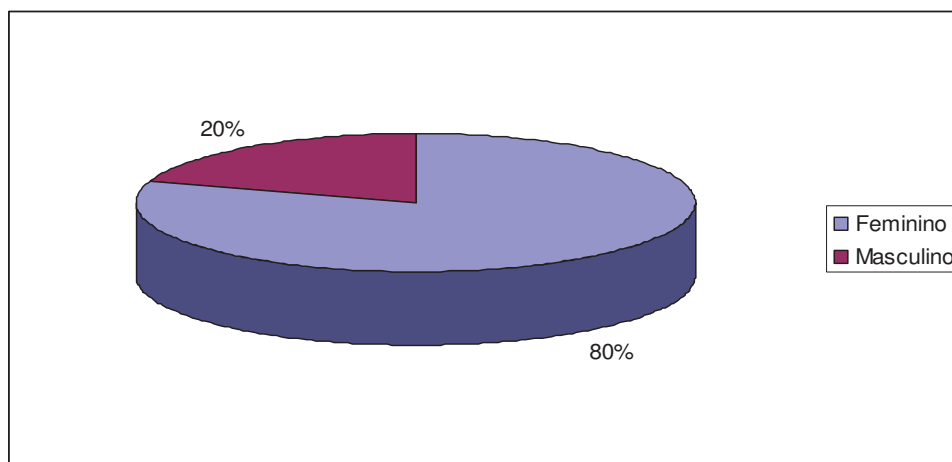
Resposta: Ouvi dizer que o Estado economizou mais de 6 milhões de reais este ano. E no próximo muita gente vai aposentar. Aqui tem muitos professores contrato, além de merendeiras e o pessoal dos serviços gerais. Em toda a rede estadual são muitos contratos.

ANEXO II

GRÁFICOS DAS ESCOLAS PESQUISADAS

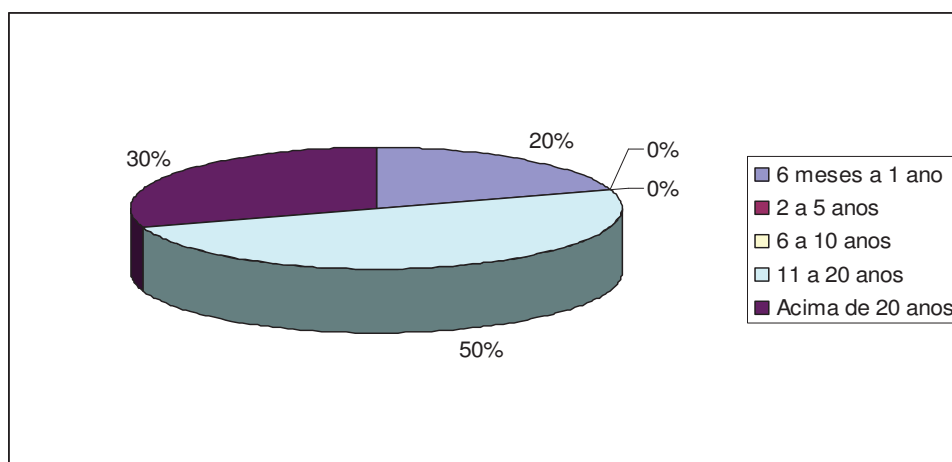
Colégio Estadual Cruzeiro do Sul. Foram entrevistadas 10 pessoas.

Gráfico 1a: Sexo

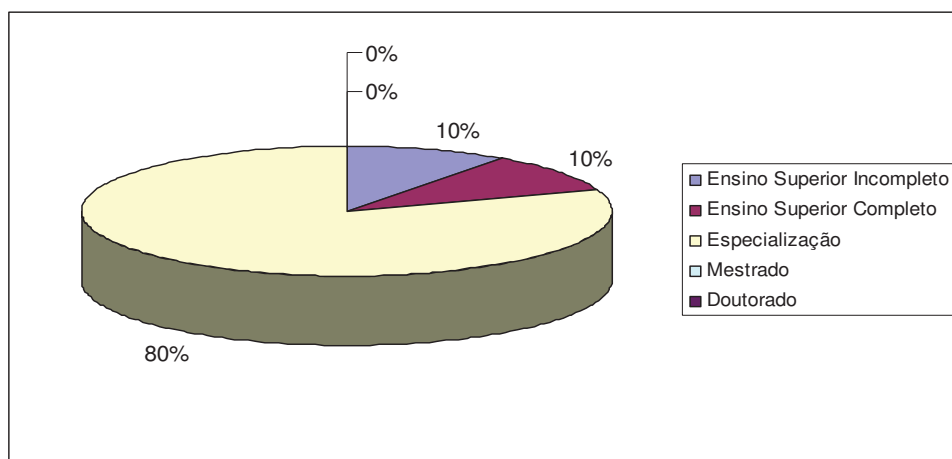


Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

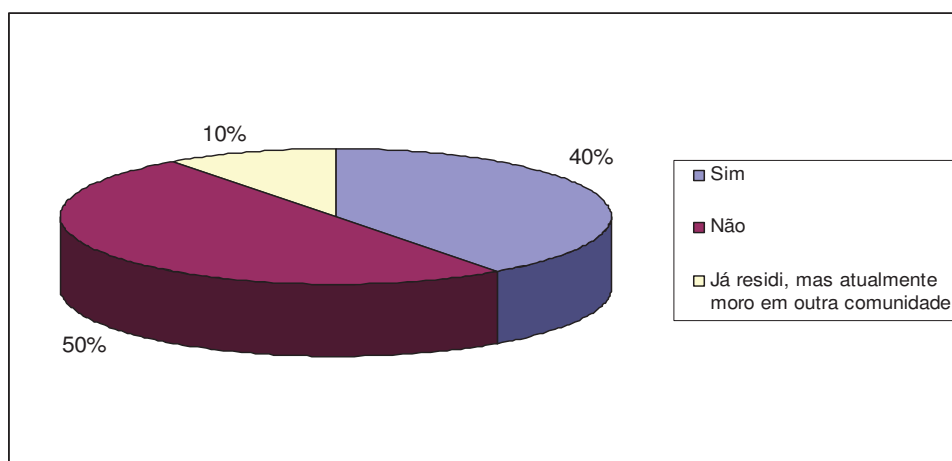
Gráfico 2a: Tempo de Docência



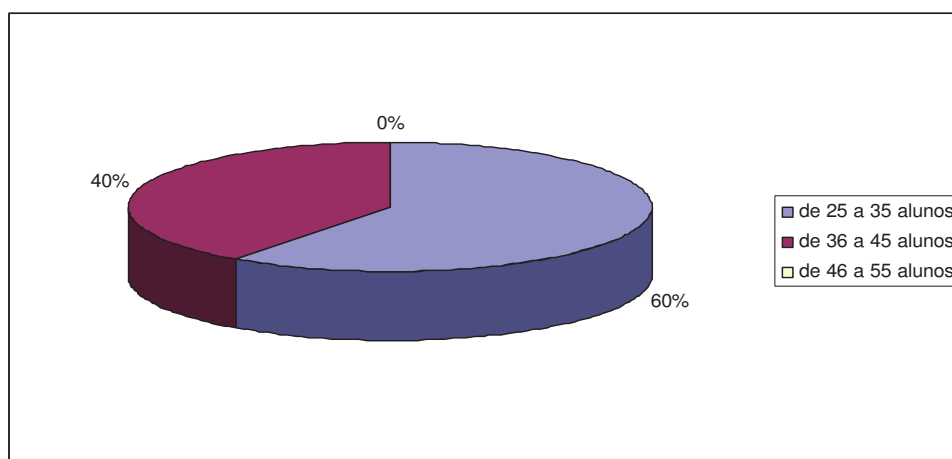
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 3a: Quanto a sua formação:

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

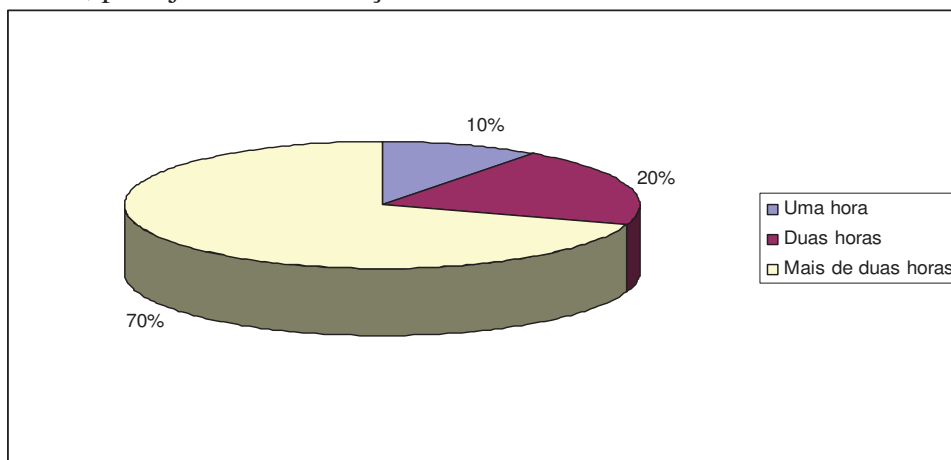
Gráfico 4a: Você Reside na comunidade geográfica onde a escola está situada?

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 5a: Qual a média de alunos por sala de aula?

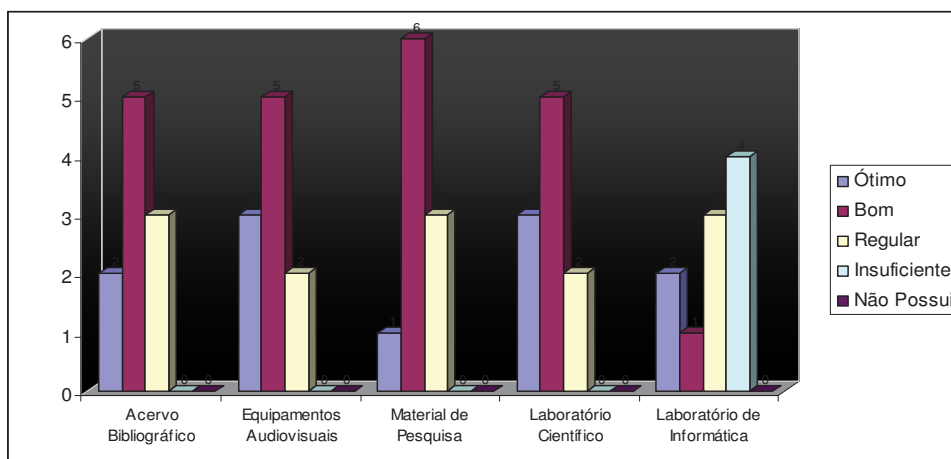
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 6a: Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividades?



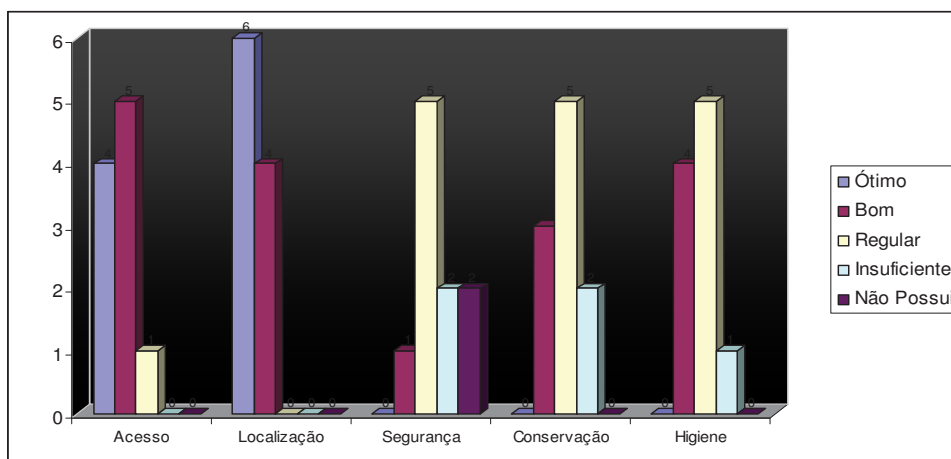
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 7a: Quanto aos recursos didático-pedagógicos que a escola oferece:

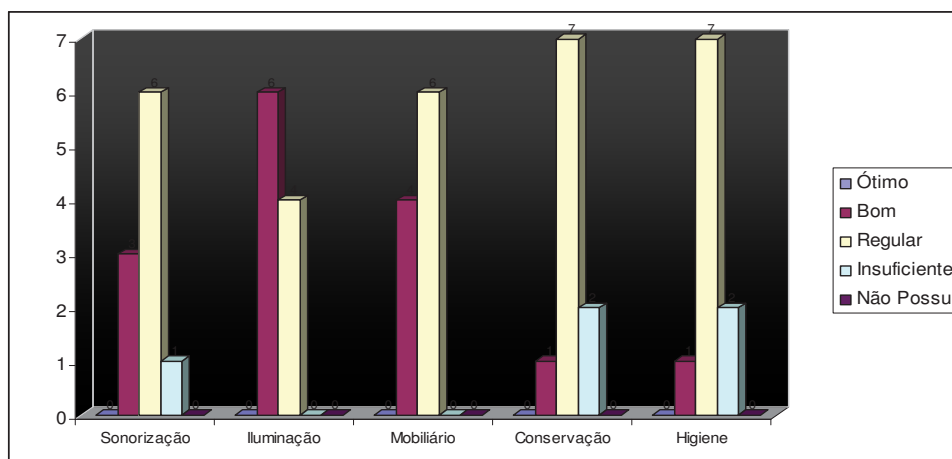


Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

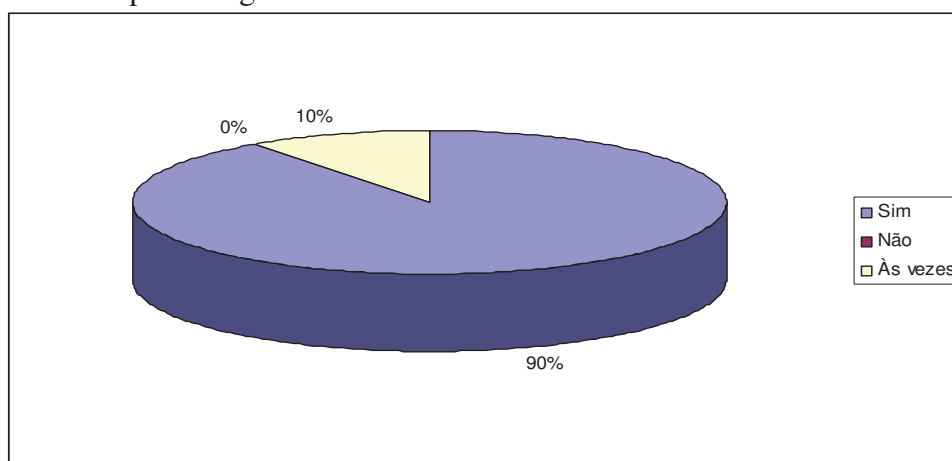
Gráfico 8a: Condições quanto ao prédio escolar



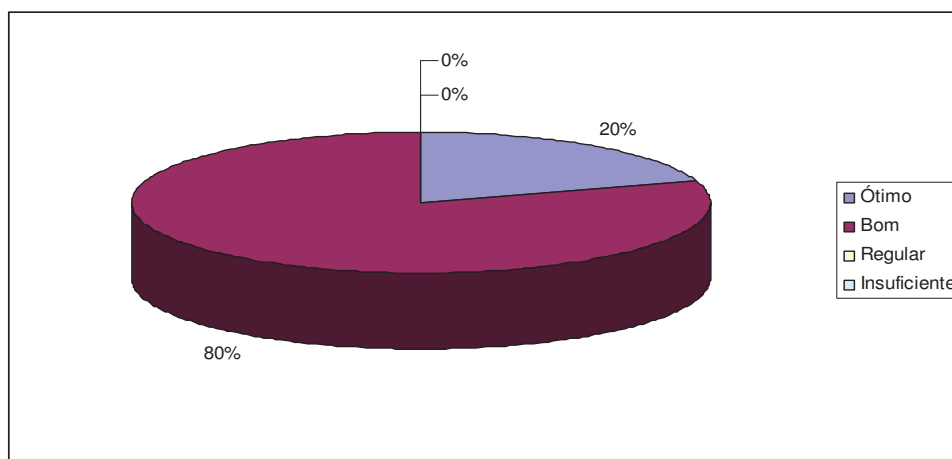
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 9a: Quanto às salas de aula

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

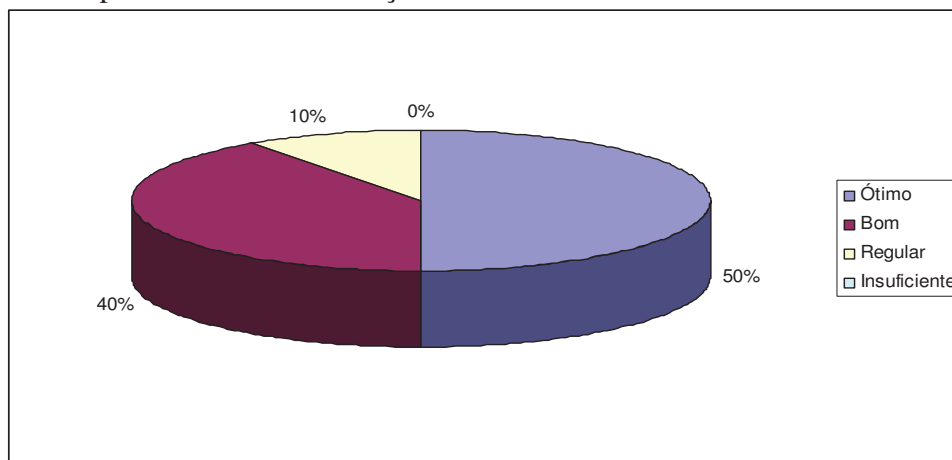
Gráfico 10a: O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem?

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 11a: Quanto à periodicidade do planejamento pedagógico

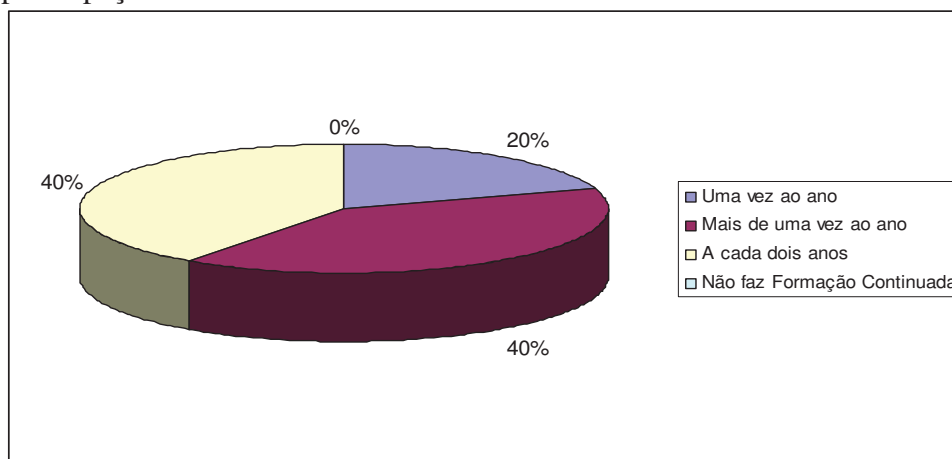
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 12a: Quanto à integração da coordenação pedagógica com os demais profissionais da educação:



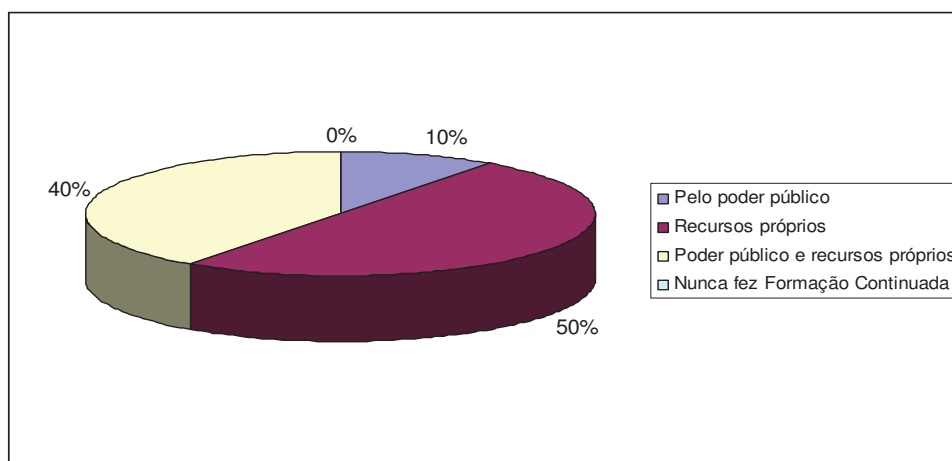
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 13a: Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação:



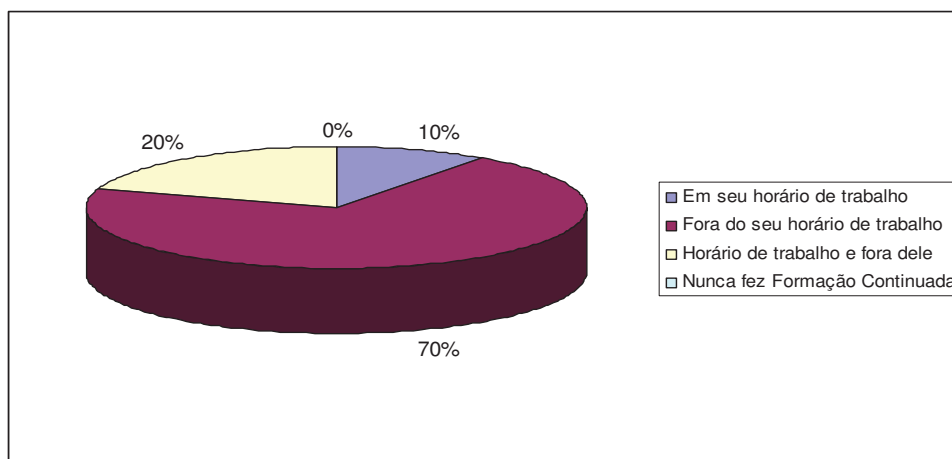
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 14a: Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados



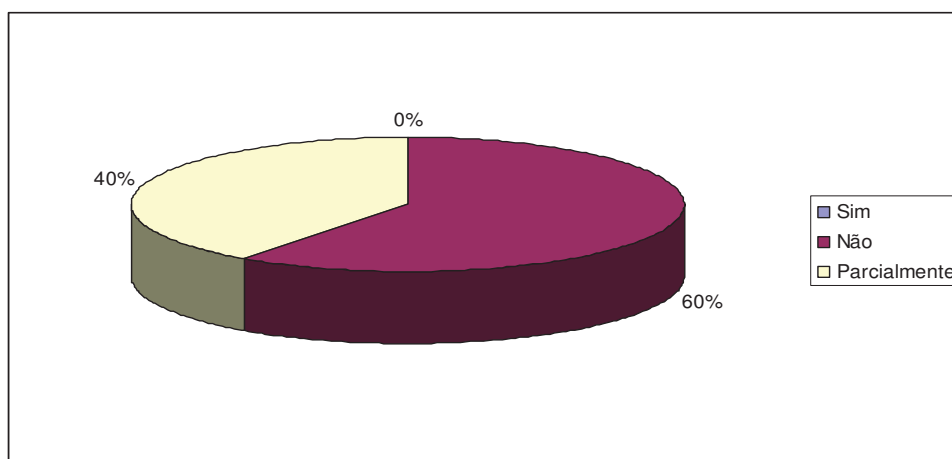
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 15a: A participação na formação continuada ocorreu:



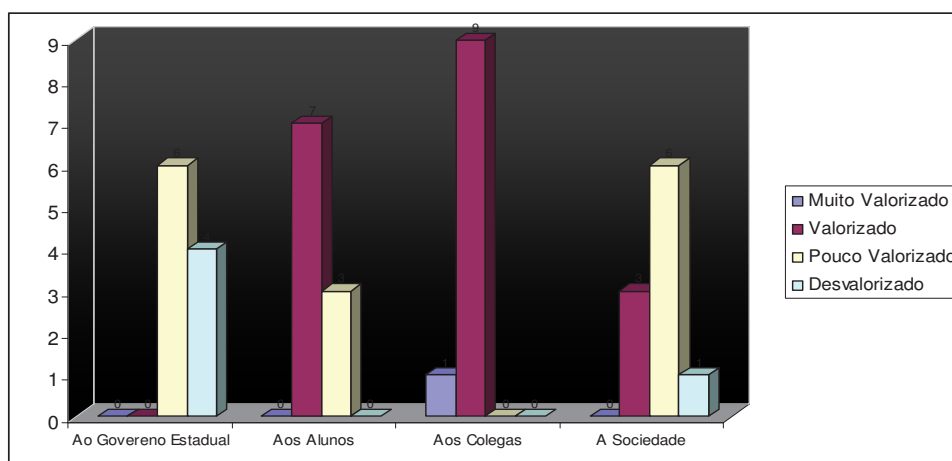
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 16a: Seu salário condiz com trabalho que você desenvolve?



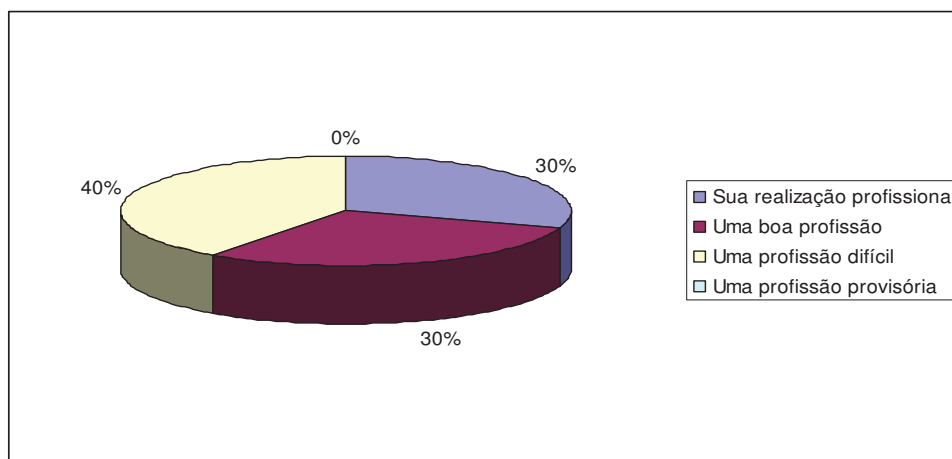
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 17a: Como você se sente em relação:



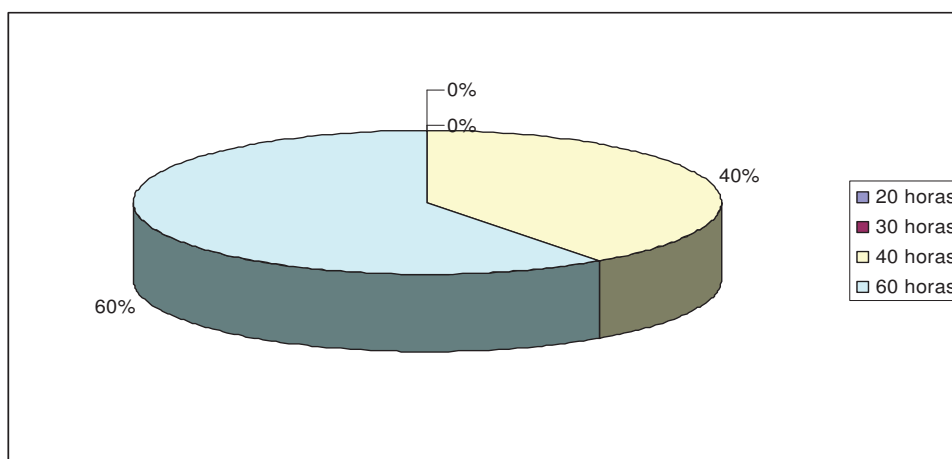
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 18a: O trabalho da docência para você é:



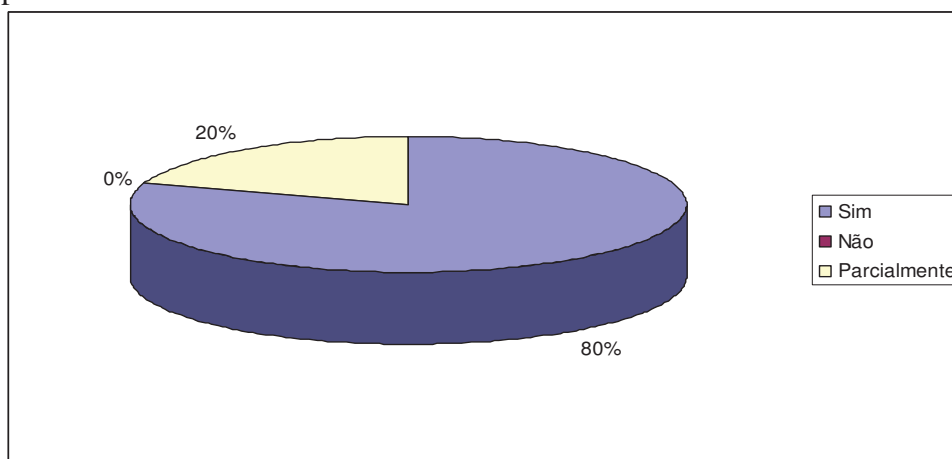
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 19a: Qual sua jornada de trabalho:



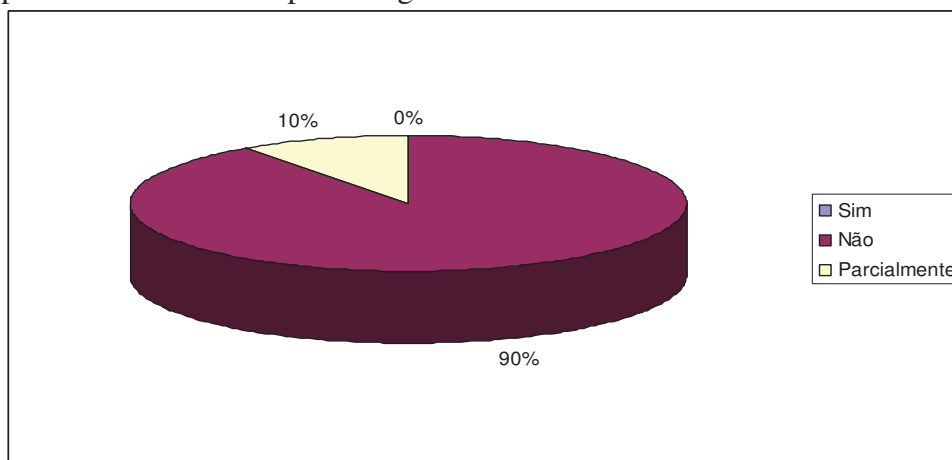
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 20a: A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente?



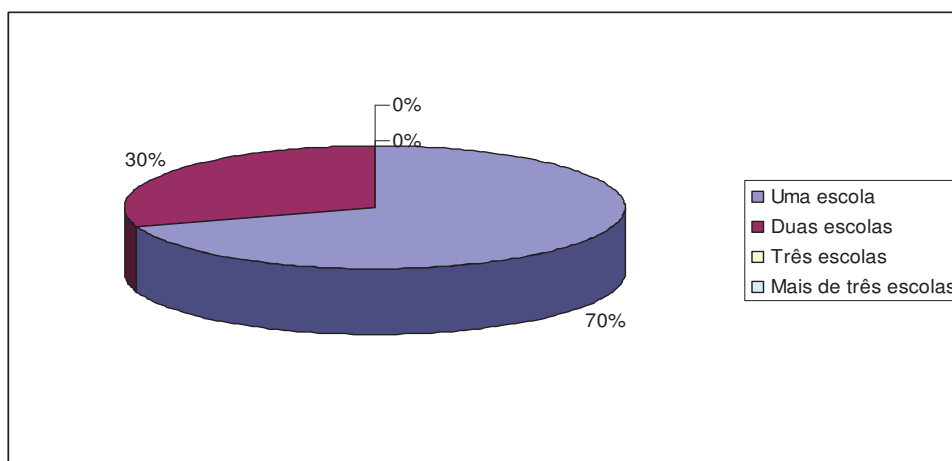
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 21a: Quanto ao investimento que o estado faz no ensino fundamental de segunda fase, é suficiente para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

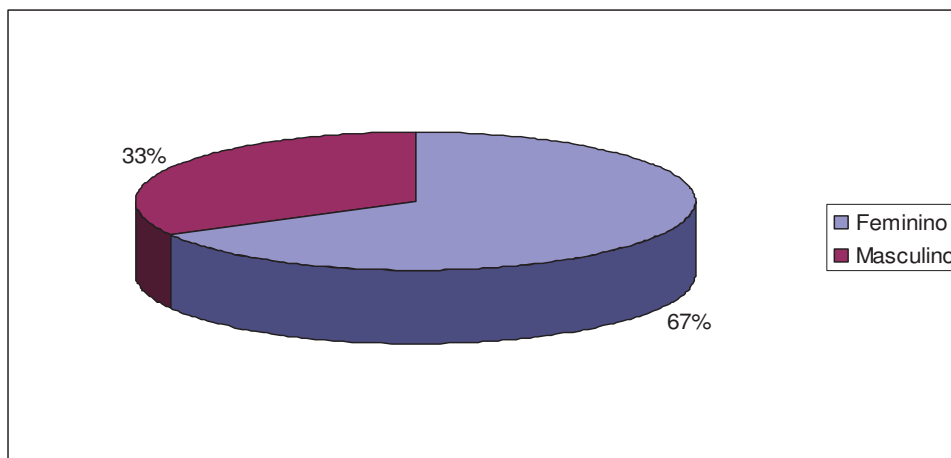
Gráfico 22a: Quantas escolas você trabalha?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

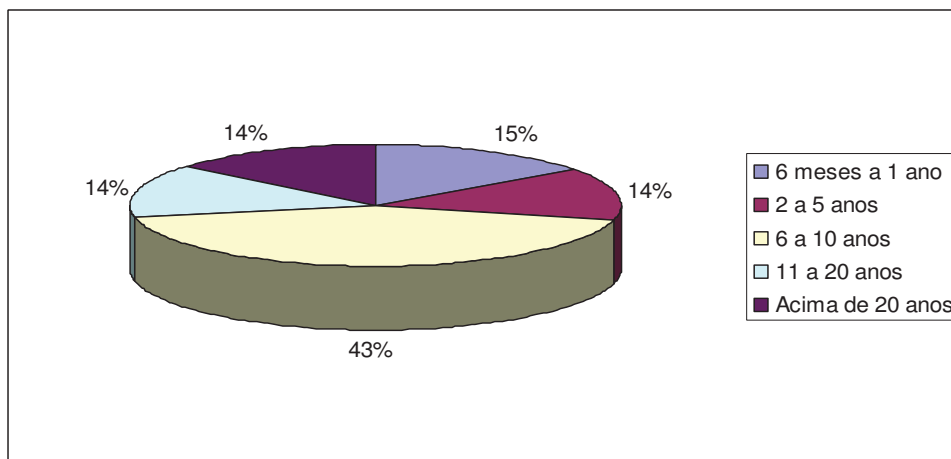
Colégio Estadual Nazir Safatle: Foram Entrevistadas 7 pessoas

Gráfico 1b: Sexo



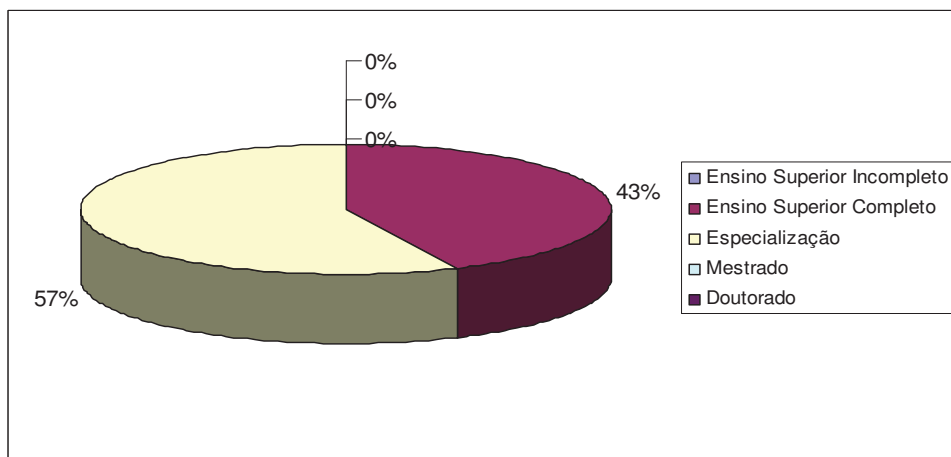
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 2b: Tempo de Docência



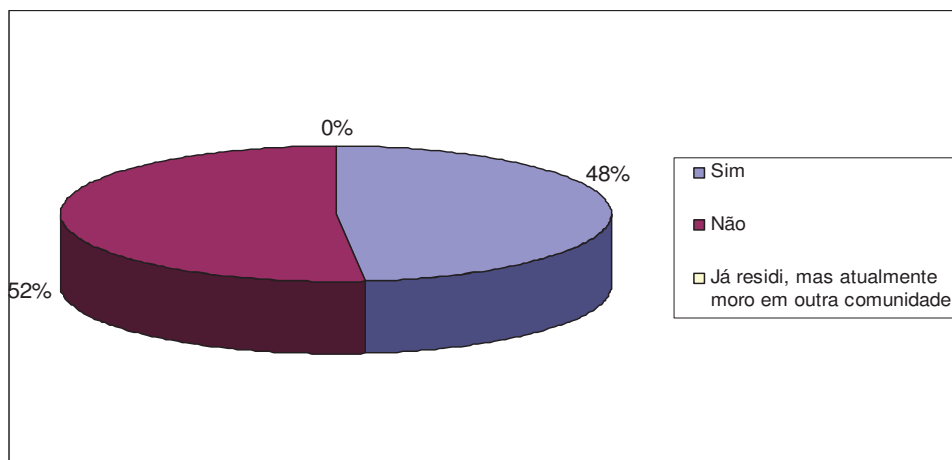
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 3b: Quanto a sua formação:



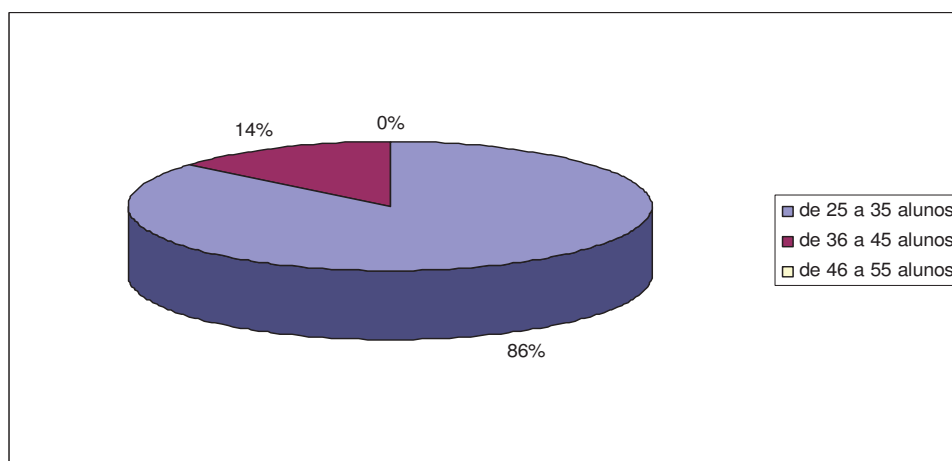
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 4b: Você Reside na comunidade geográfica onde a escola está situada?



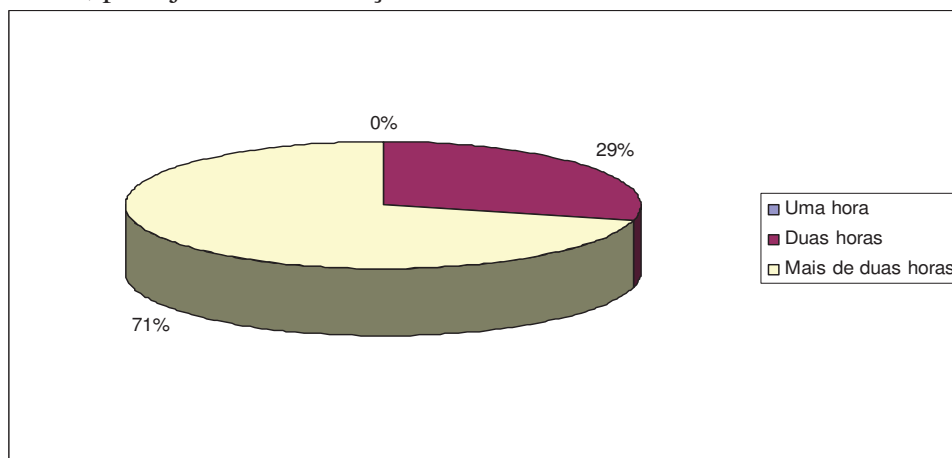
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 5b: Qual a média de alunos por sala de aula?



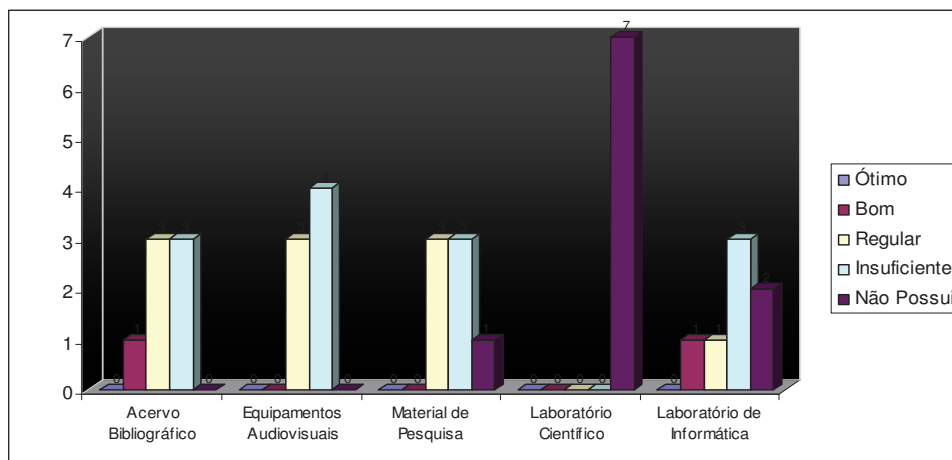
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 6b: Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividades?



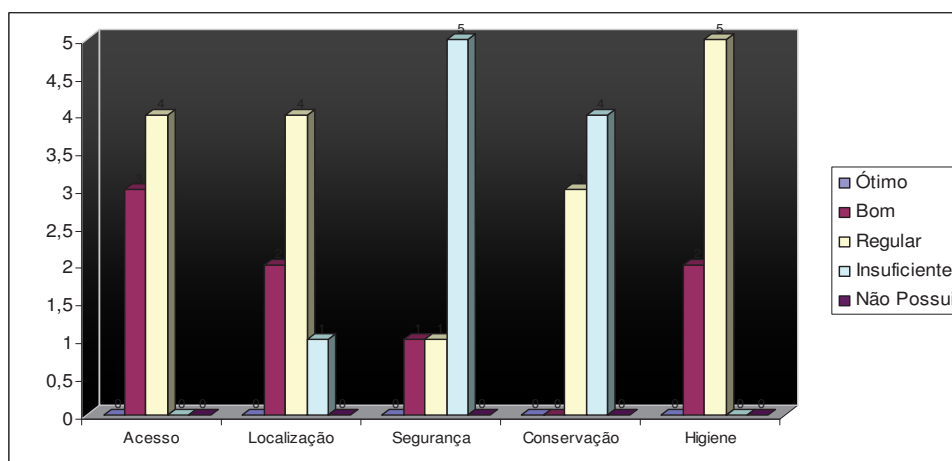
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 7b: Quanto aos recursos didático-pedagógicos que a escola oferece:



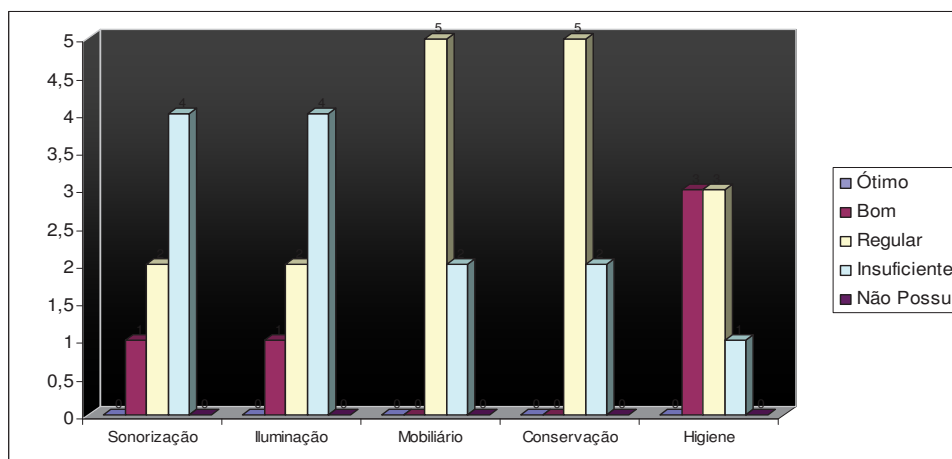
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012

Gráfico 8b: Condições quanto ao prédio escolar



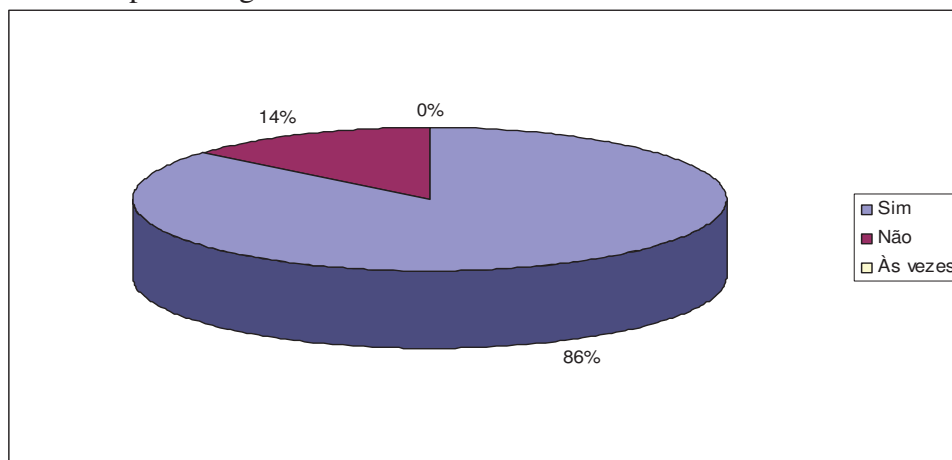
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 9b: Quanto às salas de aula:



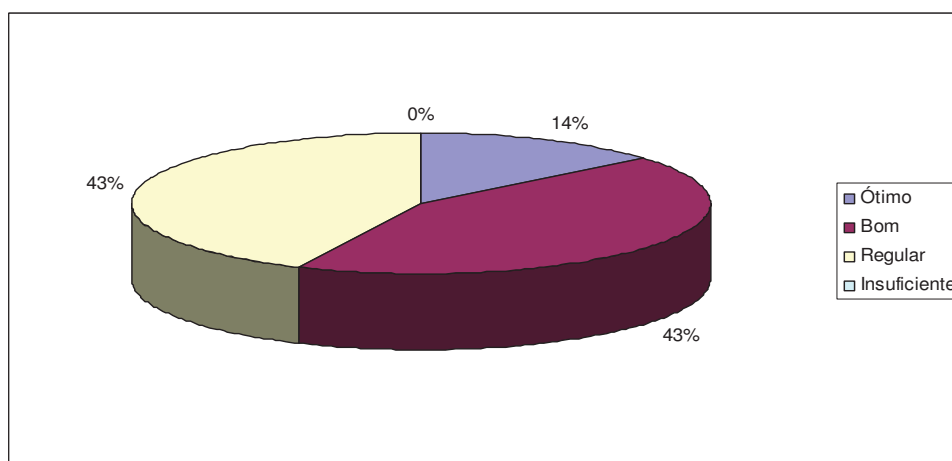
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 10b: O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem?



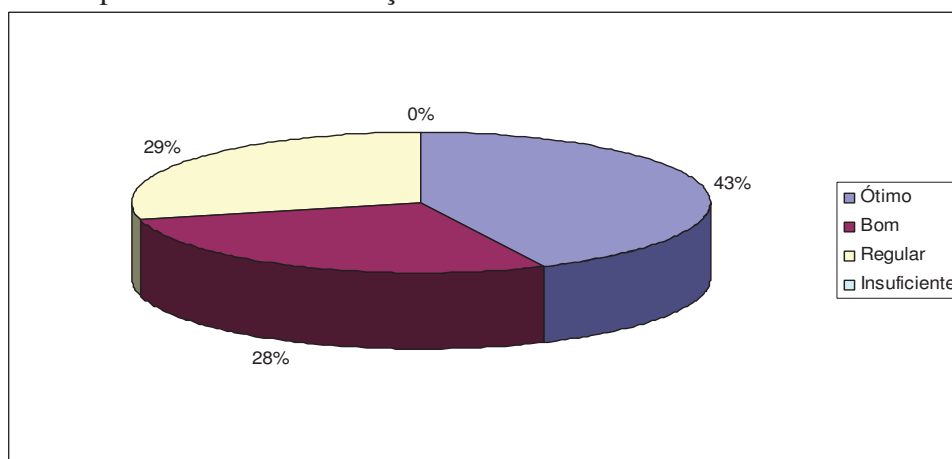
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 11b: Quanto à periodicidade do planejamento pedagógico:



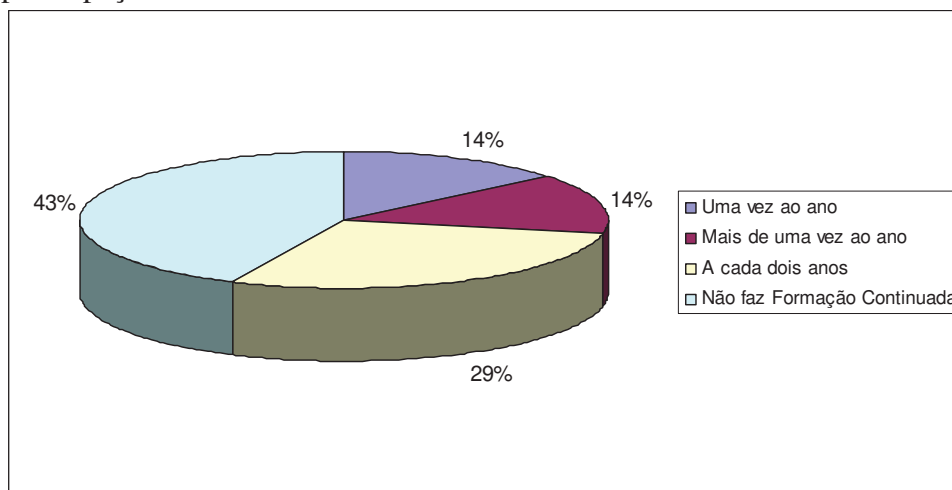
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2013

Gráfico 12b: Quanto à integração da coordenação pedagógica com os demais profissionais da educação:



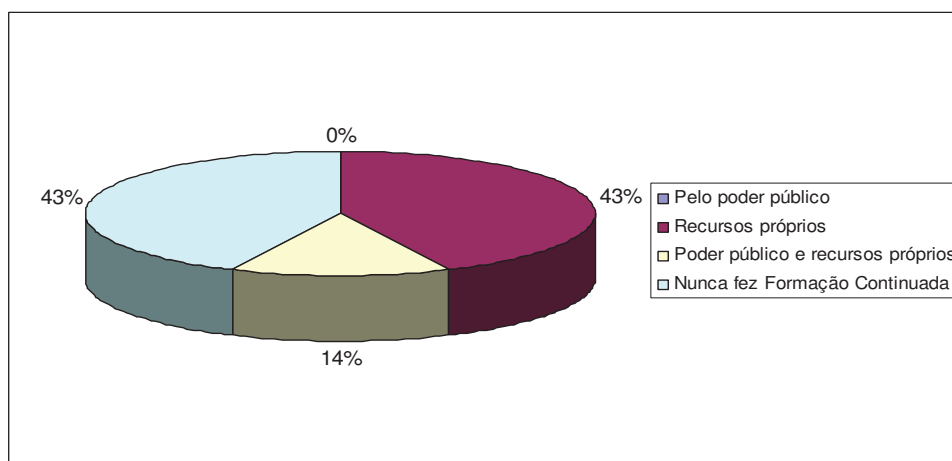
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 13b: Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação:



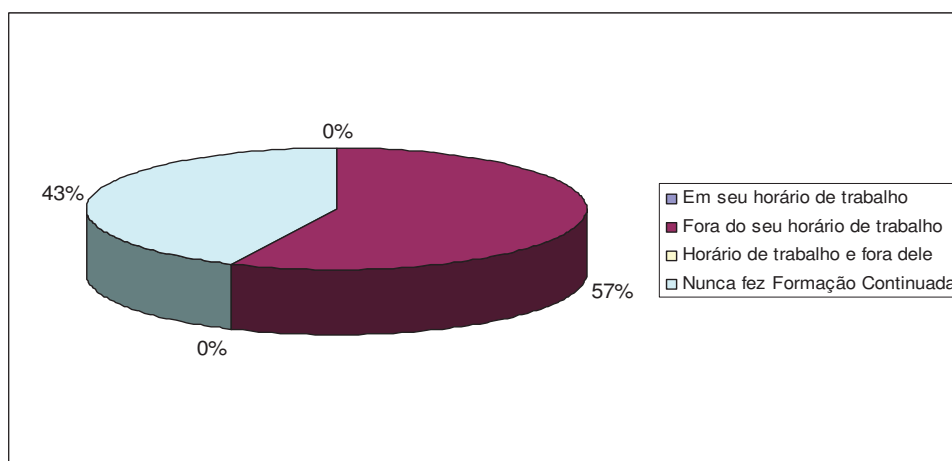
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 14b: Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados:

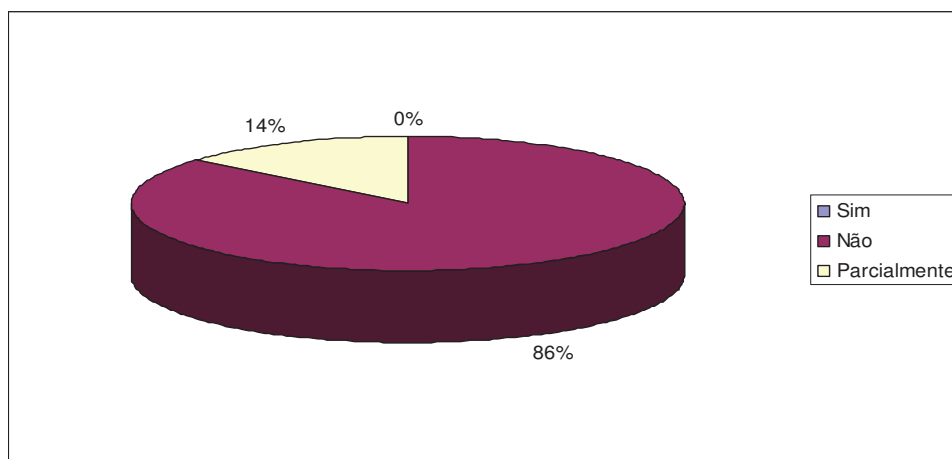


Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2013

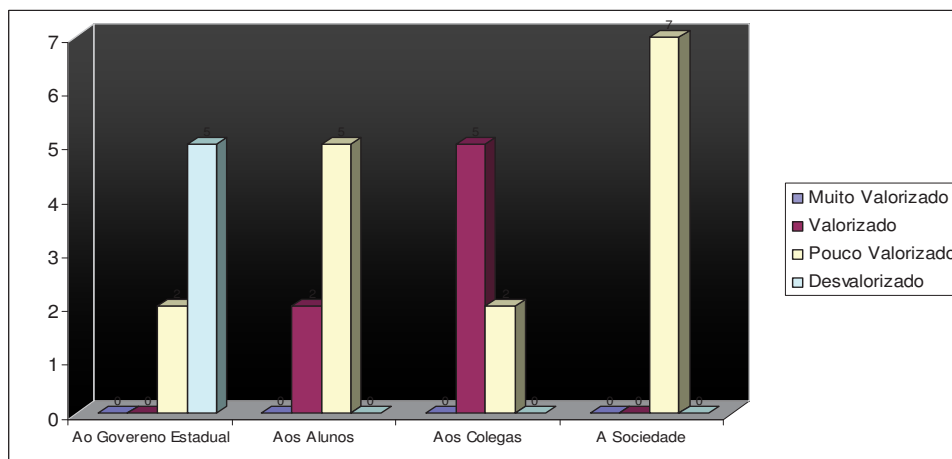
Gráfico 15b: A participação na formação continuada ocorreu:



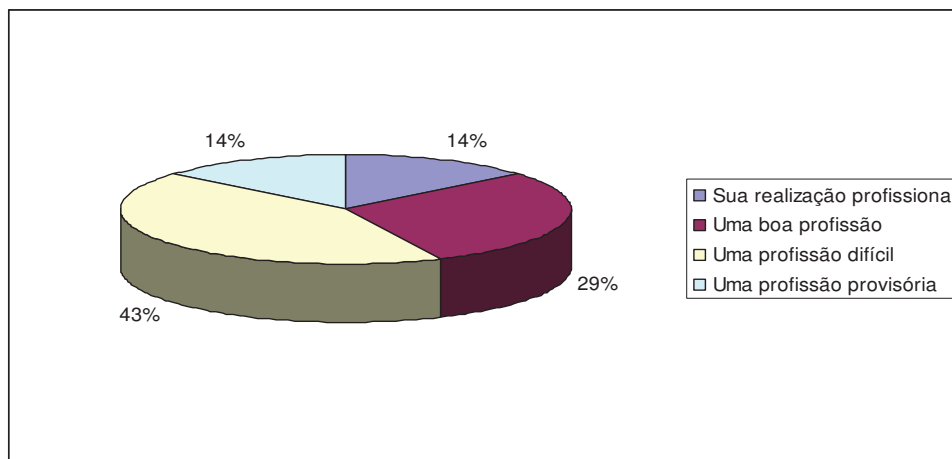
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 16b: Seu salário condiz com trabalho que você desenvolve?

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

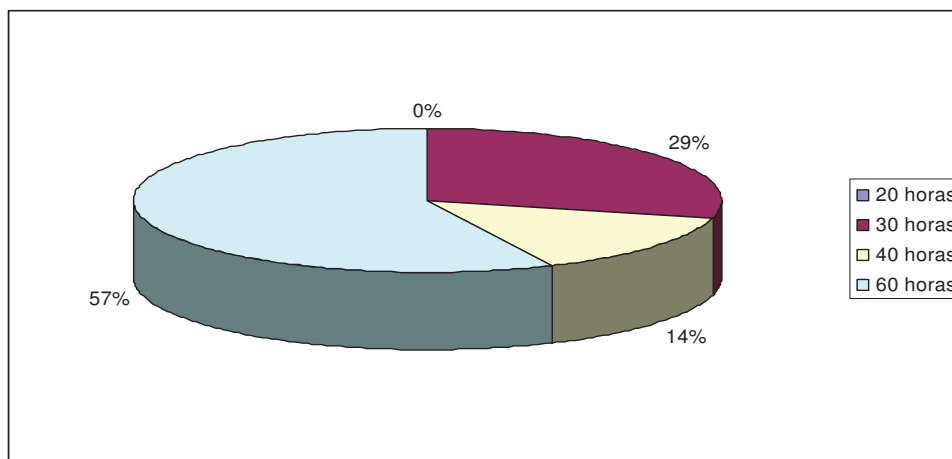
Gráfico 17b: Como você se sente em relação:

Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 18b: O trabalho da docência para você é:

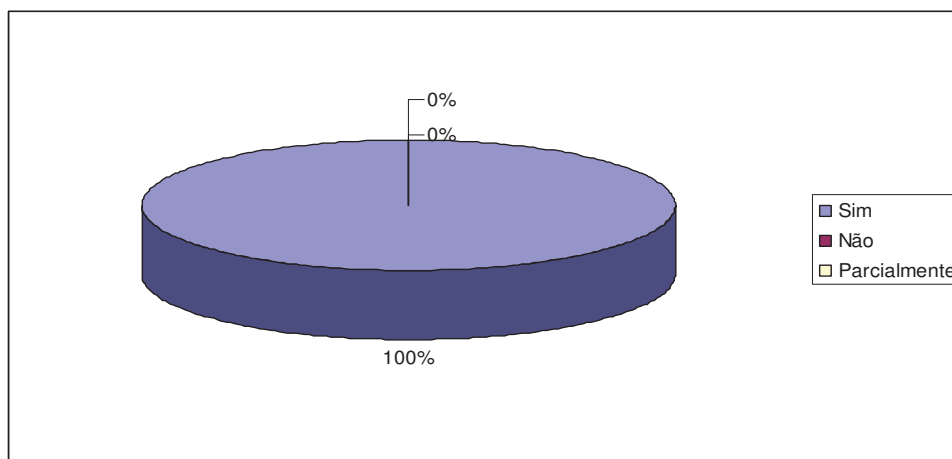
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 19b: Qual sua jornada de trabalho.



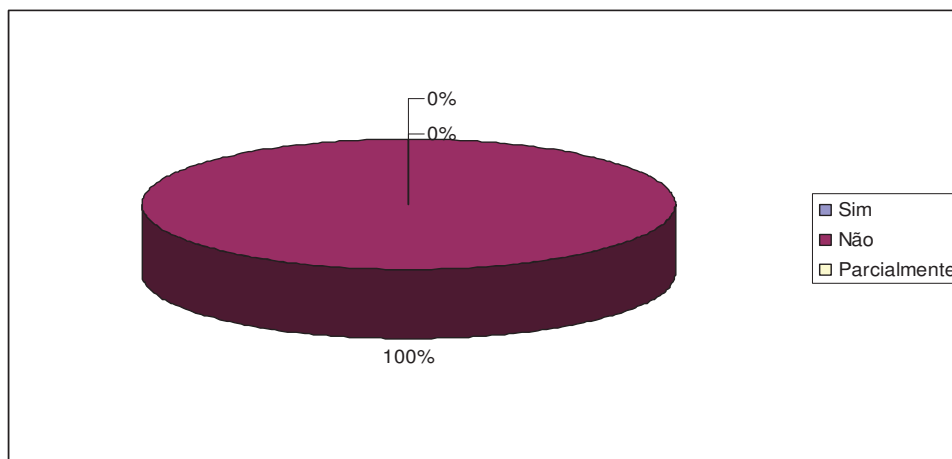
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 20b: A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente?



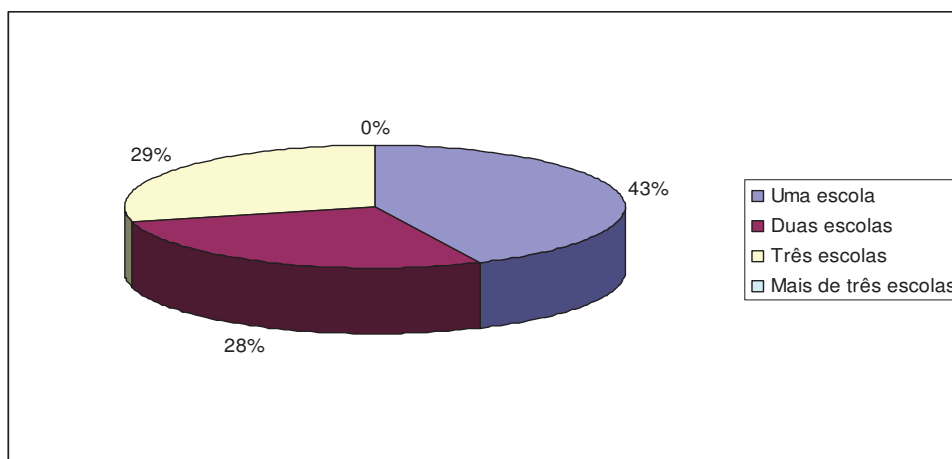
Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 21b: Quanto ao investimento que o estado faz no ensino fundamental de segunda fase, é suficiente para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

Gráfico 22b: Quantas escolas você trabalha?



Fonte: Carlos Marcelo Martins Carvalho, 2012.

ANEXO III

REGISTRO FOTOGRÁFICO



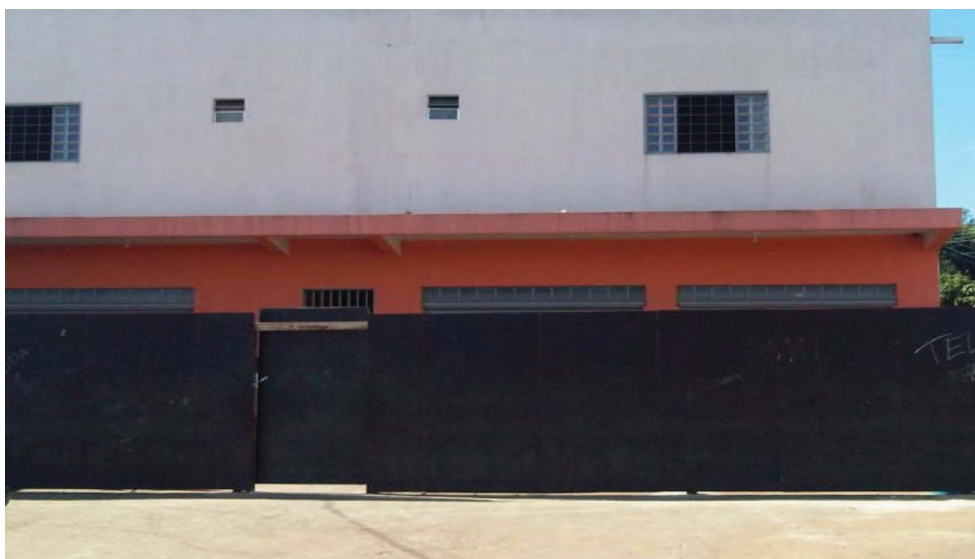
Placa da AGETOP: Escola Padrão Século XXI



Salas de aula funcionando em salas comerciais.



Banheiros da fábrica de sabão



Salas comerciais utilizadas como sala de aula



Alicerces da nova escola Padrão Século XXI



Colégio Estadual Jayme Câmara



Colégio Estadual Jayme Câmara, local que está alojado temporariamente o Nazir Safte.



Colégio Estadual Nazir Safatle. Antes da demolição.



Entrada das Salas comerciais que funcionaram como salas de aula.



Colégio Nazir Safatle, demolido em 2010. Atualmente o mato toma de conta do terreno.



Fundo das salas comerciais



Placa da AGETOP: Escola Padrão Século XXI



Alicerces da nova Escola Padrão Século XXI



Entrada das salas comerciais



Salas comerciais



Salas comerciais

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO

Senhores professores (as).

Na condição de pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado - PUC GOIAS, gostaria de contar com sua colaboração, preenchendo esse questionário para entendermos melhor as condições efetivas do trabalho docente no ensino fundamental de segunda fase na Rede Estadual de Goiás.

1- Sexo () F () M

2- Tempo de docência _____ **2.1. Tempo de serviço nessa escola** _____

3- Quanto a sua formação:

3.1. () Ensino superior incompleto

3.2. () Ensino superior completo. Qual? _____

3.3. () Especialização

3.4. () Mestrado

3.5. () Doutorado

3.6. () Outro. Qual? _____

4- Você reside na comunidade geográfica onde a escola está situada?

4.1. () Sim atualmente resido na comunidade

4.2. () Não resido na comunidade

4.3. () Já fui membro da comunidade, mas atualmente moro em outra comunidade.

4.4. () Outro. Qual? _____

5- Você leciona para quantas turmas? _____

6- Qual a média de alunos por sala de aula?

6.1. () De 25 a 35 alunos

6.2. () De 35 a 45 alunos

6.3. () De 45 a 55 alunos

6.4. () Outro. Qual? _____

7- Quantas horas diariamente em média são usadas em casa com tarefas, planejamento e correção de atividades?

7.1. () Uma hora

7.2. () Duas horas

7.3. () Mais de duas horas

7.4. () Outro. Qual? _____

8 - Quanto aos recursos didático-pedagógicos que a escola oferece:**8.1. Acervo Bibliográfico**

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

8.2. Equipamentos audiovisuais

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

8.3. Material de Pesquisa

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

8.4. Laboratório Científico

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

8.5. Laboratório de Informática

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

9- Condições quanto ao prédio escolar**9.1. Acesso**

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

9.2. Localização

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

9.3. Segurança

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

9.4. Conservação

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

9.5. Higiene

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

10- Quanto às salas de aula**10.1. Sonorização.**

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

10.2. Iluminação

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

10.3. Mobiliário

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

10.4. Conservação

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

10.5. Higiene

() Ótimo () Bom () Regular () insuficiente () não possui

11- O espaço físico influencia na qualidade do processo de ensino e aprendizagem?

() SIM

() NÃO

() As vezes

() Outro. Qual? _____

12- Quanto à periodicidade do planejamento pedagógico:

12.1. () Ótimo

12.2. () Bom

12.3. () Regular

12.4. () Insuficiente

13- Quanto à integração da coordenação pedagógica com os demais profissionais da educação:

13.1. () Ótimo

13.2. () Bom

13.3. () Regular

13.4. () Insuficiente

14- Quanto à formação continuada, qual a periodicidade de sua participação:

14.1. () Uma vez ao ano

14.2. () Mais de uma vez ao ano

14.3. () A cada dois anos

14.4. () Outro. Qual? _____

15- Os cursos de formação continuada que você participou foram custeados:

15.1. () Pelo poder público

15.2. () Recursos próprios

15.3. () Outro. Qual?

16- A participação na formação continuada ocorreu:

16.1. () Em seu horário de trabalho

16.2. () Fora do horário de trabalho

16.3. () Outro. Qual?

17- O seu salário condiz com trabalho que você desenvolve?

17.1. () Sim

17.2. () Não

17.3. () Condiz parcialmente

17.4. () Outro. Qual? _____

18- Como você se sente em relação:**18.1. Ao Governo Estadual**

- a) () Muito valorizado
- b) () Valorizado
- c) () Pouco valorizado
- d) () Desvalorizado

18.3. Aos Colegas

- a) () Muito valorizado
- b) () Valorizado
- c) () Pouco valorizado
- d) () Desvalorizado

18.4. Aos Alunos (as):

- a) () Muito valorizado
- b) () Valorizado
- c) () Pouco valorizado
- d) () Desvalorizado

18.5. A Sociedade

- a) () Muito valorizado
- b) () Valorizado
- c) () Pouco valorizado
- d) () Desvalorizado

19- O trabalho da docência para você é:

- 19.1. () Sua realização profissional
- 19.2. () Uma boa profissão
- 19.3. () Uma profissão difícil
- 19.4. () Uma profissão provisória
- 19.5. () Outra opção. Qual? _____

20- Qual sua jornada de trabalho?

- 20.1. () 20 horas
- 20.2. () 40 horas
- 20.3. () 60 horas
- 20.4. () Outro. Qual?
- 20.5. () Destas quantas horas são efetivamente em sala de aula?

21- A intensa jornada de trabalho leva a uma sobrecarga do profissional docente?

- 21.1. () Sim
- 21.2. () Não
- 21.3. () Parcialmente
- 21.4. () Outro. Qual?

22- Quanto ao investimento que o estado faz no ensino fundamental de segunda fase é suficiente para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem:

- 22.1. () Sim é suficiente
- 22.2. () Não é suficiente
- 22.3. () Satisfatoriamente suficiente
- 22.4. () Outro. Qual?

23- Quantas escolas você trabalha?

- 23.1. () uma escola
- 23.2. () duas escolas
- 23.2. () três escolas
- 23.3. () Outro. Qual? _____